

U. PORTO

UNIVERSIDADE DO PORTO

3.^o
CICLO

D 2014

FAUP
2014

U. PORTO



FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE DO PORTO

U. PORTO

AS DETERMINANTES DO PROJETO
E AS CIRCUNSTÂNCIAS DO ATO PROJETUAL E DA OBRA

AS DETERMINANTES DO PROJETO E AS CIRCUNSTÂNCIAS DO ATO PROJETUAL E DA OBRA

CARLOS PRATA

CONJUNTO DE TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO NA ÁREA DO PROJETO DE ARQUITETURA E DA REALIZAÇÃO DE OBRAS, ELABORADO COM VISTA À OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM ARQUITETURA, APRESENTADO À FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO, AO ABRIGO DO DO DECRETO-LEI N.º 130/2009, DE 14 DE SETEMBRO.

CARLOS
PRATA

JUNHO 2014

U. PORTO



FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE DO PORTO

CARLOS PRATA
CURRICULUM

JUNHO 2014

AS DETERMINANTES DO PROJETO E AS CIRCUNSTÂNCIAS DO ATO PROJETUAL E DA OBRA

CARLOS PRATA

CONJUNTO DE TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO NA ÁREA DO PROJETO DE ARQUITETURA E DA REALIZAÇÃO DE OBRAS, ELABORADO COM VISTA À OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM ARQUITETURA, APRESENTADO À FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO, AO ABRIGO DO DO DECRETO-LEI N.º 130/2009, DE 14 DE SETEMBRO.

AS DETERMINANTES DO PROJETO
E AS CIRCUNSTÂNCIAS DO ATO
PROJETUAL E DA OBRA

CARLOS PRATA

RESUMO

O trabalho que se apresenta corresponde a uma compilação de projetos (15) e obras (35) selecionados da atividade desenvolvida durante 38 anos de prática projetual. Os projetos e obras estão organizados cronologicamente, correspondendo a quatro períodos temporais distintos em que se estruturou a prática projetual, conforme expressam cada um dos textos que se referem a cada um desses períodos.

Os projetos e obras constituem o tema central do trabalho e estão documentados com esboços, desenhos rigorosos, simulações tridimensionais e fotografias. A cada um corresponde também um texto de análise que expressa as circunstâncias em que se processou o ato projetual e/ou a obra, por forma permitir perceber em que medida influíram no desenvolvimento do processo algumas das determinantes do projeto que se enunciam de uma forma genérica e abstrata no texto inicial de enquadramento intitulado *As Determinantes do Projeto*.

O trabalho possibilita assim uma leitura contínua do princípio ao fim ou as leituras cruzadas que se pretendam, sejam as que se fixam num dos períodos, sejam as que dizem respeito apenas a um dos projetos ou obras.

O trabalho corresponde à apresentação de um documento que visa a obtenção do grau de Doutor em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 230/2009 de 14 de Setembro, e organiza-se com base no espírito da lei expresso no seu preâmbulo, nomeadamente quando se diz: "(...) Neste sentido, e em condições de exigência equivalentes à da modalidade de doutoramento com base numa tese, introduz-se a possibilidade de obtenção do grau de doutor com base no reconhecimento e análise de obras (...)".

ABSTRACT

The work presented here corresponds to a compilation of designs (15) and works (35) selected from the activity carried out over 38 years of design practice. The designs and works are organised in chronological order, in four different periods, according to which the design activity was structured, as expressed by each of the texts referring to each period.

The designs and works are the core theme of the work and are documented with sketches, accurate drawings, 3D simulations and photographs. Each is also accompanied by a textual analysis expressing the circumstances in which the design and/or the work were developed in order to allow an understanding of how the process was influenced by some of the design determinants which are formulated in a general and abstract way in the initial background text, entitled “The Determinants of the Design”.

The work thus enables a continuous reading, from beginning to end, or any desired cross readings, whether they relate to one of the periods or only one of the designs or works.

The work corresponds to the presentation of a document that aims to obtain a Doctorate in Architecture from the School of Architecture at the University of Porto, pursuant to Decree-Law No. 230/2009 of 14 September, and is organised in the spirit of the law expressed in its preamble, in particular when it states: “(...) In this sense, and under conditions of exigency equivalent to the arrangement of a thesis-based doctorate, the possibility is introduced to obtain a doctorate on the basis of the recognition and analysis of works (...)”.

RÉSUMÉ

Le travail présenté ici représente une compilation de projets (15) et d'œuvres (35) sélectionnés de l'activité développée pendant 38 ans de pratique architecturale. Les projets et travaux sont classés par ordre chronologique, correspondant à quatre périodes différentes dans lesquelles la pratique architecturale s'est structurée, comme en témoignent les textes individuels qui se rapportent à chacune de ces périodes.

Les projets et les œuvres constituent le thème central du travail et sont documentés par des croquis, des dessins rigoureux, des simulations tridimensionnelles et des photos. A chacun correspond également une analyse textuelle exprimant les circonstances dans lesquelles l'acte conceptuel et/ou l'œuvre se sont déroulés, afin de permettre comprendre la mesure dans laquelle le développement du processus était influencé par certains déterminants du projet qui sont énoncés de façon générique et abstraite dans le texte d'encadrement initial intitulé « Les déterminants du projet ».

Le travail permet ainsi une lecture continue du début à la fin ou les lectures croisées que l'on désire, soit celles qui portent sur l'une des périodes, soit celles qui concernent seulement un projet ou une œuvre.

Le travail correspond à la présentation d'un document qui vise à obtenir un doctorat en architecture de l'École d'architecture de l'Université de Porto, dans le cadre du décret-loi n° 230/2009 du 14 septembre, et est organisé dans l'esprit de la loi exprimé dans son préambule, notamment lorsqu'on dit: « (...) En ce sens, et dans des conditions d'exigence équivalentes à la modalité de doctorat fondé sur une thèse, on introduit la possibilité d'obtenir un doctorat en fonction de la reconnaissance et de l'analyse des œuvres (...) »

AGRADECIMENTOS

À Pi, Catarina e Francisca pelo apoio e compreensão.

Ao João Aguiar, João Francisco Sousa e Rossana Eckardt pela indispensável colaboração amiga.

Aos clientes que acreditaram em mim e aos construtores que souberam respeitar os projetos.

Aos meus amigos, muitos, que me acompanharam ao longo da vida e sempre me apoiaram.

ÍNDICE

I.^a PARTE TEXTOS

- 17 I. INTRODUÇÃO
- 18 II. AS DETERMINANTES DO PROJETO
- 24 III. PROJETOS E OBRAS • QUATRO TEMPOS
- 25 IV. 1969 | 1976 – A FORMAÇÃO E AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE PROJETO REAL
- 31 V. 1976 | 1985 – A GRANDE ESCALA E O MUNDO PROFISSIONAL
- 33 VI. 1985 | 1996 – A ATIVIDADE PROFISSIONAL EM GABINETE PRÓPRIO
- 35 VII. 1996 | ... – OS PROJETOS DE GRANDE DIMENSÃO
- 37 VIII. 15 PROJETOS E 35 OBRAS
 - 37 1 | RUÍNA DA RUA DOS MERCADORES
OPERAÇÃO SAAL DA SÉ . PORTO
 - 42 2 | CASA CASIMIRO VAZ
VILA PRAIA DE ÂNCORA. VIANA DO CASTELO
 - 43 3 | ASSOCIAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DO TERRI TÓRIO
SEDE DA BIENAL DE ARQUITETURA . LARGO DO PARAÍSO. SOURE
 - 45 4 | CASA ENG ANTÓNIO CAMPOS E MATOS
VALE DO RIO ÂNCORA. FREIXIEIRO DE SOUTELO. VIANA DO CASTELO
 - 46 5 | CASA LUIS PRÍNCIPE
VALE DO RIO ÂNCORA. RIBA D'ÂNCORA. CAMINHA
 - 48 6 | CASA DR PEDRO BARATA FEYO
VALE DO RIO ÂNCORA. FREIXIEIRO DE SOUTELO. VIANA DO CASTELO
 - 49 7 | CASA ENG. RAIMUNDO DELGADO
MONTEDOR. CARREÇO. VIANA DO CASTELO
 - 50 8 | FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
CONCURSO PÚBLICO. POLO II. PORTO
 - 56 9 | CENTRO ATLÂNTICO
GAVETO DA ROTUNDA DA ANÉMONA. MATOSINHOS
 - 58 10 | CASA FRANCISCO MOURÃO
SAMPAIO. LABRUGE. VILA DO CONDE
 - 59 11 | PARQUE DO CHANTRE. CONDOMÍNIO FECHADO
MAIA
 - 62 12 | PROCAPITAL – STAND DE VENDAS
GAVETO DA ROTUNDA DA ANÉMONA. MATOSINHOS
 - 63 13 | CASA DR CASTRO ROCHA
BARRAGEM DE TOUVEDO. LINDOSO. PONTE DA BARCA

- 64 14 | **DIFÍCIO DA RUA DO ALMADA 251/261**
PORTO
- 65 15 | **CASA DR PINHEIRO PINTO**
GAVETO DAS RUAS DE FEZ E ADRIANO CORREIA DE OLIVEIRA, PORTO
- 66 16 | **EXPO'98 • CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E RESTAURANTE**
PARQUE DAS NAÇÕES. LISBOA
- 70 17 | **JOP – STAND DE AUTOMÓVEIS**
ZONA INDUSTRIAL. PORTO
- 71 18 | **PROLONGAMENTO DA AV. SÁ CARNEIRO, PARQUE URBANO E**
CENTRAL DE CAMIONAGEM
BRAGANÇA
- 79 19 | **MARGINAL DO RIO DOURO**
VILA NOVA DE GAIA
- 83 20 | **LIPOR III . CENTRAL DE VALORIZAÇÃO ORGÂNICA DE RESÍDUOS**
SÓLIDOS
ERMESINDE. VALONGO
- 86 21 | **PORTO 2001. CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA**
REQUALIFICAÇÃO DA BAIXA DO PORTO
- 87 22 | **MOLHES DO DOURO**
FOZ DO RIO DOURO. PORTO
- 101 23 | **MUSEU DO AUTOMÓVEL**
CÂMARA MUNICIPAL DE FAFE. FAFE
- 104 24 | **PAVILHÃO MULTIUSOS**
CÂMARA MUNICIPAL DE FAFE. FAFE
- 108 25 | **CARLTON LIFE BOAVISTA. UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS**
RUA LUÍS VEIGA LEITÃO, PORTO
- 108 26 | **HOSPITAL PRIVADO DA BOAVISTA**
AV. DA BOAVISTA, PORTO
- 109 27 | **INSTITUTO CUF**
RUA DAS SETE BICAS, MATOSINHOS
- 111 28 | **CASA DR PINHEIRO PINTO**
SANTA MARINHA DO ZÊZERE, BAIÃO
- 112 29 | **DOURO'S PLACE. ANTIGO ARMAZÉM FRIGORÍFICO DE BACALHAU**
RUA DO OURO, PORTO
- 114 30 | **REMODELAÇÃO DO EDIFÍCIO TRANSPARENTE**
VIADUTO DO PARQUE DA CIDADE, PORTO
- 118 31 | **CARLTON LIFE LUSÍADAS**
AV. LUSÍADA. ALTO DOS MOÍNHOS. LISBOA
- 120 32 | **BOM SUCESSO. DESIGN RESORT, LEISURE, GOLF & SPA**
BOM SUCESSO. ÓBIDOS
- 121 33 | **BOQUILOBO GOLF**
BOQUILOBO. TORRES NOVAS
- 129 34 | **ESCOLA ARTÍSTICA SOARES DOS REIS**
PARQUE ESCOLAR EPE. PORTO
- 133 35 | **EDIFÍCIO DA RUA DO ALMADA, 251/261**
PORTO
- 134 36 | **ESCOLA SECUNDÁRIA AURÉLIA DE SOUSA**
PARQUE ESCOLAR EPE. PORTO

- 139 37 | **ESCOLA SECUNDÁRIA GONÇALVES ZARCO**
PARQUE ESCOLAR EPE. MATOSINHOS
- 140 38 | **ESCOLA SECUNDÁRIA ANTÓNIO SÉRGIO**
PARQUE ESCOLAR EPE. VILA NOVA DE GAIA
- 141 39 | **GAIA NOVA**
TEIXEIRA & DUARTE IMOBILIÁRIA. VILA NOVA DE GAIA
- 144 40 | **RESTAURANTE SHIS**
PRAIA DO OURIGO. PORTO
- 145 41 | **ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DO PORTO E HOTEL DE APLICAÇÃO**
PARQUE ESCOLAR EPE E TURISMO DE PORTUGAL. PORTO
- 151 42 | **ESCOLA SECUNDÁRIA FILIPA DE VILHENA**
PARQUE ESCOLAR EPE. PORTO
- 154 43 | **ESCOLA SECUNDÁRIA ES/EB3**
PARQUE ESCOLAR EPE. MAIA
- 155 44 | **ESCOLA SECUNDÁRIA CLARA DE RESENDE**
PARQUE ESCOLAR EPE. PORTO
- 160 45 | **ESCOLA SECUNDÁRIA EMÍDIO GARCIA**
PARQUE ESCOLAR EPE. BRAGANÇA
- 160 46 | **NORTE GOLF VALE PISÃO. CONCURSO LIMITADO**
ÁGUA LONGA. SANTO TIRSO
- 163 47 | **ARRANJO URBANO DA AV. NUN'ÁLVARES. CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO**
CONCURSO PÚBLICO. VIA DE LIGAÇÃO DA PRAÇA DO IMPÉRIO À AV. DA BOAVISTA. PORTO
- 170 48 | **CINE-TEATRO DE AMARANTE**
CONCURSO PÚBLICO. CÂMARA MUNICIPAL DE AMARANTE. AMARANTE
- 176 49 | **RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO ESTÁDIO UNIVERSITÁRIO**
UNIVERSIDADE DO PORTO. CONCURSO PÚBLICO. UNIVERSIDADE DO PORTO. PORTO
- 179 50 | **UPTEC. POLO DAS INDUSTRIA CRIATIVAS**
UNIVERSIDADE DO PORTO. CONCURSO PÚBLICO. PRAÇA CORONEL PACHECO. PORTO

2.^a PARTE DESENHOS E IMAGENS

- 184 1 | **RUÍNA DA RUA DOS MERCADORES**
- 192 2 | **CASA CASIMIRIO VAZ**
- 196 3 | **ASSOCIAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DO TERRITÓRIO**
- 200 4 | **CASA ENG. ANTÓNIO CAMPOS E MATOS**
- 204 5 | **CASA LUIS PRÍNCIPE**
- 210 6 | **CASA DR. PEDRO BARATA FEYO**
- 216 7 | **CASA ENG. RAIMUNDO DELGADO**
- 224 8 | **FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO**
- 228 9 | **CENTRO ATLÂNTICO**

234	10	CASA FRANCISCO MOURÃO
240	11	PARQUE DO CHANTRE
244	12	PROCAPITAL – STAND DE VENDAS
248	13	CASA DR. CASTRO ROCHA
256	14	EDÍFICIO DA RUA DO ALMADA, 251\261
260	15	CASA DR. PINHEIRO PINTO
264	16	EXPO 98 . CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E RESTAURANTE
272	17	STAND JOP . RUA DELFIM FERREIRA
276	18	PROLONGAMENTO DA AV. SÁ CARNEIRO, PARQUE URBANO E CENTRAL DE CAMIONAGEM
288	19	MARGINAL DO RIO DOURO
296	20	LIPOR III . CENTRAL DE VALORIZAÇÃO ORGÂNICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS
306	21	PORTO 2001 CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA
310	22	MOLHES DO DOURO
318	23	MUSEU DO AUTOMÓVEL
324	24	PAVILHÃO MULTIUSOS
330	25	CARLTON LIFE BOAVISTA . UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS
338	26	HOSPITAIS PRIVADOS DE PORTUGAL . HOSPITAL PRIVADO DA BOAVISTA
354	27	INSTITUTO CUF
368	28	CASA DR. PINHEIRO PINTO
380	29	DOURO’S PLACE . ANTIGO ARMAZÉM FRIGORÍFICO DE BACALHAU
394	30	REMODELAÇÃO DO EDIFÍCIO TRANSPARENTE
402	31	CARLTON LIFE
414	32	BOM SUCESSO . DESIGN RESORT, LEISURE, GOLF & SPA
424	33	BOQUILOBO GOLF
426	34	ESCOLA ARTÍSTICA SOARES DOS REIS
440	35	EDIFÍCIO DA RUA DO ALMADA
446	36	ESCOLA SECUNDÁRIA AURÉLIA DE SOUSA
462	37	ESCOLA SECUNDÁRIA GONÇALVES ZARCO
468	38	ESCOLA SECUNDÁRIA ANTÓNIO SÉRGIO
476	39	GAIA NOVA
480	40	RESTAURANTE SHIS
488	41	ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DO PORTO
496	42	ESCOLA SECUNDÁRIA FILIPA DE VILHENA
510	43	ESCOLA SECUNDÁRIA ES/EB3
520	44	ESCOLA SECUNDÁRIA CLARA DE RESENDE

534	45	ESCOLA SECUNDÁRIA EMÍDIO GARCIA
548	46	NORTE GOLF VALE PISÃO . CONCURSO LIMITADO
554	47	ARRANJO URBANO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES
560	48	CINE-TEATRO AMARANTE
570	49	AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO ESTÁDIO UNIVERSITÁRIO
576	50	UPTEC – POLO DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS

585 **BIBLIOGRAFIA**

593 **CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS**

I.^a PARTE **TEXTOS**

I. INTRODUÇÃO

O trabalho que se apresenta corresponde à apresentação de um documento que visa a obtenção do grau de Doutor em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 230/2009 de 14 de Setembro, e organiza-se com base no espírito da lei expresso no seu preâmbulo:

“A atribuição do grau de doutor a criadores de obras e realizações resultantes da prática de projeto em domínios e formas dificilmente compagináveis com o modelo dominante da tese de doutoramento tem sido objeto de crescente reconhecimento internacional, dispondo-se hoje de um património de experiência relevante nesta matéria em várias áreas de atividade.

Em alguns desses domínios, o conhecimento novo produzido encontra-se, parcial ou totalmente, incorporado em obras e realizações. Embora o significado e o contexto desse conhecimento possa ser descrito por palavras, a sua compreensão mais profunda apenas pode ser atingida com referência a essas obras e realizações. Tais obras podem, designadamente, assumir a forma de uma obra ou conjunto de obras de concepção artística, composição musical, obra literária ou cinematográfica, encenação ou performance.

Para a reflexão sobre esta matéria, e visando contribuir para a adequação do atual ensino das artes ao panorama internacional e para o desenvolvimento de economia cultural nacional, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior solicitou o parecer de um painel internacional de peritos que efetuou a análise do ensino superior artístico em Portugal.

Como parte das recomendações formuladas (...) surge a necessidade de superar, em certos casos, a forma tradicional da tese de doutoramento e o afastamento e desencorajamento que a mesma provoca nos criadores que desenvolvem, com base na prática de projeto, métodos de investigação típicos da atividade artística.

(...) Neste sentido, e em condições de exigência equivalentes à da modalidade de doutoramento com base numa tese, introduz-se a possibilidade de obtenção do grau de doutor com base no reconhecimento e análise de obras (...).”

O presente documento encontra-se organizado por quatro períodos temporais que abarcam 38 anos de atividade no âmbito disciplinar da prática de projeto.

Dividem-se por cada um desses períodos 15 projetos e 35 obras organizados cronologicamente, numerados de 1 a 50, englobando desenhos rigorosos, esboços, imagens tridimensionais e fotografias do existente e das obras, que pretendem documentar o que se encontra expresso nos textos discursivos por projeto.

II. AS DETERMINANTES DO PROJETO

Projetar implica o domínio de instrumentos e conhecimentos específicos. Esses instrumentos não podem ser adquiridos de uma forma abstracta, nem esses conhecimentos podem ser apreendidos por uma via meramente teórica. A agilização do seu domínio resulta de uma experimentação prática, como única forma de no concreto se irem atingindo os diferentes níveis de uma síntese globalizadora dos múltiplos aspectos que o ato de projetar em arquitetura implica.

Tenho defendido por isso, também no que respeita à pedagogia do ensino da disciplina de Projeto no Curso de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto que: a arquitetura se ensina e o projeto se aprende.

Este entendimento parte também do pressuposto que existem determinantes no desenvolvimento do processo de projeto que podem claramente ser identificadas e equacionadas e que sustentam uma metodologia projetual. Enuncia-se assim o conjunto de preocupações ou cuidados sempre presentes no processo criativo, não de um modo uniforme, repetível em cada processo, mas com impactos muito distintos consoante as circunstâncias verificadas.

O ato de projetar não é um processo etapista, onde calmamente se possa progredir do geral para o particular, ou claramente objectivável num conjunto de respostas a questões que possam ser formuladas à partida. O projeto é uma síntese global que pretende responder de uma forma pessoal – e por isso também subjetiva – ao entendimento de inúmeros factores – estes bem objectivos – que informam e condicionam cada exercício concreto. No entanto, como o peso relativo de cada um destes factores não é constante, variando com o peso relativo das condições específicas em que cada projeto se desenvolve – umas vezes o sítio ou as condições ambientais, ou o programa, ou o orçamento, ou as características construtivas, etc. – é a nosso ver, a consistência metodológica que possibilita o desenvolvimento

sem desequilíbrios do processo de projeto – isto é, onde não será dada predominância aos aspectos mais evidentes ou fortemente afirmados/impostos, em detrimento de outros – como forma de atingir uma síntese equilibrada, onde as partes se harmonizam num todo que expressa uma intencionalidade clara.

É no entanto essencial que a génese da ideia contenha, ou potencie, a capacidade de resposta ao máximo de aspectos a que o projeto terá que vir a atender e a integrar, como forma de pacificação de todo o processo, e como modo de obviar o aparecimento de surpresas tardias, que poderão desvirtuar ou desqualificar o sentido conceptual de partida ou, até mesmo, pela importância das suas implicações, destruir a própria ideia de projeto.

Enumeram-se de seguida os aspectos que se entendem como fundamentais para informar o processo de projeto.

- A. A apreensão da realidade física do Lugar e do Sítio, que não deverá ser estática, considerando as diferentes horas do dia e as diferentes estações do ano. A referência a lugar e sítio pretende chamar a atenção para o facto de esta apreensão dever ser abrangente em termos geográficos, não se limitando ao espaço restrito destinado a albergar um programa.

Como disse L. B. Alberti: “Toda a arte de construir consiste em seis coisas, que são estas: o lugar, o sítio, a distribuição, os muros, as coberturas e os vãos. O Lugar (...) onde se pretende construir será amplo e aberto em todas as direções. Uma parte deste será o Sítio. O Sítio será um espaço delimitado do Lugar, e será rodeado por um muro, segundo o uso e a conveniência. Sob o nome de sítio ficará também compreendido todo o espaço do edifício que nivelaremos, aprisionando-o com a planta dos pés”.

AI. A orientação solar do terreno e o tipo de insolação que possibilita.

Avaliar o modo como no edifício podem ser criados meios de proteção solar passiva é um tema cada vez mais presente mas que desde já há um longo tempo constitui preocupação do processo de projeto, por formação e por vivência de dois factos marcantes.

Da leitura dos documentos escritos do Plano de Urbanização da Cidade do Porto de Auzelle, datado de 1961, sempre me captaram a atenção os diagramas de estudo da edificação no seu conjunto expressando a evolução da sombra projetada de uns edifícios relativamente aos outros, ao longo do dia e em diferentes épocas do ano.

Esta preocupação, talvez excessivamente fundamentalista, encontrei-a depois quando trabalhava com o Arq. Arménio Losa. No escritório existia um pequeno instrumento, executado em madeira, mandado construir a um marceneiro, com

um mecanismo de controle dos ângulos de inclinação de uma plataforma, que permitia simular a incidência dos raios solares em diferentes latitudes, horas do dia e épocas do ano.

Era um instrumento de desenho muito delicado e, como todos os mecanismos de aferição de medição, era fascinante. E funcionava. Fixando uma maquete de volumes na plataforma era possível fazer um estudo muito rigoroso da insolação e das sombras projetadas.

Uma outra vivência marcante foi a visita à “Casa das Sombras” de Le Corbusier em Chandigarh. Esta maquete em tamanho real das soluções possíveis de serem usadas para sombreadores a instalar em frentes de construção voltadas ao Sol é uma lição inolvidável. Pela frescura do espaço em clima tórrido e pela qualidade da construção no que respeita à escala e à proporção.

Num único espaço aprende-se a como fazer de variadíssimas formas, em resposta às diferentes orientações solares. E dizem os especialistas que durante todo o ano não entra um raio de luz naquele espaço. Pelo menos àquela hora daquele dia, isso podemos atestar.

Mas perceber como o “terreno se move” relativamente ao Sol de uma forma dinâmica – ao longo do dia e em diferentes épocas do ano – é também perceber a incidência das diferentes matizes da luz e como se podem incluir na arquitetura.

A2. Como é visto, de onde é visto e o que desde aí se vê.

Conhecer um sítio é fixar como é percebido de pontos de vista estáticos e em diferentes movimentos de aproximação. Implica pesquisa e estudo de preparação da visita ao local, pois por vezes há pontos de vista de difícil percepção desde o sítio.

É uma avaliação que difere muito consoante os contextos – urbano ou rural – em que o terreno se insere e a topografia da envolvente próxima. Em zonas acidentadas é por vezes surpreendente a diversidade de percepções do terreno que desde inúmeros pontos de vista se oferecem, como também em zonas urbanas de malha densa é possível, por vezes, descobrir enfiamentos e alinhamentos que se poderão tomar em elementos fundamentais de composição do projeto.

Também a abertura do campo visual, ou os enfiamentos visuais mais enquadrados que desde o terreno se oferecem, podem ter importância considerável na organização espacial do edifício. Ou no desenho do espaço exterior, criando através da implantação da arborização áreas envolventes do edifício com maior privacidade ou orientações precisas do campo visual.

A3. Topografia, arborização e pontos notáveis.

Entender a topografia do terreno com pormenor é fundamental para poder melhor adequar uma solução projetual às condições do sítio. O registo desse conhecimento é um dos elementos de suporte do projeto, nomeadamente nas fases iniciais em que frequentemente se procuram confirmações das relações altimétricas entre o edifício e a envolvente próxima.

Dessa topografia ressaltam por vezes pontos notáveis – afloramentos rochosos, depressões muito acentuadas, pequenas construções, etc. – que importa registar para poderem ser localizadas rigorosamente em fases posteriores de projeto.

O tipo, a dimensão e a qualidade da arborização existente são outros dos elementos que importa avaliar pois são, na maior parte das vezes, factores muito condicionadores do desenvolvimento das soluções, seja por impossibilitarem algumas formas de implantação seja por poderem constituir-se em elementos de valorização na abertura do edifício para a envolvente próxima.

Esta avaliação pressupõe conhecimento das espécies arbóreas ou arbustivas por forma a estabelecer critérios de preservação e valorização corretos.

A4. Rede de circulação mecânica e de peões

Perceber o modo como funciona a rede de circulação mecânica na envolvente próxima da área objecto de estudo é fundamental para se poder responder da melhor forma aos movimentos de chegada e de saída. Não só no momento presente mas também com uma visão prospetiva que possibilite avaliar, com antecipação, as repercussões de eventuais alterações à situação atual, tais como, modificação nos sentidos de trânsito, introdução de ruas com sentido único, etc.

Esta avaliação condicionará opções relativas aos acessos ao estacionamento, movimentos de cargas e descargas, movimentos relacionados com os transportes públicos e, dependendo das características do programa, eventuais movimentos de paragem temporária de transporte de passageiros.

Também possibilitará avaliar os principais movimentos de circulação de peões, sejam os mais aleatórios ligados aos utentes, como os que decorrem dos movimentos pendulares casa/trabalho dos funcionários.

A5. Redes de infraestruturas e condições físicas do subsolo

Uma primeira aproximação às condições do território objecto de estudo pressupõe desde logo uma avaliação complementar por parte de algumas especialidades que integram a equipa de projeto por forma a perceber se da parte da sua avaliação parcelar e específica resulta algum condicionalismo fundamental que deva ser tido

em conta como aspecto limitador do desenvolvimento do processo projetual – limitações das redes de infraestruturas, condicionamentos a fundações e escavações, etc. As condições físicas do subsolo – nomeadamente a constituição geológica e os níveis freáticos – podem também influir nas opções a tomar, as quais, muitas vezes, se refletem na volumetria dos edifícios e nas soluções possíveis relativas ao sistema construtivo a utilizar

- B. A procura e avaliação de modelos de referência é outro processo que importa tomar consciente por forma a que possa constituir-se, tão cedo quanto possível, uma base aglutinadora para toda a equipa de projeto e um caminho seguro no processo de pesquisa e consolidação dos aspectos relativos à estruturação do programa – tipologias distributivas, etc. – e à expressividade do edifício – proporções, linguagem arquitectónica e materiais de acabamento.
- C. O aprofundamento do conhecimento do programa – tanto internamente ao nível da equipa de projeto como por parte do dono de obra – é aspecto de relevante importância, por forma a compreenderem-se as verdadeiras implicações das condições concretas pretendidas para cada espaço e para a sua articulação funcional, dado que só assim se poderá garantir a completa adequação do edifício às necessidades a que deverá dar resposta.

Este processo é fundamental que também seja perspectivado sob o ponto de vista da vida futura do edifício por mais que tal entendimento possa ser difuso no momento. A discussão dos níveis de flexibilidade e de adaptabilidade dos espaços e do edifício, comporta sempre importantes contributos para um conhecimento mais aprofundado das formas de utilização e de inter-relação entre espaços, sobre os tipos de ocupação previstos e sobre as redes infraestruturais necessárias.

Uma situação inúmeras vezes experimentada – e que comprova a pertinência deste entendimento – é a que se verifica nas solicitações de projeto de habitações unifamiliares. A generalidade dos donos de obra expressa sobre esta matéria ideias tipificadas, traduzidas em estereótipos espaciais ou de organização funcional.

Importa pois conhecer o modo de viver de cada família no seu quotidiano de apropriação da casa. E por vezes isso pressupõe conhecer aspectos do foro privado que são indispensáveis para esse conhecimento. A exemplificação pode ser feita pegando na discussão de um casal sobre a concepção do que o “mercado” apelida de “suite” – quarto com quarto de banho associado e uma zona de vestir. Na procura de desmontar as concepções tipificadas que se conheciam verificou-se que os hábitos quotidianos do casal eram completamente distintos – ele deitava-se

tarde e ela levantava-se cedo. Importava por isso criar condições para que não se incomodassem mutuamente. E naquele caso, por condicionamentos orçamentais, a solução passou por desenhar a zona de dormir como uma célula isolada, sendo que à data, esta era uma solução, que resolveu todos os problemas, mas que não se encontrava disseminada no “mercado”.

Também sempre propusemos a avaliação de como se pensa que a casa deva evoluir ao longo do tempo para albergar diferentes formas de uso em função da evolução da família – por exemplo, saber se quando os filhos crescerem, se pretende que tragam os amigos para casa ou se são eles que vão para casa de amigos; o que vai acontecer aos quartos que a saída de casa dos filhos vai deixar desocupados (ou, antes, deixava desocupados...); etc.

Esta análise da evolução da casa é o desenvolvimento de um pensamento sobre a evolução da vida de cada um. E casos houve em que esse exercício serviu para tornar mais sólidos os laços familiares, enquanto que noutros casos, essa discussão sobre a vida futura despoletou tantas contradições que a separação foi inevitável. Este aprofundamento do conhecimento dos espaços que integram um edifício leva a que em programas especiais seja indispensável elaborar um “room book” por compartimento onde se fixa tudo o que lhe diga respeito, desde a sua ocupação funcional e humanização que lhe corresponde, até às condições ambientais e infraestruturais necessárias.

- D. Cada vez mais é fundamental proceder de uma forma sistemática e organizada à compilação de toda a legislação e regulamentos aplicáveis à situação concreta de projeto.

Este conhecimento é tanto mais importante quanto mais disperso é o quadro legal em que se desenvolve o exercício da prática profissional. Cada vez mais somos confrontados com o facto de termos de atender, em simultâneo, à legislação do século passado e à que entrou em vigor no dia anterior, sem que se anulem ou atualizem, embora se complementem. E trata-se tanto da legislação de carácter geral como a que decorrente de condicionamentos urbanísticos locais ou das especificidades do programa concreto.

- E. A participação desde cedo dos técnicos das diferentes especialidades que vão interferir no projeto é de grande importância por forma a se poder aferir se algumas destas especialidades manifestam especificidades concretas que devam ser equacionadas desde logo. Isto porque para determinados programas, há aspectos muito específicos que adquirem um peso determinante no desenvolvimento do

projeto, tanto ao nível das soluções técnicas que se vão desenvolvendo (acústica, térmica, etc.) como ao nível do impacto, em termos de atravancamentos e consequentes gastos de área, volumetrias, ou outros condicionamentos, nomeadamente, no que respeita à relação interior/exterior do edifício (AVAC, eletricidade, etc.).

- F. A seleção dos materiais de construção e acabamentos a utilizar, seja por razões da expressividade do edifício – o que se prende com o tipo de superfícies a criar, mais contínuas ou moduladas com elementos de pequena ou grande dimensão; a cor; a textura; ou a reflexão da luz – seja por razões de adequação ao uso previsto ou de durabilidade em função das condições ambientais, tem que estar sempre presente ao longo de todo o processo, por forma a que a materialização da forma não seja uma etapa a cumprir a dado momento, mas sim uma condição fundamental da ideia do espaço.
- G. Todo o processo não pode deixar de ser balizado pelas condições orçamentais disponibilizadas para a execução da obra, que devem ser entendidas como determinantes em todos os níveis de desenvolvimento do projeto, desde a definição de um standard para o edifício – critérios de dimensionamento, de níveis de acabamento, de qualidade de materiais a aplicar, etc. – até à adequação do tipo de pormenorização, dada a sua interferência no peso orçamental das diferentes artes que realizam a obra.

III. PROJETOS E OBRAS • QUATRO TEMPOS

Como forma de exemplificar o que ficou dito quanto aos aspectos a considerar na metodologia de trabalho apresentam-se cronologicamente quinze projetos e trinta e cinco obras.

Estes projetos e obras foram desenvolvidos em épocas e enquadramentos muitos distintos. São organizados em quatro grupos temporais:

- 1969 | 1976 . A formação e as primeiras experiências de projeto real
- 1976 | 1985 . A grande escala e o mundo profissional
- 1985 | 1996 . A atividade profissional em gabinete próprio
- 1996 | Os projetos de grande dimensão

IV. 1969 | 1976 – A FORMAÇÃO E AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE PROJETO REAL

Data de 1969 a minha entrada no curso de Arquitetura da Escola Superior de Belas Artes do Porto (ESBAP) depois das obsoletas provas de aptidão que um mês de aulas de desenho de estátua com o Mestre Mendes da Silva me permitiram ultrapassar.

Na altura nunca poderia prever que este facto fosse modificar de forma tão determinante toda a minha vida. Foi nesta Escola em experiência que reformulei – formei ? – a minha maneira de ver e de estar no mundo.

Saído de um ensino essencialmente dirigido à memória, veiculado por instituições extremamente autoritárias e repressivas, encontrei-me numa Escola paralisada, com um corpo docente demissionário, numa Escola que sabia o que não queria ser mas sem capacidade para claramente definir o que deveria ser.

Nesse tempo, nessa Escola, a cada um de nós duas opções se colocavam: participar no arranque de uma atividade escolar que outros, mais velhos, procuravam em conjunto definir, ou demitimo-nos do diminuto papel que poderíamos desempenhar.

Talvez porque naquele tempo visse essa Escola como uma subversão do sistema que há muito sentia que me oprimia, logo apaixonadamente me integrei no trabalho da Comissão de Arranque, estrutura que lançou as bases para o funcionamento do curso nesse ano lectivo.

O que foi a Escola do meu tempo não é tema que pretenda desenvolver neste contexto. Várias contribuições para a sua história têm vindo a ser dadas e mais aparecerão, porque o que a Escola hoje é em muito resulta do que não foi neste período.

Alguns aspectos, no entanto, pretendo fazer realçar pela sua futura importância em toda a minha atividade.

Penso que em todo o período da minha formação não se poderá dizer com correção que existiu uma Escola, se entendermos que para isso teria de existir uma estrutura bem definida, onde os objectivos pedagógicos se alicerçassem numa orgânica de curso global e coerente.

A inexistência dessa Escola determinou assim que a formação de cada um fosse diversa, em muito dependente do seu posicionamento relativamente às correntes de opinião que no decorrer do processo se iam manifestando.

De facto a Escola para muitos de nós foi o grupo de trabalho em que nos inserimos.

Neste tempo de sucessivos regimes experimentais, em que nada estava definido e em que tudo se ia definindo; em que à autonomia, verificada impossível, se seguiu a repressão violenta; em que à gestão paritária de professores e alunos – democracia insular inviável – se seguiram direções autoritárias; neste tempo, num país onde se agudizavam as contradições sociais, onde desesperadamente se tentava manter uma guerra colonial votada ao

fracasso; neste tempo, enfim, eu e muitos percebemos claramente a necessidade de radicalizar a nossa luta contra o sistema, pelo logro que consistira a colaboração em tentativas de reforma do imutável.

Esta atitude, que mesmo hoje me parece ter sido inevitável, acarretou consequências que marcaram significativamente grande parte dos intervenientes, alunos e professores, em todo aquele processo.

O funcionamento da Escola com base num esquema pedagógico herdado da experiência de 69/70, sem uma estrutura que permitisse a sua contínua adequação prática, com uma direção autoritária que favorecia uma compartimentação rígida do Plano de Estudos em cadeiras nucleares e subsidiárias, com um corpo docente dividido, sem capacidade de atuar como grupo autónomo e com coerência global ao nível dos objectivos gerais do curso, vai-se alterar significativamente. Cada um dos anos curriculares passa a funcionar isoladamente, com realidades muito distintas.

No campo de atuação privilegiado que passaram a ser as turmas, o grupo de trabalho foi a estrutura eleita. A Escola deixou de ser local de desenvolvimento do trabalho para passar a ser ponto de reunião e discussão dos trabalhos.

Embora relembre com saudade as aulas de projeto do Arq. Fernando Távora no segundo ano e do Arq. Pedro Ramalho no terceiro ano, o que é certo é que o Grupo de Trabalho – Henrique de Carvalho, Carlos Guimarães, José Gigante, Francisco Barata Fernandes e Domingos Borges Delgado Júnior – passa a ser cada vez mais a nossa Escola.

A nossa formação é cada vez mais resultado de um verdadeiro autodidatismo de grupo, apoiado a cada momento pelos docentes que procurávamos.

É por esta razão que quando após o 25 de Abril de 1974 acompanhamos o movimento de viragem da Escola para o exterior, o fizemos com confiança na nossa capacidade de intervenção ao nível disciplinar.

Iniciamos o nosso trabalho no Bairro da Sé, o qual se iria prolongar até 1976, constituindo uma das operações do SALL/NORTE.

O Bairro da Sé integrava-se nas zonas degradadas do núcleo histórico do Porto, que de forma tão significativa marcam a imagem da cidade sobre o Douro.

Formado com base no aglomerado medieval, apresentava-se com características que eram consequência, quer da sua própria origem, quer das contradições surgidas com o posterior desenvolvimento da cidade. Aglomerado onde a propriedade do solo é extremamente dividida, servido por uma malha de ruas estreitas e tortuosas, de forte pendente, que se desenvolve em torno do núcleo clerical – Sé, Paço Episcopal e Igreja dos Grilos – e se fecha sobre si própria, o Bairro da Sé constituía “ghetto” de vida própria, a dois passos do centro cívico da cidade.

Melhor delimitado urbanística e arquitetonicamente pelas aberturas violentas das ruas de S. João, Mouzinho da Silveira e pela Av. da Ponte, o Bairro da Sé, pela própria topografia do Morro da Penaventosa onde se implanta, apresentava-se fisicamente separado da zona da Ribeira pela abertura dos acessos ao Túnel, muito embora as suas características se apresentem muito similares, quer quanto à formação e desenvolvimento histórico, quer quanto aos problemas de precárias condições de habitação e de higiene.

O tipo de construção existente, produto das transformações sofridas ao longo do tempo, apresentava-se completamente degradado, sendo campo propício para a especulação sobre áreas habitáveis.

Construções para habitação que durante o século XVIII e princípios do século XIX serviam a classe burguesa, ocupando uma família a totalidade de um edifício de rés-do-chão e de dois ou três andares, encontravam-se já totalmente alteradas no seu modo de uso.

Embora conservando as suas características arquitectónicas gerais, com o rés-do-chão em granito e dois ou mais andares em taipa, estruturados por vigas de madeira, estes edifícios foram gradualmente ganhando outro sentido ao serem utilizados para albergarem mão-de-obra do mundo rural que procurava na cidade modo de subsistência.

O edifício passa a ser um somatório de divisões, ocupadas em função do máximo lucro a obter por exploradores que se sabiam (sabem) aproveitar das carências habitacionais de largas camadas da população. Como consequência famílias viviam – e ainda vivem – em quartos de reduzidas dimensões e nulas condições de higiene e salubridade, onde se realizam todas as funções que anteriormente eram distribuídas com abundância pelo resto do edifício.

O nosso trabalho no Bairro da Sé iniciou-se pela orientação prestada a um grupo de moradores mais ativo, que havia formado um Centro Social, na base do qual desenvolvia já um processo reivindicativo, tendente a atenuar as fortes carências sentidas pela população ao nível de certos equipamentos e serviços básicos – balneários, lavadouros, infantário, locais para a prática de desporto, etc..

No programa reivindicativo que haviam formulado surgem duas questões que importará referir pela sua importância: autoconstrução e autogestão.

Fala-se em autoconstrução pois era intenção firme verem satisfeitas as suas reivindicações ao nível dos equipamentos, o que pensavam que seria mais exequível pela participação no seu custo através do fornecimento de mão-de-obra.

De facto, em autoconstrução, com materiais fornecidos pela Câmara, foi construída uma das duas únicas obras realizadas, dos inúmeros projetos por nós elaborados.

As “salinhas” como ficaram conhecidas por todos – aproveitamento do espaço sob uma varanda fachada poente da Igreja dos Grilos para infantário, que incluía ainda um balneário

de apoio a recinto desportivo contíguo – obra de reduzida dimensão, foi tema de importantes discussões e experiências.

Pela primeira vez ensaiávamos a discussão de um programa, conhecíamos na prática as dificuldades, as relações com um cliente, discutíamos o projeto em função do processo construtivo, o tipo de comunicação dos desenhos que melhor possibilitasse a sua compreensão por executores não especializados, acarretávamos os blocos da obra que projetamos, ligávamos o trabalho intelectual ao trabalho manual e estreitávamos as nossas relações com a população.

Tudo isto fazíamos apaixonadamente. Por isso as “salinhas” é obra que ganha dimensão na nossa memória.

O projeto dos balneários e lavadouros, a outra obra realizada eternizou-se no tempo, graças à ineficiência dos serviços camarários que conseguiram promovê-la em quatro empreitadas distintas e graças ao José Gigante, responsável pelo projeto dentro da brigada, que nunca deixou de acompanhar a obra mesmo sem remuneração depois do fim do SAAL.

No programa reivindicativo falava-se também de autogestão que começou a ser praticada no serviço de limpeza das ruas, feito por mulheres residentes no bairro com material cedido pela Câmara.

A possibilidade de os próprios utentes interferirem diretamente na gestão de alguns serviços – para além da limpeza das ruas o Centro Social começou a gerir o infantário – veio reforçar o movimento reivindicativo, aumentando o número de pessoas que participavam nas atividades que o centro vinha a levar a cabo.

A criação do SAAL – Serviço Ambulatório de Apoio Local – em 31.JULHO.1974 vem abrir novas perspectivas a este movimento pois as carências mais sentidas pelos moradores colocavam-se ao nível da resolução dos problemas da habitação.

Inicia-se um processo de dinamização dos moradores do bairro, tendente à formação de uma Comissão de Moradores, a quem incumbiria a constituição da futura Associação de Moradores do Bairro da Sé.

Este processo que a brigada sempre apoiou teve avanços e recuos significativos, decorrendo num clima que foi tudo menos pacífico.

De facto, a realidade social do bairro – onde conviviam o pequeno-burguês “remediado” e o insolvente, o operário e o marginal, o pequeno proprietário fundiário e a “subaluga”, o grande armazenista e a prostituta, o reformado e o proxeneta, o ladrão e o polícia, e onde, o merceiro e a doméstica tudo sabem da vida de cada um e nada escondem; onde privacidade e conforto são palavras não traduzidas num quotidiano de vida; onde condições económicas insuficientes determinam comportamentos desconfiados e agressivos; onde a vivência coletiva é a maior parte das vezes forçada pela inexistência de espaços de estar privados; onde

população flutuante é vizinha de nascidos e radicados no bairro; onde odiados exploradores locais possuem fortes mecanismos económicos de controlo das pessoas; onde a desunião alterna, em circunstâncias determinadas, com fortes sentimentos de entreajuda – nesta realidade, dizia, é extremamente difícil lançar os embriões de qualquer tipo de organização.

E mais difícil se tomava ainda fazer avançar o movimento reivindicativo, onde são inúmeras as dificuldades de uma unificação de esforços, resultantes não só desta diversificada realidade social, em termos de interesses em presença, mas também porque essa realidade se diferenciava em zonas de vivência muito distintas.

De facto a realidade das ruas da Banharia, Escura, Souto e Pelames – onde imperavam as casas de dormida, os “bares” e as subalugas; onde a prostituição não se esconde da luz do dia; e onde a intensa atividade comercial e o mercado atraíam populações exteriores à zona – não podia ser comparada com a realidade das ruas da Penaventosa, Aldas, Mercadores, Santana e S. Sebastião – onde prevalecia a função residencial; onde as relações de vizinhança se estreitavam por uma vivência coletiva favorecida pelo próprio espaço que fechando-se sobre si se abre interiormente em largos e escadarias com fugas visuais mais amplas; onde o fontanário se transformou em lavadouro público; e onde o trânsito mecânico é apenas eventual – assim como qualquer destas realidades não se confunde com o que se passa na rua de D. Hugo e Largo Pedro Vitorino – onde se tinha instalado o artista, o escritório e o mercador de antiguidades; onde os frequentadores do Paço Episcopal “transpiravam dignidade”; onde o turista vai espreitar o pitoresco; onde, enfim, o automóvel plenipotenciário do espaço, estaciona sobre o casario demolido em 1940.

Por tudo isto a organização dos moradores foi avançando de forma muito lenta, num processo cheio de acidentes de percurso, muitas vezes motivados por fatores exógenos à sua própria dinâmica, como foram as falsas contradições lançadas no seio do movimento por formações políticas, pretendendo umas liderá-lo hegemonicamente, e outras destruí-lo.

Nesse tempo a minha atividade dividia-se por um emprego de subsistência em tempo parcial, pela participação empenhada no processo escolar que visava a consolidação da gestão democrática e onde se discutiam as bases gerais para a reestruturação do curso – participei na elaboração da proposta apresentada pela “lista cinzenta” que muito influenciou a estrutura do curso de arquitetura da FAUP que hoje conhecemos – e ainda pelo trabalho na brigada SAAL então formada com o Arq. Manuel Teles como responsável.

Foi tempo em que a vida decorria com um ritmo vertiginoso, em que o dia permanecia na noite, e em que descanso e diversão eram palavras que a vontade de realizar faziam esquecer.

Neste tempo de tarefas inadiáveis, em simultâneo com o reforço dos laços de camaradagem nascidos do trabalho conjunto iniciado à longos anos, vêm ao de cima as contradições latentes e as incompatibilidades.

A brigada passa a ter instalações próprias e agora só nós passamos a ser responsáveis pelo destino da operação. O escritório da rua Clube Fluvial Portuense, literalmente a dois passos da zona de intervenção, passa a ser, pouco tempo depois, o centro da nossa vida.

“Mais importante do que conhecer soluções para todos os problemas que se colocam num projeto, é ter consciência da sua existência. Se isso acontecer, resolvê-los será em tempo próprio uma questão de estudo.” Estas frases, no seu sentido, ouvia-as ao Arq. Fernando Távora quando no segundo ano da ESBAP, pretendíamos ter resposta para a infinidade de problemas que se nos colocavam no nosso primeiro ato de projeção, sob o tema o “Abrigo Individual”.

Postos perante a necessidade de programar o desenvolvimento da operação – o que colocava a questão da metodologia de intervenção num centro histórico; a urgência em organizar um inquérito exaustivo que permitisse quantificar e objetivar a qualificação da realidade do bairro – o que pressupunha a definição do tipo de inquérito; a dificuldade de estabelecimento de critérios para um levantamento físico da zona – o que tornava necessário definir entre outras coisas, o método a utilizar no levantamento dos edifícios; o início do processo de projeto de algumas unidades; aquelas frases ganharam atualidade perante uma certa inexperiência prática.

Procurámos por isso a outra parte da nossa Escola.

Muitos ensinamentos retiramos da experiência dos Arquitetos Jorge Gigante, Fernando Távora e Álvaro Siza que entretanto propusemos aos serviços regionais do SAAL que fossem contratados para apoiarem a nossa atividade, dado que estávamos a trabalhar sem um arquiteto responsável.

Muitas foram as reuniões e discussões que realizamos o que permitiu que fossemos avançando com o trabalho com segurança.

Deste período apenas se apresenta o projeto da Ruína da Rua dos Mercadores referenciado como o projeto n.º I.

V. 1976 | 1985 – A GRANDE ESCALA E O MUNDO PROFISSIONAL

Após o processo de extinção do SAAL e do conseqüente desmembramento das Brigadas Técnicas iniciou-se o processo de procura de local de trabalho. Como consequência o grupo dispersou-se. Para mim surgiu uma oportunidade de colocação no escritório do Arq. Arménio Losa onde já trabalhava o Henrique de Carvalho.

A minha atividade iniciou-se por uma fase de aproximação às questões do planeamento territorial. O Arq. Arménio Losa tinha sido convidado pela Direção Geral do Planeamento Urbanístico para elaborar o Plano da Área Territorial dos Concelhos de Viana do Castelo, Caminha e Vila Nova de Cerveira e necessitava de um colaborador.

À data não existia um entendimento claro do que deveria ser um plano deste tipo – foi percussor, no país, dos Planos Diretores Municipais – e a própria entidade contratante era muito lacónica quanto ao que considerava que deveriam ser os objetivos a atingir. Existia a experiência do Plano da Região do Porto, mas a sua ineficácia levava a pensar a necessidade de procurar outros caminhos que não utilizassem a metodologia que tinham seguido.

Colaborador numa equipa de existência nominal, porque não se tinha ainda iniciado o trabalho com os economistas e o sociólogo que a compunham, só tardiamente comecei a ter responsabilidade na condução e coordenação do trabalho devido a razões internas do próprio escritório.

Digo tardiamente pois a concepção do plano que na altura havia já adquirido mostrava-se inviabilizada na sua completa aplicação, por razões contratuais, de prazos e meios de realização.

O contrato visava a elaboração de um plano nos moldes clássicos – a elaboração de um plano estático – que partindo de uma análise mais ou menos exaustiva e pretensamente científica da realidade, propusesse a sua fixação em propostas de zonamento físico e regulamentares que constituíssem norma rígida a ser cumprida nas ações subsequentes.

Este tipo de plano tinha-se mostrado completamente inadequado na sua tentativa de aplicação a uma complexa realidade de dinâmica própria muito intensa. A sua aplicação só seria possível pontualmente ou por métodos repressivos, originando na maior parte das situações o negativo do que era proposto.

De facto numa sociedade onde eram incontrolados e incontroláveis os mecanismos determinantes da fixação do emprego e, conseqüentemente, das pessoas; onde a definição das políticas e ações dos diferentes serviços públicos não resultava de um planeamento intersectorial, sendo por isso imprevistos e não programados os seus impactos; onde as administrações municipais, eleitas pela sua cor política e não por razões de competência,

se tinham mostrado incapazes de definir ações estruturais, quedando-se pelo remendar de situações inadiáveis; onde tudo se fazia por “conhecimentos” a maior parte das vezes traduzidos em subornos; onde o cotidiano das populações se traduzia num sem número de carências de serviços e equipamentos básicos; onde os investimentos do poder central a este nível não eram função de critérios pré-estabelecidos e globalizantes, sendo antes resultado da necessidade de ir dando resposta aos problemas que a intensidade das solicitações locais tornava urgentes; onde os valores do património cultural construído e paisagístico eram constantemente sacrificados aos interesses de proprietários fundiários e promotores turísticos, como resultado da incapacidade de implementação de uma correta política de salvaguarda; onde, enfim, o caos urbanístico é cenário do cotidiano; nesta sociedade, dizia, um plano não podia pretender ser um documento acabado, com princípio, meio e fim. Pelo contrário teria que ser início de um processo de gestão participada e contínua, que alicerçada num conhecimento aprofundado da realidade, possuísse meios e instrumentos de ação que a cada momento possibilitassem intervenções a vários níveis, em simultâneo com uma reformulação constante dos objetivos programáticos a atingir.

Esta experiência de trabalho foi muito enriquecedora pois permitiu entender a realidade física do território com um enquadramento bem mais aprofundado. Durante mais de mês e meio percorri estes concelhos num trabalho de campo exaustivo, passando a conhecer em pormenor toda a realidade da área de estudo. E isso foi muito positivo para a prossecução do trabalho.

O resultado foi no entanto a elaboração de um plano estático, um documento fechado, que embora muito completo, mesmo nos aspectos regulamentares, e muito bem apresentado graficamente, não teve consequências diretas na organização do território, tanto mais porque era um documento emanado do poder central que as autarquias optavam por não aplicar sempre que isso entrava em conflito com os interesses locais.

Embora durante alguns anos fosse apontado como modelo a seguir pelos Planos Diretores Municipais, foi uma experiência muito frustrante, o que me levou a desistir mais tarde – embora ainda após outras experiências deste tipo: Plano Gerais de Urbanização de Vizela e de Vila Meã – de qualquer atividade profissional neste campo.

Entretanto as relações de trabalho com o Arq. Arménio Losa e com o Henrique de Carvalho foram-se fortalecendo e em 1979 formalizamos a constituição de uma sociedade por quotas.

No âmbito desta nova plataforma de trabalho, e paralelamente à atividade de planeamento, houve oportunidade de realizar outros trabalhos de projeto, dos quais se apresenta aquele referenciado com o número 2.

No decurso do projeto do Centro de Artes de Viana do Castelo foram-se agravando as contradições decorrentes das formas distintas de estar na profissão que cada um ia

defendendo e, fundamentalmente, dos modos de fazer arquitetura que cada um ia praticando, e este afastamento entre nós, levou inevitavelmente à dissolução da sociedade.

VI. 1985 | 1996 – A ATIVIDADE PROFISSIONAL EM GABINETE PRÓPRIO

O fim da plataforma de trabalho que a sociedade com o Arq. Arménio Losa e o Henrique de carvalho constituía originou uma profunda alteração no quadro quotidiano de vida, dado que correspondeu a passar de uma estrutura organizada de produção do trabalho – num escritório que possuía todas as condições e equipamentos, e contava com um corpo de colaboradores – para uma atividade desenvolvida solitariamente numa sala, no escritório do meu amigo Arquitecto Paisagista Manuel Ferreira que comigo havia já trabalhado em inúmeros projetos.

O quotidiano passou a ser vivido nessa sala, frente ao Jardim de S. Lázaro, paisagem magnífica a dois passos da ESBAP, onde já lecionava desde 1980.

Como não tinha nenhuma encomenda decidi participar no concurso para a Sede da Associação de Investigação do Território de Soure (projeto 3) pela sua reduzida dimensão que me permitia realizar pelos meus próprios meios todo o trabalho.

O facto de ter vencido este concurso teve uma grande relevância para a minha atividade, dada a importância de que se revestiu a nível nacional, conforme esclareço ao fazer-lhe referência.

A minha atividade após essa data passou a desenvolver-se de uma forma mais intensa e desde logo necessitei encontrar colaboradores que pudessem apoiar todo o processo de elaboração dos projetos. Lembro António Portugal, entretanto falecido, meu aluno e colaborador direto, que comigo trabalhou durante seis anos e que marcou a sua participação em alguns projetos.

Também por essa altura o Arq. José Carlos Portugal, que já tinha tido uma participação pontual em trabalhos anteriores, passou a integrar a equipa, e após algum tempo passou a ser coautor dos trabalhos desenvolvidos no escritório, sem que tal tenha correspondido a uma participação na sociedade.

As encomendas surgiram, inicialmente, através de pessoas das minhas relações, correspondendo a pequenas intervenções e a programas de habitação unifamiliar, obras de raiz ou recuperações e ampliações de edifícios existentes, tendo posteriormente sido solicitado para elaborar projetos com uma maior dimensão. Destes destaco a participação

no concurso para as novas instalações da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (8), o empreendimento denominado Centro Atlântico (9) e os edifícios do Centro de Comunicação Social e Restaurante para a Expo'98 (16).

Nesta fase o escritório adquiria já uma outra dimensão, ao nível do número de colaboradores e capacidade de concretização, recorrendo-se a meios informáticos de produção. Foi um período de viragem nas formas de fazer e na relação com o processo produtivo da construção.

Até aí trabalhava-se com uma reduzida equipa técnica que dominava os aspectos mais essenciais da construção: estabilidade, hidráulica, eletricidade, e AVAC, apenas em programa especiais. Para projetos de pequena dimensão inúmeras vezes os projetos de hidráulica e eletricidade eram realizados pela própria estrutura interna do gabinete de arquitetura.

A regulamentação da edificação era escassa limitando-se a alguns regulamentos gerais – dos quais se destacava o Regulamento Geral das Edificações Urbanas de 1951 ainda em vigor – e a uma regulamentação específica para alguns programas particulares: indústria, turismo e poucos mais.

A regulamentação da construção era também muito reduzida, abrangendo essencialmente as redes infraestruturais.

A organização do sistema produtivo da construção era muito menos segmentada. As empresas possuíam estruturas próprias de produção das diferentes partes da construção – das diferentes artes – com encarregados experientes e conhecedores, subcontratando essencialmente trabalho indiferenciado ou muito específico.

A generalidade das grandes empresas sabia construir, porque quem dirigia a obra o sabia fazer. Os Diretores de Obra tratavam da construção e os orçamentistas e gestores tratavam das questões financeiras.

O acompanhamento da obra por parte da equipa de projeto era muito apoiado por um trabalho de preparação eficaz por parte do empreiteiro, o que permitia antecipar a resolução dos problemas decorrentes de algumas opções de projeto. Ou avaliar a possibilidade de desenvolver soluções alternativas, o que de um modo geral era prática corrente, demonstrativa da grande abertura que existia por parte dos construtores.

E, para além do mais, tudo era feito com mais tempo, com um ritmo que possibilitava sedimentar todo o processo, desde o projeto à obra.

A elaboração do projeto com o recurso a meios manuais de produção separava claramente a fase de concepção da fase de concretização, sendo que à concepção se reservava o máximo de tempo possível, remetendo-se a execução dos desenhos finais para períodos de extensão máxima do tempo de trabalho, o que a maior parte das vezes queria dizer “diretas” sucessivas.

Progressivamente foi-se impondo uma nova organização da produção da obra e foi-se multiplicando a regulamentação da construção com legislação a maior parte das vezes

desajustada à realidade portuguesa e um quadro legislativo disperso que sempre dificultava a procura de uma coerência de resposta.

Assiste-se também à progressiva influência dos saberes de disciplinas emergentes – acústica, térmica, etc. – o que determina a ampliação das equipas pluridisciplinares, chegando ao absurdo de no último projeto de um hospital existirem vinte e um projetos de especialidade!

E é nesta altura que fica presente a afirmação do Arq. Fernando Távora: “na formação que defendemos o arquiteto deve ser um especialista em generalidades”. E com isto queria dizer que um arquiteto deve saber fazer arquitetura, isto é, deve saber projetar espaços confortáveis em que as pessoas se sintam bem, em construções realizadas com qualidade e conforto e que gerem uma sensação de proximidade ao Belo.

O arquiteto terá assim que saber de tudo o que respeita à construção, mas apenas na exata medida em que tal conhecimento seja importante para poder coordenar o projeto e integrar todas as contribuições das especialidades, que inevitavelmente têm uma visão muito parcelar da realidade.

O Centro de Comunicação Social da Expo'98 foi o último projeto deste período e coincide com o fim da relação de trabalho com o Arq. José Carlos Portugal dado o distinto caminho que vínhamos a percorrer nos últimos tempos e que apontavam para formas diferenciadas de encarar as questões da arquitetura e de delinear os objetivos do percurso a seguir.

VII. 1996 | . . . – OS PROJETOS DE GRANDE DIMENSÃO

Este período corresponde a uma alteração significativa do tipo de encomenda. Para além de ter vencido alguns concursos públicos de grande importância, recebi algumas encomendas diretas – públicas e privadas – correspondentes a edifícios com programas singulares e fui contratado por grandes empresas de construção civil para integrar equipas pluridisciplinares para participar em concursos públicos internacionais de grande dimensão: 18 . Parque Urbano e Central de Camionagem de Bragança (Câmara Municipal de Bragança); 19 . Marginal do Rio Douro em Vila Nova de Gaia (Somague e Mota Engil); 20 . Lipor III (Somague e Mesquita e Filhos); 21 . Porto 2001 Capital Europeia da Cultura (Arqtos Mercês Vieira e Camilo Cortesão); 22 . Molhes do Douro (Somague e Irmãos Cavaco); 23 e 24 . Museu do Automóvel e Pavilhão Multiusos (Câmara Municipal de Fafe); 25 . Unidade de Cuidados Continuados da Boavista, Porto (Carlton Life); 26 . Hospital Privado da Boavista

(Hospitais Privados de Portugal); 27 . Instituto CUF Matosinhos (Grupo Mello Saúde); 29 . Douro's Place – Antigo Armazém Frigorífico de Bacalhau (Losafos Lda); 30 . Remodelação do Edifício Transparente (Hottrade Lda); 31 . Unidade de Cuidados Continuados Lusíada, Lisboa (Carlton Life); 32 . Bom Sucesso – Design Resort, Leisure, Golf & SPA, Óbidos (Sifagri SA); 34 | 36 | 37 | 38 | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 . Remodelação e ampliação de onze Escolas do Ensino Secundário (Parque Escolar SA); 39 . Gaia Nova (Teixeira & Duarte Imobiliária); 48 . Cine-Teatro de Amarante (Câmara Municipal de Amarante); e 50 . UPTec – Polo das Industrias Criativas (Universidade do Porto).

Esta alteração qualitativa da encomenda e o maior contato direto com a obra, teve consequências quantitativas significativas. A estrutura produtiva teve que ser aumentada passando a existir uma hierarquia de responsabilidades no interior das equipas de projeto. Neste período contei com a importante colaboração dos Arqts Sara Almeida, Rodrigo Coelho, Nelson Cime e Nuno Barbosa que foram responsáveis por várias dessas equipas de trabalho, sem que tal correspondesse à existência de uma coautoria na produção dos projetos.

O escritório passou a ter uma organização muito controlada para que o funcionamento de todos os intervenientes em equipa fosse mais pacificado, na medida em que sabendo-se o papel que cada um tem que cumprir mais fácil se torna atingir os objetivos comuns.

Passaram a existir regras claras quanto ao modo de organização da informação dentro do escritório e na relação com as equipas de engenharia que participavam no trabalho e quanto ao modo de representação dos projetos, por forma a uniformizar a expressão gráfica dos desenhos, de trabalho para trabalho e de equipa para equipa.

Também foi feito um trabalho de clarificação dos conteúdos dos desenhos no que respeita à comunicação do projeto à obra. Isto é, definiu-se o que era indispensável e fundamental incluir num Projeto de Execução por forma a garantir que toda a informação passasse para a obra, por forma a garantir qualidade de execução na construção das definições estudadas em projeto.

A expressão dos desenhos passou a contar com o uso da cor como forma de aumentar a capacidade de leitura dos intervenientes na obra.

Foi também feito um trabalho de tipificação da informação a incluir nos diferentes desenhos que integram o Projeto de Execução relacionando todos os aspectos da obra, tendo em consideração que construir é sobrepor elementos de diferentes componentes e artes, e integrar nas espessuras que os edifícios sempre incluem, as intervenções parcelares das diferentes redes infraestruturais, das quais apenas importam para a criação dos ambientes finais os seus elementos visíveis.

Conseguiu-se deste modo abarcar a totalidade da obra, considerando os conteúdos de desenhos gerais, situações tipo, situações particulares, pormenorizações das diversas componentes da construção e mapas de acabamento e de vãos.

VIII. 15 PROJETOS E 35 OBRAS

I | RUÍNA DA RUA DOS MERCADORES OPERAÇÃO SAAL DA SÉ . PORTO PROJETO 1976 . TEXTO 1976 E 2013

A Ruína da rua dos Mercadores, era um dos poucos vestígios de um edifício de habitação do séc. XVIII que ainda se podiam encontrar na zona de trabalho.

O projeto assumia características bastante particulares, pois não se tratava de uma recuperação – dado que do existente, para além de parte da empena em granito, apenas restavam alguns elementos de fachada – nem de uma intervenção totalmente nova, já que se entendia que todos os elementos de interesse arquitectónico deveriam ser preservados na sua integridade formal. A ruína existente deveria assim ser devidamente “integrada” no volume a criar, sem que isso correspondesse à perda da sua individualidade e linguagem próprias.

Desta forma o volume a edificar deveria, no seu tratamento formal, distinguir-se do existente, assumindo uma linguagem que evidenciasse a leitura clara da demarcação entre o antigo e o novo, dado que só negando a dinâmica da história se poderia encarar a hipótese de procurar fazer a reconstituição do edifício do séc. XVIII, com a pretensão de obter uma imagem final onde o volume construído se apresentasse como um todo.

Admitir esta concepção revivalista seria divorciar totalmente a obra arquitectónica do contexto histórico em que se insere. A ruína existente e o volume novo a edificar correspondem a dois tempos históricos distintos nos quais a arquitetura assume linguagens formais específicas, de acordo com o desenvolvimento tecnológico, os materiais passíveis de utilização e a própria cultura da época. Essa especificidade deveria aparecer claramente traduzida no tratamento formal da parte nova do edifício, não escondendo, no contraste estabelecido com o existente, a imagem do corte resultante das demolições para a abertura do túnel.

Por outro lado a ruína existente inseria-se num contexto urbano preciso, mantendo relações formais com os edifícios que a enquadravam. Haveria assim que projetar um volume novo que não se distinguisse totalmente do existente e, por outro lado, ligar a fachada ao conjunto construído da rua dos Mercadores, dado que a sua acentuada caracterização formal subjugava fortemente qualquer unidade arquitectónica que se pretendesse individualizar.

Esta necessidade de encontrar pontos de identidade morfológica com o meio aparecia reforçada pelo facto da ruína ter passado a ser remate, embora forçado, de todo o quarteirão e como tal aparecer como ponto de destaque do mesmo.

É a identidade morfológica existente entre as várias unidades arquitectónicas da zona que constitui o principal elemento definidor da sua homogeneidade formal. Os edifícios de várias épocas – do séc. XIV ao séc. XIX – que podemos encontrar na zona, construídos com diferentes materiais e técnicas construtivas distintas, mantêm de facto uma constante morfológica, que permite que o conjunto edificado seja lido de forma contínua e homogénea, ultrapassando a individualidade de cada unidade arquitectónica.

Assim o volume novo a criar deveria na sua expressão formal, apresentar traços de identificação com o meio sem abandonar a sua linguagem própria. De facto, a procura dessa identificação não passava pela cópia direta dos elementos existentes. Em muitos casos – e há-os em grande número no Porto – esse “decalque” do existente acaba por transformar as tentativas de integração em puro folclorismo, em que o sentido orgânico da obra (relação espaço – estrutura – forma) se desmembra num ecletismo formal descontrolado.

O centro antigo do Porto é, aliás, o testemunho real de que as concepções subjacentes a essas tentativas de recuperação estão erradas e que a continuidade formal e a identidade morfológica podem ser atingidas sem trair a linguagem e expressão próprias dos materiais e processos construtivos utilizados. Entre os edifícios construídos totalmente em granito e aqueles em que predomina a taipa – para citar apenas um exemplo – há diferenças estruturais que traduzem no tratamento exterior formas de expressão distintas. Essas diferenças podem-se perceber na maior parte dos detalhes – desde as orlas das janelas às cornijas – aos quais isoladamente se poderá atribuir pouca importância mas que no seu conjunto exprimem a linguagem própria do sistema construtivo. E no entanto, esta variedade, longe de contribuir para a individualização das unidades construídas é factor de enriquecimento do conjunto, cuja homogeneidade encontra o seu suporte em traços comuns que sobrevivem sempre às diferenças existentes, reforçados pela acentuada caracterização da malha urbana medieval.

É por isto que se pensa ser possível, utilizando a linguagem própria do sistema construtivo corrente, encontrar alguns desses pontos de ligação com o existente que permitissem identificar a intervenção com o meio.

Outra questão importante na concepção do novo volume foi a definição do tipo de remate que o edifício deveria representar para o quarteirão. Pensou-se que esta definição, a ser colocada coerentemente, deveria ser sequência lógica da análise realizada das condições existentes e dos critérios de intervenção adoptados.

Foi assim preocupação fundamental em todo o formular da intervenção garantir a legibilidade da ruptura introduzida na malha urbana, com todos os seus reflexos na destruição descuidada do conjunto construído pré-existente. E a ruína dá uma leitura clara deste corte que se pretende evidenciar – a fachada principal do edifício do séc. XVIII, em grande parte ainda de pé, mostra a anterior ligação do edifício ao conjunto da parte superior da rua dos

Mercadores, enquanto que, a parede de meação semidestruída virada ao túnel, evidência bem pelo seu contorno irregular, os sinais da demolição descuidada e, apresentando-se formalmente como uma empena, claramente denuncia a anterior existência de edifícios que estabeleciam a ligação à parte inferior da rua dos Mercadores.

É precisamente essa leitura de empena, com um perfil superior que desenha um contorno irregular, que se apresenta como a imagem viva da ruptura introduzida na continuidade do conjunto construído. O volume a criar não deveria assim apagar esta imagem, mas antes contribuir para a tornar mais expressiva e evidente. A leitura da empena devia ser mantida, conservando-se a parede existente com a sua expressão atual e tratando dentro desse espírito, a fachada correspondente do volume novo. Assim se procurava evidenciar a diferença entre a fachada lateral, definida como uma superfície de corte, e a principal, integrada no plano das fachadas dos edifícios da rua dos Mercadores.

Uma última opção seria ainda determinante no espírito da intervenção. Não bastaria que o volume novo se demarcasse do existente, contrapondo-lhe uma linguagem distinta. Era necessário definir também a relação de predominância das duas partes da obra, isto é, qual a parte do edifício que interessava destacar visualmente.

Duas opções seriam possíveis.

A primeira consistiria em remeter a ruína existente a um papel secundário, sobrepondo-lhe um volume novo que pela sua maior dimensão reduzisse a fachada do séc. XVIII a um simples elemento decorativo. Tal hipótese seria verificável se aproveitássemos apenas a fachada principal integrando-a no volume novo. Se assim fosse estaríamos a sobrevalorizar a nossa intervenção e a minimizar a importância da ruína existente.

Pelo contrário, uma segunda opção – a nosso ver a mais correta – consistia em procurar sobrevalorizar o existente, na medida em que era esse o elemento da obra historicamente identificável com o conjunto arquitectónico da parte baixa da rua dos Mercadores, sendo ao mesmo tempo o elemento onde são visíveis as marcas da ruptura introduzida na continuidade desta rua. A ruína seria mantida na sua integridade, sendo-lhe apenas adicionado um elemento novo que pela sua implantação, volumetria e tratamento exterior, não apresentasse solicitações visuais capazes de apagar ou enfraquecer a marcada expressão formal do barroquismo das linhas do séc. XVIII.

O projeto foi aprovado pela Comissão de Arte e Arqueologia da Câmara Municipal do Porto e, enviado à 4.ª Subsecção da 2.ª Secção da Junta Nacional de Educação – conforme exigia a legislação em vigor – foi objecto de uma informação negativa da qual se transcrevem alguns extractos por constituírem afirmação inequívoca dos conceitos retrógrados que norteavam a ação dos serviços centrais com responsabilidades de intervenção nos centros antigos:

“Verifica-se que de facto o projeto apresentado enferma do grave erro de ser uma projeção fácil (primária mesmo) de um acrescento novo que se distingue totalmente do existente com incapacidade ou ignorância de responder às exigências do meio arquitectónico em que a obra se insere”. E adiantava-se:

“(…) a empena resultante da interrupção do alinhamento das construções, por constituir neste momento o remate de todo o quarteirão da rua dos Mercadores carece de adequada resolução de fachada e de transição para a obra de silharia interrompida no remate da boca do túnel. Não se trata de esconder a imagem do corte efectuado pela demolição resultante da abertura do túnel mas de resolver, de integrar a ruptura existente nos paramentos, quer dos volumes a conjugar quer pela transição, promovendo os necessários remates, adequando e relacionando a eventual diversidade de materiais a utilizar.” Entendia assim a Junta que:

“(…) o projeto ora apresentado não merece aprovação por não corresponder no aspecto urbanístico e arquitectónico às mais elementares exigências de integração e expressão próprias do edifício. Nestas circunstâncias deverá o mesmo projeto ser integralmente revisto (…)” pelo que, muito amavelmente, adiantavam as seguintes sugestões:

“(…) eventual necessidade de se ocupar de modo conveniente com a nova construção o espaço fronteiro à empena para se anularem os recantos onde persistiria a “lixreira” que se pretende fazer desaparecer e assim rematar com uma fachada o quarteirão, estabelecendo a um tempo a ligação com a boca do túnel; admite-se ainda o interesse que poderá advir do vazamento de parte do piso térreo (…)” Considerava ainda que: “(…) não deverá ser elevado o quarto piso, de resto com duvidoso tratamento em “marquise” no projeto apresentado. Deveria também “a cobertura respeitar pelos seus beirados a expressão local, bem como as novas fenestranças nos seus traçados e acabamentos”.

A imagem da proposta de ocupação feita pela Junta Nacional de Educação já o Arq. Luís Cunha a havia transmitido através de um “esboço perspéctico” que informava a cedência do terreno.

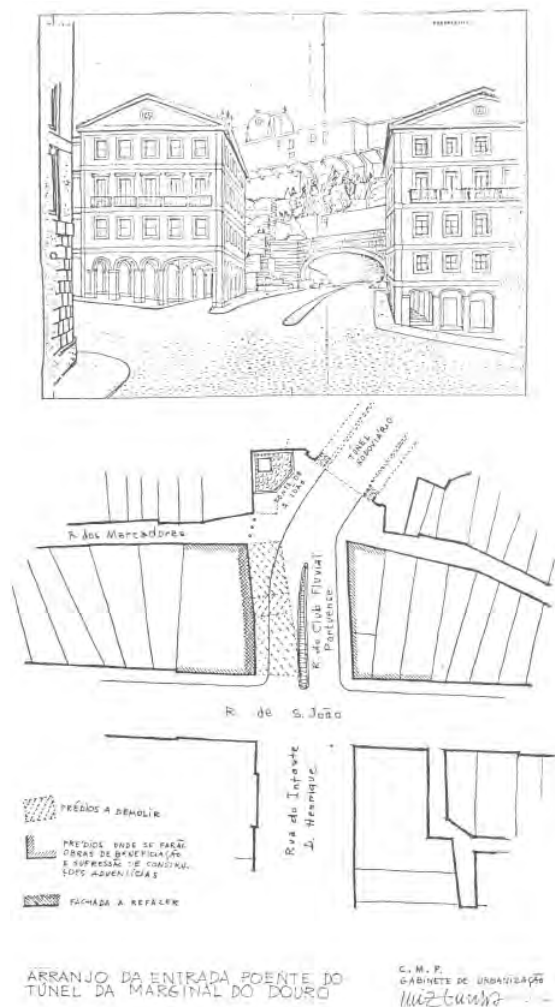


FIG. 1 – DESENHO DO ARQ. LUÍS CUNHA PARA O ARRANJO DA ENTRADA POENTE DO TÚNEL DA RIBEIRA

Procede-se à demolição de um prédio para alargamento de uma rua e a parede de meação aparece transformada, como por encanto, em “esplendorosa” fachada ao “estilo da época”, a qual se dignifica com “magnífica” arcaria que dará o toque de “imponência” necessária à entrada do túnel.

É a diferença entre o competente artesão que recupera magníficas peças de mobiliário antigo e o moderno empresário “especialista no fabrico de móveis dos séc. XVI a XVIII”, à escolha do freguês.

É a incapacidade de perceber o que é respeitar a história sem negar a sua dinâmica.

Como estava inviabilizada qualquer hipótese de contacto com a Junta Nacional de Educação, douto órgão do poder central com funções meramente consultivas, o parecer manteve-se inalterado e inalterável.

A construção ficou assim inviabilizada.

2 | CASA CASIMIRO VAZ

VILA PRAIA DE ÂNCORA. VIANA DO CASTELO

PROJETO 1979 | 1980 . OBRA 1981 | 1982 . TEXTO 1983 E 2013

A casa de Vila Praia de Âncora foi a primeira experiência de construção de um projeto. Tem por isso um significado muito especial. Correspondeu a um processo de aprendizagem muito intenso e permitiu verificar “ir loco” algumas opções construtivas e de acabamento que vínhamos a estudar desde há já algum tempo.

Encomendada por um emigrante na Noruega, filho de pescadores da vila, a casa albergou um programa que foi discutido intensamente com o cliente, sem a participação da família, o qual só foi possível desenvolver dado o elevado nível cultural deste emigrado a trabalhar numa grande multinacional.

A obra desenvolveu-se sem sobressaltos dado que o cliente estava ausente e o seu representante apenas tratava dos assuntos relacionados com a gestão financeira e administrativa da obra. Poder-se-á pois dizer que o projeto foi integralmente realizado, porque neste caso não existiram os habituais telefonemas das segundas-feiras, depois da visita à obra no fim de semana, na companhia de familiares e amigos, que sempre emitem opinião avalizada sobre o que está mal e sobre o que falta... É de facto muito cansativo, ter de rebater opiniões a maior parte das vezes completamente desajustadas, reafirmando e defendendo os princípios geradores do projeto.

Procurou-se no desenvolvimento do projeto reduzir ao máximo o custo da construção, adequando o extenso programa às condicionantes impostas pela forte pendente e natureza rochosa do terreno. Optou-se assim por uma forma alongada cingida à encosta e ocupando toda a largura disponível do terreno, e pelo desenvolvimento do programa em dois pisos.

Tomada esta opção inverteu-se a organização tradicional deste tipo de programas, passando os espaços diurnos a situar-se no segundo piso, aproveitando a extensa frente voltada ao mar e à foz do rio Âncora. A cota de implantação ficou assim determinada por esta relação, dado que o disfrutar desta magnífica vista sobre a paisagem só era possível em cota superior às cumeeiras dos edifícios fronteiros, alinhados do outro lado da rua de acesso.

Desde sempre a presença de inúmeros afloramentos rochosos no terreno foi uma referência que marcou muitas das opções de projeto. Os volumes da casa são escalonados segundo a pendente da encosta e articulam-se com os afloramentos rochosos que se procuraram preservar das demolições que inevitavelmente decorreriam da criação das fundações da casa.

Esta tentativa de valorização das condições do terreno levou também à procura de um material de acabamento exterior da casa que fosse pouco dissonante. O betão aparente,

pela cor, foi o material eleito. O acabamento picado à picola – pico grosso – permitiu uma maior aproximação aos afloramentos rochosos, também em textura.

Procurou-se também conseguir, tanto quanto possível, uma continuidade de leitura do terreno pelo que se criaram transparência pontuais que garantem fugas visuais em certos pontos de vista dos percursos de acesso.

3 | ASSOCIAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DO TERRITÓRIO

SEDE DA BIENAL DE ARQUITETURA . LARGO DO PARAÍSO. SOURE

PROJETO 1986 . OBRA 1988 | 1990 . TEXTO 1986 E 2013

1.º LUGAR EM CONCURSO PÚBLICO

Em 1986 lutava-se em Portugal pela afirmação da profissão de arquiteto. Não era assim usual a existência de Concursos Públicos de Arquitetura. Em contraponto foi lançada esta iniciativa que teve uma adesão massiva – mais de cinquenta participantes – fruto do trabalho dos arquitetos Carlos Figueiredo e José António Bandeirinha.

Soure, uma pequena cidade da Zona Centro, perto da Figueira da Foz, transformou-se assim por um fim de semana num polo de atração do interesse de arquitetos de todo o país, não só pela divulgação dos resultados dos dois concursos realizados, como pelas conferências que tiveram lugar – de Álvaro Siza Vieira, Nuno Portas e Pier Luigi Nicolin (à altura diretor da revista Casabella).

O programa do concurso não era muito definido, sendo no entanto muito claro quanto aos pressupostos de partida.

Pretendia-se, conforme se podia ler no programa, a “elaboração do Estudo Prévio da futura sede da Bienal de Arquitetura.

A comissão Organizadora desta 1.ª Bienal pretende, muito em breve, transformar-se em Associação de Investigação do Território, assumindo assim a realização periódica de Bienais de Arquitetura. Pretende-se pois, vir a dotar esta associação de uma sede onde possa promover esta iniciativa e implementar um outro conjunto de atividades úteis ao seu âmbito de ação.

O lote escolhido para a construção desta sede insere-se no Largo do Paraíso, praça com grande valor histórico e cultural para a compreensão do desenvolvimento da Vila e das suas relações com o território. A possível passagem do antigo leito do rio Anços, que em lacete isolara o Castelo e a configuração da Levada que passa junto a este lote, são condições históricas importantes para sugerirem aos concorrentes soluções criativas, quanto mais

não seja ao nível dos tipos codificados face às dimensões dos lotes e suas inserções urbanas (...).

Neste sentido propõe-se aos concorrentes que na elaboração das suas propostas observem os seguintes aspectos:

- 1.º Construção de um edifício com a cêrcea de 3 pisos ($r/c + 2$);
- 2.º O edifício deverá conter uma sala de exposição, uma sala de direção, uma sala de trabalho (o mais ampla possível), instalações sanitárias e uma habitação T0. A habitação deverá ter independência, se possível, nos acessos;
- 3.º Identificação dos estudos face à temática proposta, isto é, identificação dos estudos com a localização urbana-rural do lote, com evidente clareza formal e funcional quanto ao tipo proposto."

(...) Pretendia-se consolidar uma ideia que nasceu com a Bienal, isto é, que os trabalhos não se diluíssem no academismo de soluções gráficas desligadas da obra, da própria essência da Arquitetura. (...) O desafio colocava-se aqui às capacidades de compreensão das tipologias dos lotes tradicionais, de clareza da solução à escala construtiva e de absorção funcional do programa."

O projeto apresentado a concurso foi na totalidade concretizado por mim – incluindo a produção do desenho final. Foi assim uma nova experiência que possibilitou o reencontro com os métodos próprios de trabalho, depois de tantos anos a trabalhar em equipa ou e em coautoria. Foi uma oportunidade num tempo único e irrepetível. Foi a afirmação pública da vontade de construir um percurso autónomo, no campo da arquitetura em contraponto à conotação que já vinha sendo feita da minha prática como profissional do planeamento ou do urbanismo.

A ideia assentou num princípio muito simples e imediato para quem estivesse atento à percepção da realidade física existente. Na frente do lote confluem duas orientações distintas resultantes dos alinhamentos das fachadas contíguas que construíam a frente da praça. A fachada do edifício constrói-se com dois paramentos complanares com essas orientações. Num ponto central de articulação dessas duas orientações promove-se a entrada principal para a Sala de Exposições o que permite diluir a presença de uma outra entrada independente para o restante programa de uso mais restrito.

O piso 1 destina-se aos espaços de trabalho da Sede da Bienal de Arquitetura de Soure e no piso 2 instalam-se os espaços de um T0 de área muito reduzida.

A composição da fachada expressa o carácter não habitacional da ocupação do lote, afirmando o edifício como um equipamento de uso público o que possibilita que se constitua como um referencial na malha urbana.

A importância deste concurso e a sua visibilidade pública decorreu sobretudo da capacidade de divulgação por parte dos organizadores e da qualidade da composição do Júri que conseguiram reunir no que se refere aos arquitetos: Nuno Teotónio Pereira, Presidente da Associação dos Arquitetos Portugueses; Gonçalo Byrne, Diretor do Jornal dos Arquitetos; e da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto: Alexandre Alves Costa, Álvaro Siza Vieira, Alcino Soutinho e Nuno Portas.

A justificação da decisão do júri consta da ata das reuniões realizadas: “hábil utilização das continuidades com os edifícios vizinhos por forma a individualizar a intervenção, resolvendo ao mesmo tempo, com apreciável economia de meios a organização interna”.

4 | CASA ENG ANTÓNIO CAMPOS E MATOS

VALE DO RIO ÂNCORA. FREIXIEIRO DE SOUTELO. VIANA DO CASTELO
PROJETOS 1986 | 1997 . OBRAS 1986 | 2005 . TEXTO 2003 | 2013

De início nada mais seria do que um pequeno apoio ao amigo Engenheiro que, com soluções próprias, recuperava paulatinamente o que existia: um volume uniforme, de maior dimensão, ainda recuperável e a ruína de uma chaminé de lareira de uma construção já não reconhecível,

Inevitavelmente, ao longo do tempo, acabou por projetar-se ao ritmo da construção o programa que ia sendo definido – casa, quarto de apoio, churrasco, anexo com piscina.

O determinismo do processo construtivo – com mão de obra autóctone, em que a medida do tempo ainda dependia em exclusivo da capacidade de realizar do Homem – e os ensinamentos das técnicas tradicionais de construção, sobrepõem-se às diferentes etapas de aproximação ao real do projeto, mas com os mesmos níveis de rigor da sua organização tradicional.

Ainda, e provavelmente sempre, amputado de algumas partes, o conjunto agrega, com estabilidade, a convivência pacífica dos elementos distintos que ao longo do tempo o foram constituindo.

5 | CASA LUIS PRÍNCIPE

VALE DO RIO ÂNCORA. RIBA D'ÂNCORA. CAMINHA
PROJETO 1987 | 1988 . OBRA 1987 | 1991 . TEXTO 1988 | 2013

A primeira das intervenções, no topo Nascente da propriedade tem por objectivo a organização de um espaço para arrumações e garagem e um outro de estar no piso superior.

A segunda intervenção, tem por objectivo a remodelação da antiga casa-mãe, conferindo-lhe qualidade habitável de acordo com critérios de comodidade e conforto atuais, ainda que não necessariamente recorrendo a padrões de luxo ou excessivas atribuições de área às várias funções.

No conjunto pretendeu-se uma intervenção de carácter global, integrante das potencialidades da propriedade e dos seus edifícios, mantendo no essencial as relações e hierarquias funcionais já estabelecidas e qualificando as parcelas de terreno e partes de edifício sem utilização anterior ou com utilização agora desajustada.

Em termos arquitectónicos pode dizer-se que o conceito subjacente ao projeto de recuperação se caracterizou e realiza a dois níveis: por um lado o levantamento rigoroso e sequente reconhecimento de qualidades nas pré-existências, tratando o projeto de as consolidar e enfatizar e; por outro lado, construir o que as novas exigências sugerem, sem recorrer a artificios ou pastiches, antes por oposição controlada, com a radicalidade necessária, fazendo coincidir novas linguagens espaciais com o uso de novos materiais construtivos, aceitando e integrando tensões e/ou diálogos entre a presença granítica da memória e a convicção “conflituosa” e dinâmica do presente. Sem preconceitos nem obscurecimentos, aceitar que os valores patrimoniais, o são exatamente pelo facto de suportarem (e enriquecerem) a relação física com a expressão da atualidade.

Uma corte de gado, sempre nos baixos da casa, é por natureza um espaço sombrio e de acesso limitado.

Uma sala (ou conjunto de espaços de estar) num piso térreo, é por natureza um espaço aberto e comunicante, distribuidor de relações físicas e visuais.

A implantação dos dois edifícios favorece a relação com os espaços exteriores, o que se constituiu na estratégia central do projeto.

No edifício a Nascente (sequeiro), por necessidade inerente à própria encomenda (o piso térreo é destinado a garagem e arrumações) houve que potencializar ao máximo as possibilidades de relação visual com o exterior – para Poente a grande abertura sobre a Casa-Mãe, o horizonte mais largo, o mar, para Norte a entrada e varanda anunciadas no exterior pelo prolongamento da nova parede construída; que acolhe também o sistema de acesso, escalonado e integrado na continuidade dos muros existentes.

Na Casa-Mãe, introduz-se uma ligeira correção na cota do pavimento contíguo a Nascente (e respectiva cota de soleira) por forma a permitir uma mais equilibrada relação interior/exterior e viabilizar um espaço de logradouro pavimentado no exterior.

Existe também um ligeiro abaixamento da cota de soleira da entrada a Norte no piso inferior para permitir pé direito aceitável.

A intervenção fundamental diz respeito à fachada Poente. Com a recuperação da parcela de terreno adjacente à casa, criou-se a possibilidade de estabelecer franca e privilegiada relação das novas salas com um terraço que pela sua situação beneficia de bom enquadramento ambiental, quer sobre o terreno adjacente, quer sobre o resto do aglomerado.

Consagra-se assim, globalmente uma solução de continuidades entre a cota alta (Nascente) e a parcela Poente da propriedade, correspondendo às características topográficas e volumétricas da envolvente física. Também por isso se opta por não modificar a volumetria do telhado da casa, que visto do percurso de chegada e da Eira, constitui uma exemplar imagem de integração morfológica do edifício no terreno.

No edifício a Nascente e dada a antecedente função de sequeiro, optou-se por uma tipologia de espaço de estar amplo, sem divisões estruturais. As funções autónomas que apoiam a sala (quarto de banho e “kitchenette”) são integrados num conjunto compacto, encarado como um “armário” que serve de fundo a um espaço integralmente voltado para as zonas iluminadas e de relação visual com o exterior – Poente e Norte.

Na Casa-Mãe a inversão tipológica decorre diretamente da nova utilização em dois pisos.

A anterior habitação organizava-se segundo um esquema de circulação marginal a um dos lados, passando compartimentos sucessivos, tendo no centro a sala. Toda a frente Norte, incluindo a entrada, correspondia a um acrescento.

A nova solução aceita como partida todas as paredes de pedra, estruturais ou não, existentes no 1.º piso e só as paredes exteriores no 2.º piso (que aliás, era quase na totalidade construído em tabique).

A estratégia funcional procura tirar partido de um espaço central, aberto para o conjunto de janelas a Norte e que integra a escada de acesso ao piso inferior. A distribuição interior faz-se em torno desse espaço central, com iluminação natural, zenital. Os quartos situam-se nas frentes Poente e Sul do edifício e a cozinha permanece no sítio onde existia a anterior. O espaço de entrada contíguo ao fosso da escada, é rematado nos topos por uma zona de estar a Poente e uma zona de comer a Nascente.

No 1.º piso, mantêm-se todas as paredes existentes, procurando organizar com elas diferentes qualidades de espaços de estar e lazer.

No edifício Nascente, tudo indicava que a madeira fosse o material privilegiado. Exceção feita às zonas húmidas, limitadas por paramentos em alvenaria de tijolo vazado para rebocar,

toda a construção é realizada em madeira – cambala escura para a cobertura e caixilhos e mutene para o pavimento e mobiliário fixo.

Como ficou dito, a parede que “suporta” os apoios (quarto de banho e Kitchenette) vem ao exterior do edifício, anunciar a entrada e simultaneamente, sinalizar a nova intervenção.

Na Casa-Mãe, era aconselhável a utilização do betão armado na construção das lajes de pavimento e cobertura. Também aqui, mantendo a estratégia construtiva, se anuncia e enfatiza claramente a nova intervenção, destacando-a das paredes de granito: a cinta elevada em todo o perímetro da construção (elemento que serve também a unificação compositiva das fachadas) e, no interior, a elevação da laje de tecto das salas que se destaca das antigas paredes estruturais.

6 | CASA DR PEDRO BARATA FEYO

VALE DO RIO ÂNCORA. FREIXIEIRO DE SOUTELO. VIANA DO CASTELO
PROJETO 1988 . OBRA 1990 | 1991 . TEXTO 1988 | 2013

Às duas construções graníticas justapostas, proeminentes na sucessão articulada de socalcos/plataformas que conformam a encosta, pretende-se acrescentar a capacidade de responder aos novos usos e necessidades dos espaços de habitar de hoje, mesmo que de utilização temporária.

Para tal, cria-se um corpo de serviços que concentra os elementos da nova intervenção – acessos verticais (estabelecendo a relação interior entre os dois corpos), casas de banho e “kitchenette” – e requalifica-se a relação do edifício com a envolvente próxima, organizando uma plataforma a Poente que prolonga no exterior o espaço de estar da sala.

Esta nova relação interior/exterior determinou uma nova caracterização da fachada Poente do edifício, tornando-se legível a intervenção pela existência de um volume que aglutina todas as novas aberturas a realizar. As restantes fachadas mantêm-se, no essencial, inalteráveis, pois permanece a relação interior/exterior que sempre existiu.

Na organização do programa procurou-se relacionar as características dos novos espaços com a conformação dos espaços existentes:

- no volume maior, de planta rectangular, o grande espaço do primeiro piso anteriormente utilizado como cortes de gado, com deficientes condições de habitabilidade, mantem-se como espaço amplo, para arrumos, garrafeira e usos afins; no segundo piso destina-se o espaço existente a sala comum, à qual se associam equipamentos complementares: “kitchenette”, despensa e sanitário de serviço;

- no volume menor, de planta quase quadrada, insere-se um quarto com casa de banho privativa, por piso, e os correspondentes acessos verticais de ligação.

7 | CASA ENG. RAIMUNDO DELGADO MONTEDOR. CARREÇO. VIANA DO CASTELO PROJETO 1989 | 1991 . OBRA 1992 | 1994 . TEXTO 1989 | 2013

As condições morfológicas do local foram determinantes nas opções de projeto, no que respeita à interpretação do programa na sua relação com o sítio, entendido como parte de uma unidade ambiental mais ampla – a faixa costeira.

A localização proposta para o edifício procura o maior afastamento possível relativamente ao limite Poente do terreno, por forma a garantir a existência de uma grande área livre frente à casa, o que, em conjunto com a encosta arborizada a que o edifício se adossa, permitirá o seu melhor enquadramento na paisagem natural envolvente.

Dada a dimensão do programa e do terreno, optou-se pelo desenvolvimento do edifício em dois pisos, resolvendo-se a cobertura em laje plana por forma a diluir a presença do volume construído.

O acesso automóvel à garagem faz-se pelo Caminho Público que limita o terreno a Nascente, não existindo assim um espartilhamento da área livre frente à habitação que é tratada de uma forma contínua, contando apenas com percursos de peões e respectivas estadias, o que possibilita reduzir substancialmente a área de terreno impermeabilizada.

O projeto procura também compatibilizar outras condições locais com o programa do edifício, por forma a garantir:

- a abertura do campo visual sobre o mar a partir de todos os compartimentos da habitação de uso diurno, tratando-se as aberturas que ocupam a dimensão total da superfície definidora destes espaços, como écrans onde se projeta a paisagem que daí se disfruta;
- a criação de um espaço de estar exterior, em contiguidade com o interior, simultaneamente: abrigado dos ventos dominantes; com privacidade, relativa, desde pontos de vista exteriores ao terreno; e disfrutando, ainda, da vista sobre o mar, embora com enfiamentos visuais filtrados através do espaço interior do edifício;
- a proteção dos ventos dominantes de Verão, o que determinou o completo encerramento do edifício a Norte, o que resulta também vantajoso sob o ponto de vista do seu comportamento térmico. Esta opção permitiu aproximar a construção da

extrema Norte do terreno, reduzindo assim a área livre com condições naturais mais desfavoráveis, e por isso permitir criar diferentes espaços de estar no exterior em contiguidade com a zona mais estável da sala comum e com a cozinha.

Na organização interna do edifício procurou-se conseguir uma grande flexibilidade na articulação dos espaços em que o programa se decompunha.

No piso térreo, a sala comum corresponde a um grande espaço único organizado em níveis diferenciados, tanto interiormente como na relação com o exterior, não existindo uma demarcação espacial, mas apenas funcional, das áreas de circulação. Também na cozinha existem dois níveis distintos que marcam a separação entre a zona de preparação de alimentos e a área de tratamento de roupas, ambas em contiguidade direta com o exterior.

No 2.º piso apenas se compartimenta com carácter definitivo os espaços destinados ao quarto de casal e quartos de banho. A restante área possui elementos amovíveis de encerramento (à exceção das paredes que delimitam a caixa de escadas), o que possibilitará diferentes formas de articulação dos espaços inicialmente previstos no programa – escritório, saleta e mais um quarto pequeno – permitindo assim que a construção melhor se adapte à inevitável, e imprevisível, evolução do programa ao longo do tempo.

8 | FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO CONCURSO PÚBLICO. POLO II. PORTO PROJETO 1988 . TEXTO 1988 | 1992 | 2013

Conhecer o local, neste caso, não é mais que possuir alguns dados objectivos sobre uma realidade em processo de profunda mutação, prefigurada em planos ainda provisórios.

Conhecemos a topografia e a geologia do terreno, o clima, a insolação; o impacto visual de elementos particulares da envolvente – o solar da antiga Quinta da Viscondessa de Roriz, a Faculdade de Economia, a Escola Superior de Educação, o Hospital de S. João, os bairros (camarário, de renda resolúvel e da Fábrica da Areosa), o cemitério de Paranhos e, a rematar o vale a Poente, a Universidade Católica ; o valor ambiental de espaços urbanos constituídos – o Largo de Lamas, a alameda da Rua Dr Plácido da Costa, a “Rua” Dr Roberto Frias. No entanto, constituem-se apenas como fracções de uma realidade fragmentada – ainda e já – impedindo o reconhecimento de uma imagem global se atendermos à alteração da(s) escala(s) urbana(s) que se projeta para o local – a constituição de um polo universitário com tudo que implica num novo quotidiano de vida, os edifícios já projetados mas ainda

não construídos (o B.I.C. e o Instituto Superior de Educação Física), a autoestrada que divide territórios e condiciona o campo visual, as determinações do Plano do Polo 2 para além dos limites do terreno destinado às instalações da FEUP.

Esta dificuldade constitui-se em elemento condicionador do projeto e, simultaneamente, em factor libertador do processo de procura formal, pois admitia-se um leque alargado de opções tipológicas – quer no que concerne à organização interna do edifício quer ao estabelecimento de uma estratégia funcional global entre os principais sectores de atividade em que o programa se organiza – e de resposta às solicitações mais diretas da envolvente próxima.

Nesta procura foram-se fundamentando algumas opções de projeto:

- Diluir a grande massa de construção a edificar, utilizando toda a extensão de terreno disponível, por forma a reduzir a volumetria e cêrcea dos edifícios (conforme tornava aconselhável a análise do estudo geofísico e geológico) e a permitir cuidar a sua adequação às diferentes escalas dos elementos urbanos existentes, o que pressupunha:
- Unificar as duas parcelas de terreno destinadas às instalações da FEUP pelo Plano do Polo 2 através de um percurso de peões coberto, sobre o parque, que pudesse constituir um elemento qualificado de transição na continuidade do parque, antes do seu afunilamento forçado na passagem inferior sob a autoestrada;
- Criar uma frente de parque com uma imagem cuidada que contribuísse para a sua qualificação como espaço central polarizador da vida do campus universitário;
- Consolidar e valorizar o núcleo rural existente, conferindo-lhe o estatuto de lugar central da vida extra escolar da Faculdade;
- Reforçar o sentido de eixo urbano central da Rua Dr Roberto Frias, abrindo para esta rua a entrada principal à semelhança das já existentes e previstas.

O aprofundamento da interpretação do programa na sua relação com o sítio foi eliminando a possibilidade de utilizar como referência algumas tipologias organizativas de edifícios universitários que vínhamos estudando:

- o edifício monobloco, mais ou menos autonomizado, que tende a impor-se como elemento centralizado, polarizador das relações no território, de que a universidade de Lomonosow em Moscovo poderá constituir exemplo caricatural, inviabilizado pela relação entre a dimensão do programa e as condições morfológicas locais;
- o “edifício” entendido, simultaneamente, como malha de organização do território e elemento do seu preenchimento, estruturado segundo um eixo ou sistema de eixos de crescimento teórico infinito, de que o projeto para o Politécnico de

Lausanne do Arq. Mário Botta poderá ser modelo de referência, o que ficava à partida inviabilizado dada a exiguidade e condicionamentos do terreno disponível e o seu espartilhamento em partes autonomizadas.

Excluídas estas soluções aprofundamos as vantagens e inconvenientes de outras duas opções que melhor se adequavam às condições concretas de produção do projeto:

- a desagregação do edifício em volumes autonomizados correspondendo a partes diferenciadas do programa, a denominada estrutura pavilhonar, de que pode ser exemplo o projeto de Mies Van der Rohe para o Instituto Tecnológico de Illinois, Chicago, embora se ajuste a muitas das opções de projeto atrás enunciadas, dificilmente poderia garantir, devido aos condicionamentos físicos do local, a ligação protegida entre edifícios, o que entendemos ser indispensável para o nosso clima.

Cada vez mais parecia evidente que a estruturação do edifício com base num eixo linear de articulação de todos sectores – solução largamente experimentada em diferentes realizações, nomeadamente em Itália, de que destacámos o projeto do Arq. Vittorio Gregotti para a Universidade da Calabria – seria a que melhor se adequava às condições do local e às condicionantes do programa, concluindo assim de acordo com o que já se encontrava expresso no Programa Preliminar, acerca do tipo de instalações preconizado. Havia, no entanto, que cuidar o modo adequado de subverter a tendência natural para um esquematismo redutor (geometria e métrica sem território nem referências) a que estruturas deste tipo podem conduzir.

O desenvolvimento do projeto veio comprovar as vantagens e potencialidades da opção tipológica assumida.

A solução assentou na ideia de construir uma rua interior que atravessando o terreno em toda a sua extensão constituísse, pela sua escala e centralidade, o polo linear de toda a vida da faculdade, articulando as principais relações entre os diversos sectores em que se organiza o seu funcionamento.

Conhecem-se muitos exemplos de ruas interiores na história da arquitetura e sempre correspondem a espaços de grande animação vivencial. Neste caso julga-se que tal irá acontecer pois o espaço da rua, sendo tratado como um percurso que privilegia preferencialmente as relações no sentido longitudinal, será entrecortado por ligações transversais entre os sectores mais intimamente relacionados (p. ex. a relação entre os gabinetes dos docentes e os laboratórios, etc.).

O tratamento espacial que se preconiza, será também outro factor de animação do percurso pela existência de inúmeros acontecimentos diferenciados em toda a sua extensão: a hierarquização dos pontos de entrada nos corpos transversais, decorrentes do tipo de

relações que desde aí se estabelecem (desde a relação com percursos secundários de distribuição com importâncias variadas, até a uma simples porta de entrada em determinado espaço limitado); a existência de uma grande movimentação de pé-direito, pela existência de varandas dos pisos superiores que se debruçam sobre a rua e em alguns casos o duplicam, parcialmente; a criação de entradas de luz diferenciadas, tanto zenital como lateral; o tratamento cuidado dos pontos de remate do percurso, que correspondem sempre a pontos notáveis do programa (biblioteca e centro de computação, átrio de entrada, anfiteatros maiores, cantina e outras áreas sociais, etc.), com mudanças de orientação e elementos verticais de articulação de cotas; a variação na abertura do campo e enfiamento visual, ora reforçando o sentido longitudinal do percurso, ora abrindo-se sobre a paisagem das áreas verdes que sempre ladeiam o percurso, a Sul e a Poente.

Para além destas, são também razões importantes que suportam a ideia de criação de uma rua interior, as que se prendem com a necessidade de conseguir um referencial claro de orientação numa massa de construção com a dimensão definida no Programa Preliminar, o que será conseguido pela existência desta espinha dorsal claramente identificável, permitindo a qualquer utente reduzir a organização do edifício a esquemas mentais simples. Por outro lado a associação a este percurso linear dos elementos principais dos sistemas de infraestruturas, racionaliza a organização das redes de distribuição e facilita significativamente a sua manutenção.

A existência deste percurso linear constitui-se ainda como elemento unificador de todo o volume de construção, claramente legível como um todo com diferenciações decorrentes das especificidades do programa do edifício ou da necessidade de variação de escala em resultado da procura de uma melhor adequação às condições particulares da envolvente próxima.

Genericamente poder-se-á também dizer que a rua interior é o elemento de transição entre duas imagens diferenciadas do edifício: a que corresponde à frente urbana do parque previsto no plano do Polo 2, da área livre arborizada a Poente do Largo do Lamas e na envolvência do próprio Largo, que se pretende venha ter um tratamento mais cuidado por forma a qualificar o ambiente destes espaços; e a que corresponde às áreas de terreno mais desprivilegiadas em termos da sua utilização como espaços urbanos com vida intensa ou que pelas características da ocupação atual poderão servir de enquadramento e/ou elemento de transição de massas edificadas mais densas, correspondendo às faixas de terreno imediatamente próximas da autoestrada (considerada non aedificandi no Plano do Polo 2, o que se respeita) e do limite nascente do terreno.

A esta estratégia obedeceu também a organização distributiva do edifício respondendo o projeto integralmente ao programa definido no texto base do Programa Preliminar do concurso, apenas com os pequenos ajustamentos que necessariamente resultam do

processo de desenvolvimento do projeto, decorrendo esta atitude de princípio do facto de se entender que um programa exhaustivamente elaborado como o presente só poderá sofrer as alterações que resultem de um aprofundado processo de discussão que reúna a participação de todos os interessados.

O programa estrutura-se em sectores distintos, decorrendo a sua agregação da análise das compatibilidades, dependências e hierarquias implícitas na lógica interna do seu funcionamento, sempre em articulação com as opções de projeto no que respeita ao entendimento das tensões do lugar.

À entrada nobre da Faculdade, que se pretende venha a ser tratada como um “espaço espetáculo”, aberto sobre o parque, expressão das capacidades técnico-construtivas da Engenharia UP, associam-se os serviços administrativos, no 1.º piso, e a gestão, nos seguintes. Este conjunto, remate singular do edifício face à rua Dr Roberto Frias, articula-se diretamente com a rua interior que estrutura o edifício, o que permite estabelecer fáceis relações em três níveis diferenciados com as restantes funções do edifício.

O sector do auditório principal foi organizado por forma a poder ter um funcionamento autonomizado relativamente ao quotidiano de vida da Faculdade.

Para além do anfiteatro de 500 lugares previsto no programa preliminar, propõe-se a construção de um outro com 200 lugares, correspondendo ao aproveitamento do vão sob o primeiro, o que não constituindo um acréscimo de custo significativo num edifício com esta dimensão, contribuirá, por certo, para potencializar a utilização deste sector, nomeadamente por uma maior versatilidade na organização de congressos, servindo também o funcionamento dos órgãos de gestão, e mesmo apoiando os cursos de pós-graduação.

Os passos perdidos abrem-se através de sucessivos filtros sobre a paisagem do parque, e num plano próximo, sobre o lago que separa o volume construído da rua interior e sobre um pátio ajardinado, em torno do qual se organizam as salas de apoio-secretariado e o bar. Consegue-se assim fechar a construção a norte, sem que tal corresponda à sua interiorização.

O anfiteatro maior abre-se sobre o lago, por forma a aumentar a percepção sensitiva do espaço nas sessões que não necessitem do recurso a um sistema de oclusão da luz diurna que deverá ficar previsto.

O espaço reservado aos cursos de pós-graduação constitui um edifício autónomo, que também ocupa o piso sobre as salas de apoio ao auditório para salas de estudo, que se entendeu podiam ser relativamente destacadas das restantes componentes do programa deste sector.

O trecho do percurso interior que liga o átrio de entrada à biblioteca poderá ser considerado a “Rua dos Departamentos”. De facto a impossibilidade de associar, globalmente para cada departamento, as diferentes funções em que se subdivide, em resultado

das limitações físicas do terreno disponível, levou-nos a tomar a opção de isolar um sector que reúne todos os espaços de sala de aula.

Esta opção parece-nos ter vantagens indiscutíveis relativamente à hipótese de, aglutinando as funções, disseminar os departamentos no território disponível, pelas razões que se expõem:

- a associação das áreas administrativas das secções e departamentos, com os gabinetes dos docentes e os laboratórios era já julgada indispensável no programa preliminar, resolvendo-se no projeto da seguinte forma: ao nível da rua interior processam-se as entradas para os corpos virados a Sul, que albergam as áreas administrativas das secções, as salas de reunião-biblioteca por secção e os gabinetes dos docentes, tantos quanto o número previsto de docentes doutorados e não doutorados; processando-se para Norte a entrada num corpo de transição entre a rua interior e os laboratórios, que alberga as áreas administrativas dos departamentos.

Ambos os corpos possuem elementos de relacionamento vertical entre os pisos que os compõem, independentes das circulações gerais da faculdade, sendo possível ainda a relação entre estes dois corpos, e entre departamentos, através do percurso longitudinal debruçado sobre rua interior, exclusivamente reservado a docentes.

Entende-se que esta aglutinação dos departamentos potencia o relacionamento entre atividades e pessoas de cada um dos departamentos, o que não aconteceria, pelo menos entre todos, se a sua distribuição fosse mais dispersa no território.

- mais polémica poderá ser a opção de concentrar as salas de aula num único sector, embora nos pareça ser esta a solução recomendável para programas com este desenvolvimento dadas as facilidades de gestão que nela se encontram – é possível isolar, parcial ou totalmente, este sector do resto do edifício, nomeadamente durante os períodos de férias, o que parece ser uma possibilidade de gestão muito favorável.
- esta solução favorece ainda a resposta a muitas das opções de projeto relativas à interpretação do sítio, pois permite situar os volumes com escala urbana junto dos espaços públicos mais qualificados, remetendo para plano secundário os edifícios industriais e os espaços correspondentes a funções mais descaracterizadas, os quais, junto às salas de aula, constituem eficientes barreiras sonoras do movimento da autoestrada, em associação com a arborização das zonas de estacionamento automóvel.

A organização interna dos blocos de salas de aulas, que figura nas peças desenhadas, não constitui uma opção exclusiva. Com efeito a distribuição dos vários tipos pode ser modificada visto que se conseguiu uma regra métrica de composição modular.

As circulações fazem-se nas fachadas a Norte e dão acesso aos pátios exteriores. Com o pátio estabelecem também relação visual as salas de aula, que dispõem de um sistema de sombreamento nas fachadas a Sul e Poente.

Globalmente pretende-se que esta parcela do terreno disponível tenha um desenvolvimento em harmoniosa relação com a envolvente física – a cêrcea aproxima-se à dos bairros contíguos e a implantação ajusta-se à topografia atual, fazendo simultaneamente o limite e a integração dos espaços exteriores tratados como parque.

O volume correspondente à biblioteca e centro de computação destaca-se como ponto singular de todo o edifício, constituindo-se, a um tempo, como rótula de mudança da direção da rua interior e suporte volumétrico da ponte sobre o parque. Adquire ainda posição central entre os espaços preferencialmente destinados aos docentes e os destinados aos estudantes, estando portanto realçada arquitetonicamente a importância que lhe é justificadamente atribuída no programa preliminar.

9 | CENTRO ATLÂNTICO

GAVETO DA ROTUNDA DA ANÉMONA. MATOSINHOS
PROJETO 1989 . TEXTO 1989 | 2013

A solução proposta para a organização do conjunto a edificar, assentou no desenvolvimento dos seguintes princípios de intervenção e de entendimento do sítio:

- Em primeiro lugar e no que respeita à forma de implantação e posição relativa das massas a edificar, entendeu-se dever aceitar como critério estruturante o traçado – incompleto no local em causa – da malha urbana existente. Não só pelo seu carácter funcional e pelo seu equilibrado dimensionamento, como também, sob o ponto de vista das potencialidades que encerra enquanto modelo/suporte de futuras e previsíveis reutilizações no percurso da própria transformação da cidade.
- Em segundo lugar, assumir aquele que nos parece ser o sentido fundamental do Plano de Pormenor aprovado para o local, onde é nítida a intenção de concluir a frente sul/poente da malha com o estabelecimento de intervenções pontuais em altura, por forma a obter um claro sistema referencial, ora contendo a estrutura edificada a Norte, ora noticiando o seu início, apresentando-se como entrada de cidade a Sul e Poente.

É também esta a ordem de princípios que orienta o esboço volumétrico das construções a edificar: continuidade dos alinhamentos já estabelecidos e criação de uma “avenida/prança” de características marcadamente urbanas a Norte, diluição volumétrica e criação de uma outra dinâmica formal a Sul, pacificando a aproximação ao conjunto edificado e favorecendo a concretização de espaços públicos ambientalmente qualificados, como se pretende nomeadamente, que aconteça na zona de relação com a fachada Poente do edifício em construção e que faz parte do projeto de conjunto já aprovado pela Câmara Municipal de Matosinhos.

A opção de tornar utilizáveis e ajardinar os terraços das zonas comerciais, bem como de programar criteriosamente os enquadramentos ambientais das plataformas adjacentes aos edifícios no piso térreo, visa um sistema de adequação de escalas que possa enfatizar a pretendida racionalidade de composição que caracteriza o conjunto.

O espaço exterior envolvente dos edifícios é organizado de formas distintas, caracterizando diferentes sentidos de inserção urbana e formas de utilização.

A Norte a “avenida/prança” onde confluem as ruas da malha estruturada pelos quarteirões regulares, rematada a Nascente pelo edifício destinado a hotel e abrindo, a Poente, o campo visual sobre a praia e o mar. Pela sua escala, estabelece-se como elemento de transição e suporte da massa a edificar, oferecendo generosos espaços de circulação (mecânica e de peões), estacionamento e fixação de equipamentos urbanos (praça de táxis e paragem de transportes colectivos e respectivos abrigos cobertos de espera). Aqui se concentram também as entradas para as áreas de estacionamento coberto, inseridas por forma a reduzir ao mínimo os conflitos que tais movimentos sempre geram. Ao longo deste espaço urbano, marginando os edifícios propostos, desenvolve-se uma extensa plataforma, inserida a uma cota superior à da faixa de rodagem, que garantindo uma equilibrada transição na relação interior/exterior, clarifica a mudança de uso que a solução proposta comporta para os espaços urbanos confluentes, sem que tal corresponda a uma perda de continuidade espacial.

A Nascente, mantêm-se as características do arruamento previsto no projeto aprovado, suporte do edifício já em construção, alterando-se apenas a forma da sua inserção no sistema geral de relações, que agora se processa através da passagem inferior sob o edifício destinado a hotel.

Os restantes espaços livres exteriores organizam-se por forma a privilegiar a sua utilização pelo peão, contemplando situações diferenciadas: de percurso marginal aos espaços de comércio; áreas estabilizadas de prolongamento para o exterior de programas comerciais específicos; zonas organizadas como estadias; e vários tipos de espaços ajardinados, tratados por forma a responderem a estes diferentes sentidos de utilização e a cumprirem funções de enquadramento dos volumes a edificar, garantindo qualidade ambiental e equilíbrio de escala nos primeiros planos.

10 | CASA FRANCISCO MOURÃO

SAMPAIO. LABRUGE. VILA DO CONDE

PROJETO 1990 . OBRA 1991 | 1992 . TEXTO 1990 | 1992 | 2013

Num enorme terreno (17.500 m²), incólume, frente ao oceano, tratou-se de edificar uma pequena construção, abrigo de fim-de-semana.

O edifício submete-se à grandiosidade da Natureza, como contraponto à paulatina destruição da paisagem da faixa costeira.

No exercício desta submissão e em resultado da perda de identidade tipológica, prevalecem os referenciais das outras escalas: a fachada única virada à infinita horizontal; a continuidade do percurso estruturante do terreno; ou o muro emergente, a proteger da ventania vinda de Norte.

A localização proposta para o edifício procura o maior afastamento possível da costa, por forma a garantir a existência de uma grande área livre de enquadramento do edifício e, pela aproximação às construções existentes a Norte, um menor impacto visual da edificação.

A localização proposta garante ainda um afastamento conveniente da construção aos locais onde há notícia de aparecimento de vestígios arqueológicos – Castro de S. Paio, a Norte da Capela com o mesmo nome; Praia dos Castros onde se localizam penedos amoladoiros; e o antigo caminho romano, conhecido por “Estrada Velha”, hoje parcialmente destruído, que margina o terreno a Poente – conforme o “Inventário de Objetos e Lugares com Interesse Arqueológico”, de Fernando Lanhas e D. Domingos Pinho Brandão, publicado na Revista de Etnografia do Museu de Etnografia e História, Junta Distrital do Porto, Volume XII, Tomo 2, de Abril de 1969.

A implantação do edifício, que poderá ser lido como uma “cunha” encravada no talude que organiza as duas plataformas do terreno; a utilização de materiais sem conservação – alvenaria de granito e betão aparente; o arranjo da área envolvente da construção, criando uma depressão onde o edifício se “encaixa”; e a utilização de cobertura plana, são opções que também pretendem cumprir a intensão inicial de diluição da presença do volume a construir.

O projeto pretende ainda compatibilizar outras condições do local com o programa do edifício, por forma a garantir:

- a abertura do campo visual sobre o mar a partir de todos os compartimentos da habitação, o que determinou a opção por um sistema distributivo linear, com todas as implicações que acarreta esta tipologia;
- a criação de um espaço de estar exterior, em contiguidade com o interior, simultaneamente: abrigado dos ventos dominantes – o que possibilita criar uma área de reduzida pendente exposta a Sul, com óptimas condições para espaço de estar e

lazer de apoio a um futuro tanque de rega/piscina, que nunca viria a ser realizado; com privacidade, relativa, desde pontos de vista mais altos situados a Poente – pois entende-se que as condições ambientais não aconselham a instalação de arborização muito extensa ou densa; e disfrutando, ainda, da vista sobre o mar, embora com enfiamentos visuais controlados, ou filtrados pelo espaço interior do edifício.

Foi ainda intensão do projeto e do dono da obra:

- manter as características do acesso à propriedade, por forma a não alterar as condições ambientais existentes na envolvente e não se constituir nenhum factor adicional de pressão sobre os terrenos livres existentes;
- reduzir a superfície de solo a impermeabilizar ao mínimo necessário ao trânsito mecânico dentro da propriedade, o que se confina à cota baixa, na extrema Nascente do terreno;
- realizar a vedação da propriedade por processos de reduzido impacto visual (muros de baixa altura em alvenaria de pedra solta, semelhantes aos existentes, associados a uma rede de malha aberta) por forma a não se constituir em elemento dissonante no contínuo da paisagem.

Também aqui, o betão e o granito com superfícies de textura agreste, reforçam, com equilíbrio, a intenção global de projeto.

II | PARQUE DO CHANTRE. CONDOMÍNIO FECHADO

MAIA

PROJETO 1990 . TEXTO 1990 | 2013

A ocupação do terreno estrutura-se com base numa rede de arruamentos de sentido único e em circuito fechado, que se desenvolve desde um local de acesso controlado, no ponto de contacto do terreno com a rede viária de suporte – Rua do Chantre.

O perfil transversal dos arruamentos não se organiza de forma tradicional, com uma separação bem definida entre trânsito mecânico e de peões, por forma a possibilitar a concretização de duas intenções fundamentais que concorrem para a construção da imagem global do conjunto a edificar: por um lado, reduzir a extensão das áreas pavimentadas para circulação, diluindo a sua presença num contínuo verde arborizado, favorecendo a sua leitura como um elemento de distribuição morfológicamente mais identificável com o “caminho

rural” do que com a rua urbana; e, por outro lado, conseguir a redução da velocidade média de circulação pela coexistência, no mesmo espaço, do trânsito mecânico e de peões.

Assim, à faixa de rodagem de 4 metros associam-se faixas marginais de 3 metros, tratadas como espaços verdes, arborizados ou simplesmente arrelvados, que prolongam para a zona pública as áreas de jardim das frentes das fracções. Pontualmente, organizam-se nestas faixas marginais áreas de estacionamento, tanto quanto possível associadas às entradas das fracções, usando-se para a sua pavimentação cubos alveolados por forma a conferir a estas faixas uma leitura contínua de área relvada.

Contribuem ainda para a caracterização ambiental que se propõe para a organização do conjunto, a criação de pontos notáveis da estrutura de suporte – os alargamentos das faixas marginais sugerindo pausas nos percursos, o “green central” concentrando os equipamentos comuns, etc. – que, não correspondendo embora a elementos urbanos com tratamento destacado ou tipologicamente definido, constituirão por certo referências urbanas seguras (em associação com a modulação do terreno) permitindo que a identidade de sítios particulares também prevaleça na homogeneidade da caracterização ambiental proposta para o conjunto.

As habitações a construir desenvolvem-se num piso, dispondo-se longitudinalmente no terreno, definindo duas áreas com valores distintos na organização da fracção: o canal de acesso automóvel, pavimentado, correspondendo à zona do terreno com piores condições de exposição solar e insolação; e a grande área de terreno livre, onde prevalecem as áreas de jardim ou arborizadas e se implantam as piscinas individuais, para onde se abrem, francamente, todos os compartimentos da habitação.

A implantação do edifício e a sua organização interna, foram pensadas por forma a permitir a redução da presença do volume a edificar e a conseguir a repetição de elementos essenciais da sua caracterização morfológica que, garantindo a homogeneidade da leitura do conjunto, permitissem a indispensável variedade programática e a inevitável diversidade de tratamentos de pormenor, evidentemente limitada pelo leque admitido de materiais e cores a utilizar no revestimento exterior.

Resultou assim a proposta de um edifício que se implanta em “cunha” no terreno – o que possibilita que a cobertura da parte enterrada seja tratada como espaço verde, prolongando a área de jardim – de onde se destaca a volumetria da cobertura em telhado de quatro águas, que pelas suas proporções e dimensão constituir-se-á como elemento constante e de expressão unificadora do conjunto.

As variações da tipologia estudada decorrem das seguintes situações:

- As salas e zona de serviço implantam-se transversalmente no terreno, dispondo-se perpendicularmente ao corpo dos quartos, por forma a procurar as melhores condições de exposição solar e adequação à geometria de algumas das fracções;

- O acesso automóvel ao interior da fracção realiza-se a partir da cota mais elevada do terreno, nas situações em que uma das frentes se abre sobre o “green central”, desenvolvendo-se a entrada de peões e garagem sobre a cobertura da área de serviço.

Em qualquer das situações é também possível a variação do número de quartos, sem que tal, no entanto, tenha reflexo na área bruta total do edifício.

A ideia de condomínio fechado associa-se ao conceito de “unidade de vizinhança”, entendida como um espaço urbano com identidade própria, equipado por forma a responder autonomamente a exigências que a qualificação da vida quotidiana cada vez mais vai impondo, também em Portugal.

Este entendimento refletiu-se, na concepção da estrutura urbana de conjunto, valorizando-se a criação de um grande espaço de concentração das atividades colectivas, o que resultou na proposta de constituição do “green central” – espaço livre arborizado organizado como zona de estar exterior – concebido e identificável como centro, onde se implantam todos os equipamentos.

Os quatro campos de ténis implantam-se numa faixa com a orientação Norte/Sul, como é aconselhável para este tipo de estruturas, paralela à variante à EN 14, o que associado à criação de uma densa cortina de arborização e à modulação do terreno proposta, permitirá constituir uma forte barreira sonora e visual, indispensável para se conseguir a pretendida privacidade do conjunto e a criação de um ambiente calmo e estável, exterior aos conflitos e intenso movimento existente na estrada marginal, com a qual, em toda a extensão da frente do terreno para aí voltada, nunca se estabelece contacto físico.

Os restantes equipamentos – piscina coberta, campos de squash, ginásio, sauna, banhos turcos, duche escocês, bar e sala de festas – concentram-se num edifício único, que aproveitando as condições topográficas criadas se implanta por forma a permitir que a sua cobertura seja integrada em continuidade com o espaço arborizado do “green central”.

Dilui-se assim o impacto visual do volume a edificar que, no entanto, se abre francamente para o exterior organizando o espaço contíguo, definindo-se uma área pavimentada – em parte destinada a esplanada associada ao bar – que estrutura a rede de percursos que organizam o “green central”.

12 | PROCAPITAL – STAND DE VENDAS

GAVETO DA ROTUNDA DA ANÉMONA. MATOSINHOS

PROJETO 1991 . TEXTO 1994 | 2013

PRÉMIO REVISTA ARCHITÉCI 1993. SECÇÃO ARQUITETURA

Arquitetura para mostrar arquitetura, comercializar uma imagem, vender construção.

O edifício destinava-se a albergar os escritórios da administração e promoção do empreendimento e o sector de atendimento ao público durante a construção do Centro Atlântico (projeto 9) que anteriormente se apresentou. Sendo por definição uma construção efémera, este “Stand de Vendas” tinha simultaneamente que dar resposta à necessidade de transmitir uma imagem do empreendimento essencialmente caracterizada por um certo tipo de “excepcionalidade” em relação à oferta mais comum do mercado. Essa motivação traduziu-se num conjunto de condicionantes que estabeleceram o quadro de referências em que se desenvolveu o projeto – sofisticação, capacidade tecnológica, solidez construtiva, enquadramento ambiental.

A este enunciado, associou-se o desejo de explorar a oportunidade de recorrer a um tipo de linguagem muito vinculado ao “discurso tecnológico” que o edifício forçosamente exibiria. Para a natureza marcadamente publicitária do enunciado, imaginaram-se espaços muito controlados e orientadores do visitante, em que a componente de ambiguidade fosse reduzida ao mínimo – percursos bem demarcados, campos de abertura visual bem enquadrados, funcionamento perceptível e organização eficaz.

Erguido sobre a desordem da construção das fundações do conjunto da Torre de Escritórios, ver-se-ia como uma pérola suspensa sobre escombros, sendo possível do seu interior observar o grande teatro de operações que é o estaleiro de uma grande construção. Pensou-se então como sendo um grande contentor de cristal que pudesse, para o exterior, transmitir uma imagem optimista sobre a capacidade empreendedora do promotor.

Usaram-se, na pormenorização, alguns dos elementos construtivos que caracterizavam a imagem já projetada da Torre de Escritórios, nomeadamente o módulo da caixilharia exterior, sendo por isso uma espécie de maquete na escala natural do que estava previsto para a Torre.

A parede a Sul, virada ao nó viário que articula o trânsito da zona, concebeu-se como o suporte para uma ação publicitária de natureza espetacular – grande muro de tijolo maciço iluminado com a mensagem pintada diretamente.

13 | CASA DR CASTRO ROCHA

BARRAGEM DE TOUVEDO. LINDOSO. PONTE DA BARCA

PROJETO 1991 | 1995 . OBRA 1996 | 1998 . TEXTO 1995 | 1998 | 2013

Uma casa num lugar, até lá, desabitado. Frente, única, emergente da encosta, apoiada nas plataformas e percursos que organizam o espaço exterior.

Uma extensa horizontal, suporte/referência do abrigo interior. Às linhas soltas, imensas, dos cumes dos montes e dos seus reflexos nas curvas das margens da albufeira, opõe-se esta linha só, única – notícia surpreendente – acolhedora talvez.

Cumprir-se o desejo e a intenção do disfrute da paisagem em qualquer dos espaços do interior. Os percursos de distribuição explicitam o modo de inserção na encosta.

A chegada faz-se ao pequeno largo – átrio exterior – como antes, com sombras e fonte.

As condições morfológicas do local foram determinantes nas opções de projeto, no que respeita à interpretação do programa na sua relação com o sítio, entendido como parte de uma unidade ambiental mais ampla – a encosta da margem esquerda da futura albufeira do rio Lima, entre as barragens de Touvedo e do Lindoso.

A localização proposta para o edifício procura o maior afastamento possível relativamente à margem da albufeira, por forma a garantir a existência de uma grande área livre frente à casa, o que, em conjunto com a encosta arborizada a que o edifício se adossa, permitirá o seu melhor enquadramento na paisagem natural envolvente.

Dada a dimensão do programa, optou-se pelo desenvolvimento do edifício num só piso, resolvendo-se a cobertura em laje plana recoberta pelo terreno natural, por forma a diluir a presença do volume construído.

Resulta assim da implantação proposta, que o edifício se afirma, desde pontos de vista situados na albufeira, como uma frente contínua em vidro, recuada relativamente ao volume que claramente se percebe inserido na encosta, enquanto que, para pontos de vista situados na meia-encosta, desde a estrada que dá acesso ao terreno, apenas é legível a extensa testa contínua que assinala o limite do volume construído, em contraponto com o conjunto de pátios, hierarquizados, que estabelecem as relações interior/exterior consideradas indispensáveis.

A composição centra-se na articulação dos percursos de relação das cotas alta e baixa – acesso automóvel ao edifício e ligação à albufeira – com um espaço tratado com todos elementos de caracterização que permitam a sua identificação como um “largo”, onde se concentram as relações entre todas as componentes diferenciadas do programa constituinte do edifício.

O projeto procura também compatibilizar outras condições locais com o programa do edifício, por forma a garantir:

- a abertura do campo visual sobre a albufeira a partir de todos os compartimentos das habitações, tratando-se as aberturas que ocupam a dimensão total deste plano definidor dos espaços, como écrans onde se projeta a paisagem que daí se disfruta;
- a criação de um espaço central na composição, tratado como um largo, conforme se referiu, onde se estabelecem as relações entre as diferentes componentes do programa do edifício, com privacidade relativamente a pontos de vista mais distantes;
- a existência de boas condições de iluminação e/ou ventilação direta na generalidade dos compartimentos do edifício, pela criação de pequenos pátios resultantes da modelação do terreno, adequando-o às cotas de projeto.

14 | EDIFÍCIO DA RUA DO ALMADA 251/261

PORTO

PROJETO 1995 . TEXTO 1995 | 2013

O edifício existente encontrava-se num estado avançado de degradação, tanto no interior como nos elementos da construção exterior não resistentes, sendo esse estado de obsolescência mais visível na fachada posterior.

Interiormente, fruto do processo de sobreocupação a que foi sujeito ao longo dos anos, os materiais de acabamento e de construção encontravam-se muito degradados, determinando a opção pela sua total substituição.

Esta opção é reforçada pelo facto de também ao nível tipológico, tanto no que se refere aos elementos distributivos como de compartimentação, serem inúmeras as alterações realizadas, de que é exemplo mais evidente a interligação das caixas de escada a partir da sobreloja, deixando de existir entradas independentes para cada um dos “lotes”.

Aliás este aspecto – o da existência de um edifício com uma leitura exterior unitária, construído seguramente num mesmo tempo e segundo um projeto único – é altamente contraditório com a estruturação interior que corresponde à existência de dois “lotes” totalmente autonomizados.

No projeto de intervenção propõe-se a manutenção do atual acesso às caixas de escadas – conservando os elementos decorativos em granito e o lambrim de azulejos. A este único acesso ao edifício corresponde apenas um elemento de estruturação vertical (caixa de escadas e elevadores).

A esta caixa de escadas que se desenvolve ao longo da parede divisória dos “lotes”, associa-se toda a restante compartimentação interior.

O edifício desenvolve-se em 5 pisos sendo o rés-do-chão, com um generoso pé-direito, destinado a comércio e os restantes pisos destinados a espaços de habitação T0 e T1 os quais correspondem à proposta da tipologia “open space” importada dos programas de escritórios para a função residencial, à semelhança das tipologias desenvolvidas na reutilização dos antigos armazéns de Greenwich Village em Nova Iorque, comumente conhecida por “lofts”.

Esta opção – onde apenas o quarto de banho é encerrado e a “kitchenette” também o pode ser através de um sistema de painéis de correr que recolhem em harmónio – possibilita a criação de um amplo espaço livre que poderá depois ser organizado por cada um dos utentes de acordo com a sua forma de viver, podendo até optar pela sua compartimentação com elementos amovíveis – estantes, painéis, etc.

15 | CASA DR PINHEIRO PINTO

GAVETO DAS RUAS DE FEZ E ADRIANO CORREIA DE OLIVEIRA, PORTO
PROJETO 1995 | 1996 . OBRA 1996 | 1998 . TEXTO 1995 | 1998 | 2013

Uma habitação unifamiliar num gaveto, numa área residencial do Porto. Os limites de implantação e a volumetria definida pelo regulamento de Loteamento aprovado foram condicionantes a cumprir sem desvios.

O grande desafio foi construir tão extenso programa no espartilho das limitações de espaço, dos condicionamentos urbanísticos e das restrições orçamentais.

Como sempre, entender e interpretar os modos de uso e as aspirações da família, levando o mais longe possível a resposta arquitectónica, sem subterfúgios.

O lote onde se implanta o edifício consiste numa parcela de terreno com forma rectangular orientado, sensivelmente, segundo o eixo Norte/Sul, com 288 m² de área, sendo a sua profundidade de 36 m e a largura de 8 m. No seu interior desenvolve-se uma topografia com pequenos acidentes, acusando uma diferença de cotas da ordem dos 3,5 m entre a frente da Rua de Fez, mais baixa, e o limite a Nascente.

A volumetria a construir, implanta-se seguindo os alinhamentos definidos no loteamento aprovado, o que determina o recuo de 2 metros do plano da fachada voltada à Rua de Fez, na articulação com o volume contíguo a Nascente.

O desafio deste projeto foi pois conseguir construir um programa tão extenso numa área de terreno tão reduzida e com tão fortes condicionamentos urbanísticos.

Dado que o espaço a construir estava tão definitivamente definido a opção foi estruturar o espaço exterior em íntima articulação com o espaço interior, constituindo, sempre

que a modelação do terreno o permitia, o seu prolongamento físico, comportando: áreas pavimentadas para circulação automóvel, percursos de peão e estadias; áreas ajardinadas, tratadas, essencialmente, como espaços arrelvados, onde pontuam algumas árvores de pequeno porte; a zona do churrasco coberto, sob a chaminé para tiragem dos fumos acima da cobertura, em contiguidade com a cozinha e a varanda da sala; o percurso estruturador do logradouro das traseiras, parcialmente em ponte sobre o pátio de serviço, rematado por uma fonte, com circulação constante de água em circuito fechado, a que se associa a “casota” do cão; e a plataforma de estar do topo Sul, onde a pérgula em perfis metálicos, a prazo revestida com vegetação, lhe confere o seu sentido de uso.

No R/C o acesso automóvel à garagem realiza-se de forma independente do acesso de peões. A articulação com o logradouro do lote, dada a diferença de cotas existente, realiza-se de forma a possibilitar a existência de boas condições de salubridade – arejamento e luz direta – propondo-se, a constituição de um pátio de serviço com uma zona de tratamento de roupas coberta, em contiguidade com a garagem e a modelação do terreno, tratado como espaço verde ajardinado, como prolongamento exterior do ginásio.

O conjunto das restantes funções dos outros pisos organizam-se em torno da caixa de escada aberta, que estrutura verticalmente o edifício. A caixa de escada, em associação com as “pontes” de articulação horizontal piso a piso, desempenha um papel central de agregação e caracterização formal, propondo uma releitura dos espaços com estas características, largamente utilizados nas tipologias de duas frentes em lote estreito e profundo, que construíram a cidade do Porto dos séculos XVIII e XIX.

Em termos genéricos poderá também dizer-se que a habitação se integra na tipologia de casa “drive-in”, muito utilizada nos anos 50 e 60 na construção das novas áreas urbanas da cidade, tendo-se procurado, através da sua estruturação funcional e articulação distributiva, obter um organismo equilibrado nos três níveis fundamentais da caracterização do espaço – função, escala e proporção.

16 | EXPO'98 • CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E RESTAURANTE

PARQUE DAS NAÇÕES. LISBOA

PROJETO 1996 . OBRA 1996 | 1998 . TEXTO 1996 | 2003 | 2013

SELECIONADO A PARTIR DE UMA “SHORT LIST” ESTABELECIDADA EM CONCURSO PÚBLICO DE IDEIAS

Há uma temática muito explorada em comunicação (em todos os campos de produção de linguagens que implicam em ações de comunicação deliberada), que consiste no tratamento

dos “leitmotiv” sob a forma de oposição semântica, múltipla e plural, elaborando linguagens em territórios de instável equilíbrio compositivo, fazendo do uso, da fruição, um autêntico jogo de procura, de dúvida, de labirinto em suma.

Do nosso ponto de vista, a prática erudita contemporânea, sendo de um ecletismo (aparentemente?) licencioso, pode bem (mau grado e todavia...) sossegar as suas mais profundas inquietações, precisamente na fatal condição de ser ecumenicamente eclética. Pretende-se assim, com científica ambição, ser libertário, procurando não ser equívoco, evitando ser licencioso.

Certo e sabido, o(s) nosso(s) conceito(s) de Tempo e de Espaço, por vezes mais sincrético que sintético, é permanentemente total, miscigenador de passado e futuros, cibernético e, sobretudo, sujeito a uma consciência de medida que já não mais se encontra sempre aferível por parâmetros de objectividade.

O Tempo é hoje para nós, todo o Tempo havido e por haver, é a História toda (democraticamente toda). A nossa capacidade cognitiva, ora digital, ora analógica mas cibernética sempre, apela à ambição de saber “nosso” o Tempo-todo.

A esta inibição (culturalmente suicidária?) de “saber o Tempo justo”, corresponde, no plano da referência física, uma conceptualização do Espaço que (muito embora a modernidade nos tenha permitido o privilégio da sua relativização), se consubstancia, neste ofício, na chamada “prática da consciência do(s) Lugar(es)”. Podemos não atinar muito bem com o nosso Tempo mas, ainda assim, temos sempre que ocupar um Espaço (o qual, como é sabido, pode por sua vez não existir verdadeiramente assim como o lemos, sendo no entanto por aí que modelamos comportamentos), e teremos que mover-nos nele.

Ou seja, para nós e de momento, o Tempo é a Ética (o compromisso, a inexorável continuidade), e o Espaço é, substancialmente, o Lugar.

Por tudo isto, quando nos deslocamos do nosso habitat, acedemos pacificamente à probabilidade de que o fundamental da nossa “maneira” de comunicar (a sua estrutura Ética, portanto), é válida em todo o território da famigerada “Aldeia Global”. Simultaneamente, para fabricar, levamos connosco as marcas endémicas do nosso exercício quotidiano – alguns pequenos hábitos (os que não serão ainda vícios), cores e texturas, uma forma particular de olhar, escutar e tocar.

Admitimos, apesar do mistério com algum fascínio, que em Babel todos os dialectos são possíveis visto que a impossibilidade final e, mais que tudo, o que com ela ficaremos a saber, é agora a glória procurada.

Contemo-nos no facto de que todas as coisas, em Arquitetura é muito assim, devem ter consciencializada pelos seu fautores, a sua razão de ser. Desejavelmente, essa razão deverá ser plausível para que possa, na sua circunstancialidade contingente, aspirar à universalidade.

Quando saímos do Porto, levamos connosco (notóriamente em fila e de mão dada), uma conceptualidade agitada na origem e nas motivações, mas sempre tranquila no plano da significação resultante; levamos também alguns dos nossos sinais, estranhos no ponto de chegada, inconfundíveis no ponto de partida – uma estética fortemente marcada pela fé no poder significativo das oposições plásticas subtis; o nosso tanto de erudição; uma forma inexoravelmente conservadora de a manipular, e depois, desejo de poder tornar mais belas as formas e as sombras das formas sob o efeito da luz desse outro lugar. Um tanto das nossas pedras (o nosso ouro-de-Lei), granito ou ardósia ou algo que possa dar notícia da nossa zona de identidade sombria e relutante, conservadora e resistente – as faces aparentes, em nós, da vontade de celebração.

Uma Exposição Universal é motivo de júbilo. Uma vez convidados, a Babilónia iremos, com o nosso melhor traje domingueiro, naturalmente.

A dois bytes da Porta Sul, fabricámos a ideia do sítio onde estarão os “templos”, da junk-food à “casa das notícias”, como uma travessia por um território de ambiguidades – sendo fechado é rasgado; sendo grande de longe é afinal mensurável ao perto; sendo passagem apela à pausa; sendo de todos e de nenhum é simultaneamente de cada um. Tudo se contradiz um pouco para dizer um tanto. O tanto do nosso possível.

Para a edificação deste conjunto foi destinado pelo Plano do Recinto da Feira um quarteirão rectangular nas imediações da Porta Sul e do Cabeço das Rolas, com cerca de 83 x 76 metros e a orientação Nascente/Poente.

Para este quarteirão o Plano define como regra para a implantação dos edificios a obrigatoriedade de cumprimento dos alinhamentos definidos pela sua periferia, impondo também uma descontinuidade na volumetria a construir correspondendo ao “canal de vistas que prolonga a Alameda Diagonal até à Doca”.

O desenvolvimento do estudo tomou por base os programas iniciais fornecidos aquando da formulação do convite para a apresentação da proposta, os quais vieram a ser sucessivamente ajustados, em resultado de um processo de clarificação de conteúdos e adequação às condicionantes orçamentais rigidamente estabelecidas.

O princípio da estruturação proposta para o quarteirão consagra o postulado da articulação equilibrada, com um sentido global de conjunto, das partes distintas em que o programa se divide.

Pretende-se, por um lado, o esclarecimento de que se trata de um conjunto projetado e construído num mesmo tempo e em resultado de um mesmo processo, e por outro, a circunstância de que a edificação responde a programas de ídoles muito diferentes em escala e em valor simbólico, que coabitam um território de proximidade por razões que não advêm de afinidades próprias.

Com este objectivo, tratam-se as relações próximas ao nível do observador com um conjunto de sinais que estabelecem esse sentido de articulação – a faixa de debruamento do quarteirão executada com o mesmo material de revestimento de paramentos ou elementos significativos de cada um dos edifícios, as continuidades ou enfiamentos de percursos de inter-relação entre os volumes ou dos seus alinhamentos, como exemplos – enquanto que no plano da imagem do conjunto se hierarquiza cada uma das construções atribuindo-lhes caracterizações que expressam conteúdos próprios

De um modo geral pode dizer-se que a ocupação proposta cumpre as estipulações regulamentares do Plano, construindo os alinhamentos que definem perifericamente o quarteirão. Apenas no que respeita à interpretação do sentido do corte espacial determinado pela continuidade do prolongamento da Alameda Diagonal se avançam sugestões que, garantindo embora o propósito que presidiu à sua implantação – continuidade de um canal de vistas até à doca – propõem uma nova leitura da forma de articulação deste eixo linear com os espaços singulares que atravessa.

Cria-se assim, na confluência dos percursos para o interior do quarteirão que os edifícios geram, um espaço mais estável, definido por construções e alinhamentos de árvores a implantar, que constituindo um elemento de pausa neste eixo linear corresponderá ao centro de animação do interior do quarteirão pela concentração de espaços de estar e esplanadas.

A linguagem arquitectónica dos edifícios a construir concretiza os princípios enunciados relativamente à estruturação do quarteirão, pretendendo-se que o equilíbrio de conjunto assente e resulte da diversidade de caracterizações, morfológica e topológica, de cada uma das partes que o constituem.

Nesse sentido cada edifício comporta os condicionamentos que a sua articulação de conjunto determina – seja ao nível de volumetrias, cêrceas ou alinhamentos, seja no condicionamento da paleta de materiais passíveis de serem utilizados – sem que tal se imponha de forma exclusiva à expressão própria de cada um dos programas com uma grande diversidade de sentidos de uso, formas de articulação interior/exterior, cargas simbólicas ou sentido de inserção urbana.

De um modo geral poderá dizer-se que:

- o edifício destinado a Centro de Comunicação Social albergava durante o período da feira todos os jornalistas acreditados, a rádio e a televisão, sendo destinado a escritórios na fase pós Expo. Esta realidade determinou a sua consideração como um elemento essencialmente de acompanhamento, no que respeita à caracterização da sua imagem. Dimensionado para garantir a possibilidade de instalação do programa do CCS durante a Expo'98, tratou-se o edifício com a sobriedade e economia de meios que a sua função aconselhava;

- para o Restaurante Take away, as opções de projeto mantiveram-se determinadas pela pesquisa de um edifício que potenciase a sua situação num espaço com uma grande abertura do campo visual sobre o rio e a doca, incorporando simultaneamente a natureza de forte e não condicionada utilização colectiva. A imagem do edifício continuou assim a resultar na constituição de dois corpos que se interpenetram horizontal e verticalmente. Um corpo baixo e opaco onde se concentram os serviços, realizado com o material de referência do conjunto e um outro, desenvolvido em dois pisos, onde a transparência faz prevalecer a horizontalidade das lajes balançadas, contribuindo assim para reduzir o impacto da grande dimensão do volume a construir por imposição do programa, o que se mostrava, em escala e proporção, inadequado à articulação pretendida para o conjunto.

Convirá referir que o processo de pesquisa do projeto foi totalmente condicionado a um quadro de referências determinado pela compulsiva contenção de custos fixada pelo orçamento da obra a realizar. Inevitavelmente a solução encontrada reflete isso, tendo-se procurado, com uma grande economia de meios, dar uma resposta qualificada, por forma a que não resultem desequilíbrios muito notórios quando, no desconhecimento dos processos e condições em que foram produzidos os objetos arquitectónicos da Expo'98, os produtos finais sejam, eventualmente, comparados.

Haverá apenas que referir que as contas finais apuraram um desvio de 5% do custo total da obra relativamente ao que estava orçamentado. A obra acabou muito perto do início da feira sabendo-se que com este aperto de prazos muitas das obras “derraparam” em termos orçamentais, 100% ou mais...

17 | JOP – STAND DE AUTOMÓVEIS

ZONA INDUSTRIAL. PORTO

PROJETOS 1997 | 2003 . OBRAS 1998 | 2004 . TEXTO 2014

A primeira intervenção neste edifício correspondeu a uma reorganização interna por forma a conseguir-se a instalação de um espaço para venda de automóveis no primeiro piso, imediatamente abaixo da oficina existente.

Comportou uma intervenção significativa na fachada principal, com a introdução de um extensa montra avançada relativamente ao plano de fachada dando notoriedade ao novo programa que o edifício albergava.

Também houve lugar a uma limpeza de todo o volume construído no que respeita à remoção de elementos publicitários e materiais de revestimento.

A segunda intervenção não é mais do que uma operação de “cosmética”, revestindo-se o edifício de uma roupagem que alterou substancialmente a escala e as proporções, criando uma cenografia que lhe atribuí uma linguagem de modernidade.

Nesta obra estamos perante uma outra dimensão da arquitetura.

18 | PROLONGAMENTO DA AV. SÁ CARNEIRO, PARQUE URBANO E CENTRAL DE CAMIONAGEM

BRAGANÇA

PROJETOS 1998 | 2002 . OBRA 2000 | 2003 . TEXTO 1999 | 2001 | 2005 | 2013

I.º LUGAR EM CONCURSO PÚBLICO

A chegada do Caminho de Ferro criou a oportunidade da constituição de um novo centro na cidade de Bragança, rasgado com um traço moderno à época, seguindo um modelo urbano referenciável em outras intervenções contemporâneas em cidades portuguesas.

A oportunidade de intervir agora, no final do século, neste espaço que o tempo consolidou como o centro da cidade – e com a importância que resulta de propor a reorganização de uma área muito superior à do atual espaço público – foi factor determinante no condicionamento da formulação dos conceitos subjacentes à intervenção, por forma a que a proposta decorresse de uma estrita articulação com o sentido urbano mais profundo dos espaços constituídos – tanto do ponto de vista da sua qualidade ambiental como das tradições de uso e de vivência.

A intervenção proposta é assim fortemente condicionada pela avaliação das condições existentes e pelo entendimento de que o respeito por este legado histórico não se traduz numa atitude de mimetismo ou de “pastiche” relativamente ao existente, antes comportando um sentido de requalificação global, potenciador dos elementos essenciais da sua caracterização e capaz de promover a reabilitação dos factores pontuais que potenciam a sua degradação.

Haverá assim que referenciar alguns aspectos que foram determinantes na elaboração da proposta de intervenção urbana:

- a articulação das duas malhas urbanas existentes – a das avenidas novas (Sá Carneiro e da Braguinha) e a estrutura consolidada (Av. João Cruz e Praça Prof. Cavaleiro Ferreira) – é resolvida sem sobreposições desajustadas, dada a existência de uma situação topográfica favorável ao traçado de um túnel de ligação entre as

duas avenidas novas, permitindo assim retirar grande parte do trânsito de passagem por este espaço central, o qual no entanto não é inviabilizado;

- esta opção em túnel possibilita, por um lado, libertar o espaço de superfície para a constituição de um Parque Urbano em contiguidade com o centro da cidade – situação invejável em qualquer aglomerado urbano – e por outro, reformular a organização do espaço da malha urbana consolidada, potenciando o seu uso pelos peões;
- a Av. João da Cruz vai ler-se assim como um eixo de estruturação rematado nos topos pelo parque, a Norte e pela malha consolidada, a Sul, com a particularidade destes espaços de remate também se desenvolverem ortogonalmente a este eixo – a Praça Prof. Cavaleiro Ferreira e a frente do parque, a Sul da Estação do Caminho de Ferro.

Esta leitura sugeriu a constituição de uma praça que enquadra o novo edifício da Junta de Freguesia da Sé (que ocupará o rés-do-chão da frente do parque de estacionamento a construir), definida por dois corpos ortogonais à Av. João da Cruz, solução que possibilita concretizar várias intensões num mesmo tempo: atribuir a escala dos remates do eixo longitudinal, praticamente no seu ponto central, dada a contiguidade do espaço da avenida com a nova praça; garantir a abertura do campo visual para além dos limites das construções marginais, à semelhança do que já se passa na articulação com a Praça Prof. Cavaleiro Ferreira; e também, possibilitar que o trecho de ligação entre as avenidas Sá Carneiro e da Braguinha se constitua numa rua urbana qualificada, para além da sua função estritamente viária, dada a redução ao mínimo da extensão do túnel.

- outro aspecto essencial tem a ver com a valorização dos espaços e percursos de peões: formaliza-se a zona de esplanadas que ocupa o lado Nascente da Av. João da Cruz nos meses de verão, suprimindo-se a faixa de rodagem e criando-se um espaço contínuo de uso exclusivo dos peões a que se associa um Jogo de Água desenvolvido longitudinalmente, rematado por duas fontes decorativas; estabelece-se uma continuidade de percurso desde a Av. João da Cruz com o Parque Urbano, rematando num miradouro, equipado com café/esplanada, de onde se disfruta de um magnífico ponto de vista sobre a paisagem circundante, sempre com a serra de Montesinho como pano de fundo; e também se valoriza a articulação da cota baixa com a cota alta, criando uma rede de percursos sem quebra de continuidade, o que favorecerá a articulação com os equipamentos escolares aí situados.

No Estudo de Arranjo Urbano avançam-se algumas propostas relativas ao destino de uso e formas de ocupação de alguns espaços estrategicamente localizados, atualmente livres ou com uma utilização que importa reformular. Temos assim:

A proposta de instalação da nova Sede da Junta de Freguesia da Sé na nova frente construída voltada ao trecho de ligação entre as avenidas Sá Carneiro e da Braguinha (que passaremos a denominar “nova rua de ligação”), contribuirá para o reforço do carácter urbano desta via de trânsito mais rápido, alternativa à passagem pela área central, o que constitui um dos objectivos de intervenção atrás enunciados. A sede da Junta de Freguesia ocupará o rés-do-chão do corpo do edifício do parque de estacionamento voltado à nova rua, o qual se destina também às funções residencial e de comércio.

O espaço destinado à sede da Junta de Freguesia, estrutura-se a partir de uma entrada central, referida à praça projetada para a frente do outro lado da rua (edifício H1) e implanta-se a uma cota acima do nível deste arruamento, por forma a garantir privacidade no interior do edifício relativamente ao campo de visão do passeio de peões marginal.

Propõe-se a criação de um parque de estacionamento público que se desenvolve em cave, aproveitando a diferença de cotas existente entre a nova rua de ligação e o arruamento que contorna a Escola Secundária.

O edifício do Parque de Estacionamento integra outras funções por forma a ser possível qualificar a sua imagem arquitectónica e potenciar a sua integração numa zona central da cidade. Assim, para além da proposta de instalação neste edifício da nova sede da Junta de Freguesia da Sé, propõe-se ainda a existência de espaços destinados a habitação e comércio, ocupando o corpo de quatro pisos e um recuado voltado nova rua de ligação e os volumes que conformam uma praça de peões a constituir na cobertura do volume destinado a parque de estacionamento, que se pretende um espaço de estar no exterior, muito estável, equipado com esplanadas, de onde se poderá disfrutar de um interessante enfiamento visual sobre a cidade amuralhada, encimada pelo castelo e sempre com a serra de Montesinho como pano de fundo.

Articulado com o edifício do Parque de Estacionamento propõe-se a implantação do Teatro de Bragança a instalar num edifício a construir de raiz no âmbito do programa do Ministério da Cultura que pretende dotar todas as capitais de Distrito com um equipamento deste tipo.

A proposta de implantação apresentada refere o edifício à orientação do eixo de estruturação da Praça Professor Cavaleiro de Ferreira, perpendicular à Av. João da Cruz, oferecendo-se deste modo a estes espaços centrais da cidade a fachada principal do edifício, por onde se processará o acesso do público ao Teatro.

Os desenhos apresentados não pretendem ser vinculativos relativamente à forma e volumetria do edifício a construir, estabelecendo-se, no entanto, algumas condicionantes a integrar no projeto de arquitetura a desenvolver, nomeadamente no que se refere: à localização da torre de cena; ao acesso de cargas e descargas (associado à saída Nascente do parque de estacionamento coberto); à articulação com o percurso de peões de ligação com

a praça que ocupa a cobertura do edifício do Parque de Estacionamento; e às continuidades com a cota do logradouro e com o alinhamento do volume destinado a comércio do edifício vizinho.

Para locais estratégicos da área abrangida por este Estudo de Arranjo Urbano propõe-se a implantação de edifícios com carácter plurifuncional a serem construídos pela iniciativa privada. As propostas avançadas para estas situações pretendem ser essencialmente indicativas, condicionando mais ou menos profundamente – conforme os casos – os projetos de arquitetura a desenvolver pelos interessados, conforme a seguir se esclarece:

Um dos edifícios propostos ocupa o terreno da Fábrica de moagem Mariano & Companhia. Desenvolvendo-se em “U”, conforma uma praça perpendicular à Av. João da Cruz. Os dois corpos proeminentes paralelos entre si e perpendiculares à avenida desenvolvem-se sobre a nova rua de ligação, antecipando o seu desenvolvimento em túnel e estabelecendo um espaço público qualificado de enquadramento da nova sede da Junta de Freguesia da Sé que lhe fica defronte.

Esta opção de implantação serve algumas intenções de projeto, nomeadamente: possibilita a atribuição de sentido urbano à nova rua de ligação determinada por razões de funcionalidade do tráfego e potencia a relação visual entre a cota baixa e a cota alta.

O edifício, destinado a habitação e/ou escritórios e comércio, possuirá parque privativo de estacionamento, podendo utilizar, a partir da nova rua de ligação os mesmos acessos do parque público contíguo e tendo acesso autónomo desde a Avenida João da Cruz.

Outro dos edifícios propostos articula-se com o Teatro. A implantação, alinhamentos, cêrceas e volumetria referenciadas nos desenhos, deverão assim ser rigorosamente respeitadas no desenvolvimento do projeto, por forma a garantir que não serão introduzidos desequilíbrios perturbadores na escala urbana proposta para a zona onde o edifício se insere.

O edifício possuirá parque de estacionamento privativo em cave, com acesso direto desde a Av. Sá Carneiro.

O terceiro edifício proposto ocupa o terreno atualmente ocupado pelas instalações da Junta Autónoma das Estradas.

Aproveitando a oportunidade de o terreno poder ser libertado da sua atual ocupação, propõe-se a criação de uma grande área livre arborizada – pontualizada por um pequeno edifício – que anuncia à cota baixa o Parque Urbano, sendo de facto o seu prolongamento físico. Simultaneamente, estabelece sem sobressaltos uma continuidade de tratamento com o grande espaço central da “rotunda”, com forma de “arena”, que marca a nova “porta” de acesso à cidade.

A proposta de ocupação que se apresenta para os terrenos de Vale d’Álvaro pretende apenas sugerir o modo que nos parece mais correto de constituir a frente Nascente da

“arena” que antecede a nova “porta” de entrada na cidade, a que atrás fizemos referência: implantação perpendicular dos edifícios, com a afirmação dos remates de topo e volumes de articulação com a envolvente próxima construída ou a construir; constituição de grandes espaços livres arborizados entre os edifícios, o que possibilita uma grande permeabilidade visual com o terreno interior, contrariando assim qualquer intensão de constituição de uma frente construída contínua; estabelecimento de uma cércea e volumetria que nos parecem adequadas à marcação da escala urbana deste novo espaço da cidade e às condições topográficas do local.

A possibilidade de organizar um Parque Urbano em contiguidade com o centro da cidade em pleno final do século XX, em resultado da desativação do caminho de ferro, constitui oportunidade invejável que em muito contribuirá para o aumento da qualidade de vida dos Brigantinos.

Para a constituição deste parque sugere-se a demolição de grande parte dos edifícios existentes complementares da Estação do Caminho de Ferro – em alguns casos, inevitável, devido à construção do túnel – mantendo-se apenas os edifícios da Estação e do Museu.

A estruturação proposta para o Parque decorre do estabelecimento de uma malha contínua de percursos de peão, elegendo um eixo longitudinal que unindo as duas extremidades do parque “agarra” todos os equipamentos que nele se implantam:

- o edifício da antiga Estação do Caminho de Ferro que passará a funcionar como terminal da Central de Camionagem, ao qual fica associado uma estrutura metálica de leitura muito leve – o cais coberto de paragem das carreiras interurbanas;
- um pequeno edifício destinado a café/bar, equipado com uma esplanada coberta, contíguo ao miradouro que remata o Parque a Nordeste, de onde se disfruta de uma magnífica abertura do campo visual sobre a paisagem circundante, sempre com a serra de Montesinho como pano de fundo;
- o edifício existente que se destina ao novo Museu do Caminho de Ferro, onde se concentrará o equipamento ferroviário em exposição, o qual poderá ser ampliado ou complementado com um espaço expositivo ao ar livre.

Na articulação do percurso de entrada no parque que dá continuidade física e visual à Av. João da Cruz com este eixo longitudinal, cria-se um pequeno alargamento, espaço de confluência e de distribuição dos percursos – um pequeno “Largo” – que se constituirá no lugar central do Parque.

À época necessitava a Câmara Municipal de decidir onde localizar a Central de Camionagem de Bragança.

A sugestão avançada foi a de escolher o espaço libertado pela desativação do Caminho de Ferro, tendo-se apresentado várias razões e vantagens para esta escolha:

- não inviabilizava o parque urbano proposto para a zona envolvente;
- limitava o movimento de autocarros a três cais de largada e tomada de passageiros na fachada poente, com três lugares por cais para serviço interurbano;
- possibilitava a criação de uma paragem de transportes urbanos e táxis junto à fachada nascente da Estação, para promover a articulação entre os dois tipos de serviço;
- permitia concentrar a venda de bilhetes dos diferentes operadores
- afastava para local próximo, no topo Norte da Rua dos Cedros, as funções de estacionamento de autocarros em espera de horário, pequena oficina de manutenção e abastecimento, e ainda despacho de pequenas mercadorias em instalações (módulos) próprias de cada operador;
- correspondia a um menor investimento inicial resultante de um programa mais simples, ainda que mais espartilhado (estação de passageiros, mais estação de estacionamento e assistência, mais paragem principal);
- possibilitava custos de exploração repartidos pela autarquia (estação atual) e operadores (parqueamento e instalações próprias);
- promovia a utilização do Prolongamento da Avenida Sá Carneiro como nova estrutura principal para atravessamento do centro urbano.

Acresce ainda referir que não existia nenhum programa concreto definindo uma utilização para a atual Estação Ferroviária, a não ser integrar o edifício no Parque Urbano a construir, objectivo que, à partida, não é incompatível com a sua utilização como estação terminal de passageiros, desde que fiquem salvaguardados aspectos relativos ao impacte do tráfego e estacionamento dos autocarros.

Tendo sido aprovada esta proposta foi desenvolvido o Programa da Central de Camionagem em diálogo com os concessionários que sempre mostraram alguma relutância em aceitar à partida uma central que não estivesse concentrada num edifício, o que correspondia aos modelos que conheciam.

O programa dividiu-se assim pelos três edifícios propostos – Módulo de Autocarros Regulares, Módulo de Autocarros Expresso e Módulo de Mercadorias.

O edifício da antiga Central de Caminho de Ferro foi reabilitado para albergar o primeiro programa, tendo sido construídos três cobertos para apoio dos cais de acesso dos passageiros.

Estes cobertos foram já desenhados com a linguagem do aço, e desta forma diretamente associados aos outros dois cobertos que albergaram as restantes partes do programa.

Esta opção pareceu evidente pelas possibilidades construtivas de executar grandes vãos e consolas, mantendo uma grande delicadeza de forma.

Foi também uma oportunidade de testar algumas pequenas experiências que vínhamos executando desde há já algum tempo com este sistema construtivo.

Complementarmente ao que ficou dito transcreve-se o texto de avaliação crítica da obra produzido pelo Professor Doutor Arquitecto Francisco Barata Fernandes a propósito da publicação desta obra na Revista *Arquitetura e Vida* n.º 60.

Aquilo que é mais importante para nós esconde-se, por vezes, sob uma capa de simplicidade e familiaridade. Somos capazes de nunca reparar em algo só porque o estamos sempre a ver. Ninguém pensa nas verdadeiras fundações das suas perguntas.

Wittgenstein

Diz-se, hoje, que a obra de arte e, portanto, a obra de arquitectura fala por si. É o primeiro passo para a legitimação de dois tipos de discurso. Um desobriga o próprio autor de expor com objectividade a relação dialéctica entre análise e proposta, entre um antes e um depois, entre propósito e concretização; outro justifica a abordagem metafórica, o discurso abstratizante, utilizando léxicos extra-disciplinares, fragmentos de breves incursões inconsequentes em territórios alheios, tentando-se afogar o observador na complexidade dos fenómenos (aliás, já que é a negação do próprio conceito de limite do espaço da arquitectura que está em causa, para quê tentar identificar, na obra, qualquer princípio de fio condutor?).

Mas, também já foi dito que a obra de arte, falando por si, necessita sempre que alguém interprete, traduza o seu falar...será este o campo da crítica, da teoria e, também, da história da arquitectura. Fora disto, teremos a nebulosa das sensações, o sincretismo emocional.

Nas obras de arquitectura e nas intervenções no espaço urbano, continuo a privilegiar a descoberta e entendimento de lógicas de processos criativos, de rotinas de ordenação do espaço arquitectónico, de relações entre programa, lugar e significado da obra, mais do que a afirmação do aleatório, do efémero, do diferente.

A Estação Central de Camionagem, cujo programa se desdobra em três núcleos distintos, implantados estrategicamente num Parque Urbano no centro da cidade, é uma obra que não se limita ao perímetro de cada um dos objetos de que é composta, mas propõe, também, um novo sentido para um novo espaço público que remata a antiga Avenida João da Cruz.

O lugar onde se localizam as obras era, ainda em meados do século passado, o fim da cidade. A Estação de caminho-de-ferro significava, então, uma nova dinâmica de transformação urbana. Verifica-se, hoje, que aquele equipamento, desprovido da sua primitiva função, ocupa atualmente o novo centro urbano.

A cidade desenvolveu-se, inicialmente de nascente para poente e, posteriormente segundo um eixo sul-norte que entronca com o primeiro na Praça Professor Cavaleiro Ferreira.

A origem da cidade de Bragança é referida a dois núcleos: "um dos núcleos a cidade e o outro a vila. A ligar a vila e a cidade estão duas ruas: a Rua Direita e a Rua de Trás. A cidade antiga ficaria, no local onde hoje está a Sé."

Na década de 60 abre-se um novo arruamento – Avenida Nova – que marcava a nova entrada na cidade para quem chegava de ocidente. Esta nova avenida, construída sobre o canal do antigo caminho-de-ferro corresponde, também, à primeira manifestação de que os transportes rodoviários viriam substituir os ferroviários.

A Central de Camionagem é promessa de 1968. Sessenta e dois anos após ter chegado o primeiro comboio a Bragança (1.º de Dezembro de 1906).

Na proposta de prolongamento da Avenida Sá Carneiro, Carlos Prata apresenta uma solução para o centro da cidade que engloba a criação de um parque urbano, de um túnel rodoviário que permite retirar o trânsito de atravessamento de toda esta área e a remodelação da Estação de caminho de ferro com o novo programa de Central de Camionagem.

Independentemente de futuras transformações que venha a sofrer o conjunto edificado envolvente, o centro de Bragança ganhou desde já uma nova topografia de matriz contemporânea, quer pela natureza do programa, quer pela afirmação de identidades autónomas e diferenciadas no que respeita a espaços de lazer e cultura, sistema rodoviário e transportes colectivos.

Na proposta de Carlos Prata há implícito, um entendimento global da cidade – a cidade como totalidade, como estrutura identificável no território, e do território – que pressupõe um desejo de ordem arquitectónica, de hierarquização de espaços urbanos, de sequência e de limite. O novo centro, relacionado com a avenida da estação, representa a articulação entre o velho centro tradicional e as novas expansões urbanas. O novo parque urbano reinterpreta o paradigma do jardim público iluminista, naquilo que este representava de transição entre cidade e natureza, de natureza urbanizada. O Miradouro para a Serra de Montesinho, como remate de toda a composição do parque, é disso exemplo, pese embora, posteriores e recentes desenvolvimentos da cidade.

A desmultiplicação funcional do programa da Central de Camionagem por três módulos: Módulo de Autocarros Regulares, Módulo de Autocarros Expresso e Módulo de Mercadorias responde inteligentemente a condicionantes e objectivos precisos. O primeiro apoia-se na remodelação da antiga Estação que mantém a sua imagem para a cidade do século passado. O segundo, mais próximo das vias de acesso à cidade, aproveitando desníveis e a modelação do terreno que definem percursos pedonais, rampas de acesso ao cais de embarque e a base do edifício, caracteriza-se por dois extensos planos horizontais, desfasados, que constituem a cobertura da gare dos autocarros e a dos passageiros. Esta última prolonga-se definindo a cobertura da sala de espera e bar. O terceiro módulo, distanciado visualmente do parque urbano, é também definido por uma extensa cobertura plana com uma inclinação que acompanha a própria pendente do terreno. Sob esta cobertura organizam-se os sete cais de embarque e respectivos módulos de apoio aos despachantes de mercadoria.

Arquitetura de materiais e texturas criteriosamente seleccionadas em função de significados facilmente identificáveis pelo observador, Carlos Prata elege o granito, o ferro, a madeira e o vidro para responder com eficácia e poesia ao programa e ao lugar. Herdeiro de uma cultura

arquitectónica de modernidade (atelier Arménio Losa) a sua obra manifesta preocupação e inovação técnica com a construção, sentido de conforto e bem-estar, como se pode verificar na qualidade da pormenorização e na criteriosa hierarquização da qualidade dos materiais, em função da dignidade dos programas.

A sua paciente pesquisa é solidária com propostas da arquitetura nórdica, da arquitetura catalã, remetendo-se ainda para a lição da escola holandesa.

A sua obra parece revelar preferência por uma estética que se fundamente na qualidade e atualidade dos materiais, na sua lógica construtiva, mais do que numa estética da forma em si própria ou fundamentada na opção tipológica. Assim, os edifícios que constituem a Central de Camionagem, incluindo a remodelação da antiga Estação, respondem não só ao presente, como marcam o sentido de transformação do centro da cidade.

Que cresçam as árvores previstas, pelo arquiteto, para o parque urbano!

19 | MARGINAL DO RIO DOURO

VILA NOVA DE GAIA

PROJETO 1999 | 2000 . OBRA 2000 | 2002 . TEXTO 2000 | 2013

1.º LUGAR EM CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

A intervenção na marginal de Gaia foi promovida pela empresa Águas de Gaia, SA, responsável pela rede de infraestruturas de saneamento básico do concelho de VN de Gaia e resulta de um Concurso Público de Concepção/Construção, de que saiu vencedor o consórcio constituído pelas empresas Mota & Companhia + Somague – Engenharia, SA.

O arranjo urbano é, por isso, uma obra complementar – a divulgação publicitária das Águas de Gaia esclarece-o: “Para nós é uma obra de saneamento, para si é um passeio público” – sendo, também a nossa primeira experiência, nos cada vez mais usuais processos de Concepção/Construção, em que o cliente é o consórcio construtor.

A obra, tanto ao nível conceptual como na sua execução, integra as limitações orçamentais decorrentes do Concurso Público e decorre dos condicionamentos físicos das soluções construtivas possíveis – sítios há em que o alargamento da marginal sobre o rio é realizado por uma consola em betão de 1,87 metros a que se associa um passadiço metálico, também em consola, com 1,85 metros de largura.

As limitações do processo de concretização da obra, as restrições orçamentais e as dificuldades conceptuais inerentes ao exercício projetual, nunca abalaram a vontade de

constituir um espaço urbano qualificado potenciador de novos usos – um passeio público que permitisse usufruir a excelência da paisagem sem se constituir em elemento dissonante.

Como decorria de condição do programa do concurso seria obrigatório considerar uma faixa de rodagem com 6 m de largura. Para isso procede-se ao alargamento da estrada marginal em vários pontos do seu traçado, conforme se encontra expresso nos desenhos em planta.

Esse alargamento é realizado de duas formas: através da constituição de uma consola contínua em betão armado onde é fixado um passadiço para peões; ou – sempre que se tornava necessário manter rampas ou escadas existentes de acesso ao rio – soltando o passadiço do muro e transformando-o numa ponte para peões.

Estas situações de alargamento são realizadas através da constituição de uma consola contínua em betão armado onde é fixado o passadiço, com um desenho em corte transversal em forma de “asa” de modo a reduzir a expressão da sua leitura desde pontos de vista mais distantes ao nível ou abaixo do plano da marginal.

O desenho da consola articula-se assim com o desenho da estrutura metálica de suporte do passadiço, o qual se mantém inalterável nestas situações de alargamento.

Noutras situações o passadiço transforma-se numa ponte para peões, com um desenho semelhante, suportada por chapas de ferro em forma de “asa” fixadas a um perfil quadrado contínuo assente em pilares circulares.

O afastamento dos pilares é de 14 metros, múltiplo da estrutura de suporte do passadiço, o que permite manter sem variação os ritmos de modulação dos restantes elementos que constituem o conjunto – “asas” de apoio e guardas.

Nestas situações, a faixa de rodagem torna-se independente do traçado do passadiço pelo que se propôs a sua delimitação com um muro de contenção em granito com 50 cm de altura.

A conduta elevatória é instalada em vala ao longo da marginal, numa grande extensão do seu traçado, exceptuando dois trechos iniciais próximos do Centro Histórico, em que é instalada à vista, com um traçado que segue a uma cota mais baixa do que o passadiço.

Nestas situações, a conduta é apoiada em fixações horizontais diretas ao plano vertical do muro, suportadas por maciços pontuais em betão armado.

O desenho dos suportes de fixação foi realizado por forma a cumprir as intenções de princípio que à frente se enunciam a propósito do desenho do passadiço. A fixação é realizada por duas chapas paralelas afastadas o necessário para articular uma terceira com movimento de rotação em torno de um eixo, a qual funcionando como prisão da conduta, possibilita as operações de montagem ou da sua eventual substituição.

Os apoios para fixação da conduta distribuem-se com uma modulação de 3,5 m, submúltiplo da modulação base de 7 m, por forma a existir uma adequação equilibrada entre os diferentes ritmos dos elementos base da solução estudada.

No desenvolvimento do projeto procurou-se garantir que a intervenção a realizar na marginal de Gaia para a instalação do passadiço e suporte da conduta elevatória fosse realizada por forma a que se mantivesse a leitura de conjunto do muro de granito que a conforma em grande parte da sua extensão. Isto é, que a imagem de conjunto deste embaçamento monolítico e uniforme se mantivesse no essencial, como suporte de todas as novas intervenções.

O desenho dos novos elementos não entra assim em competição com a expressividade deste suporte granítico, sendo concebidos como estruturas metálicas de expressão leve, fixadas pontualmente a uma consola em betão, por forma a não destruírem a sua leitura de conjunto.

O desenho da estrutura metálica de suporte do passadiço pretende dar resposta aos princípios enunciados, lendo-se como uma estrutura leve, como que suspensa, em contraponto à leitura do muro de granito.

Os apoios dos HEB I 40 contínuos são realizados por elementos de chapa de ferro compostos, afastados de 7 m, funcionando a chapa com maior dimensão como um “cachorro” das duas chapas em “L” que se fixam ao topo da consola continua em betão.

O desenho das chapas, tanto em alçado lateral como em planta, têm um desenho em forma de “asa” que contribui para a leveza da leitura de toda a estrutura.

Associada a esta modulação principal – apoios de 7 em 7 metros – existe uma segunda ordem de modulação de uma estrutura secundária realizada em perfis “UNP” e “T”, que suporta o pavimento do passadiço.

A opção pela utilização de madeira maciça no pavimento do passadiço resulta da consideração dos seguintes factores:

- a madeira é uma opção leve, com uma expressão destacável da estrutura de suporte – contribuindo assim para a desmassificação da sua leitura de conjunto – mas que simultaneamente se associa de forma não dissonante à linguagem do ferro;
- a utilização de tábuas aplicadas com junta aberta no sentido transversal do passadiço, possibilita a constituição de um pavimento modular contínuo, que resolve sem a necessidade de recorrer a soluções especiais de remate, todas as situações de variação da diretriz de implantação do passadiço, nomeadamente em curva, bastando para isso que a variação da direção de implantação das tábuas

seja progressivamente absorvida pela junta aberta que as articula e funciona como elemento de ajuste;

- ao nível da marginal, referencia-se de forma expressiva a existência de uma faixa que sendo contígua ao espaço de circulação automóvel cumpre a função exclusiva de percurso de peões;
- apresenta vantagens relativamente a outras alternativas de materiais a utilizar, nomeadamente, a chapa de ferro, pelo conforto, tanto no pisar como pelo ruído provocado e pelas mesmas razões, os pavimentos tipo industriais em malha de ferro, que apresentam ainda o inconveniente de não possibilitarem a sua utilização com calçado de tacão pontiagudo, dado terem-se já verificado acidentes que resultaram em luxações graves de tornozelos ou em ossos fracturados.

A madeira utilizada – ipê – tem um bom comportamento já testado em utilizações deste tipo no exterior, o qual foi reforçado pela introdução de rebaixos longitudinais, o que simultaneamente, aumenta a aderência de utilização e contribui para o completo desempenho das peças.

No acabamento da madeira apenas se utilizou um produto de impermeabilização, incolor e sem expressão visível, que não exige particulares cuidados de manutenção.

Ao nível da estrada marginal a delimitação do passadiço como espaço para uso exclusivo dos peões é realizada de dois modos:

- pela delimitação visual do espaço de circulação automóvel, mantendo-se e completando-se a faixa contínua correspondente ao capeamento em granito do muro existente;
- pela existência de um tubo contínuo suportado pela estrutura do passadiço, com um traçado coincidente com a junta aberta de desligamento das duas partes, que não sendo projetado como barreira física de proteção contra embate de veículos (tipo “rail”) funciona como elemento expressivo de delimitação da faixa de rodagem.

Embora a leitura do tubo de delimitação seja contínua, dado o ritmo apertado dos apoios, realizam-se passagens de peões – correspondentes a apenas um módulo da estrutura de suporte, para não possibilitar a invasão do trânsito automóvel – sempre que deva ser privilegiada a relação da estrutura urbana envolvente com o percurso de peões ao longo da marginal.

Em situações particulares da malha urbana onde tradicionalmente existe uma concentração de utentes do rio – moradores, pescadores, etc. – ou onde a abertura do campo visual sobre a paisagem envolvente sugere um ponto de pausa no percurso, instalaram-se

pequenos apoios que poderão servir de banco, com um desenho diretamente decorrente da estrutura de suporte do tubo de delimitação.

O desenho da guarda do passadiço desenvolve-se com base numa modulação que é submúltiplo do vão estrutural de 7 m e corresponde à associação de dois elementos por forma a possibilitar a introdução de uma variação cromática:

- uma estrutura constituída por duas horizontais mais baixas, realizada em perfis de ferro com aresta viva, a qual, por se associar diretamente à estrutura de suporte, tem a mesma cor do conjunto;
- uma horizontal mais alta, realizada em tubo suportado por uma barra que emana da estrutura mais baixa, que funcionam como corrimão e tem uma cor discreta.

Todos os perfilados de ferro receberam uma pintura de esmalte tipo com uma cor cinza-chumbo, com um acabamento com textura tipo “lixa fina” e sem brilho, à exceção do corrimão da guarda e respectivas barras de suporte que receberam pintura de esmalte com uma cor azul acinzentada.

20 | LIPOR III . CENTRAL DE VALORIZAÇÃO ORGÂNICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS ERMESINDE. VALONGO PROJETO 1999 | 2000 . OBRA 2000 | 2001 . TEXTO 1999 | 2013 I.º LUGAR EM CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

O projeto foi desenvolvido no âmbito de um Concurso Público Internacional de Concepção, Construção e Exploração para o consórcio que viria a ser ganhador, constituído pelas empresas de construção civil, Somague SA e Mesquita & Filhos SA. Este enquadramento do processo de projeto determinou condições de produção muito particulares que no essencial decorreram do facto de não existir um dono de obra como interlocutor direto.

Um projeto de arquitetura é sempre uma síntese globalizadora de um conjunto de condicionamentos e determinantes. Neste caso, as características morfológicas do sítio, a dimensão e a organização do programa, constituíram os maiores desafios na construção de uma imagem equilibrada e expressiva do conjunto a edificar.

No desenvolvimento do projeto procurou-se uma implantação dos edifícios que acompanhasse o movimento do terreno, por forma a conseguir desmassificar a leitura de conjunto do complexo, desde pontos de vista mais distantes situados no vale (ainda agrícola) para onde a pendente se oferece.

Esta intenção foi também reforçada pela opção de subdividir o conjunto em edifícios independentes, adequados às diferentes funções dos programas que albergam, o que possibilitou um escalonamento dos volumes, enfatizado pelas diferenças de pé-direito exigidas pelo processo de funcionamento.

O complexo lê-se assim como a agregação de vários volumes com caracterizações distintas – mas com uma articulação de escalas equilibrada – onde prevalecem elementos de unificação do conjunto: o mesmo material das paredes que se prolonga pelos socos de envasamento dos edifícios contíguos; a continuidade das coberturas entre edifícios distintos; etc.

Balizados pela estratégia de ocupação do terreno, organizou-se a implantação do conjunto, por forma a também responder a outras intenções de princípio.

Implanta-se o Edifício Administrativo na extrema Nordeste do terreno, como se emergisse de um grande espelho de água, oferecendo, desde a entrada no complexo de instalações da Lipor, uma forma arquitectónica inusitada – o edifício, desmassifica-se, como se o primeiro piso pairasse no espaço, sendo este efeito conseguido pela constituição de uma grande consola com cerca de 9 metros. Marca-se assim a entrada principal do edifício.

A consideração do Edifício Administrativo como um edifício isolado possibilitou a constituição de uma extensa área verde de enquadramento dos restantes edifícios, diluindo a leitura da sua presença desde os pontos de vista da entrada na Portaria, o que reforça a imagem menos industrial que se oferece como primeira impressão.

A determinação do processo de constituir um espelho de água sobre a cobertura do Edifício do Tratamento Biológico por razões que se prendem com a necessidade de dissipar o calor aí produzido, resultou na possibilidade de tratar esta circunstância como um tema de projeto.

O espelho de água não se confina assim à cobertura do edifício, permitindo-se o escoamento da água pela parede Norte deste volume – com agitação resultante de acidentes provocados, tanto pelo assentamento com irregularidades da placagem em ardósia (clivagem natural) como por peças proeminentes em aço inoxidável – e a continuidade do seu movimento através de um canal estreito de ligação a um outro espelho de água situado em cota mais baixa, servindo de enquadramento ao Edifício Administrativo e pontuado por um pequeno geiser artificial.

A utilização destas grandes superfícies de água, enquadradas por uma vegetação tratada, possibilita a criação de um ambiente envolvente do Edifício Administrativo que favorece a sua abertura física para o exterior – criando-se esplanadas e espaços exteriores de estar – e favorecendo a abertura do campo visual desde o interior sobre estes espaços qualificados.

A “parede de água” funciona também como elemento de remate visual da alameda de acesso ao Edifício Administrativo, onde se concentra a zona de estacionamento.

O complexo distribui-se por três edifícios com autonomia funcional:

- o Edifício Administrativo, a que fizemos referência, organiza-se verticalmente em quatro meios pisos que se associam à evolução de cotas do Auditório, o qual, localizando-se numa posição central, tanto em planimetria como em altimetria, constitui o elemento principal de estruturação interna.
- a organização funcional e o dimensionamento do Edifício dos Tratamentos Biológico e Mecânico foram totalmente determinados pelos condicionamentos do processo de laboração. O projeto de arquitetura submeteu-se assim a estas determinantes, articulando os grandes espaços da nave industrial com um corpo autonomizado que constitui a plataforma de descarga, implantado a uma cota superior por razões de funcionamento interno e procurando um modo de encerramento do edifício que garantisse um equilíbrio da forma na unidade do conjunto.
- o Edifício da Maturação, Armazenagem e Embalagem é constituído por grandes naves industriais com uma organização interna e dimensionamento totalmente determinados pelos condicionamentos do processo de laboração.

No tratamento exterior cria-se um soco de envasamento em betão aparente que percorre toda a periferia do edifício, sobre o qual se desenvolve uma solução de preenchimento dos vãos estruturais da envolvente, em painéis em chapa – com a cor e textura semelhantes às do aço inoxidável com acabamento acetinado – rematadas por uma faixa contínua que integra grelhas de ventilação, panos de vidro fixos e painéis opacos pintados com uma cor escura.

A cobertura da nave industrial é realizada por chapas curvas que ultrapassam o perímetro edificado, criando percursos de peões cobertos ao longo do edifício e alpendres com maior extensão nos remates de topo. Esta solução arquitectónica permite ler a cobertura como um elemento muito leve, solto do edifício, leitura que é reforçada pelo facto da chapa da cobertura ser apoiada em pilares circulares muito esbeltos, exteriores ao volume edificado.

Com o objectivo de proporcionar a realização de visitas em grupo às instalações, sem interferir com o seu normal funcionamento, previu-se a criação de um Passadiço encerrado, ligando diretamente o Edifício Administrativo à Sala de Controlo, instalada no Edifício de Tratamento Mecânico. O Passadiço inicia-se numa galeria mais encerrada de articulação dos acessos desde o Edifício Administrativo e desemboca na Sala de Controlo, tratada como uma “caixa de vidro” aberta sobre a nave industrial do Edifício do Tratamento Mecânico, de onde se pode perceber todo o processo de laboração.

21 | PORTO 2001. CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA REQUALIFICAÇÃO DA BAIXA DO PORTO PROJETO 1999 | 2000 . OBRA 2000 | 2001 . TEXTO 2000 | 2013

O concurso por convites para a Área Oeste A do Projeto de Requalificação da Baixa Portuense foi ganho pela equipa coordenada pelos Arquitetos Camilo Cortesão e Mercês Vieira, que decidiram subdividir a extensa área em cinco zonas e entregar a responsabilidade do desenvolvimento dos projetos de cada uma dessas zonas a diferentes arquitetos.

Foi a oportunidade de criar uma plataforma de trabalho em que, embora com responsabilidades repartidas, havia a possibilidade de discutir num grupo muito mais alargado de arquitetos – Francisco Barata Fernandes, José Carlos Portugal, Helena Rente e Albino Teixeira – todas as questões relacionadas com a transformação de uma extensa área central do Porto. Evidentemente que todas as opções que foram feitas foram balizadas pelos estudos de conjunto realizados pela Sociedade Porto 2001, no âmbito, por exemplo, da mobilidade e transportes

No Agrupamento I, de minha responsabilidade – Ruas dos Clérigos, Carmelitas, Assunção, S. Filipe Nery e Ferreira da Silva – o espaço urbano construiu-se com granito, material nobre, indissociável da imagem da cidade do Porto.

O projeto de arranjo urbano procurou respeitar as determinantes da caracterização morfológica dos espaços consolidados ao longo da história, à qual se submeteu, sem protagonismo. O desenho do tratamento das superfícies procurou também responder ao novo sentido de estruturação e organização funcional da cidade, onde se privilegia a fluidez de circulação dos transportes públicos e a conquista do máximo de espaço para usufruto exclusivo do peão.

Pretendeu-se que à cuidadosa planificação global da Baixa Portuense que o projeto de arranjo urbano materializa, à excelência do material a utilizar e ao desenvolvimento da pormenorização realizada, pudesse corresponder uma execução primorosa, com o mesmo nível de rigor de todo o processo que a viabiliza. No entanto, a falta de qualidade de Diretores de Obra e de alguns subempreiteiros, e os prazos apertadíssimos para a execução das obras, mesmo tendo existido um processo de acompanhamento constante e empenhado, não possibilitou que a qualidade final da obra fosse satisfatório.

Como disse todo o pavimento foi realizado em granito por termos considerado ao nível da equipa de projeto que esta era a zona mais nobre da Área Oeste A e como tal deveria ser a que corresponderia a um maior custo do metro quadrado de construção, considerando o custo médio estabelecido para toda a área.

A opção foi assim a de utilizar lajeado de granito, com uma estereotomia desenhada em toda a sua extensão, nas zonas de peão, com exceção dos passeios envolventes do antigo

Mercado dos Anjos – atualmente Clérigos Shopping – onde foi usado cubo de granito reaproveitado, com a superfície de uso serrada, por se considerar que a utilização de um acabamento menos “nobre” permitiria entender que esta ocupação era menos qualificada e que poderia ser transformada a prazo. Infelizmente a transformação verificou-se – uma renovação de programa e fachadas que não foi factor de qualificação em minha opinião – e o pavimento, com este carácter mais provisório manteve-se e foi consolidado.

No desenvolvimento do projeto houveram zonas onde existiram cuidados particulares:

- a alteração dos perfis longitudinais e transversais das ruas das Carmelitas e dos Clérigos pretendeu resolver a concordância com algumas das soleiras existentes, correspondendo a um abaixamento das cotas existentes. Esta intenção determinou o agravamento da situação existente no que respeita às pendentes transversais e ao “empeno” das concordâncias entre as ruas, nomeadamente, na frente da Igreja dos Clérigos, zona de já grande sensibilidade, também a este nível. No desenho desta zona da obra existiu assim um cuidado redobrado;
- com a Rua das Carmelitas confluíam outras ruas projetadas por equipa distinta (Galeria de Paris, Cândido dos Reis e Conde de Vizela) tendo sido coordenadas e compatibilizadas as soluções de encontro e entrega dos distintos desenhos de pavimento, tendo havido particular cuidado no desenho destes pontos de articulação;
- nas situações de pavimentação de passeios e espaços de organização do trânsito automóvel em lajeado de granito, desenhou-se uma modulação das peças por forma a absorverem, sem mais juntas, as tampas das caixas das diferentes redes de infraestruturas, cujo posicionamento foi reajustado, em algumas situações.

22 | MOLHES DO DOURO

FOZ DO RIO DOURO. PORTO

PROJETO 1999 | 2005 . OBRA 2005 | 2009 . TEXTO 2000 | 2013

I.º LUGAR EM CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

Pela ausência de referências, pela escala do lugar e da intervenção e pelo pioneirismo do trabalho com uma equipa de projeto de obras marítimas, a participação nesta equipa de projeto foi a experiência mais gratificantes de já longos anos de profissão. Foi uma oportunidade única, passou a ser uma referência internacional, e continua a ser factor de atenção e estudo constante, contrariamente às obras realizadas em terra. É que o mar tem muita energia e move-se.

Enquadramento Histórico

A configuração da Barra do Douro resultava de um longo, lento e interessantíssimo processo de transformação que importava tentar perceber quando de novo se pensava uma intervenção.

A obra de Joel Alves Cleto (1998) sobre o Porto de Leixões, “Leixões. Pequena história de um grande porto”, possibilita-nos essa compreensão, sintetizando a informação entretanto recolhida noutras fontes. Recorremos por isso à transcrição de alguns extractos:

“(…) Com efeito, desde sempre a foz do rio Douro foi um obstáculo particularmente penoso para as embarcações que, penetrando através da sua barra, procuravam alcançar, a montante, os diversos cais do porto do Douro, os mais importantes dos quais implantados na margem direita, junto às zonas ribeirinhas e históricas da cidade do Porto (fig. 2) como era o caso do cais da Ribeira, do Bicalho, do Ouro, da Cantareira …

Uma entrada perigosa, repleta de inúmeros e inesperados penedos, emergentes uns, encobertos outros, provocava repetidos e trágicos naufrágios. Uma simples análise à “Planta Geográfica da Barra do Porto” (fig. 3) incluída na obra “Descrição topographica e historica da cidade do Porto” da autoria de Agostinho Rebello da Costa, datada de 1789, é bastante elucidativa a este respeito. Por outro lado, o facto de o Douro ser um rio de grandes e cíclicas cheias, que impediam a sua navegabilidade durante largos períodos, associado à circunstância de, em contrapartida, a barra se mostrar muitas das vezes bastante assoreada nas épocas restantes, concorria para que o Douro fosse, efetivamente, um porto de grandes perigos e dificuldades para o trânsito marítimo. Tanto maiores quanto se ia registando, igualmente, um progressivo aumento do calado dos navios.



FIGURA 2 • CAIS DE GAIA



FIGURA 3 • PLANTA GEOGRÁFICA DA BARRA DA CIDADE DO PORTO (1789)

Desta situação incomportável, em particular para a navegação comercial, eloquentemente faz eco o relatório de John Rennie, datado de 14 de julho de 1855, referindo “os perigos existentes e as perdas de vidas que tinha havido, bem como os prejuízos que tinha sofrido o comércio pela dificuldade na entrada da barra, que no inverno e no começo da primavera estava fechada às vezes por semanas e meses seguidos, tendo-se dado casos de um navio fazer viagem de ida e volta ao Brasil, enquanto outro esperava fora da barra que se lhe oferecesse ensejo de entrar no porto.

No próprio verão, o mar às vezes não deixava comunicar os navios, com o interior do porto”.(...)

(...) Não era fácil, particularmente à burguesia portuense, abdicar do porto do Douro. Durante séculos a cidade habituara-se a desenvolver a sua atividade comercial de uma forma particularmente privilegiada, quase cúmplice, com o rio. A cidade crescera mesmo em íntima relação com este curso de água. É nas suas zonas ribeirinhas que encontramos as principais estruturas económico-comerciais da cidade. E tal é válido para todo o século de Oitocentos. A bolsa, a alfândega, a feitoria inglesa, as sedes e armazéns das principais empresas comerciais do burgo ... E, na segunda metade do século XIX, em nítida articulação com os cais fluviais, é também a fixação industrial que vai moldar e estreitar uma vez mais a ligação da cidade com o seu rio.(...)

(...) Para obstar aos constantes naufrágios e às demoradas esperas para se poder atravessar a barra, foram-se tomando medidas que, embora desesperadas e simultaneamente imbuídas da mais pura das esperanças na resolução do problema de uma segura navegabilidade do velho porto comercial do Douro, não passaram nunca de paliativos. Salientaram-se, contudo, algumas intervenções na foz que chegaram até aos nossos dias. Caso do dique a jusante da Cantareira, incluindo a “Meia Laranja”, segundo o projeto do Eng Oudinot,

construído entre 1792 e 1805, e um outro dique de 600 metros (fig. 4), na extremidade norte do Cabedelo, hoje designado por molhe Luiz Gomes de Carvalho, personalidade que dirigiu a sua construção entre 1820 e 1825.

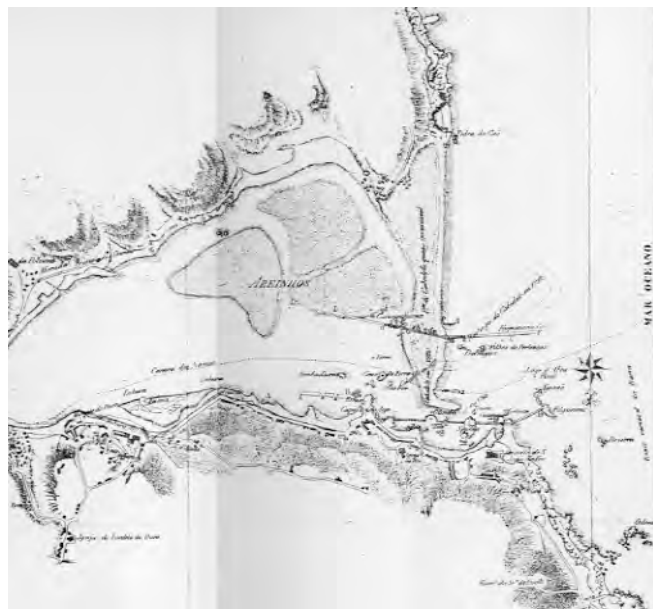


FIGURA 4 • PLANTA DA FOZ DO DOURO ATÉ QUEBRANTÕES PARA INTELIGENCIA DO PLANO DE MELHORAMENTO DA BARRA DO PORTO • POR LUIZ GOMES DE CARVALHO COREL DO CORPO D' ENGOS

Mas obras e projetos houve muitos desde os finais do século XVIII. Em 1790, por iniciativa da Real Companhia Velha, é iniciada a construção, junto à Arrábida, da estrada marginal que ligará o Porto à Foz-do-Douro e que permitirá, nos anos seguintes, o aparecimento e a sua ligação também por via terrestre de novos e melhores cais, como o da Arrábida, Cantareira, Monchique, Massarelos e a própria Ribeira.

Mas não eram os novos cais, e uma melhor acessibilidade a estes por terra, que iriam resolver o problema da navegação. Os perigos da Barra do Douro mantinham-se e os acidentes sucediam-se (fig. 5). E é na sequência de um trágico naufrágio, ocorrido no dia 29 de Março de 1852 com o vapor "Porto", arremessado pelo mar alteroso para as pedras da Forcada, em frente ao Castelo de S. João da Foz, e no qual morreram 66 pessoas, que finalmente as autoridades se empenharam na procura de uma solução (...)

(...) Poucos dias depois do naufrágio do "Porto" o Governo nomeia uma comissão, encabeçada pelo Engenheiro Belchior Garcez para propor o que se julgasse conveniente para aumentar a segurança do Douro. Era apenas o início. Muitos outros projetos, estudos de correntes, avaliação das cheias, propostas e efetivas destruições de penedias e quebramentos de rochas, construção de novos cais, molhes e enrocamentos de margens, se seguiram

nas décadas posteriores, da responsabilidade de tantas outras comissões ou de engenheiros, muitos dos quais estrangeiros, especialmente contratados para tal objectivo.(...):

1854 – o engenheiro francês Gayffier propõe um cais do Passeio Alegre até aos penedos das Felgueiras;

1854 – é contratado o engenheiro londrino William Jates Freebody para vir examinar a barra do Douro e elaborar um relatório com soluções;

1855 – um outro inglês, o engenheiro hidráulico Sir John Rennie, apresenta um relatório onde defende a destruição de uma série de rochedos;

1858 – o engenheiro inglês Knox, apresenta um projeto que previa o aterro da foz do rio, abrindo-se no Cabedelo um canal com eclusa que desembocaria num porto de abrigo construído no mar e formado por molhes marítimos;



FIGURA 5 • FOTO ILUSTRATIVA DE NAUFRÁGIO DA AUTORIA DE ALVÃO

1859 – projetos do engenheiro Joaquim Nunes de Aguiar e do inspetor de Obras Públicas José Carlos ChelmiKi;

1859 a 1862 – pomenorizados estudos hidrográficos dirigidos pelo engenheiro Caetano Maria Batalha que conclui, igualmente, pela necessidade de destruição de inúmeros penedos, muitos dos quais até profundidades que deveriam atingir os seis metros;

1863 – o engenheiro francês H. Luzeu, defende que a melhor solução é mudar a orientação da entrada do Douro, sugerindo para tal a construção de dois molhes curvilíneos a sair do Cabedelo e de S. João da Foz alterando, efetivamente, o rumo das águas do

Douro no seu contacto com o mar. Mais um projeto, como tantos outros, que não passou do papel. O mesmo aconteceria com os de Léo de La Peyrouse e Robert Messer, ambos de 1865.

Concludentes foram, no entanto, os estudos dirigidos pelo engenheiro Afonso Joaquim Nogueira Soares de 1869 a 1871. As suas propostas, aprovadas pelo Governo em 1873, embora com sucessivas modificações e melhoramentos, foram efetivamente implantadas em trabalhos que dirigiu até 1892. Data deste período, entre outros, a construção do molhe norte da Foz do Douro, o enrocamento da praia das Argolas, o aterro do Passeio Alegre, o varadouro da Cantareira, o molhe de Carreiros, o molhe das Felgueiras ou do Farolim ...(...)"

A Qualidade da Paisagem e da vida urbana

A Barra do Douro é um local único, de eleição e de referência, com uma beleza natural inigualável, tanto em tempo de acalmia como do mais agreste temporal.

Desde logo importou reter os elementos essenciais da sua caracterização que informaram a procura de uma solução, balizados pelas determinações mais objectivas do desenvolvimento do projeto das estruturas marítimas:

No Passeio Alegre o rio fundia-se no mar. O campo visual estendia-se sem limites, quando se olha para Poente (fig. 6). A referência é a da infinita horizontal, balizada pela costa, a Sul e pelo molhe do Touro, a Norte.



FIGURA 6 • VISTA DA BARRA DESDE A CANTAREIRA

Por isso, qualquer elemento a construir deveria ser descontínuo, o mais baixo e distante possível, por forma a não reduzir a abertura do campo visual.

O Cabedelo era rematado a Norte por uma praia instável de grande dimensão. O movimento das dunas atinge neste ponto uma altura considerável, bastante acima da cota do Passeio Alegre (fig. 7). A sua presença é no entanto diluída pelo facto de se tratar de uma praia natural, embora com uma inclinação acentuada.

A manutenção desta leitura não seria compatível com a construção, mesmo que à mesma distância, de um elemento contínuo, vertical.



FIGURA 7 • VISTA DA DUNA DO REMATE NORTE DO CABEDELLO

Na fotografia pode ver-se o alinhamento das estacas mandadas colocar à cota 7,00 (NGP), de nível com o pavimento do Passeio Alegre, sendo assim possível visualizar a diferença de altura da duna



FIGURA 8 • EXTRACTO AMPLIADO DA FOTOGRAFIA ANTERIOR ONDE SE VEEM CLARAMENTE AS ESTACAS À COTA 5,00 (NGP)

Era expressiva a imagem da interligação entre as brancas areias do Cabedelo e as rochas e pedras negras do enrocamento do molhe que resistentemente se mantêm – molhe Luiz Gomes de Carvalho (fig. 9).



FIGURA 9 • VISTA DO CABEDELLO E DO MOLHE LUIZ GOMES DE CARVALHO

Em tempo de baixa mar, com o mar calmo, seria forçoso que se mantivesse a visibilidade destes primeiros planos.

Em contacto com o mar o granito torna-se negro, visto à distância (fig. 10). Ao perto, afinal, negro é o verde cerrado das algas e a cor escura dos moluscos tenazmente agarrados às rochas, sinal de tempos imemoriais.



FIGURA 10 • VISTA DA MARGEM NORTE DA BARRA DO DOURO, DESDE A CANTAREIRA

Interessante seria que os materiais a utilizar na intervenção se aproximem na cor e garantissem a mesma qualidade no envelhecimento.

Com a exceção das praias, constitui-se nestas zonas um mundo microbiológico de encanto contemplativo inigualável. O sentido lúdico da sua observação constitui um património de memória, para quem o experimentou, de excepcional riqueza. Deveria ser uma etapa fundamental da aprendizagem do crescimento.

Garantir a sua continuidade e potenciar o seu uso deveria ser preocupação no desenvolvimento de qualquer solução.

Desde o Sul, o perfil da cidade lê-se como que assente na água através de um enorme muro de envasamento contínuo, constituído por superfícies escuras que uniformizam o primeiro plano e contribuem para a definição da sua escala (fig. 11). Em pontos de vista mais

do interior – por exemplo, da Bacia de S. Paio com enfiamento para a Cantareira – este envasamento funde-se com o Cabedelo, parecendo que as duas margens se unem.



FIGURA 11 • VISTA DA MARGEM NORTE DESDE SUL/POENTE

Qualquer intervenção deveria garantir o sentido da leitura destes primeiros planos.

Todas as obras marítimas da margem Norte, foram realizadas com um claro sentido de continuidade do espaço urbano: a frente da “meia laranja” que possibilitou a posterior construção do aterro do jardim do Passeio Alegre e da avenida marginal (Av. D. Carlos I); o molhe do Touro, tratado como um largo passeio público com um magnífico lajeado de granito; o molhe de Felgueiras, estrutura vertical, com uma clara definição volumétrica, em contiguidade com os muros de suporte de delimitação das praias, prolongando com naturalidade o espaço urbano (fig. 12); a opção pela criação da praia das “Pastoras” (fig. 13), delimitada pelos dois molhes.



FIGURA 12 • MOLHE DE FELGUEIRAS

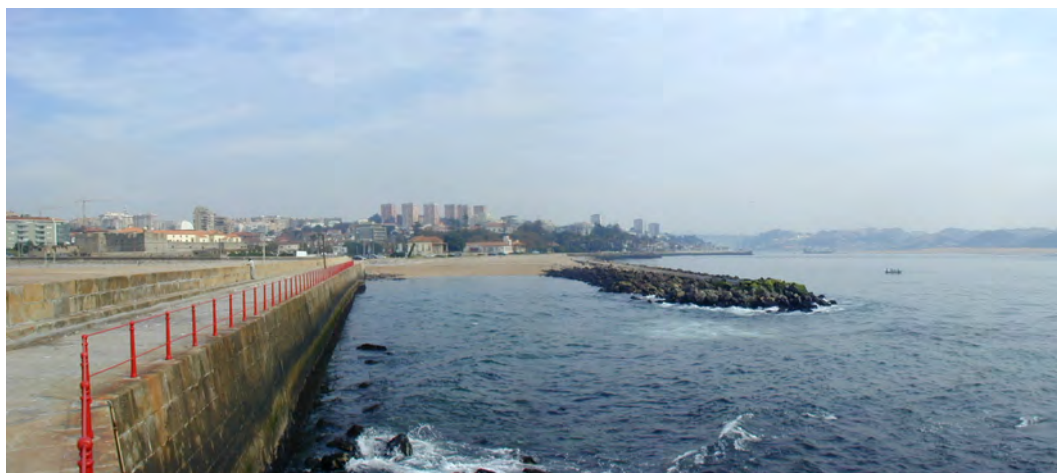


FIGURA 13 • PRAIA DAS "PASTORAS"

A nova intervenção não poderia deixar de manter este sentido de articulação urbana.

A zona do Passeio Alegre, como é conhecida pelos Portuenses, concentra inúmeros e diversificados interesses de utilização: pescadores amadores, em animada tertúlia ou solitários, de semblante carregado; casais de namorados; famílias, grupos e indivíduos isolados, novos e idosos, homens e mulheres, em passeio, a fazer "jogging", a experimentarem a praia fora de época, a admirarem as rochas, a lerem, a jogarem, a vislumbrarem a paisagem ou, simplesmente, em atitude contemplativa; etc.; faça dia ou faça noite, esteja a maior das acalmias ou a mais terrível das tempestades.

Intervir deveria ser potenciar todos estes tipos de utilização.

Com base nesta avaliação e interpretação das condições existentes, desenvolveu-se uma ideia de conjunto que apenas se separa por facilidade de exposição.

A solução encontrada para a margem Sul foi a do desmembramento da massa necessária para resolver a embocadura da barra. Um volume dá continuidade ao molhe Luiz Gomes de Carvalho, desenvolvendo-se numa rampa que suavemente submerge, aparecendo o outro volume como uma forma escura, isolada, como se de uma ilha se tratasse.

As cotas mais altas são sempre inferiores às da duna do Cabedelo, sendo mesmo, no caso da “ilha”, um metro inferior à cota do Passeio Alegre.

A imagem do volume isolado resulta também da utilização de blocos antifer em betão de alta densidade, mais pequenos e de cor mais escura, o que possibilitou uma maior uniformização das superfícies e uma leitura mais próxima da dos penedos que se mantêm em primeiro plano.

O alinhamento do volume mergulhante é determinado pela atual localização do molhe existente (fig. 14), garantindo-se assim uma grande extensão de toalha líquida entre o Passeio Alegre e esta nova estrutura. Esta grande distância a que as novas estruturas se implantam e a cota reduzida dos coroamentos, possibilitou a manutenção da grande abertura do campo visual que sempre se verificou, não existindo interferência na leitura contínua da linha do horizonte.



FIGURA 14 • VISTA DO CABEDELLO E DO MOLHE LUIZ GOMES DE CARVALHO

Para o molhe Norte estudou-se uma solução que possibilitasse a leitura de uma forma inevitavelmente expressiva, mas com uma imagem clara. Em oposição ao quebra-mar a Sul – uma “ilha” no meio do oceano – no molhe Norte a terra entra pelo mar dentro.

A imagem de referência está próxima – o molhe de Felgueiras ou o paredão do molhe Sul de Leixões. A opção por uma estrutura vertical permitiu reduzir o volume do molhe e garantir uma melhor articulação formal com o molhe de Felgueiras, que deixou de ser um elemento proeminente, isolado, passando a sua silhueta a ser recortada contra um pano de fundo.

A nova intervenção não poderia deixar de garantir a manutenção do sentido de uso do molhe existente, que não se entende apenas como uma obra de proteção marítima, mas como um espaço urbano de fruição da paisagem e do mar, tradicionalmente usado por muita gente, pescadores incluídos.

Nos paramentos da frente Sul, gravaram-se no betão linhas paralelas em baixo relevo, por forma a reforçar a horizontalidade do molhe e a reduzir o impacto de uma volumetria com poucos acidentes. O desenho destas linhas integra as aberturas das escotilhas e as variações dos planos.

Fixada a ideia global da solução a desenvolver, o traçado em planta do molhe foi essencialmente determinado por razões do projeto da estrutura marítima. As opções colocaram-se no modo da sua articulação com os molhes existentes e no desenho da sua inserção em terra.

Considerou-se a necessidade de garantir a continuidade do primeiro plano que o muro do Passeio Alegre constitui, dada a sua forte presença desde pontos de vista de Sul, e, também, manter incólume a leitura dos molhes existentes, constituindo o molhe do Touro, como que o envasamento, parcial, da nova intervenção.

Garantiu-se deste modo a existência de um pequeno areal entre o novo molhe e o molhe do Touro, mantendo-se também a “praia das Pastoras” – e dessa forma o sentido de inserção em terra do molhe de Felgueiras.

A construção de um molhe com a extensão do projetado sugeriu, de imediato, a oportunidade de lhe atribuir um sentido de utilização urbana claro. Um extenso percurso “sobre o mar”, a que chamamos Passeio Público, com vários pontos de interesse e animação.

A articulação deste Passeio Público com o Passeio Alegre constituiu um dos importantes temas de projeto a tratar.

Por um lado considerou-se importante a existência de um equipamento de apoio à vida urbana nesta área, mas por outro, o desejo de manter a abertura do campo visual sobre a paisagem, desde os percursos que nele confluem – enfiamentos do Passeio Alegre e do “Passeio da Costa” – contradizia a possibilidade de implantar um edifício neste local.

A solução encontrada foi a de implantar o edifício a uma cota inferior à do Passeio Público, referindo-o a um conjunto de rampas de acesso que dão continuidade aos percursos principais.

O edifício deixa assim de ser visível como elemento individualizado – não interferindo nas relações visuais que sempre existiram – apenas sendo legível desde pontos de vista a cotas mais baixas – “praia das Pastoras” e molhe do Touro – à semelhança de ocupações deste tipo que se verificam na costa, a Norte.

À cota do Passeio Alegre organiza-se um espaço não impermeabilizado, que esclarece os percursos de relação principais o qual, com uma pequena modelação do terreno, possibilita que o volume do equipamento enterrado seja desenvolvido sem constrangimentos.

O programa deste equipamento comporta funções que podem polarizar a vida do Passeio Alegre neste local:

- um bar/café aberto sobre a paisagem circundante – para Sul e para Poente – a que se associa uma grande esplanada coberta sob o Passeio Público articulada com

- as rampas de acesso, espaço suficientemente aberto por forma a não potenciar factores da sua própria degradação no uso quotidiano, a que se associou;
- um espaço de arrecadação/arrumos com entrada independente que complementar as funções que o espaço de bar/café já comportam – sala, zona de serviço do balcão, cozinha, instalações sanitárias de uso público, vestiários/balneários para funcionários, entrada de serviço e espaços de apoio para armazenamento;
 - um espaço de entrada na galeria de acesso ao farol.

A construção desta obra marítima possibilita a criação de um percurso longitudinal mar adentro com uma extensão de cerca de 600 metros. Entendeu-se que se poderia potenciar o seu uso. Só um percurso pareceu muito pouco.

Surgiu assim a ideia de constituir um verdadeiro Passeio Público, isto é, não só um percurso, necessariamente com retorno – o caminho da ida e volta ao farol – mas a intenção de que esse percurso fosse animado com um conjunto de acontecimentos, que o pontualizassem, constituindo referenciais explícitos, ligados: ao lazer e à fruição do mar; à pesca; ao jogo; à aventura e a outros temas pedagógicos.

O desenho do espaço usufruível dos molhes foi assim determinado por este programa de uso.

As guardas do Passeio Público foram desenhadas, em quase toda a sua extensão, como um banco de estar contínuo, com dois desenhos tipo, correspondentes às posições de estar, sentado ou deitado.

Em determinados locais estratégicos organizam-se zonas de estar mais estáveis, à margem do Passeio Público, com diferentes orientações: umas voltadas para a costa Norte, privilegiando-se a abertura do campo visual sobre a relação do mar com a terra; outras voltadas para o notável enfiamento sobre o rio Douro que desde estes pontos se vislumbra tendo somente a toalha líquida como primeiro plano; e ainda outras, viradas a Sul e a Poente, vocacionadas para apetecíveis banhos de sol no meio do mar.

Este entendimento do desenho das guardas possibilitou que estas fossem muito baixas – o que reduziu a sua presença, não se afirmando como primeiro plano – e largas – o que garante condições de proteção com muita segurança – com a vantagem de não ter de se recorrer a elementos metálicos de difícil conservação.

O desenho em perfil dos molhes potencia também a sua utilização pelos pescadores amadores. A tradicional concentração de pescadores ao longo da marginal pode passar a ter aqui um local privilegiado e muitos dos pescadores de beira rio passarão, por certo, a sentir-se homens da pesca em “alto-mar”!

Para além deste sentido genérico de espaço de lazer os molhes ainda comportam outras zonas com carácter lúdico ligadas às formas tradicionais de apropriação da beira-mar:

desde a mera atitude passiva de contemplação das múltiplas formas de movimento do mar, até todo o tipo de jogos e brincadeiras, ligadas à percepção do movimento, intensidade e desenvolvimento das ondas.

Referem-se seguidamente algumas formas consagradas no projeto, de reinvenção deste tipo de atividades lúdicas:

Com uma cota que garante a sua constante submersão criaram-se três entradas de água, com bocas em funil de dimensões variadas, ligando tubagens com diferentes circuitos e calibres a três saídas de água na vertical, inseridas no topo de um dos degraus do molhe, por forma a que, dependendo da maré e da intensidade das ondas, sejam formados “geiseres” naturais, com alturas e formas diferenciadas, o que poderia constituir um espetáculo muito interessante, e de uma grande variedade aleatória. No entanto aconteceu que os jactos de água só são visíveis quando a força da onda é já muito grande e o molhe não utilizável, por razões de segurança.

O mar enrola no molhe

À semelhança do que acontece em zonas mais rochosas da costa, em que a onda ganha velocidade em canais estreitos, cria-se uma rampa com curva de retorno, num espaço estrangulado e afunilado, por forma a simular este tipo de dinâmica, que origina movimentos de água inusitados.

O facto da obra do molhe Norte dar acesso ao “meio do mar” sugeriu potenciar também a sua utilização com um sentido de desafio – expressão de temeridade – tão em voga nas gerações mais novas, com os populares desportos/jogos radicais.

Articulada com um circuito de tubagens do tipo descrito para os “geiseres”, cria-se a plataforma do desafio, demarcada ao nível do pavimento, com uma grelha ordenada de orifícios identificados com números, nomes ou letras, constituindo o jogo na aposta em qual ou quais a onda que se aproxima formará um “geiser”. As apostas mais arriscadas comportam esperar a onda sobre um dos orifícios!

Também aqui os jactos de água só funcionavam com o mar já muito agressivo. Optou-se assim no decurso da obra por retirar as ponteiras que finalizavam os circuitos dos tubos e permitir ouvir e sentir o “respirar do mar”.

O sistema construtivo do molhe Norte possibilitou, sem dificuldades acrescidas, a criação de uma galeria de acesso ao farol. Aproveita-se esta circunstância para permitir experimentar o que é estar no meio do mar em dias de tempestade, se bem que em perfeitas condições de segurança.

O espetáculo que muitas vezes se aprecia em terra, do mar alteroso a galgar os molhes, que por vezes deixam de ser visíveis, pode agora ser vivido pelo interior, proporcionando fortes sensações, inolvidáveis...

A intenção é que esta experiência – a viagem ao centro da tempestade – comece a ser vivida desde logo, no percurso ao longo galeria de acesso tratada como um extenso túnel com cerca de 470 metros, onde através das escotilhas voltadas para Sul se vai percebendo a evolução do estado do mar, permitindo assim, aos menos afoitos, a opção por um rápido retorno.

Para garantir boas condições de segurança, criam-se alargamentos que possibilitam a manobra de inversão de marcha de um pequeno carro com motorização eléctrica que acudirá a situações de emergência.

Pretendia-se que esta fosse uma atividade com rentabilidade, limitando-se o acesso ao farol a possuidores de bilhetes de ingresso.

O farol é tratado como uma torre de observação a que se acede por uma escada em caracol. O pavimento deste piso solta-se das paredes possibilitando a criação de uma coluna de luz natural no remate da galeria.

O acesso eventual à cobertura do farol para manutenção da lanterna é realizado através de uma escada articulada, que quando recolhida, não é acessível ao público.

23 | MUSEU DO AUTOMÓVEL

CÂMARA MUNICIPAL DE FAFE. FAFE
PROJETO 2000 . TEXTO 2000 | 2013

O Museu do Automóvel foi concebido em estreita contiguidade espacial e continuidade formal, com o Pavilhão Multiusos de Fafe tendo em vista a economia de escala que resulta da consideração de espaços e de alguns sistemas infraestruturais comuns, mesmo que considerando uma construção do conjunto faseada no tempo.

Dado que o Museu será construído mais tarde, resulta desta opção que a construção do edifício – nomeadamente a fachada principal voltada ao Parque – seja realizada com cuidados redobrados por forma a que não existam variações na cor e textura dos paramentos que aqui estabelecerão uma relação de continuidade física e não apenas formal.

A expressão do edifício contrasta por oposição com a imagem de caixa transparente projetada para o Pavilhão Multiusos, por forma a que seja legível a existência, em contiguidade, de dois equipamentos urbanos de grande dimensão, mas com programas muito distintos.

O Museu é pois tratado como uma sucessão de volumes completamente encerrados para o exterior, de onde apenas se percebe a evolução de vários volumes com uma escala

inusitada – correspondentes aos lanternins de iluminação zenital dos espaços de exposição – que se contrapõem à linearidade do plano da fachada principal voltada ao Parque Urbano, que constitui o elemento unificador do conjunto.

Como materiais de acabamento exterior apenas se usa, o betão aparente, o revestimento em chapa de zinco e o vidro, enquanto que no interior se recorre às chapas de vidro atafaja creme, às mantas de linóleo, ao betão talochado com endurecedor de superfície, ao mosaico cerâmico e às superfícies estanhadas.

O programa do edifício resulta da definição de intenções expressas pela Câmara Municipal relativamente aos objectivos que o Museu deveria cumprir e a sua consubstanciação por parte da Assessoria Museológica da Dr.^a Cristina Pimentel num organigrama funcional coerente que foi posteriormente trabalhado por forma a conseguir-se a sua adequação às condicionantes de projeto – caracterização do sítio, área disponível, expressão do edifício e adequação da sua linguagem em continuidade formal com o Pavilhão Multiusos.

O edifício organiza-se assim em áreas sectorizadas que possibilitam diferentes formas de articulação entre si.

O Átrio funciona como elemento de articulação de todos os espaços a que o público pode aceder, constituindo o elemento essencial de distribuição dos percursos principais – entradas à cota baixa e cota alta.

Embora legível com um espaço único, o Átrio organiza-se em áreas com funções distintas – de estadia ou de percurso – explicitadas pelas variações de pé-direito e revestimento dos planos.

A entrada principal do Museu realiza-se à cota baixa, na frente voltada ao Parque Urbano. Garante-se, no entanto, uma entrada à cota alta, associada a uma pequena galeria de exposições e em contiguidade com o Café/Esplanada localizado no extenso terraço constituído em parte da cobertura do edifício – de onde se poderá disfrutar a magnífica paisagem do Parque Urbano, quando estiver concluído. Este terraço desenvolve-se em contiguidade com os percursos públicos de ligação entre a cota baixa e a cota alta, da envolvente do Pavilhão Multiusos.

A área destinada à Exposição Permanente desenvolve-se por diferentes plataformas a cotas diferentes, articuladas por rampas que estabelecem a organização de um percurso expositivo.

A intenção foi a de organizar uma Sala de Exposições que, embora lida como um todo e com elementos de caracterização uniformes – como sejam os extensos volumes dos lanternins de iluminação zenital – contivesse espaços diferenciados, com escalas e relações com o exterior diversas, por forma a garantirem uma grande diversidade numa forte unidade de conjunto.

A entrada para a Exposição Permanente processa-se por um espaço diferenciado destinado ao acolhimento de grupos, nomeadamente os escolares, por forma a que possam ser criadas boas condições para uma visita organizada.

A saída da Exposição Permanente processa-se pela Loja, de modo a potenciar o interesse na aquisição dos produtos disponíveis.

O espaço destinado a Exposições Temporárias articula-se diretamente com a Exposição Permanente, podendo funcionar em complementaridade ou de forma autónoma, possuindo por isso um acesso direto desde o Átrio.

Este espaço pode cumprir também outras funções – apresentações públicas de novos modelos de automóveis, outro tipo de reuniões, etc. – na medida em que se encontra servido por uma Copa (o que possibilita a realização de um serviço de “catering”) e se relaciona diretamente com o Auditório.

A articulação deste espaço com a área de serviço é direta – através de uma escada e de uma plataforma elevatória – e independente do funcionamento dos restantes espaços, pelo que poderá ser montada uma exposição ou organizado qualquer outro evento sem interferência com a atividade quotidiana do Museu.

O Auditório, com a capacidade de 182 lugares, possui uma entrada direta a partir do Átrio – o que possibilita o seu funcionamento autónomo – podendo também relacionar-se franca e diretamente com a Sala de Exposições Temporárias, o que garante uma polivalência de uso destes espaços que potencia a sua utilização para uma grande diversidade de eventos.

O Auditório é servido por uma cabine de projeção e por dois gabinetes, com instalações sanitárias próprias, destinados a conferencistas.

À área de reservas/oficina acede-se através de uma entrada de serviço autónoma, dimensionada por forma poder comportar pequenos veículos de mercadorias ou reboques.

É através desta entrada – que se encontra interligada com o acesso às Salas de Exposição – que se processam todos os movimentos de serviço do Museu – entrada e saída de veículos antigos, cargas e descargas dos conteúdos das exposições temporárias, serviço de “catering”, conservação/reparação de equipamento, etc.

Este espaço dará resposta, por isso, não só a funções muito específicas mas também será utilizado como zona temporária de armazenamento/armumo.

Na cobertura em terraço do Museu prevê-se a instalação do café/esplanada.

Este espaço foi pensado por forma a poder ter um funcionamento autónomo – de modo a possibilitar que venha a ser concessionado – destinando-se ao serviço não só do Museu mas também do Pavilhão Multiusos.

24 | PAVILHÃO MULTIUSOS

CÂMARA MUNICIPAL DE FAFE. FAFE

PROJETO 2000 | 2001 . OBRA 2002 | 2003 . TEXTO 2000 | 2006 | 2013

Um edifício junto ao centro da Cidade de Fafe, implantado num Parque Urbano com 16 ha, que tem vindo a constituir obra tenazmente levada a cabo por um poder local moderno e esclarecido, ao longo de presidências distintas. Constrói-se assim uma qualidade urbana e ambiental difícil de igualar por outras cidades médias do país.

Um equipamento para albergar usos muito distintos: desporto, espetáculos ou exposições. Foi opção do projeto procurar – numa clara referência à obra de Mies Van der Rohe – uma solução estrutural que suspendendo a cobertura do edifício através de seis grandiosas vigas em ferro salientes, organizasse um espaço livre de obstáculos, dimensionado para dar resposta às exigências do programa.

Esta solução estrutural possibilitou que a grelha reticulada suspensa das vigas salientes fosse, sem mais, o elemento de acabamento do tecto e, que desde o interior, o edifício se lesse como que partido em dois – o piso 1, vazio de estrutura, desligando a construção presa à terra da que “levita”, suspensa da cobertura.

O Pavilhão Multiusos foi concebido em estreita contiguidade espacial e continuidade formal, com o projeto do Museu do Automóvel de Fafe, tendo em vista a economia de escala que resulta da consideração de espaços e de alguns sistemas infraestruturais comuns, mesmo que considerando uma construção do conjunto faseada no tempo.

Esta opção determinou a consideração de uma futura junta de dilatação do conjunto, na extensão construída que entretanto corresponderá à fachada Sul do Pavilhão Multiusos, o que implicou o seu cuidado acabamento, mesmo que cumprindo esta função com um horizonte temporal limitado.

Para cumprir este sentido de leitura do edifício: usam-se grandes panos de vidro (protegidos interiormente por estores de tela motorizados e com comando central) que reforçam a legibilidade do esqueleto estrutural; recobrem-se as paredes do piso térreo com o mesmo material do pavimento (apainelados folheados a pau cetim), constituindo como que uma caixa interior, muito confortável, aberta para o pátio exterior a Norte (por onde não entra a radiação direta do sol), primeiro plano de uma paisagem envolvente; trata-se o espaço dos restantes pisos com os mesmos materiais de revestimento – vidraço Ataija creme em pavimentos e lambrins – e superfícies pintadas, lisas e contínuas, na restante porção das paredes e nos tectos.

Embora estes princípios, que nortearam a opção por estes materiais de acabamento, sejam, pontualmente, subvertidos dada a necessidade de garantir um bom desempenho

acústico do edifício, considera-se que o essencial ficou garantido no projeto, pesem embora as debilidades conceptuais que os prazos urgentes e inadiáveis sempre comportam.

O edifício foi projetado por forma a dar resposta a destinos de uso muito diferenciados, embora sem simultaneidade: atividades desportivas; feiras ou exposições; e espetáculos ou assembleias

Para dar resposta a esta diversidade de utilizações – com sentidos de uso em alguns casos muito conflituosos – o edifício organiza-se em áreas sectorizadas que possibilitam diferentes formas de articulação entre si.

O Átrio articula-se diretamente com a Bilheteira e com o espaço destinado à Segurança, de onde se controlará todo o funcionamento do edifício e dos seus equipamentos – “public adress”, movimentação vertical das redes de proteção das atividades desportivas, etc. É a partir do Átrio – de onde se pode perceber desde logo todo o interior do edifício – que se processam os circuitos de distribuição do público para os diferentes níveis em que este se estrutura verticalmente, mediante percursos em rampa de acesso aos mezaninos que se debruçam sobre o espaço central.

No piso 0 desenvolve-se o espaço central do pavilhão – com cerca de 37x50 metros – que denominamos como Recinto. É neste espaço que se irão desenvolver as diferentes manifestações que venham a realizar-se no Pavilhão Multiusos. Com ele se relacionam os diferentes circuitos de percursos, tanto públicos como internos.

O Recinto (e todos os outros pisos do Pavilhão) abre-se para um espaço exterior de uso privado do Pavilhão, organizado por forma a poder constituir-se como espaço de estar exterior ou como prolongamento direto de atividades que se realizem no Pavilhão, sendo também caminho de fuga em caso de incêndio.

Na organização interna do edifício tem um grande peso as áreas destinadas às Instalações Sanitárias (IS) de uso público, dimensionados de acordo com os standards determinados pela legislação em vigor. As IS distribuem-se por dois pisos, concentrando-se o maior número no piso 0.

O edifício comporta quatro Balneários/Vestiários (16 cacifos cada) com as IS respectivas, o que permite a realização de torneios e de treinos de atividades desportivas, com um grande coeficiente de simultaneidade.

Pode aceder-se aos Balneários/Vestiários através da entrada de serviço – no caso de competições onde seja obrigatória a completa separação entre público e atletas, ou desde a entrada principal do público.

Os Balneários/Vestiários encontram-se organizados por forma a poder existir um uso independente das IS.

O edifício comporta quatro Camarins com IS e chuveiros, dois de grupo e dois individuais.

Os Camarins cumprem também as funções de Vestiários/Balneários de árbitros, em competições, ou de treinadores, em atividades desportivas quotidianas de treino.

O acesso aos Camarins é independente dos restantes circuitos de relação interna do edifício, o que é desejável nas ligações ao “backstage” aquando da realização de espetáculos, ou, nas ligações ao recinto, aquando da realização de manifestações desportivas.

Junto aos Camarins existem dois vestiários/balneários destinados aos funcionários do pavilhão.

Para suprir carências de funcionamento enquanto não é construído o Museu do Automóvel, onde se prevê a instalação de um Bar/Café de maiores dimensões que também servirá o Pavilhão, previu-se a instalação de um pequeno Bar, que, no entanto, tem também carácter definitivo.

Destinado à administração e gestão quotidiana do Pavilhão previu-se um escritório de pequenas dimensões.

Em contiguidade com os Vestiários/Balneários instala-se um Posto Médico/Sala de 1.º Socorros, conforme se encontra previsto na legislação em vigor.

A área de serviço interno, comporta os espaços destinados aos diferentes sistemas infraestruturais necessários ao funcionamento do edifício – sendo que o compartimento das Caldeiras e o Depósito de Água foram já dimensionados para também darem resposta às necessidades do Museu do Automóvel – e um grande espaço de Armazém, onde serão guardados todos os equipamentos e mecanismos que garantem a utilização plurifuncional do edifício – empilhadora, balizas, manta de proteção do piso do recinto, estruturas dos stands, etc.

As diferentes formas de organização do Pavilhão para dar resposta às várias atividades previstas, decorrem da utilização de bancadas retrácteis que garantem a polivalência das instalações, conforme seguidamente se expressa:

O recinto está dimensionado para a organização de um campo de andebol (40x20 metros) com as faixas marginais regulamentares, dimensões que possibilitam também a prática de Basquetebol e Voleibol.

O pavimento de toda a área do recinto (37x50 metros) é realizado com acabamento a taco grande de Pau Cetim assente sobre estrutura de madeira com amortecimento em apoios de borracha. É assim possível organizar, transversalmente, dois campos de treinos numa área de 37x45 metros, sendo para isso necessário recolher as bancadas retrácteis do piso 0.

O projeto prevê já todas as infraestruturas necessárias para este funcionamento polivalente – negativos para fixações de redes e equipamentos, redes de fundo com funcionamento motorizado, tapa-vistas amovíveis para separação física dos campos de treino, balizas, tabelas, um marcador electrónico, etc.

A articulação do recinto com os Vestiários/Balneários possibilita que na realização de jogos oficiais haja uma separação física clara entre o acesso das equipas – por ambos os lados da Bancada Poente – e o dos árbitros – através da galeria de circulação Nascente – e de todos eles com o público.

A organização do espaço para a realização de atividades desportivas permite a utilização da capacidade máxima das bancadas – 1.632 lugares.

Para a organização de espetáculos prevê-se no projeto a instalação de um palco desmontável de 12x8 m no lado nascente do Recinto, entre as duas portas de acesso à galeria de circulação dos Camarins, o que implica a recolha das bancadas deste lado do piso 0 (ver desenho 03).

Na empreitada prevê-se o fornecimento dos elementos modulares de 2x1 m para a instalação do palco, a estrutura de suporte da iluminação e som do palco e os panos de encerramento lateral do palco (suportados por esta estrutura) e dos espaços laterais de apoio ao palco (sustentados por cabos desde a cobertura).

Como equipamento de apoio às montagens de espetáculos, servindo também os trabalhos de manutenção do edifício, previu-se ainda o fornecimento, nomeadamente, de: uma plataforma elevatória eléctrica autoguiada com a altura máxima de trabalho de 14,5 m; dois carros transportadores; um empilhador eléctrico; 10 motores com guincho para suspensão de equipamentos dos perfis metálicos da cobertura; etc.

A articulação dos camarins e do pátio (por onde é possível realizar a carga e descarga de um camião TIR) com as áreas laterais de apoio ao Palco, garante um bom desempenho do edifício no desenvolvimento desde tipo de atividades.

Como forma de proteção do pavimento de madeira, aquando da realização dos espetáculos, previu-se o fornecimento de um tapete de proteção em PVC, antifogo, já suficientemente testado em situações similares.

A organização do espaço para a realização de espetáculos permite a utilização da capacidade total das bancadas do lado Poente – 1.184 lugares.

O edifício possibilita a instalação de 159 stands de exposição (módulos de 3x3 metros) ocupando os três pisos, admitindo-se ainda que, no verão, o pátio exterior possa também ser utilizado como um espaço complementar com carácter expositivo.

Para possibilitar a infraestruturização dos stands – electricidade e telecomunicações – previu-se uma rede de calhas de pavimento e de caixas de distribuição escamoteadas, que apenas não existem sob o campo de jogos do Recinto, onde a distribuição é feita sob os estrados dos stands, desde caixas localizadas no seu perímetro.

A área de armazém foi já dimensionada para receber as estruturas e estrados dos stands, que por uma questão de coerência formal, deveriam ser posteriormente objecto de um desenho cuidado.

25 | **CARLTON LIFE BOAVISTA. UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS** RUA LUÍS VEIGA LEITÃO, PORTO

e

26 | **HOSPITAL PRIVADO DA BOAVISTA** AV. DA BOAVISTA, PORTO PROJETOS 2001 | 2005 . OBRA 2006 | 2007 . TEXTO 2003 | 2013

O projeto do Hospital Privado da Boavista foi desenvolvido com base num layout estudado por um gabinete Holandês – Wiegerinck Architecten – “especialista” em programas hospitalares. Foi por isso um processo de projeto muito condicionado à partida, na medida em que muito já estava definido – desde a modulação estrutural à organização do programa por piso.

Por outro lado, por se tratar da ampliação de um hospital existente (sendo a área da ampliação muito superior à existente) haveria a considerar também condicionantes decorrentes das relações físicas a estabelecer, e, por se tratar de um equipamento de grande dimensão a implantar numa zona sensível da cidade, haveria também a considerar, determinantes regulamentares muito fortes.

A parte do conjunto edificado destinado à Unidade de Cuidados Continuados que a Carlton Life pretendia construir corresponde ao topo Poente e, para garantir a sua viabilidade, foi necessário que essa zona do edifício tivesse mais um piso do que a parte hospitalar – por razões que se prendem com a área mínima de viabilização do investimento – o que constituiu um problema acrescido tanto ao nível construtivo como de estruturação do programa.

O desenvolvimento do programa implicou a constituição de áreas úteis por piso com condicionamentos muito rígidos no que respeita a continuidades físicas dos espaços e a dimensões mínimas.

Estas condicionantes, aliadas à forma do terreno disponível, determinaram o desenvolvimento longitudinal do edifício a construir, decorrendo a evolução volumétrica das articulações urbanas que se considerou fundamental serem garantidas – cerca de 6 pisos e 1 recuado na ligação com o edifício existente a Poente face à Av da Boavista, a qual vai evoluindo para uma cerca de 4 pisos e um recuado na articulação com o edifício existente na extrema Sul do terreno.

Na forma do edifício também se procurou a utilização de corpos tratados de um modo diferenciado: à face das ruas principais de acesso desenvolve-se uma linguagem em que predomina a compacidade dos volumes, lendo-se extensos planos cegos pontuados por aberturas ou enfatizados por recuos de fachada, por forma a estabelecer relações proporcionadas com os edifícios vizinhos, respeitar a escala de rua e expressar a singularidade deste programa de equipamento na construção da cidade; enquanto que as fachadas voltadas ao

interior do quarteirão são tratadas com extensos panos de vidro contínuos, de modo a, desta forma, promover a desmassificação do conjunto.

A estruturação do projeto procurou desenvolver soluções que respondessem às condicionantes programáticas e urbanísticas estabelecidas:

- Cria-se um novo arruamento que atravessa longitudinalmente o terreno, por forma a constituir-se um sistema de rotação do trânsito com sentidos únicos ligando a Rua da Saudade à Av da Boavista e, simultaneamente, possibilitar uma saída menos conflituosa do Parque de Estacionamento do Centro Comercial Brasília.
- Garante-se uma articulação do novo volume a construir com o edifício hospitalar existente, em três pisos distintos.
- Cria-se uma área verde contígua aos jardins existentes a Nascente, por forma a garantir um enquadramento qualificado dos edifícios isolados existentes com frente para a Rua de Ricardo Severo.
- Estabelece-se uma articulação volumétrica com a envolvente construída a Poente, fechando o grande quarteirão do Centro Comercial Brasília e rematando as empenas existentes com uma solução de continuidade urbana.
- Requalifica-se a área urbana identificada como “traseiras do Brasília”, através do redesenho da rua de acesso e da criação de uma pequena “praceta” pública articulada com o novo edifício, o que possibilitará a consideração do espaço urbano existente para lá do novo arruamento de ligação à Av da Boavista, como uma zona de peões apenas atravessada pelos movimentos automóvel de entrada e saída nos estacionamentos públicos e privados existentes.
- Possibilita-se a criação de uma nova frente ao longo do arruamento de ligação à Av da Boavista a constituir, admitindo-se que os estabelecimentos comerciais existentes possam vir a abrir novas montras para este espaço e que será possível uma ligação de peões com o interior do quarteirão.

27 | INSTITUTO CUF

RUA DAS SETE BICAS, MATOSINHOS

PROJETO 2001 | 2005 . OBRA 2005 | 2007 . TEXTO 2003 | 2008 | 2013

A concepção dos médicos que iniciaram o processo – Ricardo Campos Costa e Valério Leite – era clarividente: “Construir uma referência. Edifício e conceito de serviço.”

A experiência ensinava que para este tipo de programa há dois aspectos essenciais a que o edifício tem que dar resposta – flexibilidade, para abarcar as constantes reformulações da organização interna, no decurso do projeto, da obra e da vida do edifício; e capacidade de adequação, nestes processos de reorganização, ao cumprimento da normativa vigente, fundamentalmente no que respeita à segurança.

Desenvolveu-se assim uma planta rectangular regular com um núcleo central que concentra – a única caixa de escada enclausurada, os elevadores e monta camas, as instalações sanitárias comuns e os ductos principais das infraestruturas – promovendo a separação entre circulação de serviço e público. É um passadiço envolvente do edifício, com duas escadas exteriores, para onde se abrem, agora ou em qualquer outro tempo, as saídas de emergência necessárias.

Interioriza-se o serviço, ganhando-se para os utentes, em circulação ou espera, os espaços abertos para o exterior, o que atribuí uma outra escala ao edifício.

E desenhou-se um sistema de sombreamento, com cor estudada por Ângelo de Sousa, que protege da insolação excessiva os extensos envidraçados e que apenas se torna presente desde pontos de vista mais próximos, resultando uma imagem unitária e leve para um programa construído que, por definição e em oposição, é invulgarmente denso.

A implantação do edifício cumpriu o alinhamento de um novo arruamento que seria construído paralelo à linha do metro.

Internamente o edifício organiza-se com base num núcleo central que concentra os diferentes tipos de comunicações verticais – de doentes acamados, de serviço e de público – os principais ductos verticais e a prumada das instalações sanitárias públicas por piso (homens, mulheres e deficientes) a que se associa um espaço com pé-direito triplo, para onde se viram as circulações do público por piso, o qual se pretendia que viesse a funcionar como um elemento agregador dos utentes do edifício e de identificação qualitativa do espaço do Instituto.

O desenvolvimento do programa implicou a constituição de áreas úteis por piso com condicionamentos muito rígidos no que respeita a continuidades físicas dos espaços e a dimensões mínimas.

Estas condicionantes determinaram a consideração de uma volumetria paralelepípedica pura, sem reentrâncias ou evoluções de fachada., com dimensões adequadas à capacidade de suporte do terreno disponível.

A grande diversidade de tipos de compartimentação que os diferentes programas a instalar por piso determinavam, sugeriu a criação de um passadiço exterior na envolvente do edifício que possibilitasse a criação de caminhos de fuga independentes por piso, adequados à compartimentação interior, reduzindo apenas a uma o número de escadas interiores enclausuradas necessárias ao cumprimento do estabelecido na legislação em vigor.

Esta opção foi tomada também por se ajustar à expressão estudada para o edifício, onde se pretendia privilegiar a existência de grandes panos de vidro de relação visual com o exterior e em simultâneo, conseguir boas condições de controlo da insolação direta, o que se considerou poder ser conseguido pela associação do passadiço metálico com uma sucessão de lâminas horizontais sobrepostas, com grande profundidade para possibilitar afastamentos generosos, que garantiriam uma expressão institucional de equipamento de uso público, com uma leitura unitária muito homogênea e reforço da horizontalidade do volume.

Estas lâminas foram executadas em perfis tubulares redondos de diferentes secções associados na horizontal por peças de suporte apoiadas em elementos verticais bastante espaçados, com trechos por tubo, que se pretendia que tivessem diferentes acabamentos de superfície ou cor associados de forma desfasada ou com a inclusão aleatória de fibras ópticas que produzam uma iluminação decorativa muito ténue.

Esta opção nunca chegou a ser estudada, optando-se em alternativa pela contratação de Ângelo de Sousa que, em conjunto com a arquitetura, propôs a solução cromática utilizada no edifício. De destacar que embora o edifício se apresente como se possuísse a mesma cor em todas as fachadas, a realidade é que cada fachada foi pintada de cor diferente. E é esta seleção de cores que faz com que o edifício aparente ter sido pintado com uma cor única. Na realidade quando vemos um edifício pintado com a mesma cor e o observamos com uma fachada ao sol e outra em sombra, verifica-se uma intensa marcação da aresta e de dois planos de tons distintos. Neste edifício tal não se verifica pois as cores escolhidas refletem de maneira diferente as diversas matizes da luz de Nascente a Poente, resultando para o observador a sensação de estar a visualizar a mesma cor.

28 | CASA DR PINHEIRO PINTO

SANTA MARINHA DO ZÊZERE, BAIÃO

PROJETO 2003 . OBRA 2004 | 2005 . TEXTO 2003 | 2008 | 2013

A ideia respeitava os muros em granito dos socalcos do Douro. A casa ligava-se à entrada por elevador, esventrando-se, apenas, o subsolo até à cota onde extensas varanda viradas a Sul e balançadas sobre muros, projetavam a casa sobre a paisagem do Rio, muito no fundo, acolhendo quem está, com conforto, à semelhança do que sempre fizeram as arquiteturas dos solares do Douro.

O regulamento do PDM e o conformismo da gestão municipal, compararam a solução a um “prédio de cinco andares”, contando a diferença de cotas entre a entrada e a casa... o que não podia vir a ser.

Da ideia restou assim a implantação e a linguagem. As circunstâncias determinaram o brutalismo da intervenção na paisagem para levar o automóvel ao cimo, isto sim, já conforme as normas...

E assim foi construído.

Abrem-se todos os espaços da habitação para a paisagem envolvente, existindo apenas, nos últimos pisos, um prolongamento direto dos espaços da habitação para o exterior.

O edifício implanta-se face à Estrada Nacional – virando uma extensa frente de construção para a paisagem que se disfruta a Sul – o que também possibilita o seu ajustamento aos muros existentes, dando-lhes continuidade.

A obrigatoriedade de implantar o edifício com um afastamento mínimo de 10 metros ao limite da plataforma da estrada, implicou que desde a cota de entrada à face da estrada (102,25) até à cota do socalco existente onde é possível o contacto do edifício com o exterior (115,40) existisse uma diferença de cotas de 13,15 metros. Como consequência foi inevitável a demolição dos socalcos existentes para a constituição da rampa e acesso à habitação, implantada o correspondente a mais de quatro pisos acima da cota da estrada

É invertida a organização tradicional das tipologias de habitação unifamiliar, situando-se os espaços da zona noturna no primeiro piso e os espaços da zona diurna, no último piso, onde é possível a articulação com o exterior.

29 | DOURO'S PLACE. ANTIGO ARMAZÉM FRIGORÍFICO DE BACALHAU

RUA DO OURO, PORTO

PROJETOS 1995 | 2005 . OBRA 2005 | 2008 . TEXTO 2003 | 2007 | 2013

MENÇÃO HONROSA – PRÉMIO MUNICIPAL JOÃO ALMADA 2008 – CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

O edifício organiza-se em dois corpos distintos, tendo sido inicialmente projetado para albergar um programa de armazém frigorífico de bacalhau, no corpo com maiores dimensões, e um programa de escritórios e áreas sociais no outro corpo.

O processo de licenciamento prolongou-se por dez anos, tendo correspondido ao estudo de várias hipóteses de intervenção.

O conjunto ocupa a totalidade do terreno, com a área de 1.950 m², com exceção de um pequeno largo face à Rua do Ouro por onde se processavam os acessos e cargas e descargas.

A proposta de conservação do conjunto edificado existente, resulta da consideração da sua importância como elemento singular do tecido urbano em que se insere. De facto a sua linguagem arquitectónica como expressão do programa especial para que foi projetado, conferem-lhe um sentido urbano particular, cuja manutenção em muito poderá contribuir para a valorização da frente de rio, por assim se constituir um ponto de referência e identidade no contínuo que constituirá a prazo a edificação das volumetrias propostas no Plano de Pormenor elaborado para esta área.

Alia-se também a este facto a oportunidade de por esta via se poder vir aqui a instalar um programa essencialmente de habitação, contribuindo assim para o reforço do carácter plurifuncional de uma zona da cidade, que progressivamente se tem vindo a impor como um importante polo linear de atividades lúdicas e de lazer.

O projeto de reconversão resulta de uma interpretação valorativa do edifício existente, o que determinou a opção pela manutenção dos elementos essenciais que o caracterizam.

Respeitam-se assim as distintas linguagens dos dois corpos autónomos em que o conjunto se estrutura, intervindo-se apenas no modo como se articulam – a proposta de demolição da caixa de escada comum contribui, a nosso ver, para o melhor esclarecimento de cada uma das suas unidades e comporta evidentes vantagens para a sua organização interna.

As restantes intervenções com repercussão na expressão do conjunto edificado respeitam o princípio da sua submissão às regras compositivas de estruturação das fachadas, sendo a mais significativa a que se processa no alçado do corpo do armazém voltado ao rio. A introdução dos vãos que abrem ao exterior o programa interno através de uma varanda, realiza-se sem caixilhos – por forma a diluir ao mínimo a sua interferência na massa expressiva da parede cega – adequando-se a sua dimensão horizontal à métrica e sentido compositivo da fachada existente.

Este recuo do plano dos caixilhos possibilitou a organização de uma varanda coberta, filtro na relação espaço interno e exterior do edifício, que cumpre também funções de eficiente sombreamento da fachada voltada a Sul. É também, com bom tempo, espaço de articulação direta entre compartimentos, alternativo às circulações internas do fogo.

A estruturação interna do corpo inicialmente destinado aos programas complementares do armazém é totalmente reformulada, mantendo-se no entanto os seus elementos estruturais e adequando-se a sua organização interna, no essencial, à fenestração existente.

No corpo do armazém frigorífico, também se mantem no essencial o sistema estrutural, que embora sobredimensionado para a função habitacional a que se destina o edifício, não

inviabiliza o estabelecimento de tipologias equilibradas, com evidentes vantagens sobre o ponto de vista dos custos e da legibilidade da sua coerência arquitectónica.

A organização interna deste corpo resolve-se através da introdução de um eixo de distribuição que o divide longitudinalmente e que congrega todas as circulações verticais, legível, tanto interior como exteriormente, como uma nova intervenção que reorganiza todo o edifício.

A possibilidade de reconversão do edifício comporta algumas soluções para a iluminação e ventilação transversal dos fogos que poderiam não resistir a uma aplicação rigorosa de alguma regulamentação atualmente em uso – por exemplo a constituição de um grande saguão em contiguidade com a fachada Nascente, com uma grelha de ventilação a toda a altura, etc. Mesmo assim optou-se por não sacrificar as opções de projeto que colidem com estes aspectos regulamentares, por se defender que situações deste tipo, com evidentes benefícios para a consolidação da imagem da cidade, deveriam estar abrangidas pelo regime de exceção que tem possibilitado o desenvolvimento do processo de renovação do Centro Histórico do Porto.

O acesso ao edifício faz-se pelo “largo” existente, que se reorganiza integrando as circulações de peão e mecânica.

No rés-do-chão, na frente voltada à marginal organizam-se espaços destinados à atividade comercial, transformando-se os vãos existentes em montras, o que por certo garantirá uma maior qualificação deste trecho do passeio da marginal.

Todos os restantes pisos serão destinados a habitações de tipos diferenciados, à exceção da zona do corpo do armazém voltada à Rua do Bicalho, que pela impossibilidade de se constituírem caves, se destina a estacionamento automóvel, sendo a distribuição piso a piso realizada por dois monta-automóveis dada a exiguidade de área e implicações estruturais, para a instalação de rampas de acesso. Garantiu-se assim que os fogos do corpo do armazém frigorífico possuíam estacionamento automóvel no mesmo piso em que se localizam, o que corresponde a uma comodidade acrescida.

30 | REMODELAÇÃO DO EDIFÍCIO TRANSPARENTE

VIADUTO DO PARQUE DA CIDADE, PORTO

PROJETOS 2003 | 2005 . OBRA 2006 . TEXTO 2006 | 2014

O Projeto de Remodelação foi desenvolvido em articulação com o Arq. Manuel de Solá-Morales, autor do projeto original, através de reuniões de trabalho conjunto, o que

possibilitou um compromisso equilibrado entre o que o concessionário pretendia realizar e o que parecia ser aceitável por este de modo a não serem adulteradas as intenções essenciais do projeto inicial.

Para garantir estes pressupostos procurou-se no desenvolvimento do projeto que fosse sempre explícito o que correspondia à construção original e o que decorria da nova intervenção, podendo dizer-se que em termos de princípio de projeto não nos afastamos das formulações que se expressam através da relação entre o novo e o antigo, quando se trata de intervenções no património arquitectónico já classificado. Este princípio de projeto é esclarecido nos diferentes níveis da intervenção, tanto na escolha dos materiais – os novos caixilhos de encerramento do edifício serão realizados em alumínio com acabamento lacado, em contraponto com os existentes que são em betão branco prefabricado – como nas modulações propostas – os caixilhos são grandes vãos com panos de vidro com dimensões decorrentes da modulação base mas sem subdivisões, o que lhes atribui uma expressão diferenciada – ou no modo como se processa a compartimentação interior, função do novo programa, onde se procura manter a leitura do espaço inicial, seja pelo uso de painéis envidraçados, seja pela forma como se articulam os elementos construídos de compartimentação com a construção existente.

Também se mantém o sentido de uso público do edifício, garantindo-se a possibilidade de um percurso de peões contínuo desde o Parque da Cidade até à Frente Marítima, sem existirem conflitos com o trânsito mecânico.

Esta relação mantém o sentido de rótula que o edifício cumpre no sistema de articulação dos percursos urbanos, valorizando a sua função de pausa num percurso, seja através das funções que alberga, que prestarão um serviço de apoio, seja por proporcionar uma pausa contemplativa pela abertura do campo visual que desde aqui se oferece sobre a paisagem, como se de um miradouro ou de um “belveder” do Parque se tratasse.

A rede de espaços de uso público que percorre todo o edifício funciona como o elemento de suporte das funções que aqui se instalam e constitui o objecto de projeto que apenas abrange os espaços comuns do edifício e os elementos de compartimentação que o definem, sendo da responsabilidade dos lojistas o projeto de cada um dos espaços destinados a funções específicas que serão submetidos à aprovação do autor do Projeto de Remodelação.

Realizar este projeto foi muito gratificante pela riqueza do processo mesmo que repleto de dificuldades. Intervir no Património Construído, neste caso, possibilitou estudar e perceber a obra e os gestos de genialidade de Manuel de Solà-Morales, que tanto valorizaram esta zona da nossa cidade, e ter o privilégio de contar com o seu apoio e afabilidade amiga. Restava-nos esperar que finalmente o Porto se reconciliasse com o Edifício, percebendo o quanto transparente é, e de um modo definitivo fosse publicamente reconhecida a superior qualidade

desta intervenção urbana, independentemente dos aspectos parcelares ou de pormenor que correspondem a uma maneira de fazer em que muitos de nós não se reconhecem.

Complementarmente ao que ficou dito transcreve-se o texto de avaliação crítica da obra produzido pela Arq. Gisela Lameira a propósito da publicação desta obra na Revista *Arquitetura e Vida* n.º 76:

Intervir na cidade (espaço público e privado, espaço colectivo)

A simultaneidade de escalas distintas é uma condição inerente à cidade herdada, assim como deveria ser inerente ao arquiteto a responsabilidade de resposta às questões que esta lhe impõe, desde a escala do território à do objecto. Edifício e projeto urbano não são autónomos, e neste sentido, o Edifício Transparente projetado pelo arquiteto Manuel de Solà-Morales, é paradigmático. Não é um objecto arquitectónico ensimesmado: resulta de uma vontade de ordenamento urbano, de uma ideia de cidade e de intervenção que procura devolver ao Porto um lugar geograficamente privilegiado, como espaço público qualificado.

Trata(va)-se de construir um lugar colectivo. É um objectivo que vai mais além do desenho de espaços públicos e que se expressa neste edifício: a sua concepção como prolongamento do espaço exterior público, uma “promenade arquitetural” que privilegia a relação Homem-Natureza, mas onde acima de tudo se antevê a vontade de mescla das esferas do público e do privado. É esta busca que, a meu ver, define o ímpeto inovador deste edifício enquanto arquitetura e elemento de exceção na cidade, cabendo-nos a nós arquitetos refletir sobre a correspondência entre a formalização dos espaços construídos e os modos de vida da população local.

Espaço colectivo é mais do que espaço público e privado em simbiose, tem a ver com identidade e atividade. O indivíduo que se identifica com um espaço público, apropria-se dele enquanto espaço de atividades, assumindo uma responsabilidade inconsciente da sua manutenção. Quando esta relação não se estabelece, restam-nos espaços públicos (interiores ou exteriores) desocupados ou marginais.

Equipar a cidade (novos paradigmas, uso, forma, função)

O Edifício Transparente é um equipamento da cidade do Porto. A relação elemento exceção/lugar, aliada à complexidade e heterogeneidade dos modos de vida contemporâneos instigou o surgimento de edifícios polivalentes que podem albergar vários usos, e cuja matriz de concepção espacial não é ditada por uma estrita correspondência forma-função.

Concebem-se formalmente entre a autonomia do desenho do objecto (a primazia da condição objetual do edifício) e a estratégia urbana da intervenção que os incorporam. Esta desvinculação entre forma e função não é de todo sinónimo de ausência de um programa específico: é uma ideia de arquitetura operativa, na

medida em que se opõe à especialização e influi na capacidade de resposta do edifício a transformações futuras, ou seja na sua adaptabilidade.

É o que permite ao edifício, independentemente das particularidades da função ou significado estabelecidos na sua génese, confrontar-se com realidades futuras, que podem inclusivamente passar pela sua total reinvenção.

Paradoxalmente, o Edifício Transparente foi capaz de responder à necessidade de incorporação de novos usos. Se assim não fosse, apesar de recente, inevitavelmente se tornaria numa peça obsoleta do tecido urbano.

Intervir no património construído (a relação dialéctica entre novo e preexistência)

O projeto de remodelação, desenvolvido pelo arquiteto Carlos Prata, procura um diálogo que se estende desde a preexistência ao autor do seu projeto inicial.

O resultado é uma arquitetura que aposta numa lógica construtiva e postura de intervenção clara, ancorada no conhecimento aprofundado dos pressupostos estruturais, critérios compositivos e conceitos espaciais pensados na sua génese.

A reabilitação traduziu-se na total revisão do programa de usos e no encerramento total da envolvente construída. Conceptualmente, o edifício deixa de albergar espaços de percurso/estar exteriores para passar a ser claramente delimitado e climatizado. Sem ambiguidades, procuram-se resolver todas as questões que se colocam à arquitetura enquanto construção de espaços habitáveis, entre as quais a impermeabilização da envolvente e o conforto térmico/acústico do ambiente. Não obstante o nível de alterações que a inclusão do novo programa acarreta, o projeto procurou manter/respeitar criticamente as ideias iniciais: um percurso contínuo desde o parque da cidade até ao mar, através de espaços de deambulação e contemplação da paisagem de carácter público. A novidade face ao projeto inicial manifesta-se na interação deste percurso com uma série de atividades de carácter comercial.

Um projeto de arquitetura é uma síntese de um conjunto de condicionantes. Frequentemente, a limitação orçamental é o primeiro obstáculo considerar, e esse foi um constrangimento que ditou o desajuste do Edifício Transparente face à realidade.

De igual modo, a relação entre espaço público (aberto, amplo, livre) e espaço privado (comércio, serviços de apoio) parece ter-se assumido como um entrave à viabilidade económica da manutenção/exploração do edifício.

O projeto de remodelação encetado propõe a transformação de um espaço interior vazio numa sequência de espaços habitáveis. É o que diferencia a arquitetura da escultura, mesmo a espacial.

A cidade só lamenta o insucesso da proposta de modelos intermédios entre os espaços abertos e exteriores de carácter público e o edifício público exclusivamente comercial.

31 | CARLTON LIFE LUSÍADAS

AV. LUSÍADA. ALTO DOS MOÍNHOS. LISBOA

PROJETOS 2004 | 2013 . OBRAS 2007 | 2014 . TEXTO 2006 | 2014

O projeto da Carlton Life Lusíadas, atualmente propriedade dos Hospitais Privados de Portugal, é um bom exemplo das situações que se perpetuam em projeto, neste caso também em obra, fruto das vicissitudes decorrentes dos processos de substituição de administrações e também de transferência de propriedade.

O projeto inicial foi desenvolvido para um programa de Assistência com Cuidados Continuados, dirigido às pessoas que já não têm autonomia de vida no seu quotidiano e necessitam de assistência em permanência.

Depois foi reformulado, passando a ser um complemento/extensão do Hospital Privado dos Lusíadas, de que é vizinho, com valências médicas específicas, e sede da administração e serviços administrativos.

Finalmente, e nunca se sabe se é a última alteração, quando se trata de equipamentos de saúde, passou a ser essencialmente um edifício de consultórios médicos, embora se mantenham em paralelo algumas valências médicas.

Quer isto dizer que já foram feitos sete projetos de revisão e que o edifício tem aguentado todas estas alterações, se bem que conceptualmente tenha existido uma mudança completa do conceito que presidiu à organização do projeto inicial.

A existência de um programa em que se repetia na vertical a organização por piso possibilitou pensar um sistema de distribuição das infraestruturas que na horizontal se realizava na cobertura e nas caves e que estendia uma rede a todo o edifício ocupando essencialmente prumadas. Tratavam-se por outro lado de sistemas infraestruturais leves, pois entendia-se que para aquele tipo de acamados ou de mobilidade muito reduzida o ar condicionado era contraproducente.

A alteração do programa veio obrigar a introduzir sistemas infraestruturais pesados ao nível do tratamento do ar obrigando a ter caminhos de passagem por piso que o edifício absorveu com dificuldade, e transformando a ocupação da cobertura numa enorme “fábrica” que extravasou os limites que estavam definidos para a ocupação inicial, o que desequilibra a imagem de conjunto do edifício.

De qualquer modo muitos dos pressupostos iniciais do projeto ainda são reconhecíveis.

Para o terreno em causa, de forma trapezoidal a que correspondem cerca de 87 metros na sua frente mais extensa a Sul e 53 metros na sua frente menos extensa a Nascente, o Alvará de Loteamento estabelece condicionantes precisas que o projeto cumpre.

A topografia é bastante pronunciada, verificando-se uma diferença de cotas de cerca de 10 metros entre o limite Nordeste e o limite Sudoeste.

A área envolvente do terreno caracteriza-se do ponto de vista morfológico e urbano por uma ocupação relativamente heterogénea, tanto do ponto de vista dos programas dos edifícios como da linguagem arquitectónica.

Face a estas características morfo-tipológicas da envolvente, desenvolveu-se o projeto considerando a possibilidade de conformar um espaço interior livre, que permitisse uma fruição recatada, de acordo com o tipo de utentes que o edifício vai servir e que corresponde a um tratamento distinto das outras áreas verdes que envolvem o edifício que, sobretudo pretendem dar continuidade aos espaços verdes envolventes, de acordo com o plano previsto.

Por uma questão de racionalidade do programa proposto, que sugere uma repetição sistemática de um módulo estrutural, o edifício organiza-se a partir da definição de quatro conjuntos – que agregam unidades modulares de quartos duplos com instalações sanitárias próprias– associados dois a dois, materializando dois corpos autónomos que se apoiam em dois outros volumes de um só piso – que correspondem ao programa social e colectivo do edifício. Os dois corpos autónomos estão por sua vez interligados por um volume que integra quer circulações horizontais quer verticais, e cuja leitura se pretende o mais leve e transparente possíveis, por forma a desmassificar a volumetria que o programa determina e a permitir a extensão do campo visual.

Esta solução que corresponde a uma implantação em “H” permite conformar um espaço verde de uso privado, criando uma barreira física às condições exteriores menos favoráveis, sobretudo de ruído, que se produzem na Avenida Lusíada.

Por forma a constituir-se um acesso de nível ao edifício, desde o gaveto Noroeste, junto à estação do Metropolitano de Lisboa – aspecto muito importante dado muitos utentes terem mobilidade condicionada – implanta-se o edifício, por forma a que o piso 0 tenha uma cota de soleira ajustada a esta cota de referência.

Esta cota de implantação é também favorável à criação de um acesso ao estacionamento em garagem e ao cais interior de cargas e descargas, determinando estas duas opções a criação de um “podium” que garante a unidade do conjunto e simultaneamente confere a devida privacidade à vivência do seu espaço principal.

Os volumes que formam os lados do “H” são tratados com uma marcação das lajes de piso por forma a expressarem uma maior horizontalidade de composição.

Os vãos dos compartimentos são recuados relativamente ao plano da fachada para se conseguir um sombreamento passivo. Este recuo é entrecortado pelos volumes correspondentes às instalações sanitárias o que introduz algum movimento na fachada.

Este movimento é também assegurado pela existência de painéis de sombreamento realizados por tubulares horizontais, com um posicionamento estático, quando ligados às paredes do topo das instalações sanitárias, ou variável, comandados pelos utentes do edifício,

a posicionar na localização que seja mais conveniente a um reforço do sombreamento no interior.

Esta possibilidade de variação aleatória do posicionamento destes painéis garante um grande dinamismo à caracterização da imagem do edifício.

32 | BOM SUCESSO. DESIGN RESORT, LEISURE, GOLF & SPA

BOM SUCESSO. ÓBIDOS

PROJETO 2005 . OBRA 2008 | 2010 . TEXTO 2009 | 2014

O projeto de construir um espaço urbano com uma arquitetura que se pretendia qualificada à partida pela escolha dos seus autores, é uma experiência única, não só em Portugal, e mereceu desde logo a adesão, mais ou menos entusiástica, de todos os que participaram no processo.

Coube-me o projeto de oito habitações, T3 e T4, num terreno de particular interesse no conjunto da área a urbanizar, por se poder vislumbrar daquele local a toalha líquida da Lagoa de Óbidos.

Como a crise também se abateu sobre o empreendimento, das oito casas apenas estão construídas duas.

Volumetricamente a casa é concebida como um volume prismático puro, marcadamente horizontal, orientado no sentido do maior comprimento do lote (Nascente/Poente) cuja leitura é apenas interrompida pela marcação do acesso principal através de um pátio a nascente (entre as zonas de estar e de refeições) e por um outro volume mais baixo que o atravessa no sentido Norte/Sul que marca a divisão entre as zona diurna (a Nascente) e noturna (a Poente).

O volume principal é também pontualmente interrompido por outros volumes/pátio (a Poente) que permitem o ajuste da construção ao terreno, fazendo-se a leitura dos vãos – a toda a largura dos compartimentos interiores – como elementos reentrantes.

33 | BOQUILOBO GOLF

BOQUILOBO. TORRES NOVAS
PROJETO 2006 | 2010 . TEXTO 2007 | 2014

Com o objectivo de construir um Campo de Golf e uma extensa área residencial foi celebrado pelo Dono de Obra um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal, por forma a que, através da elaboração do presente Plano de Pormenor, pudessem ser introduzidas alterações ao Plano Diretor Municipal que possibilitassem o desenvolvimento desta iniciativa, dado que a dimensão deste empreendimento impõe a disponibilidade de uma extensa área urbanizável que nunca poderia ter sido prevista no âmbito do PDM.

Com esta iniciativa pretende-se a construção de um Campo de Golfe de 18 buracos e uma área residencial preferencialmente destinada à população da Europa Central que procura a prática deste desporto/lazer em países de clima temperado como o nosso. Existe assim o pressuposto de que esta zona residencial terá uma ocupação efetiva durante todo o ano dado que a população destinatária é composta, na sua grande maioria, por pessoas que deixaram já uma vida ativa permanente.

Iniciativas como esta justificam-se a vários níveis tal como bem expressa o “Resumo Não Técnico da Avaliação do Impacte Ambiental do Campo de Golfe Integrado no Empreendimento Boquilobo Golfe”: “Face à decrescente evolução da economia nacional, ao aumento da taxa de desemprego e à frequente cessação da atividade de muitas empresas industriais considera-se evidente a necessidade de criar novas alternativas de emprego e fixação de população, que permita manter e melhorar o nível da qualidade de vida da população residente, aumentando e diversificando as ofertas de emprego e contribuindo gradualmente para o desenvolvimento nacional.

Face à atratividade das características climáticas e culturais do nosso país perante turistas estrangeiros, a implementação de estruturas que, de modo integrado, possam receber esse público constitui uma mais valia para o desenvolvimento local e regional. Por outro lado, este tipo de turismo possui impacte sobre a economia regional e nacional uma vez o turista possui hábitos culturais diversificados, procuram uma elevada variação de atividades, o que indiretamente proporciona o desenvolvimento de outros sectores. Salienta-se ainda que, em geral são bastante exigentes em questões de proteção do meio ambiente”.

A viabilização de uma iniciativa deste tipo pressupõe um conjunto de condições que determinaram a opção por esta localização: uma boa acessibilidade à rede viária estruturante do território; ser potencialmente apta para receber uma ocupação urbana; existir a possibilidade de vir a constituir-se uma parcela de terreno com cerca de 300 ha, com qualidade paisagística para a implantação do campo do golfe; e a propriedade concentrar-se num número reduzido de proprietários que facilitasse o processo de aquisição.

O local escolhido denominado Lugar da Ramalhosa, situa-se na Freguesia da Brogueira e responde de forma satisfatória a estas condições: localiza-se junto do futuro nó da via Municipal estruturadora desta parte do território prevista no Plano de Estrutura da Envolvente e Vale do Almonda, a qual dará acesso direto à A23; após a desafecção da REN de grande parte da sua extensão – de acordo com a proposta de delimitação da REN bruta do Concelho elaborada pela Câmara Municipal de Torres Novas já aprovada pela CREN. em 19 de Julho de 2007- passará a ser possível a edificação de uma zona residencial; corresponde a um território que possui uma extensa área com um ambiente natural – vegetação e topografia – que interessa preservar e valorizar, e que facilmente poderá albergar um Campo de Golfe; o cadastro desta zona corresponde a propriedades de dimensão considerável o que permitiu constituir uma parcela com 240,6 ha, após negociação com apenas três proprietários.

A área de intervenção situa-se a Sul da cidade de Torres Novas, junto a um nó da via projetada no âmbito do Plano de Estrutura que a Câmara Municipal de Torres Novas elaborou para esta zona, o que garantirá uma relação muito direta com o nó da A23 (saída Torres Novas/Golegã) que passará a ficar à distância de apenas 3 Km, permitindo assim uma fácil ligação a Lisboa, Fátima, Litoral e Porto.

A proximidade ao Entroncamento garante também o fácil acesso à rede ferroviária com ligações diretas ao nível nacional e internacional.

Para além desta boa acessibilidade a infraestruturas e equipamentos regionais e nacionais haverá que notar a proximidade de importantes equipamentos, comércio e serviços da cidade de Torres Novas, nomeadamente, o Hospital de Torres Novas – que inclusivamente se localiza na envolvente Sul da cidade numa das vias a que se acede desde Boquilobo – e ao espaços culturais que estão a ser dinamizados como é o caso do Cine Teatro Virgínia.

Noutra escala de proximidade encontra-se o aglomerado urbano de Boquilobo com cerca de 140 habitantes, que a área de intervenção toca a Poente, e um pouco mais distante a Nascente, o aglomerado urbano de Riachos de maior dimensão. A estrada municipal que liga estes dois aglomerados atravessa o terreno na direção Nascente/Poente.

Mais a Sul estende-se a Reserva Natural do Paul de Boquilobo que se constitui como uma referência qualificadora para a intervenção.

O terreno objecto da intervenção apresenta na maior parte da sua extensão a Norte da via municipal, um declive pouco acentuado com a orientação Nascente/Poente, com exceção de uma área mais reduzida na envolvente próxima do aglomerado de Boquilobo, onde o relevo é mais pronunciado e não existe ocupação florestal. Na restante área a ocupação resume-se ao eucaliptal jovem.

Imediatamente a Sul desta via implanta-se a Quinta da Ramalhosa atualmente num estado avançado de abandono e degradação, reconhecível no estado de ruína em que se

encontram as construções principais e de apoio à agricultura, ou na ocupação agro-florestal – campos agrícolas não trabalhados ou ocupados por eucaliptais. No entanto, aqui, ainda podemos encontrar interessantes bolsas de figueiras e pinheiros mansos.

Mais a Sul da Quinta da Ramalhosa o terreno possui um relevo muito mais acidentado, recortando dois vales vincados com a orientação Norte/Sul por onde correm duas linhas de água que afluem ao rio Almonda. Aqui mantêm-se ainda grandes extensões da vegetação original, onde predomina o sobreiro e o pinheiro e se encontram faixas com oliveiras.

A totalidade da área em análise está classificada como REN no PDM em vigor. No entanto, o Município de Torres Novas elaborou uma proposta de redefinição da REN bruta que foi já aprovada pela CREN em 19 de Julho de 2007, na qual apenas a Zona a Sul das construções da quinta da Ramalhosa é classificada como REN, o que resultou do facto de atualmente a definição da cartografia permitir uma interpretação mais rigorosa das características do território, nomeadamente para as áreas de máxima infiltração.

Para além destas áreas incluídas na delimitação da REN proposta, apenas haverá a registar como condicionantes a considerar no desenvolvimento da proposta de intervenção: o espaço canal onde se implanta a conduta adutora da EPAL, que atravessa a área tangencialmente a Norte; a linha de Alta Tensão da Rede Eléctrica Nacional com um traçado paralelo ao da conduta da EPAL, mais a Sul; as disposições relativas ao Domínio Hídrico, nomeadamente as restrições relacionadas com as cotas de cheia/áreas inundáveis; e a “Estrutura Ecológica entretanto definida no âmbito da Revisão do PDM em curso”.

A proposta de transformação que os desenhos expressam baseia-se numa estratégia de ocupação que não se afasta da esboçada em hipóteses de trabalho anteriores, compreendendo, no entanto, diferentes pressupostos de desenho urbano.

A articulação desta nova área com o território envolvente realiza-se a partir de um novo arruamento estruturador da ocupação proposta que liga o nó da via prevista no Plano de Estrutura à Estrada Municipal 569, que atualmente é o elemento principal de organização deste espaço. A ocupação que se desenvolverá em ambos os lados desta Estrada Municipal não contacta diretamente com as suas margens e é assinalada apenas em dois pontos por rotundas que marcam a alteração de uso desta parte do território, as quais se expressam pela existência de um reperfilamento transversal da via e a introdução de percursos autónomos de peões e de bicicletas que acompanham o seu traçado, serpenteando na zona verde marginal.

Neste novo arruamento concentra-se a área de comércio mais significativa, em local que se aproxima do aglomerado urbano de Boquilobo, criando uma complementaridade com a atividade que aí já se desenvolve, e que esta intervenção por certo potenciará.

É nesta área a Norte da Estrada Municipal 569 que se concentra a ocupação urbana mais significativa libertando-se o terreno a Sul para uma ocupação mais dispersa e para a implantação do Campo de Golfe.

O Campo de Golfe desenvolve-se, em quase toda a sua extensão numa área classificada como REN na medida em que se entende que constitui um uso compatível com essa classificação.

Esta localização possibilita também a utilização do espaço ocupado pelas atuais instalações da Quinta da Ramalhosa – que se situa em área classificada no PDM em vigor como zona urbana – para a implantação de equipamentos de apoio ao golfe.

Nas imediações desta área define-se uma zona onde se propõe a instalação de um hotel em local de boa exposição solar e com uma situação sobranceira sobre o Campo de Golfe, de onde se vislumbra uma interessante paisagem que ultrapassa os limites do terreno.

A solução proposta pretende também: “criar condições para a implementação de soluções autossuficientes em termos dos recursos hídricos”; aproveitar os “recursos naturais para diminuir os gastos energéticos”; “reduzir, tanto quanto possível, as áreas impermeáveis de forma a permitir máxima infiltração no solo para garantir a alimentação dos lençóis freáticos da zona”; “respeitar a estrutura ecológica definida no âmbito da revisão do PDM assim como as espécies vegetais existentes”.

Com base nestes princípios de intervenção e na interpretação das condições naturais existentes, desenhou-se o pré modelo de ocupação que consta dos desenhos.

O Campo de Golfe estende-se por uma área de cerca de 91,7 ha e terá 18 buracos, prevendo-se, como atrás se referiu, a criação das seguintes estruturas de apoio: o “Clubhouse”, comportando a recepção, loja de produtos ligados à prática do golfe, bar/restaurante, vestiários/balneários e escritórios; espaços de desporto/lazer ao ar livre – campos de ténis e piscina; o edifício de manutenção, incluindo refeitório, armazém, balneários/vestiários, pequena oficina e parque de máquinas de manutenção; e os parques de estacionamento de viaturas – automóveis e carros de golfe.

Os principais utilizadores serão, por certo, os moradores da zona residencial que se irá criar. No entanto é expectável que muitos outros jogadores do Concelho de Torres Novas, da região e até mesmo do exterior, demandem esta infraestrutura, que se prevê possa ter uma “utilização diária entre 75 e 200 jogadores”. Prevê-se também que a utilização do Campo de Golfe possa ser aberta a escolas e outras instituições cumprindo assim um papel social que ultrapassa o de mero equipamento destinado ao desporto e lazer de um grupo social restrito.

“A construção do Campo de Golfe prevê a manutenção integral da atual topografia do terreno assim como da vegetação existente e as novas espécies a plantar serão definidas de acordo com as características edafoclimatéricas locais, de modo a minimizar as necessidades

hídricas e a diminuir a necessidade de utilização de fito fármacos. A manutenção dos corredores de vegetação atual permite a conservação da fauna e flora local, diminuindo consideravelmente o volume de água necessário para rega, não se procedendo assim, à plantação de relva na totalidade do campo uma vez que as espécies nativas se encontram adaptadas ao ambiente local diminuindo também os cuidados necessários no que se refere a ataques a pragas e exigências edáficas.

Prevê-se a utilização dos efluentes residuais produzidos na zona residencial adjacente para a rega do campo sendo para o efeito construídas redes de distribuição do efluente tratado desde a ETAR para a área a regar. Será implantado um sistema de compostagem para a reconversão dos resíduos vegetais.

Com este tipo de exploração para o Golfe pretende-se que esta área para além de continuar a integrar a Reserva Ecológica Nacional, constitua uma vizinhança desejável para a Reserva Natural do Paul de Boquilobo com o qual faz fronteira, constituindo vantagem sobre a agricultura intensiva praticada noutras zonas da envolvente daquela Reserva Natural”.

A construção de todas estas infraestruturas e os custos que lhe estão associados pressupõem que seja garantida a rentabilidade do investimento, sendo regra para este tipo de iniciativas a sua associação à promoção em simultâneo de uma oferta de espaços residenciais.

Cria-se assim uma zona residencial com 3022 fogos para cerca de 6000 habitantes a ser implementada de forma faseada.

A organização desta área urbana desenvolve-se com base nos eixos viários principais a que atrás fizemos referência, a partir dos quais se acede a diferentes áreas com estruturas distintas.

A Sul da Estrada Municipal 569 organizam-se duas áreas que concentram os lotes com tipologias edificatórias de quatro frentes – 339 lotes com áreas médias de 526 m² por lote e 100 m² de área de implantação de habitações unifamiliares com um máximo de dois pisos. A Nascente uma área com uma malha mais regular ocupando um pequeno planalto sem pendentes assinaláveis e a Poente uma outra área em que o traçado da malha urbana procura uma melhor adequação à topografia existente por forma a reduzir os movimentos de terra para implantação das habitações.

A Norte desta estrada concentram-se os lotes com tipologias edificatórias de duas e três frentes, organizadas em banda – 2 683 lotes com áreas compreendidas entre 144 e 202 m² por lote e áreas de implantação de 80 ou 84 m². No desenho deste espaço urbano procurou-se uma estruturação que permitisse fazer reconhecer uma ideia global de intervenção, que se expressa através de um traçado racional de elementos qualificadores de uma malha pensada num tempo único, desenho a ser desenvolvido de um modo muito consistente em tempo posterior de projeto.

A circulação mecânica desenvolve-se em ruas hierarquizadas que expressam os diferentes níveis de serviço – atravessamento, distribuição e acesso local – contribuindo para essa hierarquia o desenho do traçado – curvas suaves e cruzamentos com rotundas favorecendo uma circulação mais fluida e cruzamentos a 90° em malha reticulada, condicionando a circulação, por forma a reduzir naturalmente a velocidade.

Os percursos de peão são privilegiados, não se confinando ao acompanhamento dos arruamentos, permitindo atravessamentos transversais da malha ou serpenteando por faixas verdes com dimensão generosa, sempre pontuados por zonas de estadia organizadas como espaços livres complementares das áreas mais densamente urbanizadas.

Pretendeu-se estabelecer no desenho da malha – tanto pelo desfasamento da continuidade das ruas com a orientação Noroeste/Sudeste, como pela localização de elementos excepcionais do espaço urbano em pontos de confluência – os referenciais que possibilitam a identificação de pontos notáveis na cidade de génese tradicional. Estas marcações são necessariamente pouco expressivas na medida em que aqui não existe uma grande diferenciação dos elementos singulares que na evolução da cidade vão conferindo a estes locais um carácter único – a praça da Câmara, a rua do Hospital, a esquina do Palácio, o largo do Museu, etc., etc.

A imagem global que se pretende atingir é a de uma grande continuidade do coberto vegetal de toda a malha. Para isso contribuirão, não só as árvores plantadas ao longo dos arruamentos e os espaços arborizados que pontuam a área construída, mas também as áreas livres dos lotes que se pretendem densamente arborizadas.

“Os espaços verdes do empreendimento hierarquizam-se em três classes que, embora concorrendo no seu todo para a qualificação ambiental do espaço urbano e preservação dos elementos naturais existentes, acabam por ser possíveis de descrever em três sistemas de tipologia distinta.

Um primeiro é o campo de golfe em si; é uma área verde de características próprias, em que o controle de efluentes e consumo de águas para rega é a principal preocupação. Embora se deseje vir a conferir a esta área uma paisagem de carácter local, quer pela escolha da vegetação de integração a utilizar, quer pela sua colocação no terreno, haverá sempre uma condicionante visual evidente que decorre da estrutura própria dos percursos de golfe. Constituindo no seu todo uma zona tampão entre a área urbana e o Paul do Boquilobo, prevê-se que esta característica seja complementada, ao nível do controle de águas de drenagem, pela constituição de uma área de macrófitas locais, em leito natural, que contribuam para a melhoria da qualidade das águas drenadas da área de golfe para jusante.

O segundo é constituído por áreas a manter e preservar com carácter natural. São áreas de declive elevado, já atualmente ocupadas por exemplares da flora local, bem como áreas de vale. Interessa preservar e fomentar estas áreas, não só por questões de índole

ambiental – novamente a ligação ao Paul do Boquilobo – e de continuidade dos sistemas naturais dentro do território, mas também por questões práticas de preservação territorial, prevenção da erosão, controle da escorrência e permeabilidade dos solos, bem como facilitando o controle ambiental, constituindo corredores verdes com característica de temperatura e humidade mais amenas. Este sistema, contínuo, será a espinha dorsal da estrutura verde principal desta parcela de território, será o albergue da maior biodiversidade, e o sustentáculo natural da permeabilidade do empreendimento aos aspectos paisagísticos e biofísicos que lhe são externos.

Por fim temos o sistema de espaços verdes urbanos. Sendo um sistema “granular” que se dissemina no território de ocupação urbana contem, nesta proposta, dois braços que “complementam” o sistema anterior ao introduzir ramais contínuos dentro do espaço urbano, constituindo uma estrutura verde secundária. Estes ramais, mais que assegurar uma transição entre os espaços naturais e os de carácter urbano, visa promover e conter em si um sistema de drenagem de águas pluviais (SUDS – Sustainable Drainage Systems) que assegure a diminuição do volume de águas drenadas – pela promoção da infiltração – e o aumento dos tempos de concentração, contribuindo assim para a regulação dos caudais de ponta, e minimizando o impacte destes a jusante.

O sistema hidrográfico associado à área do empreendimento é composto por dois subsistemas de drenagem natural que confluem imediatamente a sul da área em estudo, sendo afluentes da margem direita do rio Almonda.

Estes dois subsistemas estão divididos por uma linha de fecho de orientação norte Sul. Esta linha, que se desenvolve numa área de carácter planáltico, delimita a poente uma linha de vale – drenando uma área que se estende para montante da área em estudo – abrangendo aproximadamente um terço da área do empreendimento. Este vale caracteriza-se por ser delimitado por encostas declivosas, e uma área central aluvionar bastante aplanada. A(s) linha(s) de drenagem propriamente dita(s) encontram-se relegadas para os extremos laterais desta área aplanada, optimizando assim a produtividade agrícola destes solos.

Os outros dois terços da área em estudo são constituídos por uma área de planalto, de drenagem relativamente difusa, que se concentra numa linha de drenagem marcada, de características idênticas à anteriormente referida, ainda que de dimensão bastante menor. Esta área de planalto constitui de perei uma bacia hidrográfica autónoma, sendo desprezíveis os contributos exteriores à área do empreendimento. De notar nesta área, a nordeste, a abertura de valas de drenagem que devem ter servido para o rebaixamento do nível freático, evitando o encharcamento dos solos, e/ou aumento do volume de água disponível para a rega das pequenas áreas de pomar que se encontram na linha de vale.

Naturalmente, a construção deste empreendimento traduz-se pela alteração mais ou menos significativa do carácter deste sistema de drenagem natural. Também aqui este

impacte é substancialmente diferente em cada um dos subsistemas referido. No primeiro, aquele a Oeste, o impacte ao nível das características de escoamento é bastante reduzido já que se prevê que, na sua essência, o sistema se mantenha inalterado. Ao nível da qualidade das águas, como já referido anteriormente neste texto, será proposta a implementação de uma área tampão que recorrendo a sistemas naturais, procure controlar a qualidade águas drenadas para jusante, nomeadamente ao nível da quantidade de nutrientes dissolvidos.

No segundo subsistema, as alterações são evidentes, dado que a cabeceira desta bacia hidrográfica é grandemente ocupada pela zona urbana do empreendimento. Como forma de minimizar os impactes resultantes desta ocupação, propõem-se o uso de um sistema de drenagem pluvial que, ao contrario do tradicional uso de sarjetas e tubos, procure replicar o atual sistema de drenagem, favorecendo a infiltração, e protelando as escorrência até à altura em que os solos se encontrem saturados. Estes sistemas – como referenciados e explanados nos estudos levados a cabo pelo CIRIA – procuram simultaneamente controlar os tempos de concentração, reduzir a quantidade de poluentes melhorando a qualidade de água a jusante, promover a recarga dos aquíferos subterrâneos, contribuir para amenização do ambiente urbano e sua qualificação paisagística, providenciar habitat para a fauna e potenciar a biodiversidade dentro do espaço urbano.

A aposta na implementação destes sistemas visa, na medida do possível, replicar o atual sistema de drenagem existente, se não na sua componente paisagística, pelo menos nas características de escorrência, minimizando os impactes negativos que naturalmente ocorreriam a jusante se implementado um sistema convencional de drenagem”.

O desenvolvimento do projeto comportará a realização dos projetos de especialidade necessários à completa e coordenada realização de todos os sistemas infraestruturais que viabilizem esta ocupação, podendo desde já referir-se que se prevê o seguinte:

O abastecimento de água será garantido através de um furo artesiano a realizar no local mais adequado e a licenciar pelas entidades competentes a partir do qual se fará a alimentação da rede de distribuição domiciliária.

A área de intervenção é atravessada por duas linhas de alta tensão que serão enterradas neste atravessamento, conforme o acordo estabelecido entre o promotor e a empresa concessionária a quem competirá o fornecimento de energia ao empreendimento.

O tratamento dos efluentes residuais domésticos será realizado por um sistema que compreende, para cada habitação um dispositivo de reciclagem individual e, ao nível do empreendimento uma estação de tratamento a localizar a Sul, os quais permitirão a reutilização da água para a rega do campo de golfe ou outros usos compatíveis.

O abastecimento do empreendimento poderá ser realizado através da extensão da rede já existente no aglomerado vizinho de Riachos.

A recolha seletiva de resíduos sólidos será realizada pela empresa intermunicipal existente, prevendo-se dispositivos de compostagem em cada habitação e gerais ao nível do empreendimento e do campo de golfe.

Prevê-se que o empreendimento seja realizado de forma faseada ao longo de dez anos. As três primeiras fases das seis que se preveem, situam-se a Sul da EM 569 – que sofrerá obras de pavimentação e reperfilamento em simultâneo – correspondem à construção do campo de golfe e das zonas previstas para a implantação de habitações unifamiliares de quatro frentes, de acordo com o estudo económico do empreendimento.

As outras três fases situam-se a Norte da EM 569 e correspondem à concretização da totalidade da ocupação prevista, concentrando-se nesta zona as tipologias de duas e três frentes. Prevê-se que esta ocupação se apoie já na nova acessibilidade criada pela existência da Via prevista no Plano de Estrutura da Envolvente e Vale do Almonda.

34 | ESCOLA ARTÍSTICA SOARES DOS REIS

PARQUE ESCOLAR EPE. PORTO

PROJETO 2006 | 2007 . OBRA 2007 | 2008 . TEXTO 2007 | 2009 | 2014

O programa de intervenção que balizou o projeto de arquitetura decorreu da passagem da Escola Secundária Artística Soares dos Reis para as instalações da Escola Secundária Oliveira Martins, entretanto desativada, o que pressupôs a readaptação e ampliação do edifício existente, incluindo demolições parciais. As instalações ocupam um terreno com cerca de 15.000 m² com frente para a Rua do Major David Magno, paralela à Av. Fernão Magalhães, no Porto.

A Escola Secundária Oliveira Martins encontrava-se organizada em dois corpos independentes – Aulas e Ginásio/Refeitório – articulados por uma galeria exterior coberta que servia de recreio abrigado complementar dos espaços exteriores que as construções conformavam.

O desenvolvimento do projeto tomou por base as definições programáticas estabelecidas pela Escola Secundária Artística Soares dos Reis, que expressavam articulações funcionais entre os diferentes espaços ajustadas ao quotidiano do funcionamento pedagógico pretendido e incluíam o dimensionamento dos compartimentos que lhe correspondiam.

A dimensão do programa a albergar impôs a construção de novos edifícios. Dado o grande afastamento entre os corpos existentes a manter (Aulas e Ginásio/Refeitório) optou-se por construir dois novos corpos, articulados por uma galeria de distribuição que

estabelece a ligação entre todo o conjunto edificado, que albergam os programas de maior dimensão – Oficinas/Biblioteca e Sala Polivalente.

É a partir desta galeria – que funciona como uma rua interior, a “learning street” – que se faz o controlo de acessos à escola, o qual poderá ser totalmente livre ou condicionado a alguns espaços. É assim possível, fora do período normal de funcionamento, abrir alguns espaços à utilização do público em geral – sala polivalente, refeitório, infraestruturas desportivas, biblioteca, etc. – garantindo simultaneamente a proibição de acesso aos restantes espaços da escola.

A entrada principal da escola foi de igual modo objecto de intervenção, sendo marcada por um volume novo que remata o corpo existente e define uma zona de entrada exterior coberta, que se pretendeu que resolvesse, a um tempo, a expressão de acolhimento da nova Instituição/Escola e a dobragem a noventa graus do percurso de entrada desde o exterior.

O terreno não ocupado pela implantação do edifício, pela rede de circulação automóvel e pelos campos de jogos, foi tratado como uma área verde de enquadramento dos diferentes corpos e/ou envolvente próxima e por espaços destinados ao lazer e recreio dos utentes.

A imagem de conjunto que resultou expressa a ideia de uma articulação equilibrada entre os diferentes volumes construídos em tempos e com objectivos distintos, que se pretendeu fossem claramente identificados, coexistindo pacífica e harmoniosamente o novo e o antigo.

Complementarmente ao que ficou dito transcreve-se o texto de avaliação crítica da obra produzido pelo Professor Doutor Arquitecto Alexandre Alves Costa a propósito da publicação desta obra na monografia n.º I da coleção RENOVAR editada pela Parque Escolar SA.

“Talvez tivesse preferido escrever, a respeito do meu amigo Carlos Prata, sobre outra obra onde pudesse, do princípio ao fim, ler a construção de um conceito e a qualidade e coerência da sua formalização, totalmente pessoais. É a sina de quem, como eu, escreve a pedido e sobre encomenda – não escolho.

Não estou a desculpar-me antecipadamente, mas estou. O facto é que esta obra de arquitectura, de indiscutível qualidade, corresponde a uma resposta, não só a exigências programáticas claras, como é natural, mas também a algumas definições conceptuais que são alheias ao autor. O arquitecto, nestes casos, pode não estar completamente identificado com estas definições, mas aceitar o desafio que considera não ferir a sua dignidade profissional. De resto foi sempre assim com os nossos mestres pedreiros, até ao romantismo, onde a afirmação da individualidade do artista/arquitecto foi reivindicada pelo autor e começou a ser uma mais valia para o cliente. Passados os anos da afirmação exacerbada desta artisticidade, reivindicada pela classe, o arquitecto voltou a considerar-se servidor e não servido

pela *bolsa alheia* (1) – dos anos heroicos da “cause du peuple”, até à neutralidade ideológica dos tempos que correm. Assim se recupera um comportamento menos romântico, onde o que importa é servir com competência profissional, conceito por demais ambíguo na nossa disciplina porque justifica quase tudo o que fazemos, desde a total liberdade de expressão ao, mais frequente, cumprimento passivo dos desejos e necessidades do cliente.

Retoma-se, neste último caso, a tradição histórica do exercício disciplinar da Arquitetura em Portugal, aceitando, hoje, restringir o campo da expressão da sua artisticidade. E muitos, que não o caso em apreço, vão mascarando a neutralidade estrutural com uma roupagem de superfície mais próxima do desenho gráfico ou do desenho da moda. Exatamente o contrário do que fizeram os antigos que, assumindo aquela restrição, adoptaram, corajosamente, um estilo desornamentado a que se tem chamado estilo chão.

São difíceis os tempos e indutores de desigualdades porque, as leis de mercado dão diferentes direitos de realização pessoal aos arquitetos, uma vez que só muito poucos têm o direito de *folgar* como lhes apetecer com os financiamentos públicos e alguns privados. São estes, independentemente das suas opções político/ideológicas, os “novos” arquitetos do regime. É a sua liberdade que tem permitido a construção dos edifícios mais paradigmáticos da cultura arquitectónica contemporânea e com isso, afinal, todos ganhamos. E a nova Pequim terá os seus Herzog e de Meuron, Rem Koolhaas ou Norman Foster, ainda à espera de Álvaro Siza.

Estas palavras introdutórias para percebermos melhor o contexto e os condicionamentos das intervenções do Parque Escolar e a forma, pelo que vamos percebendo, exemplar como, até agora, os arquitetos responderam às exigências programáticas e metodológicas, particularmente no caso da Escola Secundária Artística Soares dos Reis.

O Parque Escolar, com quem também estamos conscientemente envolvidos, tem um programa relativamente ambíguo porque, definindo algumas condições estruturais de partida que, sejam quais forem as soluções adoptadas, condicionam as tomadas de posição, formais e linguísticas, cria, ao mesmo tempo a ilusão da possibilidade de ser livremente criativo. Acresce que estas condições, implícitas porque provavelmente não resistiriam a um explicitação, se aplicam a uma enorme diversidade de edifícios onde varia substancialmente a qualidade arquitectónica, construção ou natureza da envolvente. Será para todos claro que é bem diferente reabilitar edifícios de autores como Marques da Silva, Ventura Terra ou Carlos Ramos ou de qualidade menor como a antiga Escola Comercial Oliveira Martins, ou ainda, concebidos e construídos pela Sorefame, com prazo de validade de vinte anos.

Provavelmente este conjunto de regras universal é condição do financiamento e, por isso, ou se aceita como é – um programa de reabilitação de edifícios – ou aquele se perde. Para minimizar este ponto de partida programático e conceptual admitiu-se, e bem, que na sua execução viessem a participar múltiplas personalidades e correspondentes entendimentos

da arquitetura, embora correndo o risco de se aparentar uma paisagem diversa no que é, infelizmente mais secundário: alguns formalismos e diferentes linguagens. Obviamente que estamos longe do projeto-tipo uniforme e uniformizador ou de qualquer exigência regionalista, e vamos, com esta diversidade, “posmodernizar” a nossa paisagem que bem precisa de ter alguns pós, cansada como está de ter tudo fora de tempo. Falamos de arquitetura mas não esquecemos a importância do programa de modernização que está a ser aplicado ao parque escolar, que virá a constituir indiscutível e positivo factor de desenvolvimento.

O programa proposto para esta escola e as condições de desenvolvimento do projeto e obra tem a particularidade, em relação a quase todos os outros, de corresponder a uma alteração total dos seus anteriores conteúdos programáticos e ao facto de estar desativada. Trata-se, assim, de transferir o programa de ensino artístico da Escola Soares os Reis para estas novas instalações com a vantagem de não ter necessidade de compatibilizar o desenvolvimento da construção com o funcionamento normal das aulas. O novo e complexo programa, incomportável nos dois pavilhões preexistentes, que deveriam ser parcialmente preservados, implicou a necessidade de um grande volume de construção nova ocupando, naturalmente, a extensa área entre ambos. A solução encontrada é, em esquema, associável a uma tipologia comum em forma de “pente”. Assim um eixo longitudinal, a Norte, tratado como galeria/rua estabelece, na sua perpendicular e para os dois lados, as ligações funcionais essenciais, procurando libertar a maior área possível de terreno a Sul. Assim se criam dois novos pavilhões paralelos aos preexistentes, contendo, respectivamente, as oficinas e o polivalente e, do outro lado, dois novos corpos para a biblioteca e associação de estudantes. Para esta hipótese de solução funcionar foi necessário inverter o antigo sistema de acessos ao edifício antigo para o conectar com a referida galeria o que deu origem à construção de um volume a Norte por onde se realiza, agora, a entrada principal.

A nitidez da opção tipológica e do esquema geral de acessibilidades, resiste com alguma dificuldade à densificação inerente ao cumprimento do programa, para além de um certo paradoxo, já referido, da manutenção obrigatória de preexistências, quase genericamente reduzidas à sua casca, e que não deixam de ser extremamente condicionadoras, da escala à linguagem.

Sendo este, afinal, o tema do projeto, o que o arquiteto Carlos Prata nos propõe como solução é a diversidade formal que garanta uma leitura autónoma de cada conjunto ou pavilhão. Não havia, de facto, qualquer possibilidade de criação de uma unidade linguística que incluísse o que se preservou e, com isso, se cria uma espécie de distância não física, garantindo a autonomia de cada conjunto, afastando virtualmente o que é próximo, dando respiração ao todo construído.

Para se conseguir este resultado foi necessário organizar com muito rigor o programa para evitar dispersar valências que permitissem um seu agrupamento sob a mesma linguagem, diferente de outro qualquer conjunto programaticamente afim. E depois de encontrar

a forma adequada para cada pavilhão garantir que o edifício no seu conjunto fosse lido como uma unidade e não como um agrupamento aleatório de diferentes construções. Seguramente que, do ponto de vista metodológico, esta ordenação processual das várias etapas do projeto teve uma ordem variável conforme o momento e a necessidade no aprofundamento/viabilização de um conceito, ideia, síntese que em nebulosa existiu desde o primeiro momento.

Se todos os projetos do Parque Escolar tiverem esta complexidade será verdade que, mais do que uma oportunidade para a arquitetura portuguesa, se vai tratar de um dos maiores desafios que esta, no seu conjunto, já encarou. O desafio particular que esta constituiu permite imaginar o futuro com bastante optimismo.”

Nota (1)

Do texto de Frei Bartolomeu dos Mártires, finais do século XVI, que aqui se reproduz parcialmente:

Engana o gosto de edificar e por vezes transporta. E os Mestres de traças, como dispõe de bolsa alheia, folgão de mostrar habilidade própria e mistérios de arquitetura.

35 | EDIFÍCIO DA RUA DO ALMADA, 251/261

PORTO

PROJETO 2007 . TEXTO 2007 | 2013

Passados alguns anos tivemos oportunidade de realizar um novo projeto para o edifício da Rua do Almada a que anteriormente fizemos referência, identificado com o n.º 14.

O novo proprietário pretendia adequar o edifício às novas condições de mercado do espaço edificado da baixa do Porto o que originou a necessidade de redimensionar a oferta dos espaços de habitação previstos inicialmente – T0 e T1 dúplex – pretendendo-se agora tipologias de dimensão mais reduzida, o que correspondeu a um aumento do número de T0 – que passa a ser de 16 – e reduzindo o número de T1 para apenas um, o qual desfrutará do logradouro existente tratado como espaço verde.

Estas condições programáticas e o aumento do estado de obsolescência do edifício, determinaram a opção pela proposta de demolição total do interior e de substituição da fachada posterior, mantendo-se integralmente a fachada principal voltada à Rua do Almada, no seu conjunto e nos elementos de detalhe que a caracterizam.

Esta nova estruturação sugeriu também, para uma mais racional adequação dos diferentes pisos do edifício, com cotas altimétricas determinadas pelas entradas do piso 0 e

varandas existentes, que a entrada desde a Rua do Almada fosse deslocada para o vão existente a uma cota mais alta. Esta opção, associada ao rebaixamento da cota do rés-do-chão na zona posterior do edifício, possibilitou a criação de um entre piso aproveitando a generosa dimensão do pé direito do espaço comercial.

A organização dos T0 apresenta algumas particularidades nomeadamente, a existência de um sistema de duas mesas que correm fixadas a uma ferragem, de forma independente, ao longo do móvel que ocupa toda a extensão de uma das paredes do fogo, o que permite que cumpram funções muito distintas, seja como apoio complementar à “kitchenette”, como espaço de trabalho isolado, ou como zona de comer, a qual pode corresponder à associação das duas mesas.

Também a cobertura em vidro do volume do quarto de banho que se solta do tecto corresponde a um elemento de diferenciação da oferta de mercado usual para esta tipologia.

OBSERVAÇÃO I

Os projetos que se seguem das três escolas – Aurélia de Sousa, Gonçalves Zarco e António Sérgio (36, 37 e 38) – foram desenvolvidos em simultâneo, num tempo muito curto. São escolas de datas muito próximas e do mesmo tipo. Pensar a sua intervenção colocou problemas muito semelhantes pelo que foram definidos princípios de intervenção que não divergiram na sua formulação, embora as opções programáticas ou as necessidades pudessem variar de caso para caso.

Embora a estratégia de intervenção fosse muito próxima a variação expressa-se ao nível das formas de articulação entre os diferentes volumes existentes e os novos volumes a construir, a maior parte das vezes em resultado da dimensão e configuração dos terrenos, sob o ponto de vista morfológico e topográfico.

Explana-se assim para cada caso essas condições particulares.

36 | ESCOLA SECUNDÁRIA AURÉLIA DE SOUSA

PARQUE ESCOLAR EPE. PORTO

PROJETO 2007 | 2008 . OBRA 2008 | 2009 . TEXTO 2008 | 2013

MENÇÃO HONROSA – PRÉMIO MUNICIPAL JOÃO ALMADA 2010 – CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

Dos finais do séc. XIX até finais dos anos 40 do séc. XX, em Portugal, as poucas escolas técnicas que existiam só funcionavam em grandes centros populacionais. O Porto, apesar de

ser a segunda maior cidade, apenas usufruía de duas dessas escolas. Estava, então, bastante desprotegida face ao desenvolvimento industrial que se começava a sentir na pós-guerra.

Em 1948, surgiu o movimento reformador Escolar, que visava a qualificação da mão-de-obra, a partir de formação específica dada pela Escola ao operariado.

Assim, o Governo publicou, em Diário do Governo, o Decreto-lei n.º 3728/48, que dividiu a Escola Faria Guimarães em três escolas diferenciadas pelas áreas de estudo a que se propunham:

A Escola Soares dos Reis seria vocacionada para o ensino das Artes Visuais. Os seus alunos seriam orientados, fundamentalmente, para prosseguimento de estudos nas Belas-Artes.

A Escola Industrial Aurélia de Sousa seria uma escola técnica, de formação feminina e as alunas que concluíssem o Ciclo poderiam ingressar no Instituto Industrial ou na Escola Normal.

E a Escola Ramalho Ortigão vocacionada para o ensino técnico de madeiras. Dava formação aos seus alunos nas áreas de carpintaria e marcenaria.

O primeiro espaço onde estes núcleos funcionaram foi nas instalações de uma fábrica de chapéus, situada na rua Firmeza. A Escola Soares dos Reis e Ramalho Ortigão coabitaram aí alguns anos.

A Escola Industrial Aurélia de Sousa, durante uma década, conheceu três moradas diferentes da Rua D. João IV.

Na década de 50 (1953-57), com os ministros Pires de Lima e Leite Pinto, o sistema educativo português teve como objectivo principal implementar o ensino técnico para permitir a formação profissional do operariado e também para melhorar as posições sociais desta classe. Assim, a Escola Técnica começou a ser muito procurada porque para além de ter um nível de ensino mais acessível, permitia também ascender socialmente.

A Escola Industrial Aurélia de Sousa, pela sua elevada procura, teve necessidade de criar o seu próprio espaço. Então, em 1958, esta fixou-se num novo edifício, sito na atual Rua Aurélia de Sousa, na freguesia do Bonfim, construído no âmbito da reforma do ensino técnico-profissional, industrial e comercial (Decreto-Lei n.º 36 356 de 19 de Junho de 1947) e de acordo com os anteprojetos tipo lançados pela Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário (JCTES) em 1947 e 1950 destinados, respectivamente, a escolas Técnicas Elementares (1.º grau: Ciclo Preparatório e de Pré-aprendizagem) e a Escolas Profissionais (2.º grau: Cursos de aprendizagem, de Formação e de Aperfeiçoamento Profissional).

O Projeto da escola data de 1956 e é da responsabilidade do arquiteto António José Pedroso.

A escola abriu as portas em Outubro de 1958 com mais de mil alunas. Era composta por 3 corpos rodeados por um espaço comum de desporto e lazer:

- principal, destinado aos serviços administrativos, sociais e aulas teóricas;

- ginásio, destinado às atividades complementares, Ginástica, Canto Coral..., e serviços de apoio, cantina, bufete,...

- das oficinas, destinado às aulas práticas e específicas dos cursos técnicos.

Uma década mais tarde, ou seja, no ano lectivo de 1968/69, com a reforma do Ministro Veiga Simão, (Unificação do Ciclo), a Escola passou a ter mais uns pavilhões, no exterior, nomeadamente um de Educação Física, para receber e servir as alunas que vinham frequentar o Ciclo Preparatório.

A escola que foi dimensionada para mil alunas, nesta altura duplicou a sua capacidade, pois funcionava como escola Técnica e como Ciclo Preparatório

Após o 25 de Abril, mais precisamente em 1975/76, com o curso Secundário Unificado (7.º, 8.º e 9.º anos), a escola abriu as portas ao masculino. Perante tal situação, foi obrigatório proceder-se a fortes adaptações dos espaços, nomeadamente no que diz respeito aos balneários e instalações sanitárias.

A escola começou a ter problemas de funcionamento graves, dado que tinha cerca de três mil alunos e dois Conselhos Diretivos (o da Técnica e o do Ciclo) a coabitar e gerir o mesmo espaço.

A implementação das opções do 9.º ano, nos finais da década de 70, impôs a necessidade de instalações específicas, o que provocou a saída do Ciclo Preparatório dando origem à Escola Preparatória de Paranhos.

No ano lectivo de 1980/81 a escola passou a funcionar de dia com o Curso Secundário Unificado e com o Curso Complementar (10.º e 11.º anos) e à noite com o 1.º curso do 12.º ano e o Curso de Desenhador Têxtil.

A partir de 1985/86, com a reformulação dos cursos técnicos e profissionais, a escola deixou de ter ensino técnico e ensino noturno. Ofereceu cursos ligados às artes visuais e manuais adaptando as instalações às exigências dos cursos tecnológicos e/ou profissionais, nomeadamente o de Técnico de Moda, o de Design de Comunicação, o de Artes e Ofícios, ... Funcionou também, ao longo de vários anos, com o clube de têxtil/tapeçaria e fotografia.

Atualmente é uma escola com ensino Básico e ensino Secundário, com cerca de 1200 alunos, que oferece todos os cursos Científico-Humanísticos, sendo dominante, por força da procura, o curso de Ciências e Tecnologias. Numa tentativa de manter viva a área que a viu nascer, a das artes visuais e manuais, para além do Curso de Artes no ensino secundário, oferece também, no ensino básico, a disciplina de Expressão Plástica e o clube de Fotografia. Em protocolo com as Associações de Professores de Educação Visual têm sido dados cursos de formação para professores, de Serigrafia e Gravura e Desenho.

As instalações atuais da escola ocupam um terreno com 11.960 m² com frente para a Rua Aurélia de Sousa, no Porto.

O terreno conforma-se como um rectângulo irregular em que o lado menor corresponde à frente do terreno, voltada para a Rua Aurélia de Sousa e o eixo longitudinal tem orientação Norte/Sul.

A topografia existente resultou da constituição de uma plataforma onde se implantam os corpos em que a Escola se subdivide, verificando-se desníveis ligeiros de apenas um metro no interior do terreno.

A Escola Secundária Aurélia de Sousa encontra-se organizada em 3 corpos independentes, articulados por uma galeria exterior coberta que serve de recreio abrigado complementar dos espaços exteriores que as construções conformam.

O corpo principal que alberga espaços pedagógicos, administrativos e complementares, implanta-se à margem da rua ocupando quase toda a extensão da frente de terreno, funcionando como uma forte barreira visual.

Paralelamente a este dispõe-se um segundo corpo edificado, composto maioritariamente por salas de aulas.

Tipologicamente, estes dois edifícios correspondem à família de edifícios que se organizam a partir de uma circulação central que estabelece as articulações funcionais entre os diferentes espaços, rematada nos topos por caixas de escadas que estabelecem as articulações verticais.

Neste modelo concreto apenas a marcação da escada e a referência das caixas de escadas assumem uma expressão vincadamente vertical na linguagem arquitectónica do edifício. Esta contrapõe-se à repetição uniforme da organização modular da fachada, que também organiza o interior do edifício.

No interior do terreno e com acesso a partir de uma galeria exterior coberta, implanta-se um terceiro corpo que alberga o refeitório, o ginásio e os espaços complementares.

O desenvolvimento de projeto tomou por base as intenções programáticas para a modernização das escolas do ensino secundário definidas pela Parque Escolar, nomeadamente no que respeita: à qualidade dos espaços com capacidade para influenciar atitudes e comportamentos dos alunos, docentes e funcionários; à utilização da escola a tempo inteiro; e à sua abertura à comunidade exterior.

Atendeu também às definições programáticas estabelecidas igualmente pela Parque Escolar, onde se expressavam as necessidades específicas desta escola a nível funcional e o dimensionamento dos compartimentos que lhe correspondiam.

Tomando por base estes documentos, desenvolveu-se um processo de trabalho conjunto entre a equipa de projeto, o dono de obra e o Conselho Executivo da Escola Secundária Aurélia de Sousa. Em certos momentos este processo estendeu-se a todo o grupo de docentes, no sentido de adequar o programa da futura escola às condições objectivas que viabilizariam a sua concretização, nomeadamente, a situação existente no que

respeita às condicionantes do edificado a manter e a construir, e ao enquadramento orçamental estabelecido.

Estruturou-se assim a proposta com base nas intenções que a seguir se expressam.

A dimensão do programa a albergar impunha a construção de novos edifícios. Dada a reduzida dimensão dos espaços exteriores sobrantes, optou-se por construir dois novos corpos no prolongamento dos dois edifícios paralelos existentes, articulando-se todo o conjunto edificado através de uma galeria interior.

É garantida a continuidade de percursos horizontais, sendo que as galerias exteriores existentes são encerradas na sua totalidade. No que concerne às circulações internas verticais, é criado um núcleo de elevadores, localizados estrategicamente no corpo principal voltado para a rua, de modo a permitir o acesso através de meios mecânicos a todos os pisos da escola.

No topo Norte do terreno, será ainda edificado um Campo de Jogos coberto, de carácter polifuncional e com possibilidade de utilização independente.

A imagem do conjunto que resultará da solução pretende-se que expresse a ideia de uma articulação equilibrada de diferentes volumes construídos em tempos e com objectivos distintos, que se pretendem claramente identificados, coexistindo pacífica e harmoniosamente o novo e o antigo..

O terreno não ocupado pela implantação do edifício, pela rede de circulação automóvel e pelos campos de jogos, é tratado como uma área verde de enquadramento dos diferentes corpos e/ou envolvente próxima e por espaços destinados ao lazer e recreio dos utentes.

Na construção do edifício utilizaram-se técnicas e materiais tradicionais, por forma a não introduzir uma excessiva complexidade num processo de construção que se pretendia rápido e eficaz.

As paredes exteriores dos novos volumes foram executadas em alvenaria simples de tijolo com reboco térmico aplicado pelo exterior, como forma de garantir uma solução de acabamento simples, económica e com boa performance do ponto de vista térmico. No contacto com o solo este acabamento é reforçado e muda de cor por forma a constituir-se um soco com boa resistência mecânica.

Nos edifícios existentes a recuperar faz-se o isolamento térmico pelo interior por forma a salvaguardar a expressão das cantarias em granito que são parte da linguagem arquitectónica do conjunto edificado.

As coberturas existentes foram revistas e reparadas, sendo as novas realizadas em laje plana com um sistema de cobertura invertida para resolver a impermeabilização.

Os caixilhos exteriores são executados em perfis de alumínio lacado e vidro duplo.

O nível de intervenção nos edifícios existentes a manter decorre da avaliação das avarias constantes do Relatório de Inspeção e Diagnóstico Estrutural desenvolvido pelo Instituto da Construção da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

No interior utilizam-se materiais adequados aos diferentes tipos de utilização, tentando-se no entanto, conseguir a maior uniformização possível de cores e texturas. As paredes são revestidas até a uma altura mínima de 1,60 m por um material com boa resistência mecânica.

37 | ESCOLA SECUNDÁRIA GONÇALVES ZARCO

PARQUE ESCOLAR EPE. MATOSINHOS

PROJETO 2007 | 2008 . OBRA 2008 | 2009 . TEXTO 2008 | 2013

O desenvolvimento de projeto tomou por base as intenções programáticas para a modernização das escolas do ensino secundário definidas pela Parque Escolar, nomeadamente no que respeita: à qualidade dos espaços com capacidade para influenciar atitudes e comportamentos dos alunos, docentes e funcionários; à utilização da escola a tempo inteiro; e à sua abertura à comunidade exterior.

Atendeu também às definições programáticas estabelecidas igualmente pela Parque Escolar, onde se expressavam as necessidade específicas desta escola a nível funcional e o dimensionamento dos compartimentos que lhe correspondiam.

Tomando por base estes documentos, desenvolveu-se um processo de trabalho conjunto entre a equipa de projeto, o dono de obra e o Conselho Executivo da Escola Secundária Aurélia de Sousa. Em certos momentos este processo estendeu-se a todo o grupo de docentes, no sentido de adequar o programa da futura escola às condições objectivas que viabilizariam a sua concretização, nomeadamente, a situação existente no que respeita às condicionantes do edificado a manter e a construir, e ao enquadramento orçamental estabelecido.

As instalações atuais da Escola Secundária João Gonçalves Zarco ocupam um terreno com 23.800 m², limitado pela Avenida Villagarcia Arosa e Rua de D. Nuno Álvares Pereira, em Matosinhos.

Originalmente a escola encontrava-se organizada em três corpos independentes – o corpo das Aulas, Ginásio e Refeitório, ao qual se associavam dois volumes com a biblioteca e o bar, e outros dois corpos que albergavam as Oficinas, articulados por galerias exteriores cobertas que serviam de recreio abrigado complementar dos espaços exteriores que as construções conformavam.

A extensão do programa a albergar impunha a construção de novos edifícios. Dada a dimensão do espaço exterior na parte posterior do Edifício Existente Principal, das aulas, optou-se por localizar nessa zona um novo conjunto edificado, articulado por um novo volume de distribuição a partir do átrio da caixa de escadas central do Edifício existente. Este corpo alberga o Restaurante e os espaços complementares de convívio e de serviço.

O outro novo corpo que se constrói alberga os Laboratórios e articula-se com o Edifício das Oficinas existentes a sul, através de galerias interiores que relacionam e interligam todos os corpos existentes e propostos.

Junto ao Corpo do Ginásio existente, frente ao novo volume do restaurante, será ainda edificado um Campo de Jogos coberto, de carácter polifuncional e com possibilidade de utilização independente.

A imagem do conjunto que resulta da solução pretende-se que expresse a ideia de uma articulação equilibrada de diferentes volumes construídos em tempos e com objectivos distintos, que se pretendem claramente identificados, coexistindo pacifica e harmoniosamente o novo e o antigo.

38 | ESCOLA SECUNDÁRIA ANTÓNIO SÉRGIO PARQUE ESCOLAR EPE. VILA NOVA DE GAIA PROJETO 2007 | 2008 . OBRA 2008 | 2009 . TEXTO 2008 | 2013

O desenvolvimento de projeto tomou por base as intenções programáticas para a modernização das escolas do ensino secundário definidas pela Parque Escolar, nomeadamente no que respeita: à qualidade dos espaços com capacidade para influenciar atitudes e comportamentos dos alunos, docentes e funcionários; à utilização da escola a tempo inteiro; e à sua abertura à comunidade exterior.

Atendeu também às definições programáticas estabelecidas igualmente pela Parque Escolar, onde se expressavam as necessidade específicas desta escola a nível funcional e o dimensionamento dos compartimentos que lhe correspondiam.

Tomando por base estes documentos, desenvolveu-se um processo de trabalho conjunto entre a equipa de projeto, o dono de obra e o Conselho Executivo da Escola Secundária Aurélia de Sousa. Em certos momentos este processo estendeu-se a todo o grupo de docentes, no sentido de adequar o programa da futura escola às condições objectivas que viabilizariam a sua concretização, nomeadamente, a situação existente no que

respeita às condicionantes do edificado a manter e a construir, e ao enquadramento orçamental estabelecido.

As instalações atuais da Escola Secundária António Sérgio ocupam um terreno com 16.364 m², limitado pela Avenida Nuno Álvares, Largo Soares dos Reis e Avenida Infante Dom Henrique, em Vila Nova de Gaia.

Originalmente a escola encontrava-se organizada em três corpos independentes – Aulas, Ginásio/Refeitório e Oficinas, articulados por galerias interiores e exteriores cobertas.

A extensão do programa a albergar impunha a construção de novos edifícios. Dada a dimensão do espaço exterior na parte posterior do Edifício Existente Principal, optou-se por localizar nessa zona um novo conjunto edificado, articulado por uma nova galeria de distribuição a partir do átrio. Este corpo alberga o Auditório, a Biblioteca, as Salas TIC, e o Restaurante.

O outro novo corpo que se constrói alberga os Laboratórios e articula-se com o Edifício das Oficinas, respondendo em conjunto à parte do programa relativa aos espaços Oficiais.

No topo Poente do terreno, será ainda edificado um Campo de Jogos coberto, de carácter polifuncional e com possibilidade de utilização independente.

A imagem do conjunto que resulta da solução pretende-se que expresse a ideia de uma articulação equilibrada de diferentes volumes construídos em tempos e com objectivos distintos, que se pretendem claramente identificados, coexistindo pacífica e harmoniosamente o novo e o antigo.

39 | GAIA NOVA

TEIXEIRA & DUARTE IMOBILIÁRIA. VILA NOVA DE GAIA

PROJETO 2007 . TEXTO 2007

I.º LUGAR EM CONCURSO LIMITADO

Num concurso de ideias de arquitetura expressam-se ideias, discutem-se ideias.

As ideias em arquitetura desenham-se.

Os desenhos têm que ser suficientemente expressivos para contarem a ideia, transmitirem o essencial da concepção que o desenvolvimento do projeto procurará concretizar.

O desenvolvimento do projeto englobará as sínteses possíveis resultantes de um processo complexo com inúmeros protagonistas: entidades licenciadoras; lei da gravidade; enquadramentos orçamentais; contributos técnicos e tecnológicos; apoios que fortalecem a ideia ou incompreensões/oposições que a constroem, etc., etc., etc.

Por tudo isto, é nosso entendimento que os desenhos e imagens que se apresentam, em conjunto com algumas frases que os sublinham, são elementos suficientes para compreensão do fundamental das ideias arquitectónicas que defendemos para aquele local.

A solução base trata a ocupação dos quarteirões de forma independente, conforme era solicitado, cumprindo as determinações base do loteamento aprovado – cêrcea, alinhamentos e funções.

Edifício 1 – lotes 1 a 4 – 113 fogos e Edifício 2 – lotes 5 a 11 – 160 fogos.

São os seguintes os temas mais importantes que importa reter da ideia arquitectónica:

- O edifício adequa-se à pendente do terreno, organizando uma sucessão de plataformas exteriores parcialmente cobertas.
- Valoriza-se o acesso ao estacionamento, criando-se um novo espaço qualificado de relação destes movimentos com os átrios comuns.
- Os volumes perdem opacidade pela continuidade das varandas que se estendem entre fachadas, vazando os edifícios e tomando-os leves.
- As varandas, com dimensões generosas, são espaço útil da casa. Aumentam-lhe o standard, enquadram o campo visual e protegem-na do ambiente exterior.
- A fronteira interior/exterior é ténue, quase só vidro. O espaço prolonga-se, sem descontinuidades ou ressaltos. A escala da casa transforma-se.

A solução alternativa trata com uma ideia unitária a ocupação dos três quarteirões, apenas alterando a cêrcea máxima definida no loteamento aprovado, por forma a estabilizar a relação do conjunto com a topografia “empenada” existente e a abrir o campo visual do primeiro piso de habitação sobre os canais de circulação da envolvente próxima.

Edifícios 1, 2 e 3 – lotes 1 a 16 – 378 fogos: T1 Kitchenette 18; T1 27; T2 72; T2 54; T3 9; T3 63; T3 81; T5 36; T6 18.

São os seguintes os temas mais importantes que importa reter da ideia arquitectónica:

- Os edifícios assentam num embasamento verde definido por uma cortina de elementos naturais que filtra a relação interior/exterior do estacionamento, dispensando ventilações mecânicas.
- As praças, ao mesmo nível, comunicam entre si por pontes pedonais, atribuindo unidade e escala ao conjunto. Abrigam o espaço exterior, concentram as áreas de estar, lazer e comércio e articulam os átrios comuns.
- Os volumes soltam-se do embasamento e perdem opacidade pela continuidade das varandas que se estendem entre fachadas, vazando os edifícios e tomando-os leves.
- As varandas, com dimensões generosas, são espaço útil da casa. Aumentam-lhe o standard, enquadram o campo visual e protegem-na do ambiente exterior.

- A fronteira interior/exterior é ténue, quase só vidro. O espaço prolonga-se, sem descontinuidade ou ressaltos. A escala da casa transforma-se.

Os edifícios podem ser tratados exteriormente com diversas soluções de acabamento desde que garantam uma continuidade de superfície entre o topo das lajes e os tectos das varandas, com o mínimo de juntas visíveis. Colocadas as alternativas que cumpram esta intenção de projeto – que podem ir desde o betão aparente branco ao reboco estanhado pintado com uma tinta brilhante (acabamento tipo esmalte) passando por painéis de “grc” (betão com fibra de vidro) de grandes dimensões – a escolha será uma questão de adequação orçamental.

Para cumprir a intenção de uma relação de grande continuidade entre os espaços das casas e as varandas – o que pressupõe facear o perfil/soleira do caixilho de correr com a superfície dos pavimentos interior e exterior – também se poderão colocar alternativas de escolha: desde a continuidade de um soalho interior com um “deck” em madeira exterior, até à utilização de um cerâmico de dimensões generosas ou um pavimento autoalisante no interior de nível com lajetas prefabricadas no exterior com cor e textura de acabamento próximas das do acabamento interior. A única condicionante fixa, neste caso, é a de que a aplicação do pavimento exterior deverá possibilitar a criação de uma recolha de águas não superficial, por forma a que se possam nivelar os pavimentos interior e exterior sem prejudicar a drenagem do caixilho.

Com estes exemplos quisemos expressar a nossa abertura para discutir as escolhas técnicas que melhor se adequem às intenções de projeto e aos enquadramentos orçamentais. Isto tanto no que respeita aos acabamentos exteriores como aos interiores, onde a paleta de materiais a utilizar é muito mais alargada.

Tem sido sempre esta a nossa prática nos projetos que temos desenvolvido, pois entendemos que a edificação é um processo complexo com muitos intervenientes e com variáveis que à partida não podem ser, total e garantidamente, identificadas e controladas. Para nós é pois claro que o mais importante é garantir que todos os que de algum modo interferem neste processo, consigam ter uma postura com a flexibilidade necessária para cumprir, e fazer cumprir, o essencial do que se acordou ser construído, por forma a garantir-se um resultado equilibrado – forma, imagem, função, qualidade da materialização, sucesso comercial e lucros.

40 | RESTAURANTE SHIS

PRAIA DO OURIGO. PORTO

PROJETO 2007 | 2008 . OBRA 2008 | 2009 . TEXTO 2011 | 2013

O Restaurante Shis ocupou instalações já existentes na praia do Ourigo, na foz do Douro, totalmente construídas em madeira.

A nossa intervenção abrange a remodelação exterior do edifício e das esplanadas existentes e um novo arranjo da entrada por forma a qualificar o acesso desde a cota mais alta do passeio marginal. O interior do edifício foi desenhado por Paulo Lobo.

A modulação dos elementos verticais de encerramento do edifício e de delimitação da esplanada era muito fechada, o que interferia fortemente na visualização da paisagem, por contraposição à infinita horizontal que delimita céu e mar. Bastou redesenhar o módulo – duplicando o afastamento dos prumos verticais e introduzindo uma travessa horizontal à altura das mesas – para que a relação com a paisagem se alterasse profundamente, diluindo-se a presença deste elemento de delimitação do espaço.

Em simultâneo com a consolidação da estrutura e substituição do pavimento, também a articulação entre os dois níveis da esplanada foi redesenhada delimitando melhor os dois espaços em que se organiza – um mais ligado ao restaurante e outro de apoio ao bar.

A intervenção mais significativa corresponde à redefinição da sucessão de plataformas e lanços de escada que organizam o percurso de acesso que articula a cota alta do passeio público, de onde se acede, com a cota baixa onde se implanta o edifício.

A entrada é assinalada por uma pérgula à cota alta, a que se sucede uma outra que cobre uma plataforma a uma cota intermédia e com orientação rodada a 90°. Esta sucessão é rematada à cota da esplanada por uma estrutura que suporta uma terceira pérgula – com orientação da mais alta, perpendicular à linha de praia – e coberta por um pano de vidro transparente e um toldo com funcionamento horizontal, que conforma um espaço de estar exterior mais encerrado.

Estas estruturas são mistas – em aço e madeira – por forma a reduzir a sua expressão e a espaçar o mais possível os elementos verticais e a permitir que o desenho das peças que as compõem seja o mais elegante possível.

A construção foi realizada com dois tipos de madeira: Ipê, proveniente do Brasil, nos pavimentos em tábua pregada com junta aberta, pela sua maior resistência ao desgaste mecânico e pela reduzida dimensão das peças que o desenho exigia; e Tali, proveniente de África, por possibilitar a execução de peças sem emendas de grande dimensão – há pérgulas com 7,12 metros – pela sua maior facilidade de trabalho, pelo seu menor peso e pela sua cor natural, com uma variação ao longo do processo de envelhecimento que se conhece.

As pérgulas foram realizadas em oficina e montadas em módulos transportáveis, dado que os afastadores em aço necessários para garantirem um afastamento constante e o desempenho das peças, permitiam a consolidação desses módulos. Os restantes revestimentos foram realizados em obra – como garantia de boa execução das ligações e remates a meia esquadria que a pormenorização determinava – com fixações ocultas para estruturas em barrotes também em Tali para ficar garantido que todos os elementos – estrutura de fixação e revestimento – trabalhassem em conjunto.

A Tali, por ser uma madeira menos dura, possibilita um tratamento de proteção e um tratamento periódico para um bom acabamento das superfícies, com produtos de impregnação de fácil aplicação, o que se torna indispensável em localizações como esta, junto ao mar.

Pelas razões anteriormente expressas não foi possível a incorporação de madeiras de produção nacional. No entanto todas as madeiras utilizadas foram importadas em toro, serradas na serração MT Madeiras e trabalhadas pela carpintaria FAN – ambas empresas portuguesas – sendo a obra realizada exclusivamente por mão-de-obra portuguesa.

Em síntese pode-se dizer:

No exterior do Restaurante SHIS, na Foz do Porto, desde a entrada que se faz o elogio da madeira, Por ser o material natural que melhor resiste à agressividade do mar próximo e por ser de uso muito flexível. Com a mesma métrica e dimensão de peça, constrói-se leve – o que permite proteger do sol sem o tapar – ou de um modo mais tectónico, com robustez. Para todas estas linguagens a madeira mantém uma expressividade inesgotável. E, de um modo geral, pode-se continuar a construir hoje como sempre se construiu. É só estudar as soluções simples de quem o sabia fazer.

Por tudo isto não há outro material natural que a iguale.

41 | ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DO PORTO E HOTEL DE APLICAÇÃO PARQUE ESCOLAR EPE E TURISMO DE PORTUGAL. PORTO PROJETO 2008 | 2009 . OBRA 2009 | 2010 . TEXTO 2008 | 2012 | 2013

Adaptar o edifício, que até aí albergara uma escola com grandes tradições na Região Norte – a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis – a uma escola de hotelaria, com enormes exigências técnicas no que respeita às redes de infraestruturas, nomeadamente ao nível das cozinhas e do hotel de aplicação, foi um desafio projetual complexo, mas simultaneamente muito gratificante.

O resultado final expressa a atitude respeitosa da nova intervenção para com os edifícios existentes – de tempos distintos mas com uma interessante arquitetura – tendo-se construído novo e demolido, o mínimo possível, em resposta ao extenso programa.

Também aqui se valorizou, tanto quanto possível, o espaço exterior de apoio ao quotidiano da escola, que foi articulado de modo diferente na sua relação altimétrica, conferindo-lhe assim uma nova escala.

As atuais instalações da Escola de Hotelaria e Turismo do Porto ocupam um edifício constituído por um conjunto de corpos cuja atual configuração decorre de um longo processo de evolução, iniciado em 1928. Nesta data, a então Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis passou a ocupar o primeiro desses corpos, anteriores instalações da “Real e Imperial Chapelaria a Vapor de Costa Braga & Filhos” situadas na Rua Firmeza 49, então adquiridas pelo Estado por oitocentos contos, conforme consta dos documentos que fazem parte da monografia “A de Artes Decorativas Soares dos Reis e o Ensino Técnico, Profissional e Artístico em Portugal” da autoria de J. Paulo Serralheiro, M. Natália Lobo, Jorge Mário Peixoto e Olímpia Rebelo, editado pelo Grupo de História da escola no âmbito das comemorações do 1.º centenário da instituição.

Ao longo do tempo foram sendo construídos outros corpos – educação física e oficinas – sendo que em 1950 foi projetada a construção de um último corpo com frente para a Rua D. João IV – conforme documento constante da monografia referida – que completa o volume de construção total que perdurou até aos nossos dias.

O edifício encontra-se organizado em corpos autónomos, articulados por circulações interiores e galerias exteriores cobertas, que também servem de recreio abrigado, complementar do espaço exterior central que as construções conformam.

O denominado “Corpo das Aulas” implanta-se perpendicularmente à Rua Firmeza, conformando a entrada principal da escola e alberga o bar/cafetaria, todos os espaços de gestão, administrativos e complementares. É também neste corpo, conjuntamente com o de construção mais recente que faz frente para a Rua D. João IV, que se concentram a totalidade das salas de aula.

Tipologicamente, estes corpos correspondem à família de edifícios que se organizam a partir de uma circulação central que estabelece as articulações funcionais entre os diferentes espaços, rematada nos topos por caixas de escadas que resolvem as articulações verticais.

Neste modelo concreto a linguagem arquitectónica do edifício é marcada por uma repetição uniforme da organização modular da fachada, que também estrutura o interior do edifício.

Na extrema Sul do terreno, com ligação através das circulações interiores e desde o parque de estacionamento exterior localiza-se o “Corpo das Oficinas” que alberga todos os

espaços oficiais e algumas salas de aula, o qual foi sofrendo acrescentos ao longo do tempo, com carácter mais ou menos precário.

Na frente da Rua da Firmeza, por onde se processa a entrada na escola, localiza-se o denominado “Corpo de Educação Física” que alberga para além do ginásio e refeitório, todos os e espaços complementares, incluindo cozinha, vestiários e balneários.

Este edifício, com uma linguagem arquitectónica muito datada, é um bom exemplo do tipo de edifícios que o Estado Novo construía à época para equipar os equipamentos colectivos. No caso vertente, com a particularidade de resolver um cunhal de articulação entre duas ruas com importância urbana, circunstância que foi marcada de forma particular pela inserção na fachada do baixo-relevo de Sousa Caldas associado à frase de Fernando Pessoa: “Deus quer, o homem sonha, a obra nasce”.

O corpo de construção mais recente, com frente para a Rua D. João IV, conformou de forma definitiva o espaço central exterior e resolveu a articulação interna entre os corpos de Educação Física e das Oficinas que, como foi dito, se implantam a cotas muito diferenciadas.

A Escola de Hotelaria e Turismo do Porto (EHTP) vai ocupar as instalações que estavam em uso pela Escola Secundária Artística Soares dos Reis.

Estas instalações ocupam um terreno limitado pelas Ruas D. João IV e Firmeza. O acesso principal dos utentes ao edifício processa-se por esta rua, sendo o acesso automóvel e de cargas e descargas realizado pela Rua D. João IV. O terreno possui ainda um contacto com a Rua de Rodolfo de Araújo por um portão de acesso automóvel que não é usado por dificuldades de manobra que limitam a acessibilidade.

O terreno conforma-se como um rectângulo quase regular com dois lados correspondentes às frentes principais do terreno, voltados às Ruas D. João IV e Firmeza, respectivamente com as orientações Poente e Norte.

A topografia existente resultou da constituição de várias plataformas onde se implantam os corpos em que o edifício se subdivide, apresentando uma variação de cotas de 2,57 metros, entre a cota de entrada no Edifício Principal e o ponto mais baixo do terreno, no parque de estacionamento

O desenvolvimento de projeto tomou por base as intenções programáticas para a modernização das escolas definidas pela Parque Escolar, nomeadamente no que respeita: à qualidade dos espaços com capacidade para influenciar atitudes e comportamentos dos alunos, docentes e funcionários; à utilização da escola a tempo inteiro; e à sua abertura à comunidade exterior.

Atendeu também às definições programáticas estabelecidas pelo Turismo de Portugal, consubstanciadas num documento anexo, onde se expressavam as necessidades específicas para esta escola, ao nível da articulação funcional e do dimensionamento dos compartimentos que lhe correspondiam.

Tomando por base estes documentos, desenvolveu-se um processo de trabalho conjunto entre a equipa de projeto, a Parque Escolar e o Turismo de Portugal com o intuito de adequar o programa da futura escola às condições objectivas que viabilizariam a sua concretização, nomeadamente, a situação existente no que respeita às condicionantes do edificado a manter e a construir, e ao enquadramento orçamental estabelecido.

Estruturou-se assim a proposta com base nas intenções que a seguir se expressam.

O programa estabelecido para a escola comporta duas unidades com sentidos de uso diferenciados – a Escola de Hotelaria e Turismo e o Hotel Escola com restaurante de aplicação.

Dada a interligação necessária entre estas duas componentes programáticas mas também a sua independência funcional no que respeita aos fluxos dos utentes, propõe-se a criação de duas entradas diferenciadas.

O Hotel de aplicação, ocupando o “Corpo de Aulas”, com entrada através do atual átrio da Escola Artística Soares dos Reis e a EHTP, ocupando todos os outros corpos, com acesso desde a entrada do “Corpo de Educação Física”.

Esta estratégia de distribuição do programa possibilitou pensar a valorização do espaço exterior central, como área de recreio e lazer e de extensão de algumas funções da envolvente construída. Com esse intuito propõe-se a demolição do pequeno volume adossado à fachada do “Corpo das Oficinas”, de fraca qualidade construtiva e arquitectónica e que alberga instalações sanitárias muito degradadas, repondo assim a leitura de conjunto da fachada deste corpo.

Tornou-se ainda necessário construir um novo volume com um piso e cave, adossado ao corpo de construção mais recente, destinado ao self-service/cafetaria da escola e respectiva cozinha e à sala para educação física, no piso em cave aberto para o pátio. Possibilita-se assim uma articulação direta entre este espaço de uso colectivo e a área exterior da escola, admitindo-se a possibilidade de se vir a constituir uma esplanada.

Todo o espaço da escola se encontra interligado através da continuidade das circulações interiores, existentes ou novas, conseguindo-se com a introdução de dois elevadores resolver a adequação das três cotas diferentes a que os distintos corpos se implantam, garantindo assim uma acessibilidade universal a todos os compartimentos da escola.

Esta estratégia de distribuição do programa possibilita também um controlo de acessos adequado a uma utilização livre ou condicionada a apenas determinados espaços, sendo possível, por exemplo, fora do período normal de funcionamento, abrir alguns espaços ao público em geral – self-service/cafetaria, ginásio/auditório, etc.

O terreno não ocupado pela implantação do edifício, pela zona de estacionamento automóvel e de cargas e descargas, foi tratado como uma área exterior pavimentada destinada ao lazer e recreio dos utentes, pontuada por elementos arbóreos e arbustivos que constituem elementos verdes de enquadramento dos diferentes corpos.

O programa organiza-se nos diferentes corpos que atrás referenciamos. Por uma questão de facilidade de exposição far-se-á uma descrição corpo a corpo, que segue a denominação constante do levantamento topográfico.

É no corpo das aulas que será instalado o Hotel de aplicação aberto ao público, funcionando como espaço de aprendizagem prática dos alunos da escola, simulando-se aqui, com grande proximidade, as condições objectivas de exercício da profissão que os alunos irão encontrar na vida profissional real.

A entrada no Hotel processa-se, como se disse, pela atual entrada da escola, sendo a partir do átrio que se realiza a distribuição dos movimentos dos utentes: de ambos os lados do espaço exterior que antecede o átrio, o bar e o restaurante de aplicação; e, em frente, o hall com o elevador e escadas de acesso aos pisos superiores, onde se instala a recepção com o “back-office” e as instalações sanitárias gerais destinadas aos utentes.

O espaço exterior, conformado pelos volumes do bar e restaurante, poderá ser parcialmente encerrado por um elemento leve de sombreamento amovível, potenciando a instalação de uma esplanada complementar do espaço interior.

O restante piso 0 é totalmente ocupado pelas áreas de serviço necessárias ao funcionamento com autonomia a este nível do Hotel de aplicação, comportando o programa que os desenhos esclarecem: cozinha de produção, rouparia, etc.

É a partir do piso inferior que se processa a relação física interna com a escola, dada a diferença de cotas dos pavimentos existentes. É por esta ligação que se processam os abastecimentos ou a saída de lixos, desde e para a zona de cargas e descargas do parque de estacionamento.

No piso I instalam-se os espaços comuns do hotel que comportam uma sala de estar e uma sala de reuniões, com a possibilidade de ser subdividida em três, espaços que se podem estender para as grandes varandas que as coberturas dos volumes do restaurante e bar constituem. Neste piso organizam-se ainda seis quartos e as respectivas áreas de serviço, com circulações verticais próprias, independentes das circulações dos utentes.

O piso 2 é destinado em exclusivo à instalação dos restantes quartos, em número de dez, sendo um uma suite.

Os quartos previstos, num total de dezasseis, correspondem a dimensões e formas de organização muito diferenciadas, de modo a poder-se simular diferentes tipos organizativos e standards.

A EHTP ocupará todos os restantes corpos do edifício, constituindo-se uma nova entrada, com grande dignidade, ao atribuir-se um novo sentido de uso ao atual acesso ao “Corpo da Educação Física”. Este acesso tem um tratamento arquitectónico que o marca como uma entrada importante no edifício, sendo possível, pela sua escala, a sua consideração como a entrada principal da Escola, em associação com espaço livre exterior que a antecede.

Neste corpo instalam-se os espaços comuns, administrativos e de gestão da Escola com a articulação que os desenhos documentam: secretaria, centro de novas oportunidades, sala de professores, órgãos de gestão e auditório, no piso I, organizado em anfiteatro e com a capacidade de 237 lugares, mais dois para deficientes motores.

Para garantir a continuidade de circulação interior entre todos os espaços da Escola, criou-se uma galeria entre este corpo e o que lhe é contíguo a Sul, onde se articulam as circulações verticais de adequação das diferentes cotas de piso.

Na sequência direta do acesso à Escola os alunos acedem à zona dos cacifos individuais, associada aos vestiários e balneários, dado que todos obrigatoriamente usam farda nos tempos lectivos. Nos dois pisos superiores deste corpo localizam-se as salas de aula, num total de onze em toda a Escola.

É também a partir da zona dos cacifos individuais que se acede ao novo volume a construir, a que anteriormente nos referimos, onde se instala o self-service/cafetaria e o restaurante de aplicação – que funciona para sala de aulas de mesa – espaços que se abrem para o espaço exterior. A cobertura deste volume será tratada como uma área verde ajardinada, por forma a poder ser tratada como um alçado, dada a sua presença no campo visual desde pontos de vista mais altos, como sejam as aberturas dos corpos envolventes e a nova galeria de entrada.

O “Corpo das Oficinas” é ocupado na totalidade pelas áreas pedagógicas ligadas ao armazenamento dos produtos e à produção de refeições. Concentram-se no piso 0 os diferentes tipos de cozinhas com funções muito diferenciadas, o economato e as despensas gerais e de frio. Reserva-se o piso I para a instalação do anfiteatro onde se processam as aulas de cozinha; as salas de enologia e de bar; três salas de aula e duas de informática; a biblioteca e a mediateca; e a sala de professores.

Na remodelação do edifício utilizam-se técnicas e materiais tradicionais, por forma a não introduzir uma excessiva complexidade num processo de construção que se pretende rápido e eficaz.

As paredes exteriores dos novos volumes são executadas em betão à vista com superfícies acabadas com bujarda mecânica de pico grosso, sendo o isolamento térmico realizado pelo interior, o que nos edifícios existentes permite salvaguardar a expressão das cantarias em granito que são parte da linguagem arquitectónica do conjunto edificado.

As coberturas existentes foram revistas e reparadas, sendo as novas realizadas em laje plana com um sistema de cobertura invertida para resolver a impermeabilização.

Os caixilhos exteriores foram executados em perfis de alumínio lacado e vidro duplo.

O nível de intervenção nos edifícios existentes a manter decorre da avaliação das avarias que constavam de um Relatório de Inspeção e Diagnóstico Estrutural desenvolvido pelo Instituto da Construção da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

No interior utilizaram-se materiais adequados aos diferentes tipos de utilização, tentando-se no entanto, conseguir a maior uniformização possível de cores e texturas.

As paredes foram revestidas até a uma altura superior a 1,60 m por azulejo de 15 x 15 cm, material com boa resistência mecânica e muito económico.

OBSERVAÇÃO 2

Os projetos que se seguem das três escolas – Filipa de Vilhena, Clara de Resende e Emídio Garcia (42, 44 e 45) – foram desenvolvidos quase em simultâneo, num tempo muito curto. São escolas de datas muito próximas e do mesmo tipo. Pensar a sua intervenção colocou problemas muito semelhantes pelo que foram definidos princípios de intervenção que não divergiram na sua formulação, embora as opções programáticas ou as necessidades pudessem variar de caso para caso.

Embora a estratégia de intervenção fosse muito próxima a variação expressa-se ao nível das formas de articulação entre os diferentes volumes existentes e os novos volumes a construir, a maior parte das vezes em resultado da dimensão e configuração dos terrenos, sob o ponto de vista morfológico e topográfico.

Explana-se assim para cada caso essas condições particulares.

42 | ESCOLA SECUNDÁRIA FILIPA DE VILHENA

PARQUE ESCOLAR EPE. PORTO

PROJETO 2008 | 2009 . OBRA 2009 | 2010 . TEXTO 2008 | 2012 | 2013

O espaço exterior que suporta o edificado da Escola Secundária Filipa de Vilhena é de dimensão muito reduzida para a capacidade da escola e para as atividades de lazer e de educação física que aqui se desenvolvem.

Decorre daqui a opção de construir concentrado e em altura, ocupando na totalidade uma frente de terreno para assim libertar o máximo possível de espaço exterior usufruível.

Este espaço é ainda complementado por um campo de jogos coberto por uma estrutura em aço de expressão leve, para assim garantir uma continuidade visual que lhe confere uma maior escala.

Projetar uma nova volumetria mais significativa do que a do edifício existente, originou uma pesquisa no sentido de tentar diluir tanto quanto possível a sua expressão, optando-se por romper o alinhamento e as massas volumétricas da frente de rua e por desenhar uma

linguagem contemporânea voltada ao espaço exterior interno, onde prevalece a horizontalidade do edifício.

“A Escola Secundária Filipa de Vilhena tem a sua origem em 1898, com a publicação do decreto que organiza, no Instituto Industrial e Comercial do Porto o curso preparatório para o referido instituto”, pode ler-se na página oficial da escola.

“Em 1948, com a publicação do Decreto 37 029” a escola mista, Escola Comercial Mouzinho da Silveira, passou a ser apenas destinada ao sexo feminino e adoptou o nome de Escola Comercial Filipa de Vilhena.

O atual edifício foi inaugurado em 1958 e só em 1975 passou a ser frequentado por alunos de ambos os sexos.

Em 1979 a reforma do ensino deixou de estabelecer distinção entre ensino liceal e técnico e a escola passou a ser conhecida pela sua atual denominação – Escola Secundária Filipa de Vilhena.

O projeto da Escola Secundária Filipa de Vilhena integra-se no programa de modernização das Escolas do Ensino Secundário lançado pelo Ministério da Educação no âmbito da empresa Parque Escolar EPE.

O desenvolvimento do projeto tomou por base um programa funcional de necessidades espaciais definido pela Escola Secundária Filipa de Vilhena e pela Parque Escolar, enquadrado por um conceito mais alargado relativo ao sentido atribuído ao futuro da escola, tendo em conta a sua história e dinâmica pedagógica atual, o que ficou traduzido num documento que se anexou no Programa Preliminar.

As instalações atuais da Escola Secundária Filipa de Vilhena ocupam um terreno com 12.676m², limitado pela Rua do Covelo, Rua da Escola e Rua Dr. Adriano de Paiva, no Porto.

O terreno conforma-se como um retângulo em que o lado maior corresponde à frente do terreno, voltada para a Rua do Covelo e o eixo longitudinal tem orientação Nascente/Poente.

A Escola Secundária Filipa de Vilhena encontra-se organizada em 2 corpos independentes, articulados por uma galeria exterior, que serve de recreio abrigado complementar dos espaços exteriores que as construções conformam.

O Edifício Principal implanta-se à margem da rua, e alberga todos os espaços administrativos e complementares, e a totalidade das salas de aula.

Tipologicamente, este corpo corresponde à família de edifícios que se organizam a partir de uma circulação central que estabelece as articulações funcionais entre os diferentes espaços, rematada nos topos por caixas de escadas que estabelecem as articulações verticais.

A Poente implanta-se um segundo edifício, o corpo do Ginásio e do refeitório, ligado ao edifício principal através de um volume edificado e de uma galeria exterior.

O desenvolvimento de projeto tomou por base as intenções programáticas para a modernização das escolas do ensino secundário definidas pela Parque Escolar, nomeadamente no que respeita: à qualidade dos espaços com capacidade para influenciar atitudes e comportamentos dos alunos, docentes e funcionários; à utilização da escola a tempo inteiro; e à sua abertura à comunidade exterior.

Atendeu também às definições programáticas estabelecidas igualmente pela Parque Escolar, consubstanciadas num documento onde se expressavam as necessidades específicas desta escola a nível funcional e o dimensionamento dos compartimentos que lhe correspondiam.

Tomando por base estes documentos, desenvolveu-se um processo de trabalho conjunto entre a equipa de projeto, o dono de obra e o Conselho Executivo da Escola Secundária Filipa de Vilhena. Em certos momentos este processo estendeu-se a todo o grupo de docentes, no sentido de adequar o programa da futura escola às condições objetivas que viabilizariam a sua concretização, nomeadamente, a situação existente no que respeita às condicionantes do edificado a manter e a construir, e ao enquadramento orçamental estabelecido.

Estruturou-se assim a proposta com base nas intenções que a seguir se expressam.

A extensão do programa a albergar impunha a construção de novos edifícios. Dada a implantação dos edifícios existentes, optou-se por construir uma nova volumetria no topo Nascente do terreno, por forma a configurar um único espaço exterior de lazer e recreio.

O novo edifício é constituído por dois volumes autónomos, unidos por uma galeria de distribuição interior.

É garantida a continuidade de percursos horizontais, sendo que a galeria exterior existente, nomeadamente a de ligação entre o edifício Principal e o edifício do Ginásio, é demolida na totalidade e substituída por uma nova galeria encerrada. No que concerne às circulações internas verticais, foi criado um núcleo de elevador no corpo B, localizado estrategicamente de modo a permitir o acesso através de meios mecânicos a todos os pisos da escola.

Junto ao corpo do Ginásio, no topo Poente do terreno, foi ainda edificado um Campo de Jogos coberto, de carácter polifuncional e com possibilidade de utilização independente.

A imagem do conjunto que resulta da solução pretende-se que expresse a ideia de uma articulação equilibrada de diferentes volumes construídos em tempos e com objectivos distintos, que se pretendem claramente identificados, coexistindo pacífica e harmoniosamente o novo e o antigo.

O terreno não ocupado pela implantação do edifício, pela rede de circulação automóvel e pelos campos de jogos, foi tratado como uma área verde de enquadramento dos diferentes corpos e/ou envolvente próxima e por espaços destinados ao lazer e recreio dos utentes.

Na construção do edifício utilizar-se-ão técnicas e materiais tradicionais, por forma a não introduzir uma excessiva complexidade num processo de construção que se pretende rápido e eficaz.

As paredes exteriores dos novos volumes serão executadas em alvenaria simples de tijolo com reboco térmico aplicado pelo exterior, como forma de garantir uma solução de acabamento simples, económica e com boa performance do ponto de vista térmico. No contacto com o solo este acabamento é reforçado e muda de cor por forma a constituir-se um soco com boa resistência mecânica.

Nos edifícios existentes a recuperar também foi realizado o isolamento térmico pelo exterior, salvaguardando-se no entanto a expressão das cantarias em granito que são parte da linguagem arquitectónica do conjunto edificado.

As coberturas existentes foram revistas e reparadas, sendo as novas realizadas em laje plana com um sistema de cobertura invertida para resolver a impermeabilização.

Os caixilhos exteriores foram executados em perfis de alumínio lacado e vidro duplo.

No interior utilizaram-se materiais adequados aos diferentes tipos de utilização, tentando-se no entanto, conseguir a maior uniformização possível de cores e texturas.

As paredes foram revestidas até a uma altura de 1,60 m por azulejo, material com boa resistência mecânica e de baixo custo.

43 | ESCOLA SECUNDÁRIA ES/EB3

PARQUE ESCOLAR EPE. MAIA

PROJETO 2008 | 2009 . OBRA 2009 | 2010 . TEXTO 2008 | 2011 | 2013

O Projeto de Execução da Escola Secundária ES/EB3 da Maia integra-se no programa de modernização das Escolas do Ensino Secundário lançado pelo Ministério da Educação no âmbito da empresa Parque Escolar EPE. As instalações atuais da Escola ocupam um terreno com 43.340m², limitado a Norte pela Avenida Luís de Camões e Poente pela Rua José Rodrigues da Silva Júnior. Confronta a Nascente com a Escola Preparatória da Maia e a Sul com as traseiras das habitações familiares com acesso desde a Rua da Laje.

A EB3 da Maia insere-se na família tipológica das escolas pavilhonares construídas em todo o país a partir dos anos 70, organizando-se em 9 corpos independentes, articulados por percursos exteriores em galeria coberta.

No que diz respeito aos princípios de intervenção, o desenvolvimento do projeto tomou por base as definições programáticas estabelecidas pela Escola, que expressam articulações funcionais entre os diferentes espaços mais ajustadas ao quotidiano do funcionamento pedagógico pretendido e o dimensionamento dos compartimentos que lhe correspondiam.

O programa a albergar não impunha um aumento significativo da área construída existente. No entanto a diferente época de construção dos diversos edifícios e as suas características construtivas, determinaram uma análise valorativa da situação atual que aconselhou distintas ações a empreender em cada um deles à luz deste processo global de remodelação.

Optou-se assim por propor a substituição dos edifícios afectos ao Refeitório, Sala Polivalente e dois corpos de Salas de Aulas e Laboratórios, e parcialmente do edifício afecto aos espaços desportivos, seja porque a sua degradação construtiva assim o aconselhava, seja porque a forma, volumetria e organização interna, não possibilitava uma instalação qualificada dos novos programas e sistemas infraestruturais.

Para os restantes edifícios optou-se pela sua remodelação, dado apresentarem condições para albergarem todas as transformações que os adequam aos atuais standards construtivos, espaciais e regulamentares.

O terreno não ocupado pela implantação dos edifícios, pela rede de circulação automóvel e pelos campos de jogos, foi tratado como uma área verde de enquadramento dos diferentes corpos e/ou envolvente próxima e por espaços destinados ao lazer e recreio dos utentes.

44 | ESCOLA SECUNDÁRIA CLARA DE RESENDE PARQUE ESCOLAR EPE. PORTO

PROJETO 2009 | 2010 . OBRA 2010 | 2011 . TEXTO 2009 | 2012 | 2013

PRÉMIO MUNICIPAL JOÃO DE ALMADA 2012. CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

O edifício da Escola Secundária Clara de Resende, à data da intervenção, estava em processo de classificação pelo IGESPAR, encontrando-se agora já classificado como Imóvel de Interesse Público.

É um projeto dos arquitetos Alçada Baptista, Hilário Valente e Esteves Vasconcelos, “elaborado de acordo com o anteprojecto escolhido em concurso público, aberto pela Junta das

Construções para o Ensino Técnico e Secundário, em 18 de Abril de 1955” (da memória descritiva do projeto).

○ edifício foi inaugurado no ano lectivo 1959/60.

○ projeto de remodelação, obrigado a construir uma grande área de expansão que atendesse às novas necessidades da escola, procurou respeitar o existente, integralmente recuperado, sem deixar de expressar a modernidade da nova intervenção, que se quis adequada e ajustada a um novo equilíbrio, do existente com o novo.

Com base nos textos produzidos na página oficial da Escola e na Memória Descritiva do Projeto inicial sabemos que, a “Escola Técnica Elementar Clara de Resende foi criada em 1949, como escola anexa à Escola Comercial Filipa de Vilhena, numa época em que, por todo o país, se assiste à implementação de uma vasta rede de escolas técnicas, após a promulgação do Estatuto do Ensino Técnico Profissional Industrial e Comercial em Agosto de 1948.

○ Sistema Educativo português caracteriza-se então, e até 1969, pela existência de duas vias de ensino a partir do ensino primário: a liceal e a técnica. Assim, a Escola Clara de Resende aparece em 1949 com o objectivo de ministrar o ensino do Ciclo Preparatório do Ensino Técnico a uma população escolar exclusivamente feminina.

Funcionou de 1949 a 1953 na Rua das Taipas e de 1953 a 1959 na Rua Aires de Gouveia, adquirindo a sua autonomia no ano lectivo de 1959/60, ano em que ocupou as atuais instalações”.

○ projeto deste novo edifício é da autoria dos arquitetos Alçada Baptista, Hilário Valente e Esteves Vasconcelos e “foi elaborado de acordo com o anteprojecto escolhido em concurso público, aberto pela Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário, em 18 de Abril de 1955. Nele foram introduzidas as alterações necessárias para dar integral satisfação às observações expressas no parecer do Conselho Superior de Obras Públicas, homologado por sua Ex.^a o Ministro em 3 de Janeiro de 1956”. A fachada principal do corpo da entrada inclui um interessante painel de azulejos da autoria do escultor Fernando Fernandes.

“Ainda e sempre obedecendo a um projeto de difusão do Ensino Técnico é convertida em Escola Industrial em 1966, com o Curso de Formação Feminina, e em Escola Industrial e Comercial em 1969, com a criação do Curso Geral de Comércio.

Com as transformações verificadas na sociedade portuguesa após Abril de 1974, abrem-se novas perspectivas ao Sistema Educativo com a extinção das duas vias escolares, consideradas de desigual prestígio e discriminação social.

Com a atualização de currículos, programas, métodos e processos de trabalho e procurando dar uma formação e informação de base, permitindo mais sólidas opções escolares e profissionais e maior capacidade de adaptação ao trabalho, em 1975, começa a funcionar, na Escola, o 7.º Ano do Curso Unificado.

Considerando que a unificação do ensino tomara obsoleta a distinção entre Liceus e Escolas do Ensino Técnico, a nossa Escola, em 1978, passa a designar-se: Escola Secundária Clara de Resende.

Mais tarde, uma nova designação se impõe: a Escola Secundária com 3.º Ciclo Clara de Resende. E de novo, no ano lectivo 2004/05, passa a ser a sede do Agrupamento Vertical de Clara de Resende e muda a sua designação para Escola Secundária com 2.º e 3.º Ciclos Clara de Resende."

O edifício da Escola Secundária Clara de Resende, à data da intervenção, estava em processo de classificação pelo IGESPAR, encontrando-se agora já classificado como Imóvel de Interesse Público.

A Escola Secundária Clara de Resende é um conjunto escolar de tipologia de escola industrial e comercial do Ministério das Obras Públicas (MOP), inaugurado em 1959/1960, que se encontra implantado num terreno com de 14.397 m², com uma área de implantação de 2.619 m² e uma área bruta de 7.700 m², com frente para a Rua Primeiro de Janeiro, no Porto.

O terreno conforma-se como um rectângulo regular em que o lado menor corresponde à frente do terreno, voltada para a Rua Primeiro de Janeiro e o eixo longitudinal tem orientação Poente/Nascente.

A topografia existente resultou da constituição de uma plataforma, que se desenvolve a uma cota mais baixa do que o nível da rua, variando o talude entre 1,20 m e 3,00 m, onde se implantam os corpos em que a Escola se subdivide, configurando o grande espaço do recreio exterior; nesta plataforma verificam-se desníveis ligeiros de apenas 60 cm.

As maiores diferenças de cotas, vencidas em talude arborizado, fazem a frente de rua de Dr. Marques de Carvalho e da Rua António Pinto Machado.

A Escola Secundária Clara de Resende é constituída por três edifícios: corpos principal e das salas de aula, com 3 e 4 pisos; e pavilhão desportivo que inclui o refeitório e a cozinha. Estes corpos estão interligados entre si. No exterior existem campos de jogos e recreio.

O corpo principal – que alberga espaços pedagógicos, administrativos e complementares – implanta-se à margem da rua ocupando quase toda a extensão da frente de terreno, funcionando como uma forte barreira visual

Perpendicularmente a este dispõem-se dois corpos edificados: um de maior dimensões, composto maioritariamente por salas de aulas, e um outro, menor, que alberga o refeitório, o ginásio e os espaços complementares.

Tipologicamente, estes dois edifícios correspondem à família de edifícios que se organizam a partir de uma circulação central que estabelece as articulações funcionais entre os

diferentes espaços, rematada nos topos por caixas de escadas que estabelecem as articulações verticais.

Neste modelo concreto apenas a marcação da escada e a referência das caixas de escadas assumem uma expressão vincadamente vertical na linguagem arquitectónica do edifício. Esta contrapõe-se à repetição uniforme da organização modular da fachada, que também organiza o interior do edifício.

O desenvolvimento de projeto tomou por base as intenções programáticas para a modernização das escolas do ensino secundário definidas pela Parque Escolar, nomeadamente no que respeita: à qualidade dos espaços com capacidade para influenciar atitudes e comportamentos dos alunos, docentes e funcionários; à utilização da escola a tempo inteiro; e à sua abertura à comunidade exterior.

Atendeu também às definições programáticas estabelecidas igualmente pela Parque Escolar, onde se expressavam as necessidades específicas desta escola a nível funcional e o dimensionamento dos compartimentos que lhe correspondiam.

Tomando por base estes documentos, desenvolveu-se um processo de trabalho conjunto entre a equipa de projeto, o dono de obra e o Conselho Executivo da Escola Secundária Clara de Resende. Em certos momentos este processo estendeu-se a todo o grupo de docentes, no sentido de adequar o programa da futura escola às condições objectivas que viabilizariam a sua concretização, nomeadamente, a situação existente no que respeita às condicionantes do edificado a manter e a construir, e ao enquadramento orçamental estabelecido.

Estruturou-se assim a proposta com base nas intenções que a seguir se expressam.

A dimensão do programa a albergar impunha a construção de novos edifícios. Dada a reduzida dimensão dos espaços exteriores sobrantes, optou-se por construir dois novos corpos localizados no prolongamento dos corpos existentes a Norte e a Sul. Estes dois novos corpos assim como os existentes estão interligados por um volume suspenso que garante a continuidade de percursos horizontais, e que para além de configurar um espaço exterior contínuo de lazer e recreio permite a extensão do campo visual para além desta ligação transversal.

No que concerne às circulações internas verticais, é criado um elevador, localizado estrategicamente na articulação entre os corpos existentes – o principal e o corpo das salas de aula – por forma a permitir o acesso através de meios mecânicos a todos os pisos da escola que se relacionam a meio piso entre corpos.

Criou-se ainda um outro elevador localizado no topo Poente do novo corpo C, com maior capacidade e dimensão. Garante o acesso ao piso recuado e permite a carga e descarga de maiores volumes desde o piso -2 onde se encontram instalados os armazéns e zonas técnicas.

No topo Poente/Sul do terreno, foi ainda edificado um Campo de Jogos coberto, de carácter polifuncional e com possibilidade de utilização independente.

A imagem do conjunto que resulta da solução pretende-se que expresse a ideia de uma articulação equilibrada de diferentes volumes construídos em tempos e com objectivos distintos, que se pretendem claramente identificados, coexistindo pacífica e harmoniosamente o novo e o antigo, tendo como premissa de projeto a salvaguarda da identidade do edifício existente, de grande valor patrimonial, por ser uma obra de referência no panorama da arquitetura Moderna em Portugal.

O terreno não ocupado pela implantação do edifício, pela rede de circulação automóvel e pelos campos de jogos, foi tratado como uma área verde de enquadramento dos diferentes corpos e/ou envolvente próxima e por espaços destinados ao lazer e recreio dos utentes.

Na construção do edifício utilizaram-se técnicas e materiais tradicionais, por forma a não introduzir uma excessiva complexidade num processo de construção que se pretendia rápido e eficaz.

As paredes exteriores dos novos volumes foram executadas em alvenaria simples de tijolo com reboco térmico aplicado pelo exterior, como forma de garantir uma solução de acabamento simples, económica e com boa performance do ponto de vista térmico. No contacto com o solo este acabamento é reforçado e muda de cor por forma a constituir-se um soco com boa resistência mecânica.

Nos edifícios existentes a recuperar fez-se o isolamento térmico pelo interior por forma a salvaguardar a linguagem arquitectónica do conjunto edificado.

As coberturas existentes foram revistas e reparadas, sendo as novas realizadas em laje plana com um sistema de cobertura invertida para resolver a impermeabilização.

Os caixilhos exteriores no edifício novo serão em perfis de alumínio lacado e vidro duplo. No edifício existente os caixilhos de madeira serão substituídos por caixilho estandardizados em aço e vidro duplo.

No interior utilizaram-se materiais adequados aos diferentes tipos de utilização, tentando-se no entanto, conseguir a maior uniformização possível de cores e texturas.

As paredes serão revestidas até a uma altura mínima de 1,60 m por azulejo, material com boa resistência mecânica e baixo custo.

45 | ESCOLA SECUNDÁRIA EMÍDIO GARCIA

PARQUE ESCOLAR EPE. BRAGANÇA

PROJETO 2009 | 2010 . OBRA 2011 | 2012 . TEXTO 2009 | 2013

Um antigo Liceu, com uma linguagem arquitectónica que expressa em Bragança o centralismo do Estado Novo.

As condições topográficas do local e as condições climatéricas da região permitiram no entanto uma maior liberdade de concepção no projeto de raiz, datado de 1968, o que faz com que o edifício se distancie tipologicamente dos modelos tipificados espalhados pelo país.

A boa insolação a Sul e as baixas temperaturas a Norte determinam circulações que só servem uma ala de salas de aula. Esta circunstância obriga a estender significativamente os percursos de acesso e a aumentar a volumetria, pois passaram a ser necessários quatro pisos para albergar um programa que seria resolvido em dois, com a tipologia distributiva usual.

Mantem-se a estruturação com base em quatro volumes com programas distintos – serviços administrativos, espaços colectivos, aulas e polidesportivo – sendo recuperados os dois primeiros e construídos de novo os outros dois dada a impossibilidade de responderem às necessidades dos novos programa ou ao seu mau estado de conservação.

O conjunto edificado expressa os princípios da intervenção, sendo claramente legível a intervenção nova em articulação, que se pretendeu equilibrada, com os corpos do edifício pré-existente que se recuperaram.

46 | NORTE GOLF VALE PISÃO. CONCURSO LIMITADO

ÁGUA LONGA. SANTO TIRSO

PROJETO 2010 . TEXTO 2010 | 2013

A análise das duas áreas passíveis de ocupação levaram a valorizar a zona com maior dimensão, com melhor exposição solar e com uma mais interessante abertura do campo visual sobre diferentes enquadramentos do Golfe.

Para esta zona estudou-se uma tipologia de casa pátio aberto sobre a paisagem, desenvolvendo-se os T3 em apenas um piso. O piso 0 mantém a sua estruturação – ganhando apenas mais área na sala – nos T4 e T5. A variação tipológica consegue-se com a introdução de mais um piso.

A ocupação do terreno realiza-se em quatro linhas edificadas, implantadas a diferentes cotas para que as linhas mais recuadas ganhem abertura do campo visual sobre a envolvente por cima das primeiras linhas, mais baixas. Esta estratégia é reforçada pela opção de localizar o menor número possível de habitações nesta zona, por forma a aumentar as áreas intersticiais e de enquadramento verde conferindo-lhe uma qualidade urbana e ambiental de nível superior.

Na primeira linha da frente do Golfe concentram-se o maior número possível de habitações e as tipologias de maior dimensão.

Para a outra zona mais a Norte estudaram-se duas tipologias T3 com uma estruturação muito semelhante onde apenas varia a organização da zona diurna da casa, em resultado da localização da entrada.

Esta opção por uma organização vertical permite conseguir uma relação franca das salas com o terreno exterior associado a cada lote, possibilitando também, nesta ocupação mais densa, garantir um standard de ocupação muito qualificado.

A diferença de um piso entre as entradas possibilita uma adequação de cotas mais favorável entre os arruamentos de acesso e o arruamento distribuidor existente, reduzindo também a movimentação de terras necessária para garantir as cotas de implantação dos edifícios, dado que os jardins dos lotes se implantam numa cota superior, como se pode visualizar no perfil de conjunto apresentado.

As habitações em pátio organizam-se por forma a conseguir-se, em simultâneo, uma franca abertura de quase todos os compartimentos sobre a envolvente natural, mas também – pelo recuo dos planos envidraçados da fachada – uma maior privacidade dos espaços interiores desde pontos de vista mais distantes.

Com estes recuos criam-se sombreamentos passivos do interior e espaços exteriores de estar em sombra sem ser necessário o recurso a toldos ou guarda-sóis.

A aglutinação de lotes em curva é feita pelo aumento do ângulo dos alinhamentos concêntricos das paredes que o definem, o que resulta numa maior abertura do campo visual desde a sala para o exterior.

Nas outras tipologias T3 esta adequação realiza-se através do realinhamento da parede de meiação que define a caixa de escadas, refletindo-se na alteração do dimensionamento do terreno de cada lote.

As habitações estruturam-se seguindo a tipificação das entradas que encontramos nas construções já realizadas – coberto para dois automóveis a que se associa, em algumas situações, um estacionamento perpendicular exterior complementar, para mais dois automóveis.

A organização interna é simples e facilmente perceptível pela leitura das plantas. Haverá apenas a referir que se procurou: criar bons espaços para arrumos gerais associados às circulações; conseguir que as cozinhas tivessem iluminação e ventilação natural e, sempre que

possível, se abrissem para a paisagem; que em contiguidade com as lavandarias existissem pátios exteriores para secagem de roupa, com ventilação transversal assegurada por aberturas opostas a níveis diferentes; e que pelo menos um dos quartos tivesse uma antecâmara de acesso às instalações sanitárias com armários de dimensões generosas.

Também se procurou que alguns espaços de circulação, pelo seu sobredimensionamento, pudessem cumprir outras funções complementares da habitação – nomeadamente nos pisos superiores dos T4 e T5 – podendo funcionar como elementos de descompressão em alturas de festa ou como espaço de estar mais recatado, por exemplo, em tempo de atividade da empregada doméstica.

As tipologias T3.2 e T3.3 têm uma volumetria correspondente a três pisos. No entanto, só nos T3.2 (que são 14) essa organização é sentida no uso da casa por se entrar no piso intermédio, pois pretendeu-se valorizar a relação com o Golfe. Já nos T3.3 (em número de 45) – que utilizam de forma mais pura a tipologia “drive in” usada maciçamente na reconstrução das cidades europeias – a entrada processa-se no piso inferior, pelo que, no quotidiano, apenas se utilizam, de facto, os outros dois pisos da casa.

Outra preocupação foi a de garantir que todos os espaços ou circulações mais interiores possuíssem iluminação zenital natural, o que para além de os tornar de vivência mais agradável, também contribuí para uma maior economia de utilização da energia eléctrica.

As soluções construtivas são muito simples devido aos reduzidos vãos a vencer. Acauteladas as soluções acústicas e térmicas, quaisquer possibilidades construtivas serão aceitáveis, sendo certo que sempre que se reduz a solidez dos elementos base da construção e da estrutura, mais se tem que aumentar os revestimentos para conseguir responder à regulamentação em vigor relativa á acústica e à térmica.

A envolvente dos edifícios poderá ser realizada em reboco térmico com acabamento claro e caixilhos em alumínio anodizado cor “champanhe” ou outra a escolher. Exceptuam-se os paramentos do piso 0 das tipologias T3.1, T4 e T5 que deveriam ser realizados em betão bujardado a pico grosso – com uma componente de inertes a testar, por forma a conseguirem-se matizes de cor variadas de acabamento – e os sombreadores verticais das caixas de escada das tipologias T3.2 e T3.3 que deveriam ser realizados em peças de xisto semelhante ao já aplicado nas construções existentes.

As coberturas, que em algumas situações quase constituem um quinto alçado, deveriam ser revestidas a gravilha branca – de granito ou calcário – sendo realizados desenhos em alto relevo em referência aos jardins japoneses.

No interior deveria prevalecer a madeira de cor clara nos pavimentos e a pintura em obra dos elementos verticais de carpintaria com a mesma cor das paredes e tectos, excepto nas zonas de água onde se deveria usar cerâmico ou mármore nos pavimentos e azulejo em algumas paredes.

Os projetos fazem-se com muitos intervenientes. O que se apresenta é apenas uma ideia de arquitetura(s).

Fazer um projeto de arquitetura com base em algumas destas ideias será um processo em que o Dono de Obra terá um papel fundamental, definindo condicionantes que balizarão o caminho a seguir, resultante da interpretação – a discutir e a aprovar – que o Autor do Projeto irá realizar.

Este processo, ao longo da nossa experiência profissional, sempre foi factor de enriquecimento da arquitetura.

47 | ARRANJO URBANO DA AV. NUN'ÁLVARES. CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO
CONCURSO PÚBLICO. VIA DE LIGAÇÃO DA PRAÇA DO IMPÉRIO À AV. DA
BOAVISTA. PORTO
 PROJETO 2010 . TEXTO 2010 | 2013
2.º LUGAR EM CONCURSO PÚBLICO

Este projeto foi realizado em coautoria com os Arquitetos João Pedro Serôdio e Nuno Brandão Costa

O traçado da Avenida Nun'Álvares Pereira definirá uma grande área de cidade, na forma e no uso. Devido à grande dimensão que esta área representa no tecido da cidade, as opções para o desenho e para a forma da avenida que a atravessa, assim como as opções para o tecido envolvente, são e serão motivo de debate aceso sobre o tipo de cidade de que precisamos. A cidade é, no entanto, um todo com uma escala que transcende a avenida, um todo composto de variadas situações e usos. Por essa razão, se o traçado da avenida possibilita essa discussão sobre a filosofia de cidade, ele deve ser mais do que a caricatura de uma possível cidade.

O debate sobre o tipo de cidade tem sido reduzido e radicalizado à dicotomia entre a cidade tradicional, de novo em voga, e ao modernista paradigma da cidade da “Carta de Atenas”. Neste debate perdido, aparentemente, pela lógica racional da “carta de Atenas”, a cidade tradicional, construída pelos espaços tipo, ruas, praças, avenidas, etc. que o tempo e o uso caracterizaram nas cidades tradicionais e históricas, estabeleceu-se como novo objectivo urbano, reinstalou-se como novo paradigma. Por um momento, foram desenvolvidos novos planos, definindo esses espaços tradicionais em detrimento dos que propunha a Carta de Atenas. O debate, no entanto, não se esgota na radicalização de um ou outro modelo, e o tempo, esse grande modelador, foi esquecido, apesar de ser ele um dos responsáveis pelo nosso interesse pela estrutura da cidade ou histórica/tradicional. Hoje, longe do panfletário

e revolucionário moderno e dessa ressaca radical de um retorno impossível, os meios para estruturar o espaço urbano estão eclecticamente disponíveis desde que correspondam a um papel correto no conjunto da maior macroestrutura urbana da cidade. É nesta postura, menos determinada por dogmas radicais recentes ou mais antigos, ou por modas, que esta equipa entendeu o desafio deste concurso e que propõe uma solução. A ideia que propomos é determinada pelo sítio, pela função que se exige implementar, pelos usos e qualidades espaciais que se pretendem potenciar, e pelas condicionantes que se respeitam sem desvios, como se deve.

O sítio. A primeira leitura do sítio é a de um vazio. Um vazio expectante de uma estrutura ordenadora, um vazio que interrompe a estrutura, que impede a rede viária, e um vazio que o tempo de algum modo caracterizou e usou para criar dois lados diferentes, dois lados de carácter oposto. Um vazio que, além de todas estas dificuldades e impedimentos, também é um bom vazio. A Nascente da ordenada e densa malha da frente marítima e a Poente da caótica distribuição de volumes da cota mais alta, este pacificador vazio que as separa também lhes permite coexistir e é paisagem e reserva.

Assim, ao definir a estratégia, o nosso objecto é o de permitir desenvolvimento de potencial, de encontrar temas no sítio, no existente, temas de significado, de sentido, temas que o tempo tenha apontado, definido, temas que garantam que a proposta não seja estranha ao contexto. Esta é a estratégia oposta à de impor ideias preconcebidas. O sítio futuro, o sítio que pretendemos que venha a ser, é aquele em que este vazio não é mais obstrução, não é mais inútil, mas antes um espaço que liga, que preserva a sua identidade e que cria áreas de bem-estar para os utentes desta cidade.

A função que exige a realização deste plano é a de estruturar nesta área uma rede viária e prevendo regras de ocupação do solo. A função que se procura implementar transcende, obviamente, esta, a sua ambição é maior. Pretende-se tomar esta área numa parte única da cidade, assim como a avenida Marechal Gomes da Costa ou a avenida Montevideu possuem um carácter inquestionável, seja pelo seu traçado ou pelo papel que têm no usufruto de uma paisagem, também ambicionamos para esta zona e para a avenida que a atravessará um papel específico na estrutura da cidade. Queremos que esta avenida tenha um carácter que lhe dê identidade e que amplie a importância do seu papel.

Os usos e qualidades espaciais que se pretendem potenciar, derivam por um lado do programa proposto, seja pela rede viária estruturante, seja pela ocupação com habitação, e outro tipo de funções complementares, equipamentos, comércio, etc. Por outro, os usos e qualidades espaciais que se pretendem estão inexoravelmente ligados ao papel maior que esta área pode ter na cidade; usos e qualidades diferenciados, usos que não se oferecem noutros sítios, qualidades que são específicas deste sítio.

As condicionantes que o programa de concurso identifica, sejam os compromissos que existem para esta área, sejam os do plano diretor ou os da UOPG, são nesta proposta respeitados em absoluto; seria, aliás, inaceitável de outro modo. Em resumo, partimos para a nossa proposta com a intenção de potenciar as qualidades deste sítio, nomeadamente o seu carácter vazio. Começamos com a determinação de resolver os problemas funcionais da estrutura viária, dotando-a de qualidades que a tornem distinta de outras áreas, para que deste modo possa cumprir um papel único na cidade.

É naturalmente através do desenho da avenida e do carácter do espaço público adjacente que esta proposta determina o modo de implementar estes objectivos, como à frente se descreve.

A proposta cumpre todas as definições do Plano Diretor Municipal da Cidade do Porto, respeitando a delimitação espacial da classificação do uso do solo estabelecida na Planta de Ordenamento – Carta de Qualificação do Solo – e respectivo articulado das normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente quanto à capacidade de edificação e condicionamentos volumétricos e de cércea máxima.

Teve em particular atenção o respeito pela delimitação da área de intervenção que decorreu da geometria da propriedade fundiária abrangida, conformando-se o desenho urbano aos constrangimentos definidos, nomeadamente aos estrangulamentos para o traçado da avenida próximos dos cruzamentos com elementos da rede viária principal, com ocupação marginal muito densa, como, por exemplo, nas ruas do Castro e do Molhe.

De um modo geral também se pode dizer que o desenho urbano proposto procura articular a diferenciação morfo-tipológica e funcional do tecido urbano existente, como descrito mais à frente, atribuindo-se um sentido urbano de remate/continuidade da malha regular existente, a Poente da avenida, e um carácter de qualificação do espaço urbano, que possa sustentar a ocupação casuística e desregrada da sua envolvente Nascente, atribuindo-lhe uma imagem forte de unificação do conjunto. É de forma cuidada que se atende ao interesse patrimonial particular desta zona da cidade – núcleo histórico de Nevogilde e Passos, características da malha regular da Foz, proximidade da faixa costeira, traçado e caracterização do desenho urbano das Avenidas envolventes ou próximas e da Praça do Império, referenciais da cidade, e do Parque da Cidade, elemento único de referência regional. Daí o respeito pela imagem desses lugares, tanto ao nível das escolhas da tipologia edificatória e correspondente volumetria, como da morfologia urbana preconizada, que valoriza a extensão do espaço verde em detrimento da presença maciça da construção, mesmo que se perca a possibilidade, pela proposta de uma cércea moderada, da existência de uma abertura do campo visual sobre a faixa costeira desde os pisos mais altos dos edifícios.

Esta tentativa de conseguir a criação de um Parque Verde Linear, que estendesse o Parque da Cidade até à Praça do Império, possibilita também integrar, de uma forma mais

natural, a inevitável modulação do terreno para o traçado da nova avenida e da ocupação construída, e a drenagem natural dos terrenos existentes, com linhas de água/talvegues a céu aberto e correspondentes bacias de retenção.

Tanto quanto as condicionantes estabelecidas no concurso o permitiram, procurou-se dar continuidade ou remate urbano qualificado aos arruamentos com diferentes escalas que atravessam o território onde se implanta a nova avenida – elemento urbano de hierarquia superior – nomeadamente as Ruas do Castro e do Molhe e o trecho de características quase rurais da Rua Corte Real, que liga o Largo de Nevogilde à Rua do Molhe.

Esta nova área urbana, que a oportunidade da implantação da avenida vai criar, estabelece uma grande continuidade entre espaço construído e espaço verde público, pelo que ficará criada uma situação sem precedente na organização da cidade, no que respeita ao usufruto desta zona e da sua envolvente próxima, de espaços livres qualificados. Esta opção poderá vir a ser um elemento indutor de novas formas de desenhar a cidade que privilegiem a apropriação dos espaços pelos cidadãos com finalidades funcionais, mas também de lazer e atividades complementares de um quotidiano cada vez mais gerador de enquadramentos “stressantes”. Esta intervenção tão profunda e com um sentido de resposta global a uma planificação conjunta do espaço teve também em atenção a distribuição atual dos equipamentos existentes e a projeção das carências que esta nova ocupação irá gerar, tomando por base o especificado no Programa de Intervenção, no que respeita ao tipo de equipamentos e suas necessidades dimensionais, bem como quanto à sua distribuição física pelo território.

Para alguns desses equipamentos, que ocuparão uma área que se delimita, não se considera a necessidade de se estabelecer desde já condicionamentos quanto à forma de ocupação, enquanto que para outros, pelo papel fundamental no desenho urbano de conjunto que lhes é atribuído, impõem-se condições de forma e linguagem ou soluções tipológicas que permitam a viabilização do programa dentro das condicionantes espaciais definidas.

Haverá ainda a referir que a proposta respeita integralmente todos os compromissos urbanísticos anteriormente assumidos que constituem direitos adquiridos, os quais referenciam e integra no desenho de conjunto apresentado. Um aspecto importante desta intervenção será a avaliação das consequências ao nível das infraestruturas públicas existentes na área circundante ao da UOPG. O aumento da área edificada e infraestruturada poderá provocar “sobrecargas” nas redes públicas existentes, pelo que seria interessante solicitar, à anteriori, de cada entidade gestora, os cadastros atualizados de cada rede, bem como um estudo do “nível de carga” a que cada uma está atualmente sujeita, de forma a ser mais fácil avaliar as implicações das novas construções.

Dada a posição institucional que a Câmara Municipal do Porto detêm em relação às referidas entidades, entendemos que seria conveniente partir desta a solicitação deste estudo.

A composição espacial do conjunto parte dos pressupostos enunciados, onde foram expostos os objectivos que o nosso plano pretende implementar, e é deduzida desses propósitos. Partimos, como já referimos, livres do constrangimento teórico radical, livres de sermos pró Carta de Atenas ou não. E começamos com a vontade de manter, potenciando o carácter vazio do sítio. Como resultado destas duas bases, traçamos um percurso, uma avenida que, tal como solicitado, liga a Praça do Império à Avenida da Boavista, e com a imagem clara da avenida Marechal Gomes da Costa, cujo carácter admiramos, desenhamos um perfil muito diferente, mas que retém qualidades ambientais que ligarão estas duas avenidas, a que existe e a que propomos. A avenida que propomos não possui um canal verde central, e assim fica minimizada na largura. Este facto permitirá que as árvores de espécie capaz de atingir um grande porte, venham a tornar a avenida numa via em que as árvores de um lado e outro a fecham e cobrem, um pouco como acontece na avenida da Liberdade em Lisboa, apesar de esta última possuir um maior calibre. A nova avenida ainda assim transporta essa qualidade que reconhecemos na Avenida Marechal Gomes da Costa, a que a forte presença da arborização lhe confere, ao mesmo tempo que se relaciona com o carácter de outras ruas desta zona, como a rua Marechal Saldanha. Deste modo, esta nova avenida estará em harmonia com este sítio, nele inserida e a ele adequada. O facto de não repetirmos ou de não tomarmos o perfil da nova avenida semelhante ao da avenida Marechal Gomes da Costa, contribui para a identidade de ambas. Em todo o caso, se a nova avenida tivesse um calibre que a aproximasse da Avenida Marechal Gomes da Costa ou da Avenida da Boavista, a hierarquia da estrutura viária da zona ficaria comprometida, perdendo sentido. A nova avenida tem num extremo a Praça do Império, tem nesse ponto uma marcação clara, um início ou um fim evidente. No outro extremo, o ponto de ligação à Avenida da Boavista não garante uma marcação tão clara e não é possível realizar um momento excepcional de dimensão adequada nesse encontro. Na verdade, esta vontade de marcar os limites da avenida é movida pela necessidade de que esta via tenha um carácter claro, e não tanto pelas necessidades do tráfego automóvel, assunto sobre o qual falaremos mais à frente neste texto. No contexto desta necessidade de clarificar a forma e os limites da nova avenida, existe uma outra dificuldade: o facto de o traçado da avenida estar determinado por construções e propriedades que são condicionantes, que não se podem alterar. Existem dois ou três momentos críticos em que estas condicionantes são particularmente nefastas, sendo uma delas o momento de chegada à Avenida da Boavista. O espaço para ligar as duas avenidas neste extremo obriga a uma inflexão do traçado, que ocorre num momento da estrutura morfológica que inevitavelmente confere a este ponto um carácter diferente do restante. Por estes motivos, na nossa estratégia, este momento, o momento da inflexão do traçado e o troço que liga perpendicularmente à Avenida da Boavista, foi formalmente separado pela interposição de uma praça. Assim a nova avenida tem num extremo a Praça

do Império e, com um percurso linear, liga no outro extremo a uma nova praça, regular e assumidamente clássica na forma, assumindo a inspiração na geometria de praças regulares como a Place des Vosges em Paris; e, se a forma e a proporção se pretendem atemporais, a imagem do seu perímetro, no entanto, deverá refletir a sua origem contemporânea. Entre esta praça e a Avenida da Boavista, um outro troço de avenida curto, de carácter diverso, mais urbano, garante a ligação e, pelo seu carácter, antecipa aos utentes uma natureza de movimento mais lento.

Tal como se descreve mais à frente, a avenida que propomos funciona em conjunto com a via que atravessa a Nascente a malha urbana irregular, de modo a que ambas se complementem e cumpram o solicitado, nomeadamente na distribuição de transportes públicos.

Um outro momento nefasto da estrutura construída existente é a área entre a rua do Crasto e a rua do Molhe, onde o espaço é exíguo e a avenida terá sempre o canal muito limitado e bem definido. A solução para ambos os limites da nova avenida, neste troço, é a de colocar habitações unifamiliares com espaço livre envolvente de modo a que os jardins privados sejam o tema que liga, neste ponto, os dois jardins a Sul e a Norte.

Como atrás explicámos, nesta proposta a avenida toma uma forma de geometria pura, em que o seu desenho linear não a confunde com os traçados curvilíneos de vias rápidas, mas antes com o tradicional traçado das avenidas de malha regular, como a malha a poente que deste a Avenida Brasil e Avenida Montevideu se estende até esta nova avenida. Assim, esta nova avenida remata esta malha regular e liberta a Nascente um vazio, um jardim irregular que se interpõe com a estrutura viária irregular e com o construído mais desorganizado na cota mais alta.

Este jardim que em seguida explicaremos, de modo mais detalhado, tem dois momentos mais evidentes, nos extremos da nova avenida. Assim prevê-se uma primeira área de jardim a Sul, logo na ligação à Praça do Império e até à rua do Crasto e depois outra, entre a rua do Molhe e a nova praça regular, que marca outro extremo da zona linear da nova avenida. Apesar do desenho assimétrico, a avenida possui temas que se repetem nos seus extremos, com as praças e os jardins a Nascente, mantendo do seu lado Poente a malha regular fechada e explorando um contacto irregular com o construído a Nascente, onde os jardins se misturam com os novos e velhos volumes edificados ou a edificar. Neste jardim, as linhas de água, recuperadas, revitalizadas, produzirão momentos invulgares, de interesse paisagístico e lúdico, seja com a presença das bacias de retenção, os percursos de água e as pequenas pontes que permitirão aos cursos de água manter os seus percursos a céu aberto. Também deste modo o traçado que propomos procura, com o desenho do espaço público, dotar esta zona de uma identidade fortemente caracterizada quer pela estrutura compositiva quase clássica, regular, quer pela presença deste vazio, agora útil, agora lúdico.

De um lado da nova avenida, a Poente, na trama regular, as pequenas volumetrias dominam a paisagem urbana, cerrando as ruas, compactando quarteirões de um modo tradicional. A avenida contribui para completar essa estrutura e entre as duas praças explora do lado Poente uma relação tradicional, definindo e fechando quarteirões, e do lado Nascente assume uma postura moderna, mantendo grandes jardins longitudinais que terminam no contacto com uma rígida estrutura urbana, de sentido perpendicular à avenida, que serve de filtro e remata a desordenada estrutura urbana existente, descontroladamente desenvolvida, na cota mais alta. Os volumes que se foram construindo nesta estrutura urbana a nascente, menos regulada, menos cartesiana, procuraram com a altura ganhar visibilidade para a costa. Estes volumes que são, em geral, mostra de uma promoção imobiliária voltada mais para a sua rentabilidade do que para o bem comum, produziram construções excepcionalmente altas que não só não funcionam bem na sua envolvente, como essa estratégia não pode ser replicada, nem com o ingénuo propósito de tentar normalizar esta área. Queremos com isto afirmar que não devemos definir a regra para a estrutura urbana na zona a Nascente da avenida com o objectivo de encobrir, disfarçar, a desregulação anterior, aumentando o volume de construção em volumetria e densidade, pois tal estratégia só agravaria a dissonância desta zona. Assim, a nossa rígida grelha pretende, por um lado, que os jardins se desenvolvam com uma grande profundidade, que o limite entre o jardim e a malha urbana seja menos nítido neste lado da avenida e, por outro lado, pretende estabelecer um momento de grande ordem que remata a construção e ainda produzir espaços de habitar da maior qualidade, de orientação perfeita, de localização excepcional e de qualidade paisagística ímpar. As volumetrias serão baixas, normalizadas, definindo uma espécie de tecto que regulariza a paisagem urbana nesta área. Os volumes de habitação colectiva serão de rés-do-chão e quatro pisos, seguindo a regra de que não devem exceder a altura das espécies arbóreas previstas. Assim a sua presença é minimizada e os ambientes gerados na sua envolvente da maior qualidade. A escala destes volumes é suficiente para albergar a área de construção prevista, é garante de uma integração cuidadosa com a envolvente e sem produzir conjuntos habitacionais cujos excessos de população pudessem afectar negativamente quer a qualidade de vida dos seus habitantes, quer a dos que habitam na sua envolvente. Ainda assim, foi reservada uma faixa livre de construção, no lado Nascente do traçado da avenida, de modo a permitir alterações do perfil que no futuro seja necessário implementar.

48 | CINE-TEATRO DE AMARANTE

CONCURSO PÚBLICO. CÂMARA MUNICIPAL DE AMARANTE. AMARANTE

PROJETO 2011 | 2013 . TEXTO 2012 | 2014

1.º LUGAR EM CONCURSO PÚBLICO

Projetar este edifício foi um desafio à capacidade de conseguir articular o programa definido com o espartilho que constitui a exiguidade do espaço existente.

O resultado parece responder por completo às exigências que conhecemos do funcionamento deste tipo de programas, tendo-se conseguido, simultaneamente, uma articulação equilibrada entre o corpo principal do edifício existente que se mantém e a nova volumetria necessária para comportar as exigências dimensionais do programa que substituí a edificação anexa muito descaracterizada.

Os desenhos de projeto e as imagens que antecipam a realidade são, a nosso ver, elementos muito claros de leitura do edifício projetado. Pelo menos procuramos que o fossem.

O edifício existente é um elemento referencial da malha urbana da cidade de Amarante e faz parte da memória colectiva de todos os que vivem ou viveram a cidade. Assim a nossa atitude projetual é a de manter e reforçar a leitura do corpo principal do edifício – identificador da imagem deste equipamento – expurgando-o de todas construções anexas sem qualidade arquitectónica, expressão da sua descaracterização e degradação.

Propõe-se, em primeiro plano, um volume, quase cego, com panos de parede articulados de uma forma descontínua, que desmassifica a sua presença. Este volume “abraça” o edifício a manter, com quem estabelece claras relações de proporção e escala. Os dois volumes não se tocam, sendo desligados por panos de vidro verticais, serigrafados, que resolvem os contactos interior/exterior mais ou menos transparentes.

Os segundos e terceiros planos do volume novo afastam-se das fachadas principais reduzindo a sua expressão volumétrica desde pontos de vista reais, o que corresponde a uma leitura e relações proporcionais que o desenho em alçado não garante.

O projeto mantém o sentido da composição do edifício existente, mantendo o acesso do público pela entrada central da fachada. Esta ideia de entrada principal levou-nos a apresentar a sugestão que se encontra expressa nos desenhos e imagem 3D anexa – um alargamento do passeio, com escala suficiente para constituir marcação desta relação interior/exterior. Evidentemente que esta é apenas uma sugestão que resulta dum pensamento muito focado no edifício. A sua viabilidade dependerá de uma avaliação mais global ao nível da reorganização de todo o espaço urbano adjacente que deverá ser objecto de um outro nível de decisão.

O exterior do edifício a manter será recuperado integralmente, mantendo-se os panos de reboco pintado com cor clara, as cantarias e as guarnições dos vãos em granito, e as coberturas em telhado com telha cerâmica à cor natural com os respectivos beirais.

O primeiro plano do novo volume será realizado em betão desativado com o intuito de melhor identificar o carácter monolítico do volume e de expressar, por oposição de linguagens, a articulação entre a nova intervenção e a pré-existência.

Os volumes mais proeminentes são recuados relativamente aos planos, mais baixos, definidores da volumetria das fachadas, o que contribui para a redução da sua presença desde pontos de vista mais próximos.

Estes volumes mais proeminentes serão pintados com uma cor mais clara e refletante aos quais será justaposto um dispositivo em tubos de “leds” – solução já muito testada – que publicitarão os conteúdos programáticos das atividades do Cine-Teatro de Amarante.

Dada a exiguidade do terreno disponível relativamente ao programa que se pretende instalar, foi também inevitável que a envolvente do novo contentor fosse praticamente cega. Exceptua-se a fachada voltada à rua lateral onde poderiam ser rasgadas francas aberturas, o que, no entanto, era absolutamente contraditório com o carácter do programa de ocupação e com a concepção espacial do interior.

As restantes fachadas voltadas aos terrenos vizinhos, ou são completamente cegas, ou possuem rasgamentos com frestas horizontais com 15 cm de largura, por forma a cumprir as regras estabelecidas pelo Código Civil.

No interior, os materiais a utilizar no acabamento dos espaços, constituem uma paleta relativamente reduzida, por razões que se prendem com os espartilhos orçamentais e com os condicionamentos técnicos, nomeadamente, os determinados pela acústica, pela térmica e pelas necessidades de proteção mecânica.

Na sala de espetáculos utiliza-se madeira à vista com duas tonalidades – conforme se expressa na imagem 3D anexa – em pavimentos, paredes e tectos, incluindo todos os elementos necessários ao bom desempenho acústico da sala.

Nas zonas mais nobres do público propõem-se – massas autonivelantes nos pavimentos e escadas metálicas, paredes em betão à vista e tectos falsos em rede metálica estendida – por forma a conseguir-se, numa sequência de percurso, um ambiente interior muito contrastante com a linguagem do edifício existente e com a atmosfera quente e confortável da sala de espetáculos.

Nas áreas administrativas, camarins e espaços deste tipo propõem-se pavimentos e lambrins em manta vinílica, restantes superfícies de paredes em reboco estanhado e tectos em gesso cartonado.

Para os restantes espaços de serviço e zonas de água – pavimentos em betão pigmentado acabado a helicóptero, lambrim em tinta com resistência mecânica, restantes superfícies de paredes em reboco estanhado e tectos com redes de infraestruturas à vista.

A organização interna do programa decorreu de várias condições de partida essenciais: reduzir ao mínimo as escavações, por se prever que o terreno será muito rochoso; tentar manter o máximo de elementos existentes, construídos e estruturais; garantir um eficiente e claro funcionamento dos acessos ao edifício – públicos, de serviço (ao restaurante/bar e ao Cine-Teatro) e de cargas e descargas.

Estas condições foram determinantes na opção de relocalizar o palco/torre de cena, invertendo a sua atual implantação relativamente ao corpo do edifício existente a manter. Esta opção veio permitir resolver com simplicidade todas as articulações internas essenciais que as diferentes partes do programa determinavam.

O público entra pela frente principal do edifício, através de um Átrio com dimensões generosas que alberga a Bilheteira, o Bengaleiro, Expositores Informativos e um Espaço Comercial. Desde o Átrio acede aos diferentes programas que se desenvolvem nos pisos superiores: Bar/Foyer, servido por Esplanada Exterior, e Plateia no piso 1, e Restaurante e Tribuna no piso 2. Os acessos à Plateia e à Tribuna realizam-se através de circulações paralelas a estes espaços, que funcionam também como espaços “sound-lock”.

Através do espaço exterior privado que margina o edifício a Sudoeste acede-se a um Pátio por onde se processa a Entrada de Serviço do Cine-Teatro – artistas e pessoal.

Do lado oposto, no interior do terreno, organiza-se um espaço de Cargas e Descargas que serve simultaneamente: as áreas de serviço da Cafeteria; diretamente o Sub-Palco (piso 0); o Monta-Cargas que serve o Palco (piso 1) e os espaços de apoio do Cine-Teatro (piso 1); o elevador que serve todos os níveis da Torre de Cena – palco e galerias – e, através destas os “Catwalks”; e a caixa de escadas de acesso aos pisos 1 e 2.

Com este sistema de acessos e circulações garante-se um bom funcionamento interno e a acessibilidade universal a todos os espaços sem interferências entre as diferentes esferas de uso ou atividade – público, serviços do Cine-Teatro (artistas e pessoal) e serviços da Cafeteria.

Existem também mais três caixas de escada a que ainda não fizemos referencia que se destinam a cumprir as determinações regulamentares no que respeita a caminhos de fuga.

No piso 0, em cave, e na cobertura do piso 2, organizam-se os espaços destinados a Áreas Técnicas dos sistemas infraestruturais do edifício e os espaços de trabalho ou de depósito relacionados com o funcionamento do Cine-Teatro, estes em contiguidade com o sub-palco.

Para além destes aspectos, são os seguintes os dados quantitativos que importa destacar: capacidade da sala (plateia e tribuna) – 379 lugares; dimensão da boca de cena: 10,50 m x 4,60 m.

A sala de espetáculos, como valência estruturante do programa, determinou um dos principais pontos de partida da proposta, nomeadamente no seu dimensionamento e volumetria.

Assim, aceitando as condicionantes identificadas ao nível do lote e da estrutura existente, calculou-se com particular cuidado as dimensões do arco do proscénio, que determinam proporcionalmente (nesta tipologia designada por sala contraposta) a volumetria da torre de cena e, por consequência, as dimensões da caixa de palco.

Optou-se ainda por uma solução de dois níveis de área de público (plateia/tribuna), que permite uma localização optimizada para as régies (salas de controlo), reforçando ainda a sensação de intimidade, que uma sala desta escala recomenda, pela proximidade média do público à área de representação.

O compromisso obtido permitiu projetar uma sala que acomodará com conforto as valências funcionais pedidas, enquadrando-se com as características de muitas das salas existentes em núcleos urbanos similares, o que potencia as indispensáveis sinergias de programação em rede.

No domínio da aptidão funcional, de realçar o particular cuidado em articular os vários tipos de circulação (público, técnico e serviços) e em detalhar o programa funcional dado, quer pela integração de espaços indispensáveis ao seu funcionamento, quer pela proposta de outros que lhe acrescentam qualidade e operacionalidade. Destaca-se:

- o estudo efectuado, validando com rigor a possibilidade de transporte de objetos com dimensões tipificadas (ex: instrumentos, engradados, armários de guarda-roupa, etc. ...), de e para todos os espaços aplicáveis. Acresce a possibilidade de todas as movimentações se efetuarem por circulação de nível, rampa com pente adequada e/ou circulação vertical mecânica;
- a circulação vertical mecânica, para pessoal técnico e artistas, que assegura na torre de cena a comunicação entre todas as cotas, do sub-palco à teia;
- a circulação técnica de nível, que assegura a comunicação entre a 2.^a varanda, as galerias do tecto da sala e a cabina de projeção de cinema;
- a possibilidade de transporte de carga entre os depósitos e armazéns do sub-palco e o palco, através da plataforma elevatória do fosso de orquestra;
- a possibilidade de expansão do fosso de orquestra, pela montagem de praticáveis normalizados em área contígua do sub-palco;
- a possibilidade de desmontagem fácil, rápida, total ou parcial do palco, na sua área útil de representação, através de sistema de quarteladas normalizadas.

Coordenação do projeto e execução da obra

O projeto de Execução sintetiza um intenso trabalho de coordenação das diferentes intervenções pontuais das Especialidades envolvidas, pelo que tudo o que diga respeito aos elementos das redes infraestruturais com visibilidade nos espaços finalizados só poderá ser executado depois de as suas localizações estarem aprovadas pelo Autor do Projeto de Arquitetura.

Por forma a garantir que a obra decorrerá sem sobressaltos definem-se as seguintes regras de funcionamento relativas à Assistência Técnica que posteriormente integrarão um documento que fará parte integrante da ata da primeira reunião de obra:

Para enquadramento da atividade de Assistência Técnica transcreve-se o conteúdo aplicável do Artigo 9.º da Portaria 701-H/2008 de 29 de Julho:

“1. O Projetista tem o direito de exigir e a obrigação de garantir a assistência técnica necessária. (...)

3. Durante a execução da obra, a assistência técnica compreende:

a) Esclarecimento de dúvidas de interpretação de informações complementares relativas a ambiguidades ou omissões do projeto, bem como elaboração das peças de alteração do projeto necessários à respectiva correção e à integral e correta caracterização dos trabalhos a executar no âmbito da referida correção.

b) Apreciação de documentos de ordem técnica apresentados pelo empreiteiro ou Dono da Obra, incluindo, quando apropriado a sua compatibilidade com o projeto; (...)

4. A assistência técnica não abrange a direção técnica, a administração, a coordenação da segurança, a organização da compilação técnica em matéria de segurança e saúde e a fiscalização da obra, nem a adaptação dos projetos às condições reais das empreitadas não previsíveis na fase do projeto.

Para a concretização desta atividade entende-se importante esclarecer, desde o início da obra, a metodologia e procedimentos de trabalho que entendemos deverem ser seguidos:

I. Os aspectos relacionados com a articulação da instalação das redes de infraestruturas – e em particular os que digam respeito a cada um dos Projetos de Especialidade sem interferência na Arquitetura – devem ser resolvidos diretamente com cada um dos Projetistas das Especialidades ou em reuniões conjuntas das Especialidades, sendo dado conhecimento de todo o processo à Coordenação. Nas reuniões de obra com a Coordenação do Projeto, devem ser colocadas as dúvidas ou problemas que subsistam e que obstem ao cumprimento integral do Projeto de Arquitetura – eventuais necessidades de alteração: do dimensionamento dos espaços; das cotas de instalação de tectos falsos; do posicionamento dos equipamentos visíveis das redes de infraestruturas, etc.

2. Antes de procederem ao aprovisionamento de materiais, os subempreiteiros das Especialidades através do Adjudicatário e da Fiscalização, deverão submeter à aprovação da Coordenação do Projeto as amostras físicas de TODOS os elementos que ficarão visíveis das redes de infraestruturas – para os quais se admite a possibilidade de serem sugeridas alternativas – não se admitindo, no entanto, a instalação de nenhum elemento que não tenha sido previamente aprovado.
3. No caso das obras de remodelação, os revestimentos que o projeto prevê manter, só poderão ser demolidos, parcial ou totalmente, por imperativos da boa execução da obra, e apenas após se ter verificado, e aprovado, que a sua substituição garantirá uma continuidade total de leitura das superfícies, não se percebendo diferença significativa entre o revestimento novo e o existente.
4. Igualmente nos casos em que se considere imperativo, para a execução de obras previstas no projeto, a demolição (mesmo que com posterior reconstituição) de elementos considerados a manter, deverão ser aprovados pela Coordenação de Projeto os trabalhos a realizar.
5. Para todas as atividades da obra que correspondam à repetição de tarefas, executar-se-ão protótipos que serão analisados e aprovados antes do início de execução dessas atividades. Os protótipos a realizar serão definidos pela Coordenação do Projeto, tendo em conta a calendarização estabelecida no Programa dos Trabalhos – articulação de acabamentos, estereotomias de assentamento de materiais, amostras de cores, carpintarias, serralharias, etc.
6. O acompanhamento da evolução da obra far-se-á também sobre desenhos de preparação, a serem apresentados pelo Adjudicatário com a antecedência necessária para possibilitar uma análise em tempo útil por parte da Coordenação do Projeto.
7. Não haverá assim lugar à aceitação de factos consumados – execução de tarefas sem protótipos e/ou desenhos de preparação aprovados – sendo realizados de novo todos os trabalhos que não estejam de acordo com o que ficou decidido pela Coordenação do Projeto ou com o que estabelecia o Projeto.
8. Não se aceitarão também factos consumados que resultem da impossibilidade de aprovisionamento de materiais que esteja previsto aplicar em obra, por ter existido uma encomenda tardia que resulta em prazos de entrega que não se coadunam com a calendarização dos trabalhos a realizar.
9. Da reunião periódica com a Coordenação de Projeto faz parte integrante uma visita à obra, devendo constar da ata da reunião todas as decisões que forem tomadas no seu decurso.”

49 | RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO ESTÁDIO UNIVERSITÁRIO

UNIVERSIDADE DO PORTO. CONCURSO PÚBLICO. UNIVERSIDADE DO PORTO. PORTO

PROJETO 2013 . TEXTO 2013 | 2014

Este projeto foi realizado em coautoria com os Arquitetos João Pedro Serôdio e Nuno Brandão Costa

A proposta procura caracterizar a área do Estádio Universitário como uma área verde de desporto, onde a paisagem e a prática desportiva são os protagonistas, e onde as construções, edifícios e outros equipamentos são de expressão mínima. Pretende-se com essa estratégia obter uma imagem para o Estádio Universitário que reflita as preocupações do nosso tempo e que espelhe a contemporaneidade de um modo inteligente, de modo a representar a Universidade do Porto, do único modo que faz sentido.

Pretende-se que a percepção exterior deste espaço seja a de paisagem não construída, menos urbana, integrada na encosta do rio Douro, um vazio urbano, como as zonas escarpadas ou as dos Jardins do Palácio de Cristal, ou como outras zonas verdes que se interpõem na paisagem urbana do Porto. A proposta explora esse carácter de vazio de construção, e assim define o papel paisagístico deste território, por oposição e contraponto às massas construídas. Esta é a estratégia de integração urbana da proposta à escala da cidade. A paisagem é tema para o projeto, permitindo que no usufruto da paisagem, de fora, o espaço do Estádio Universitário integre e acrescente qualidade à paisagem, e a partir do interior do espaço do Estádio Universitário, a paisagem seja também tema do projeto na perspectiva de quem utiliza esse espaço, com uma vista desimpedida e clara sobre a foz e o rio. Esta vista é também oferecida aos utentes do edifício sede.

Esta estratégia determinou um desenho em que toda a intervenção é de expressão subtil, pouco proeminente e onde apenas as construções existentes e o futuro hotel têm expressão volumétrica. Ainda assim, e cumprindo com precisão esse propósito de manter uma área verde significativa, a implantação do novo Hotel define-se do lado da Ponte da Arrábida e no alinhamento da construção existente, de modo a não ser percebida como mais uma ocupação desse espaço.

Propõe-se também um redesenho do espaço de acesso, a criação de uma praça sobre a paisagem, de modo a garantir um acesso claro, com capacidade para ser um espaço de cidade e não uma qualquer banal rotunda, e conter a sua presença sem invadir essa parcela verde que se quer para o desporto. Nessa praça poder-se-á aceder à entrada do espaço do Estádio Universitário e ao Hotel, garantindo a possibilidade da sua independência funcional, que é absolutamente crítica, e com esta distribuição o usufruto da paisagem também

é garantido quer aos hóspedes desse futuro equipamento hoteleiro, quer sobretudo, e de modo mais importante, a todos os utilizadores dos espaços do Estádio Universitário.

Os acessos para o Estádio Universitário realizam-se no lado nascente e a partir dessa nova praça, um acesso independente para viaturas, abrigado pela vegetação e um percurso em suave pendente para os utilizadores, ligando à entrada do edifício sede onde se pode realizar um outro controle de acesso, quer a esse edifício, quer ao pavilhão Galvão Teles, quer aos vários campos, ringues e cortes. É garantido também um acesso eventual a um percurso periférico a toda a área, e a todos os edifícios, quer para veículos de emergência, quer para acesso de serviço e manutenção.

O hotel ficará sobrelevado, libertando o piso térreo para estacionamento de autocarros, permitindo uma vista, a partir da praça, sobre o edifício e para a área verde do Estádio Universitário. Esta implantação para este equipamento contribui para definir e desenhar a praça.

As novas edificações e intervenções articulam-se com as existentes de modo a garantir uma eficiente gestão do espaço disponível e a criar um conjunto de funcionalidades irrepreensível, que não apenas cumpra com exatidão as pretensões definidas no programa, como seja ainda uma estrutura flexível, permitindo articulações entre as várias unidades, que vão para além das definidas e que representam uma mais-valia futura.

No caso da expansão da bancada dos campos maiores, esta realiza-se do lado norte da existente, por se ter redesenhado a posição desses campos de jogos. Esta solução não causa qualquer ineficiência de custo; pelo contrário, permite uma maior eficiência na distribuição das várias atividades e edifícios, maior funcionalidade e ordem da solução. E deste modo mantêm-se a pretensão do programa de manter uma bancada ao longo destes campos de jogos.

Por um lado, haveria que garantir que cada uma dessas unidades de uso fosse de estrutura clara e ordenada e, por outro, que a integridade de um todo, do espaço do Estádio Universitário, se mantivesse livre, como um jardim sobre a paisagem e como entidade da paisagem. Com esta estratégia sempre em mente, o projeto coloca o edifício Sede entre a entrada e os restantes espaços, e entre o pavilhão existente e os campos maiores e bancadas. Esta estratégia é crítica para garantir proximidade e funcionalidade.

Por outro lado, era também crítico tornar o edifício Sede mínimo na sua presença, e por isso integra-se na superfície do jardim definindo a Norte um grande “pátio”. Neste grande “pátio” colocamos os vários campos, ringues e “courts” de ténis, que com as suas coberturas de rede ou de proteção são construções também expressivas. Uma possível mas mais comum estratégia seria de os distribuir aleatoriamente pelo território, mas tal não conseguiria atenuar a sua presença, nem seria uma solução fácil de controlar e de manter ou económica. Assim, a nossa proposta é a de desenhar esse “pátio” que, tirando

partido da diferença topográfica, e da posição do edifício Sede, cria condições para tornar esses campos menos intrusivos, garantindo enormes vantagens, sejam funcionais, sejam de manutenção e de custos de construção. Os “courts” de ténis e ringues que se pretendem reconstruir na primeira fase, também se incluem nesta área, e uma vez que tinham de ser sempre reconstruídos podem sê-lo numa outra posição, sem qualquer ineficiência de custo. A solução de criar este grande “pátio”, com os vários campos separados por zonas arborizadas, torna os encerramentos laterais e de cobertura simples de realizar e com uma imagem mais natural, atenuando o ar de gaiolas que teriam quando colocados soltos no terreno. Este grande “pátio” tem acesso automóvel direto a partir do exterior do campo do estádio Universitário, atravessando a zona de estacionamento, para serviço de manutenção e emergência. Este “pátio” permite o usufruto paisagístico dos utilizadores dos restantes espaços, a proteção dos ventos, e um sol filtrado pela arborização, criando um ambiente de qualidade evidente durante todo o ano. Consegue-se, com esta estratégia, uma orientação ideal para estes campos, ringues e “courts” de ténis.

O edifício sede, que se interpõe entre a entrada no campo do Estádio Universitário e os vários espaços que o integram, é virado do lado norte para o grande “pátio” dos campos, onde participa na vista da atividade desportiva, a partir de uma cota alta, com acesso a uma bancada. Desta posição ter-se-á uma visão clara e permanente sobre este espaço de desporto, condição essencial para estabelecer quer uma supervisão e controle, quer para prestar um serviço eficiente em termos de qualidade e custo. Este edifício, do lado sul, tira partido da vista arrebatadora sobre a foz e o rio.

O estacionamento pretendido é exterior e será descoberto na primeira fase. Quando na segunda fase o edifício Sede for construído este estacionamento passará a ser exterior/coberto. Deste modo garante-se a grande quantidade de lugares de estacionamento que o programa exige, 150, dos quais 10 serão no exterior, sem no entanto reduzir a área verde do campo do Estádio Universitário. O estacionamento de autocarros está garantido sob o volume do futuro hotel. Esta solução tem também a vantagem de não expor esta área de estacionamento, que não se pode considerar interessante, nem reduzir a área verde e permeável do terreno, preocupação ecológica imprescindível, além de limitar o percurso automóvel dentro do espaço do Estádio Universitário.

A clareza da solução permite também a relativa independência das várias unidades, podendo funcionar em horários independentes, situação que sempre ocorre, ainda que pontualmente. Esta optimização funcional, que representa menores custos e melhor exploração, também é completamente ajustada ao solicitado no programa de concurso, permitindo o acesso mais curto desde a entrada neste campus até à entrada no edifício sede, onde realiza o controle e por onde se exigia o acesso ao pavilhão.

Esta estratégia permite uma articulação funcional que tira partido também de uma enorme proximidade entre as várias instalações novas e existentes, possibilitando não só que utentes, espectadores e funcionários não tenham de percorrer grandes distâncias como permitindo também uma utilização evidente e intuitiva. Por exemplo, os utilizadores dos campos podem naturalmente utilizar as instalações do pavilhão Galvão Teles, existente, com os quais se articulam diretamente, como podem utilizar as novas instalações no edifício sede e as sob as bancadas. Esta flexibilidade excede as necessidades funcionais solicitadas, mas será garante da durabilidade da solução. Acresce que todos estes espaços, que podem ser acedidos de modo independente, podem também possuir apenas acesso a partir da entrada principal do edifício sede, permitindo um controle absoluto dos acessos com os menores recursos humanos.

O edifício Sede possui orientação solar ideal – Norte/Sul – com a fachada virada a Sul protegida pelo balanço da cobertura devidamente dimensionada para obter um comportamento térmico passivo exemplar.

As construções novas, edifício sede e nova bancada exterior assim como a cobertura da bancada, serão realizados em betão à vista. O pavilhão Galvão Teles propõe-se forrado a tijolo maciço. Todos os pavimentos interiores serão realizados com soluções contínuas, muito económicas mas extraordinariamente duráveis e resistentes, enquanto que para os espaços desportivos as soluções serão as mais indicadas para as práticas a que dizem respeito. As zonas de águas, balneários, sanitários e outros, serão acabadas a material cerâmico. Todas as soluções construtivas adoptadas são de grande durabilidade, com a menor manutenção e excelente comportamento térmico.

50 | UPTEC. POLO DAS INDUSTRIA CRIATIVAS

UNIVERSIDADE DO PORTO. CONCURSO PÚBLICO. PRAÇA CORONEL PACHECO. PORTO

PROJETO 2011 | 2013. TEXTO 2012 | 2014

I.º LUGAR EM CONCURSO LIMITADO

A proposta de intervenção responde diretamente ao que se encontra definido no Programa de Concurso, no que respeita à remodelação interior dos edifícios existentes.

Já no que se refere à sua articulação, funcional e formal, entendemos desenvolver uma proposta que possibilitasse a sua ligação interna, como forma de garantir um sentido de maior unidade a todo o complexo. Com esta solução será possível aceder com boas condições de conforto e garantia de acessibilidade universal a todos os corpos (edifícios) o que

parece ser uma mais-valia nada desprecianda e um factor de grande valorização das atuais instalações.

A proposta de um passadiço sobreelevado sobre as plataformas que organizam a envolvente exterior dos edifícios, cumpre esta função e, em resultado de um desenho com uma estrutura muito leve a que se associa o máximo de transparência dos elementos de encerramento, consegue-se estabelecer uma articulação equilibrada com as diferentes linguagens dos edifícios existentes e um diálogo que entendemos muito interessante com a arborização, onde se destacam exemplares de excepcional beleza e qualidade.

Toda a nova intervenção – Passadiço e novo Átrio – foi desenhada de modo a poderem ser legíveis os diferentes tempos de edificação, em que, pelo uso da linguagem do aço que possibilita resolver a construção com maior esbelteza e transparência, a intervenção atual se distingue do existente, embora em diálogo, que se pretendeu equilibrado e respeitoso, também quanto à arborização.

Aliás quando visto debaixo a estrutura do passadiço eleva-se do terreno como se de troncos de árvores se tratasse, conforme expressa uma das vistas 3D juntas.

Esta opção pela construção em aço também nos pareceu adequada dada a possibilidade de preparar toda a obra em oficina e assim, ao reduzir substancialmente o tempo de construção no local, ter uma interferência mínima no decurso normal das atividades quotidianas.

Propõe-se um novo espaço de entrada com a localização sugerida que corresponde a um volume que se solta da envolvente construída através de grandes panos de vidro que garantem a iluminação natural do Átrio e dos espaços dos edifícios vizinhos. Esta iluminação e ventilação naturais são garantidas, no caso dos espaços voltados a Norte – sala de reuniões e gabinete de informática – por aberturas situadas sobre a cobertura do átrio.

Desde o Átrio acede-se diretamente ao edifício de “Eletro”, através da porta existente que se propõe que seja alargada, e desde aí se expressa a leitura da continuidade do Átrio, marcando a nova entrada do edifício “C2COM”. Todos os movimentos serão controlados por um posto de segurança, instalado na zona de maior visibilidade – quer para quem observa como para quem vê o observador.

O contacto interior/externo é resolvido através de um quebra-vento, por forma a garantir um melhor controlo térmico e ambiental do edifício.

A proposta de um passadiço que possibilita uma ligação coberta entre os quatro edifícios que constituem este polo, parece-nos comportar benefícios significativos para o quotidiano de uso das instalações, o que não necessita de explicação adicional. Haverá apenas que ressaltar que com esta solução se garante a acessibilidade universal a todos os edifícios.

Os desenhos de projeto juntos explicitam as ligações diretas propostas, sendo que caso seja considerado importante ainda será possível considerar um acesso direto à plataforma mais alta do parque de estacionamento, junto ao posto de segurança que controla esta entrada automóvel.

A articulação do passadiço com o edifício de “química” resolve-se através da criação de um corpo justaposto que à fachada Sul que se organiza dando resposta a vários tipos de necessidades:

- associa com uma linguagem arquitectónica unitária, a necessidade de construção de um piso destinado ao programa definido, em substituição de parte da cobertura existente, muito degradada e sem condições espaciais para comportar o programa estabelecido, o que também permitiu resolver de forma unitária a criação de um espaço a céu aberto delimitado por painéis em grelha, destinado à instalação da zona técnica deste edifício;
- compreende uma nova caixa de escada e um elevador, o que seria necessário introduzir neste edifício por razões de garantia de acessibilidade universal e de segurança contra risco de incêndio;
- estrutura as ligações diretas ao jardim do edifício do Polo das Indústrias Criativas (PINC) e ao novo espaço de estacionamento com entrada pela Rua do Mirante, através de pequenos passadiços/ponte descobertos.

A ligação do passadiço ao edifício de “eletro” implica uma pequena reformulação interna para garantir o acesso direto à caixa de escadas existente. Haverá assim que realocar o gabinete existente neste ponto, o que nos parece de fácil resolução quando comparamos com os benefícios que a existência do passadiço comporta para a utilização das instalações.

Também a articulação do passadiço com o edifício de “minas” implica uma pequena reformulação do espaço interior que justificamos com as mesmas razões anteriormente expressas.

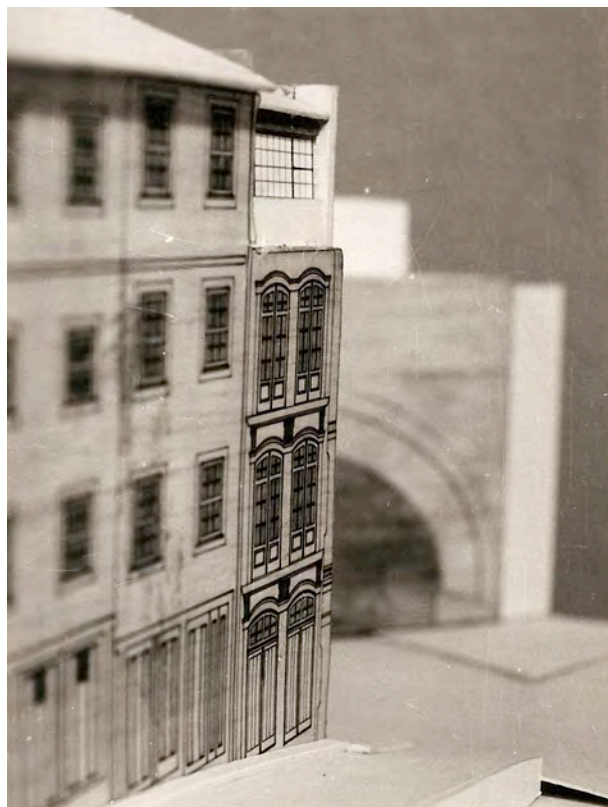
Conforme solicitação expressa no Programa do Concurso, apresenta-se uma hipótese de organização para estacionamento – capacidade de 14 lugares – no espaço resultante da demolição das construções existentes junto ao edifício de “Química” e com acesso direto desde a Rua do Mirante.

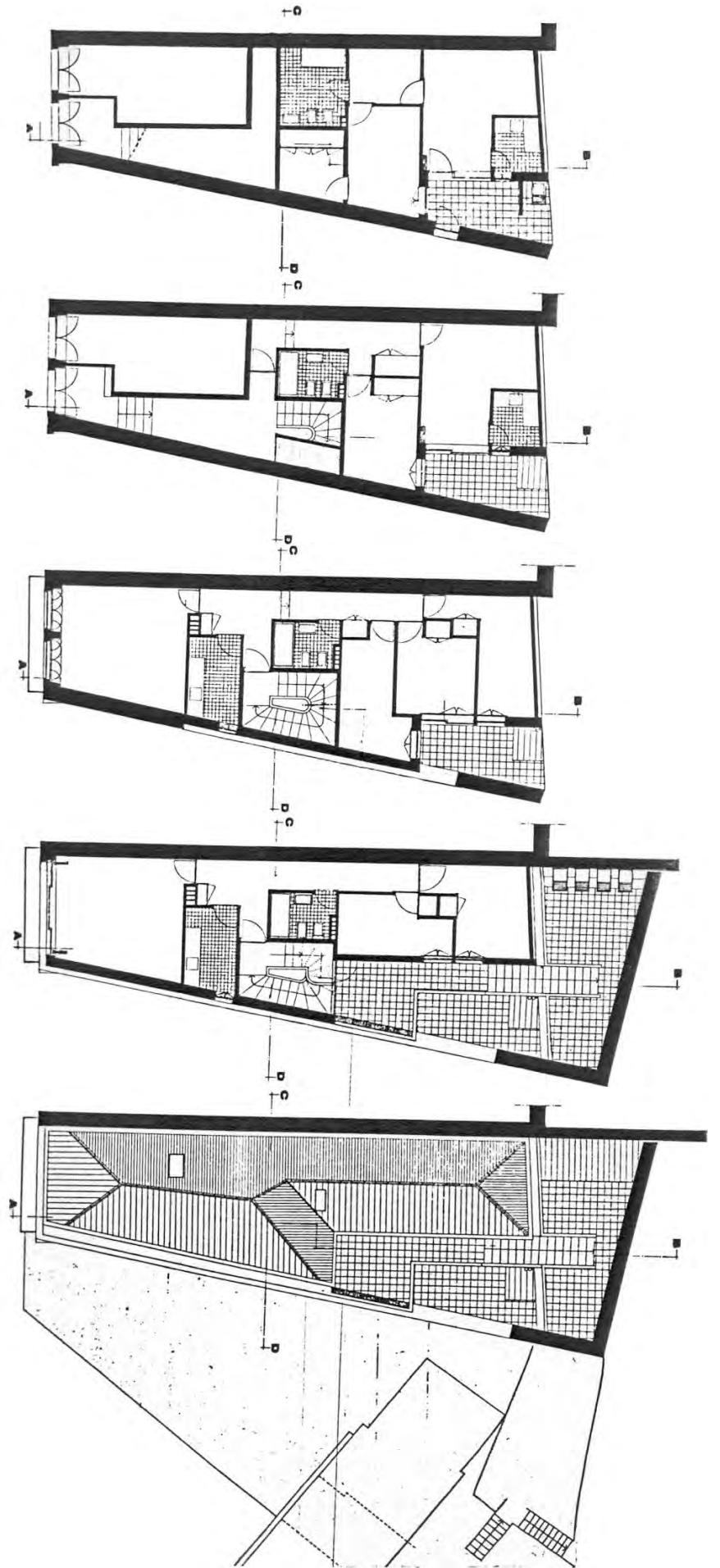
Desde esta plataforma do parque de estacionamento poder-se-á aceder diretamente ao novo corpo de remate do edifício de “Química” e desde aí ao passadiço, garantindo-se assim uma ligação direta a todos os espaços do Parque.

2.^a PARTE **DESENHOS E IMAGENS**

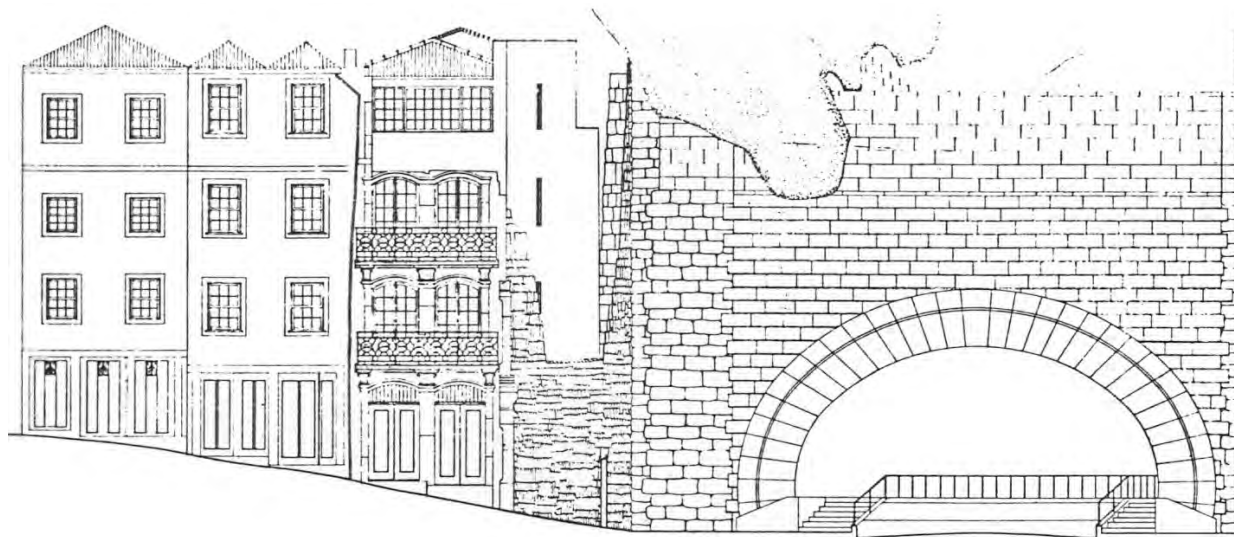
I | RUÍNA DA RUA DOS MERCADORES

OPERAÇÃO SAAL DA SÉ . PORTO
PROJETO 1976

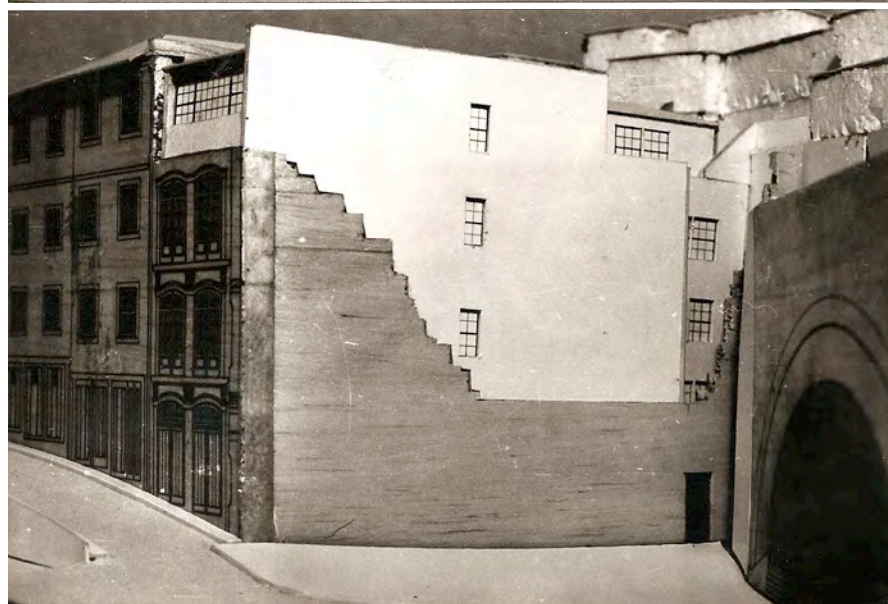
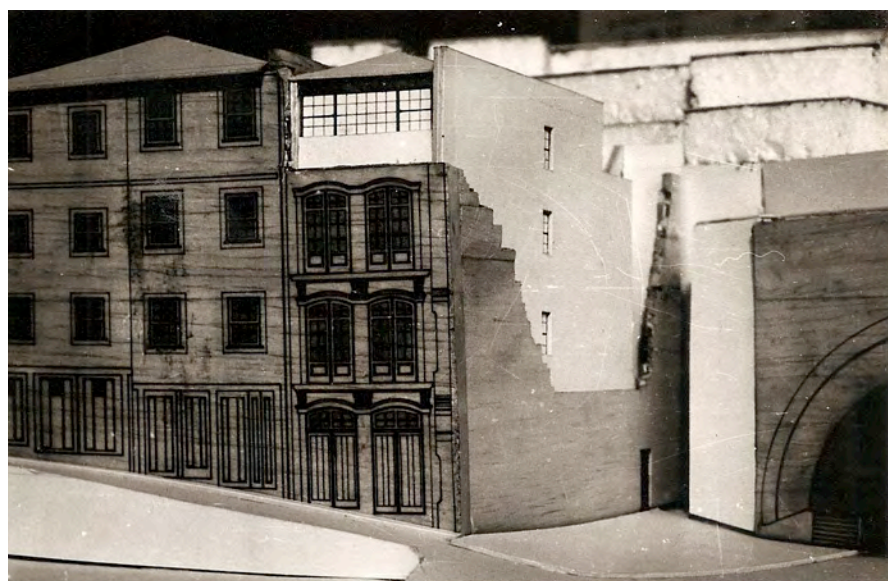


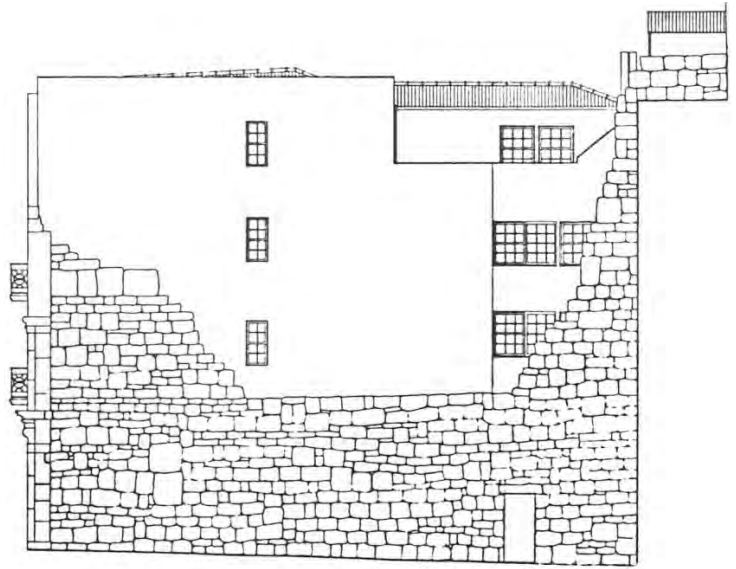


PLANTAS: R/C, 1, 2, 3 E COBERTURA

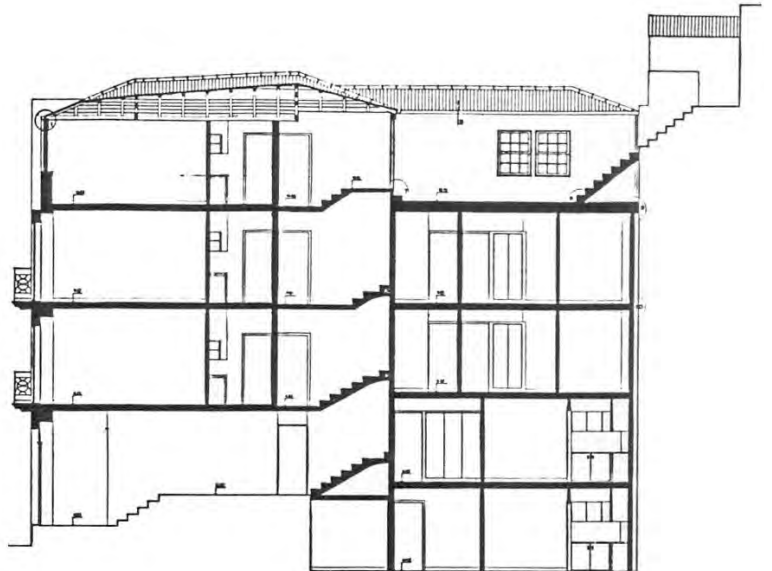


ALÇADO OESTE

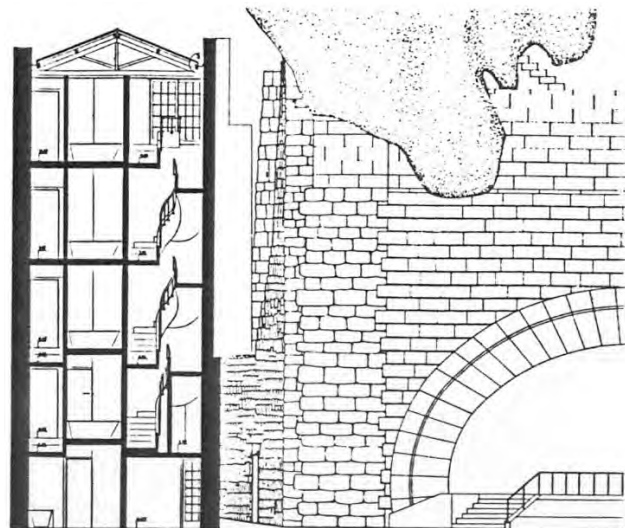




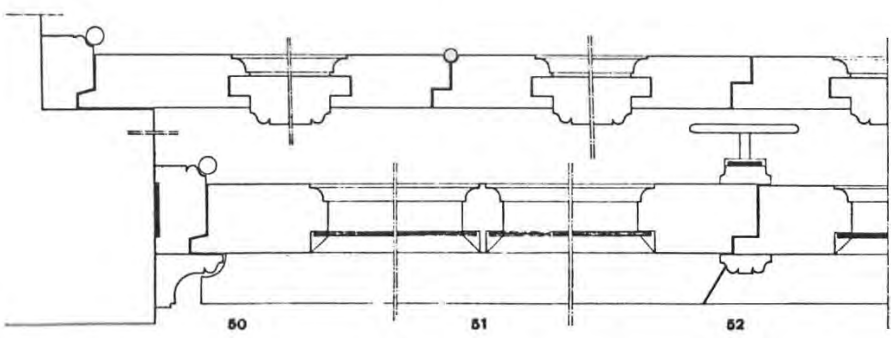
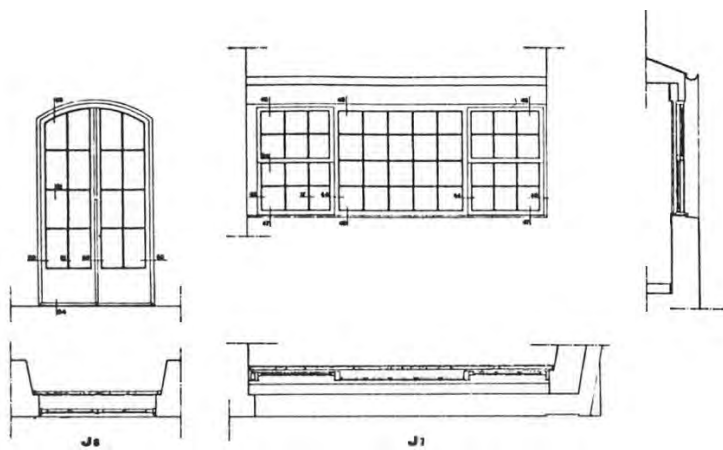
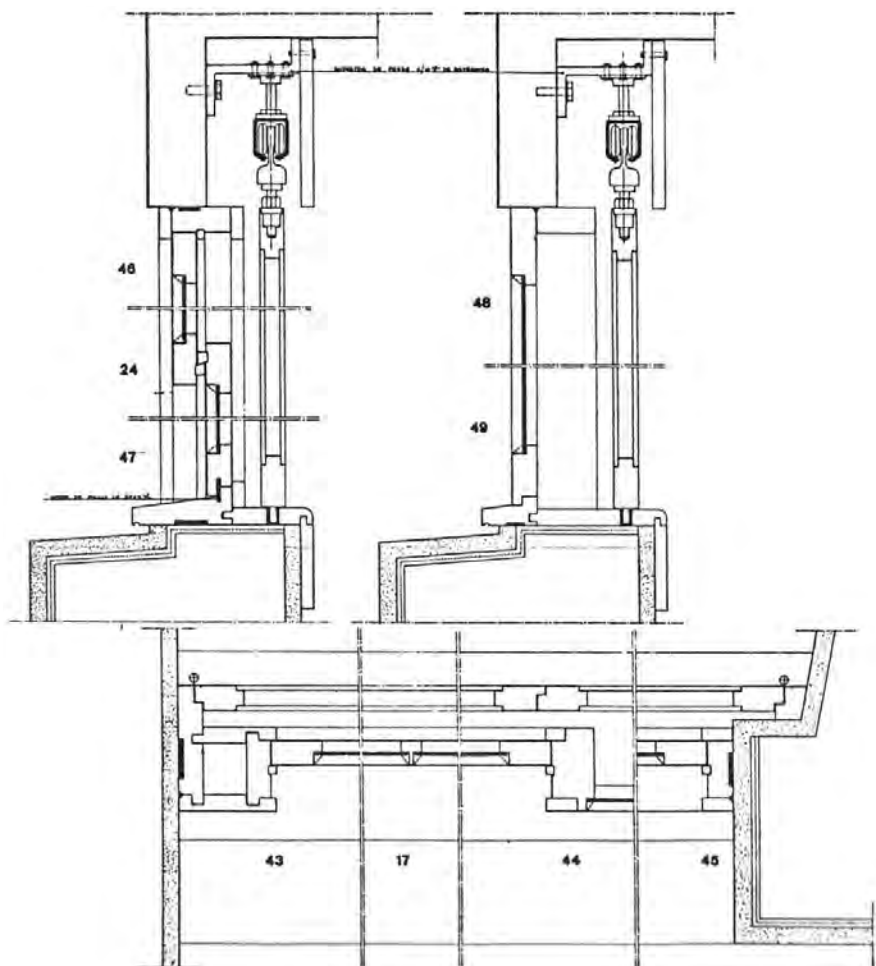
ALÇADO SUL



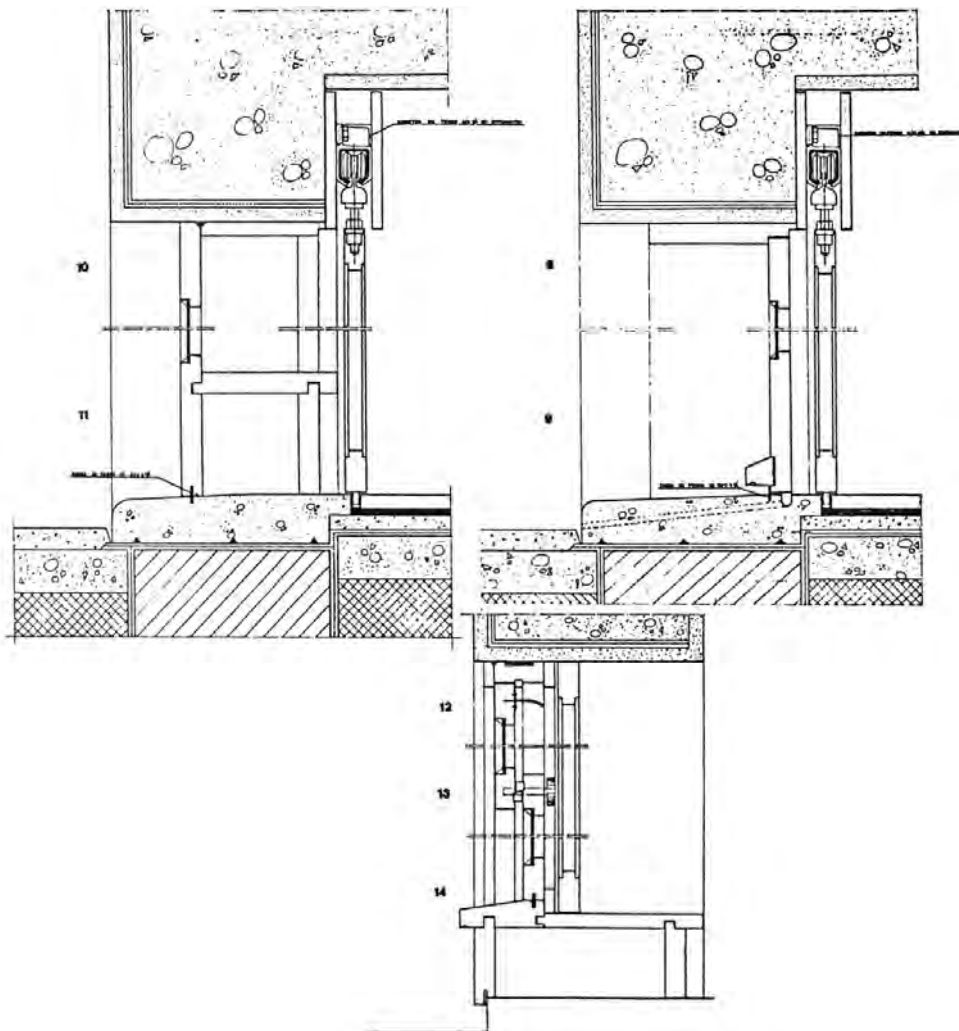
CORTE LONGITUDINAL



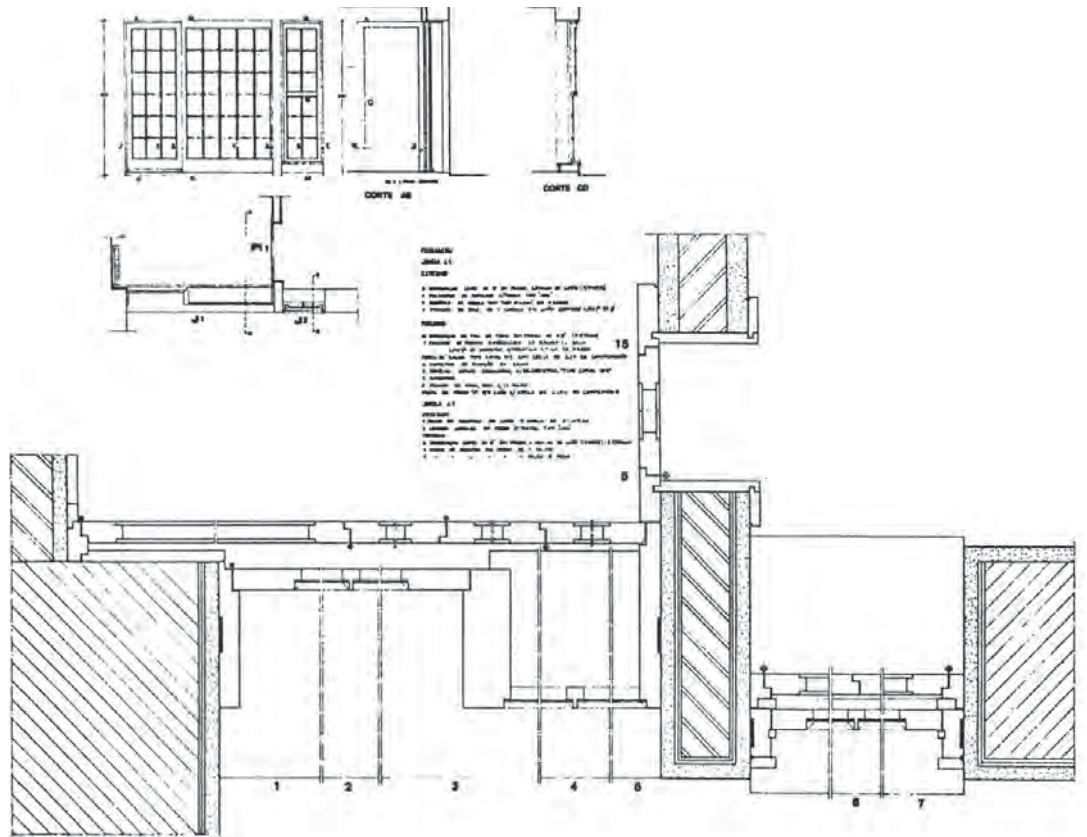
CORTE TRANSVERSAL



PORMENORES CAIXILHARIA



PORMENORES CAIXILHARIA



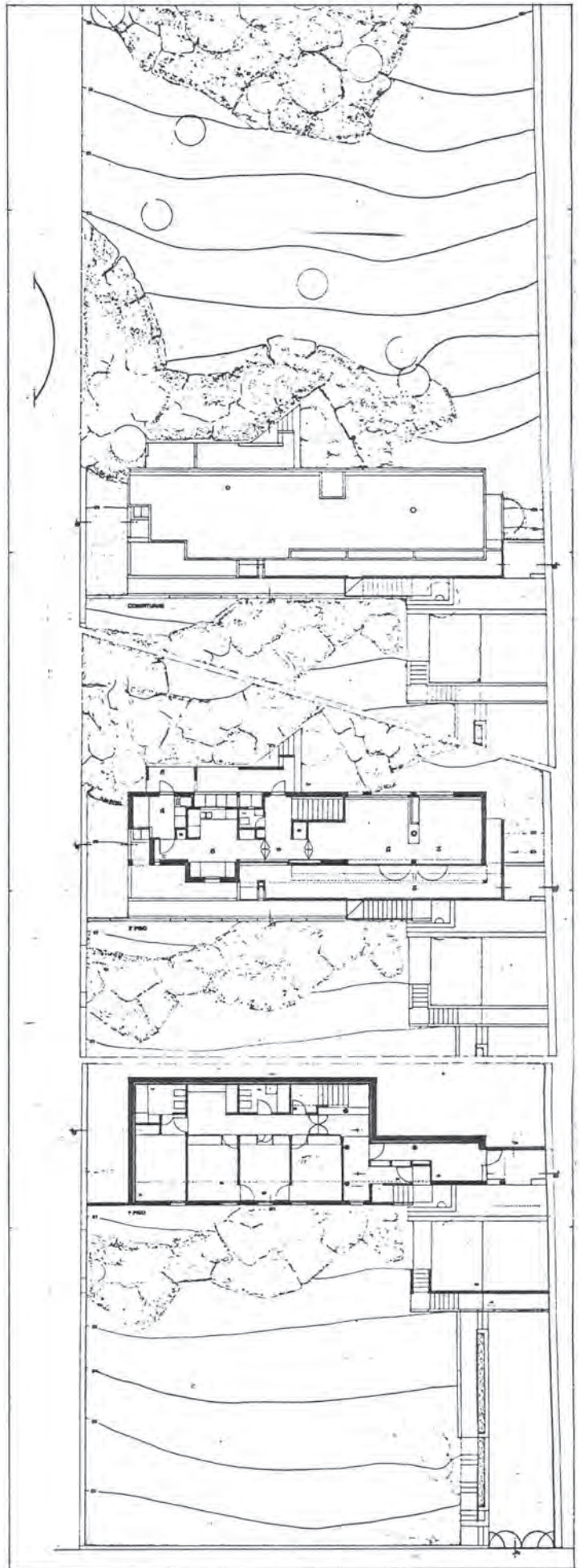
PORMENORES CAIXILHARIA

2 | CASA CASIMIRIO VAZ

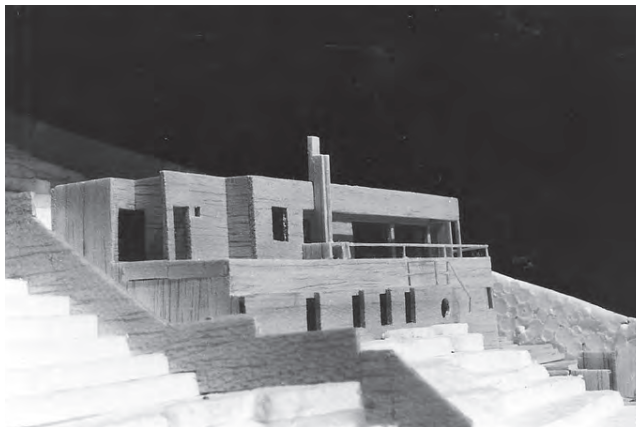
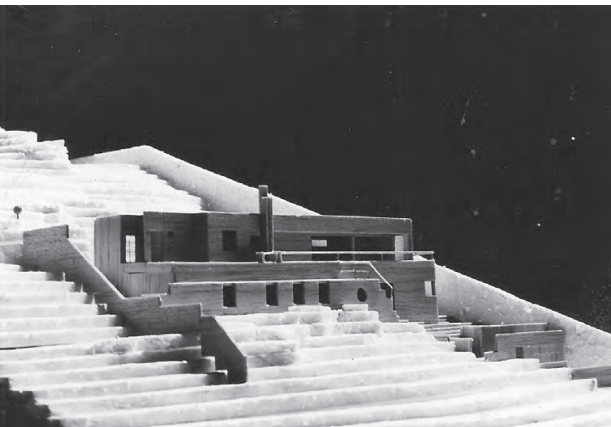
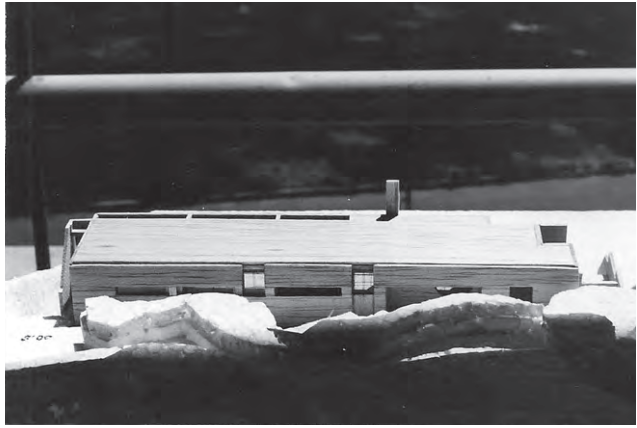
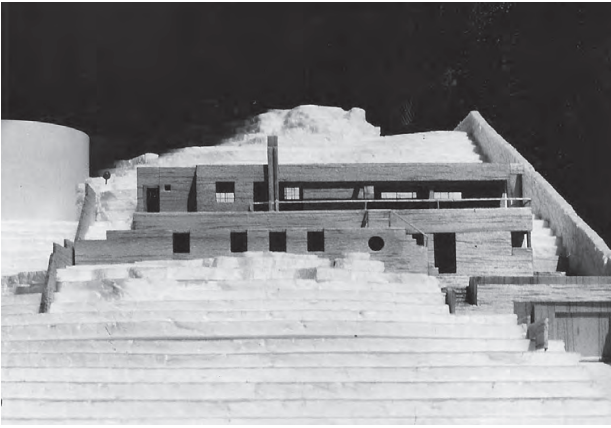
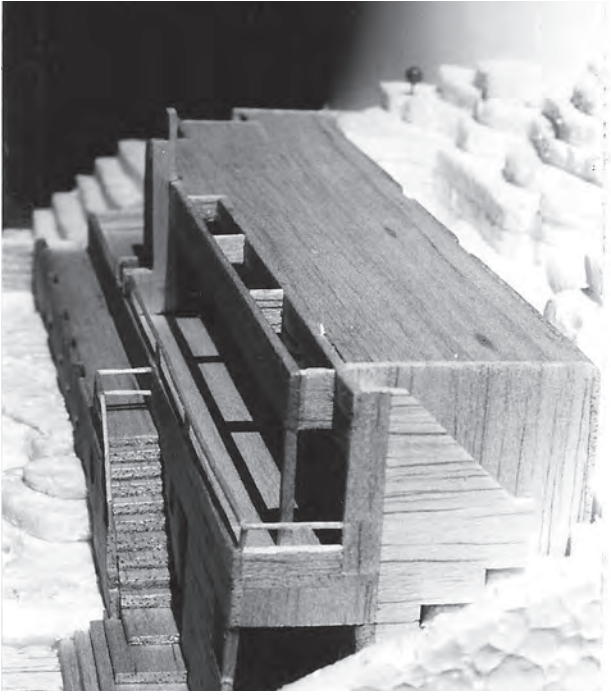
VILA PRAIA DE ÂNCORA

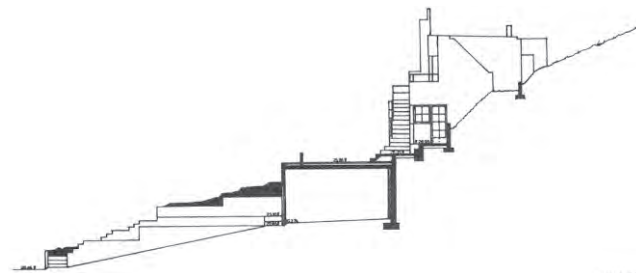
PROJETO 1979-1980 . OBRA 1981-1982



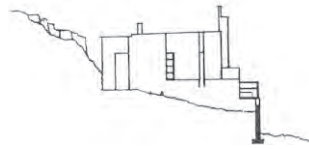


PLANTAS: COBERTURA, R/C, -1





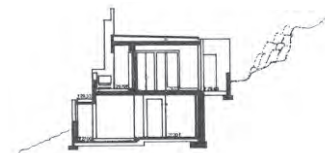
ALÇADO SUDOESTE



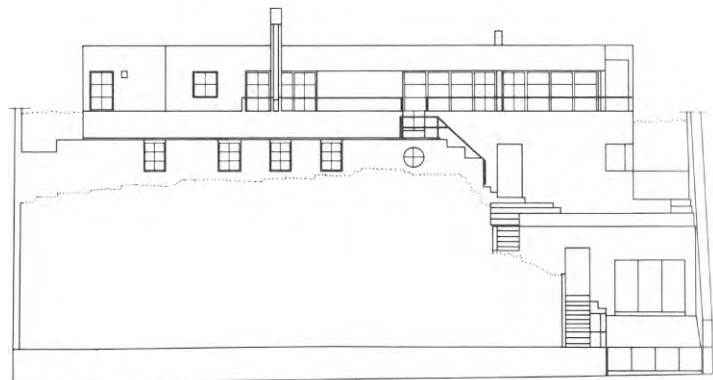
ALÇADO NOROESTE



ALÇADO NORDESTE



CORTE

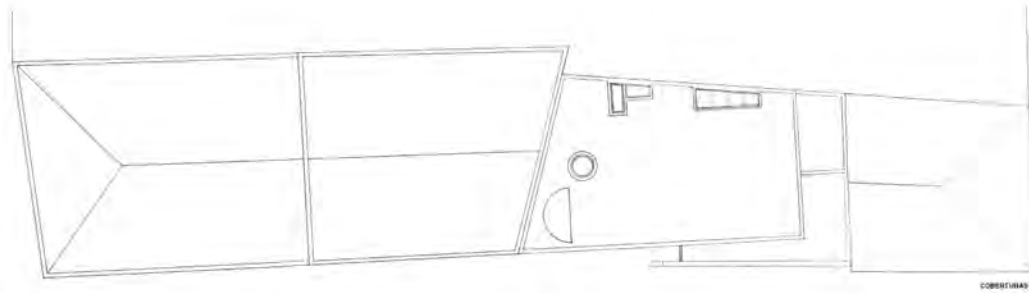


ALÇADO SUL

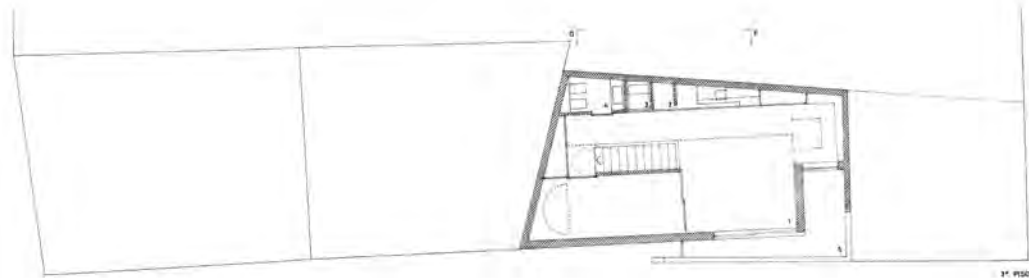


3 | ASSOCIAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DO TERRITÓRIO
SEDE DA BIENAL DE ARQUITECTURA NO LARGO DO PARAÍSO . SOURE
PROJETO 1986. OBRA 1988-1990
1.º LUGAR EM CONCURSO PÚBLICO



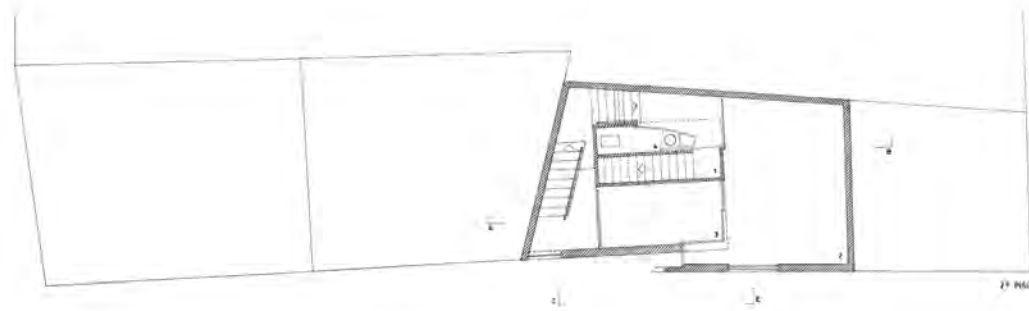


COBERTURAS



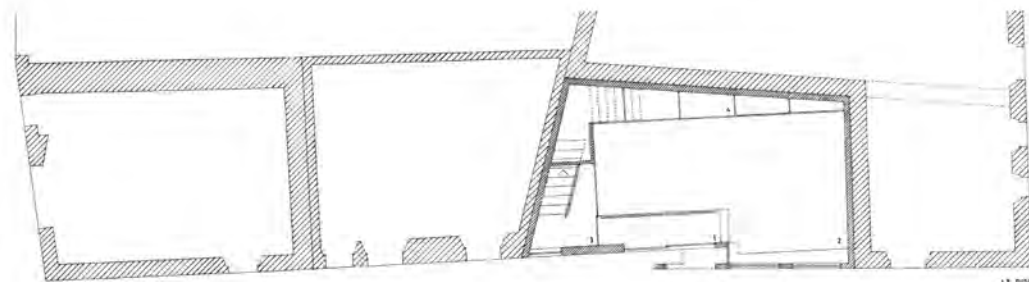
1º PISO

- 1 Sala
- 2 Armário cozinha
- 3 Cozinha
- 4 Quarto de banho
- 5 Varanda



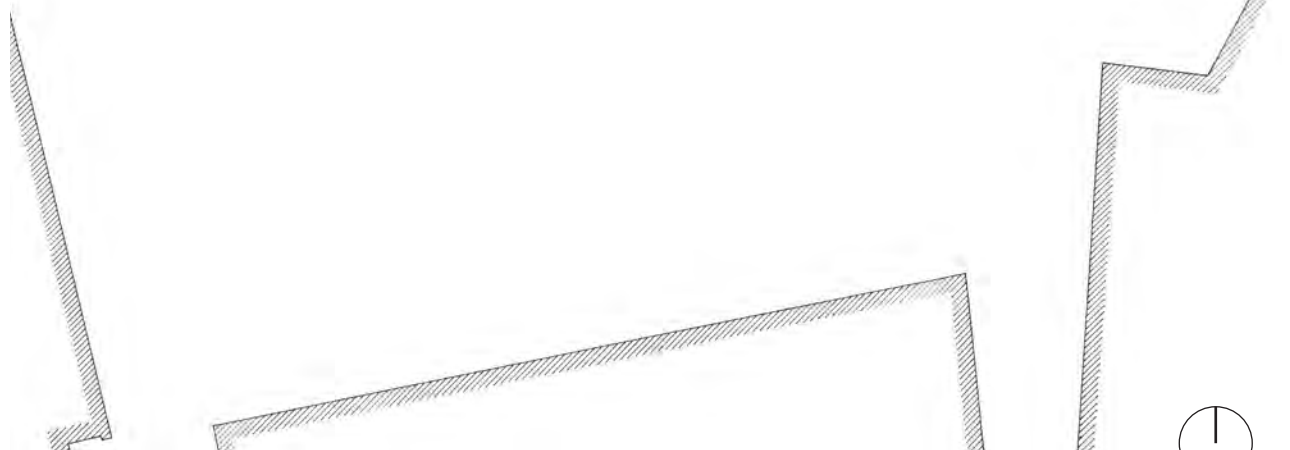
2º PISO

- 1 Alpendre do T0
- 2 Sala de trabalho
- 3 Sala de reunião
- 4 Sanitário



3º PISO

- 1 Entrada
- 2 Sala de exposições
- 3 Acesso do 1º e 2º Pisos
- 4 Armários

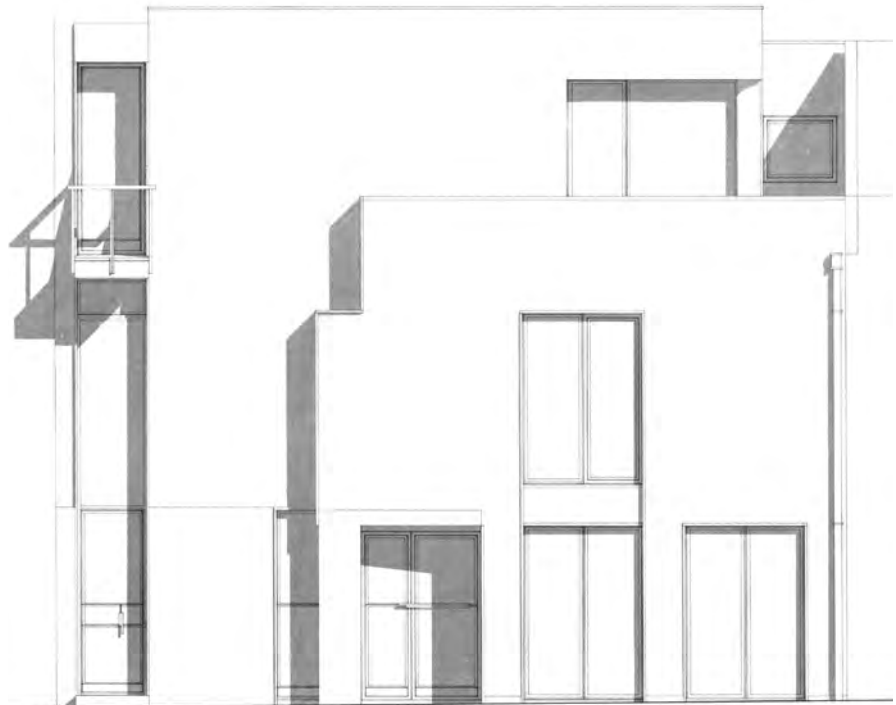


PLANTAS: R/C, 1, 2 E COBERTURA



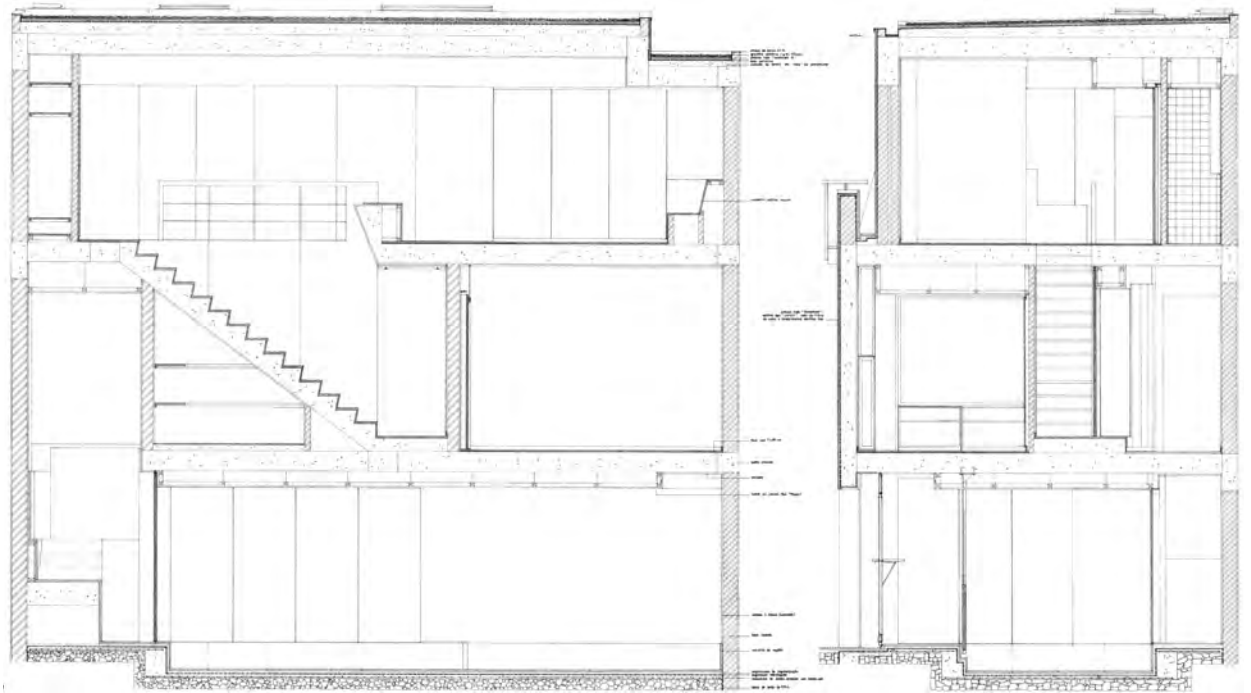


ALÇADO PRINCIPAL SUL | CONCURSO

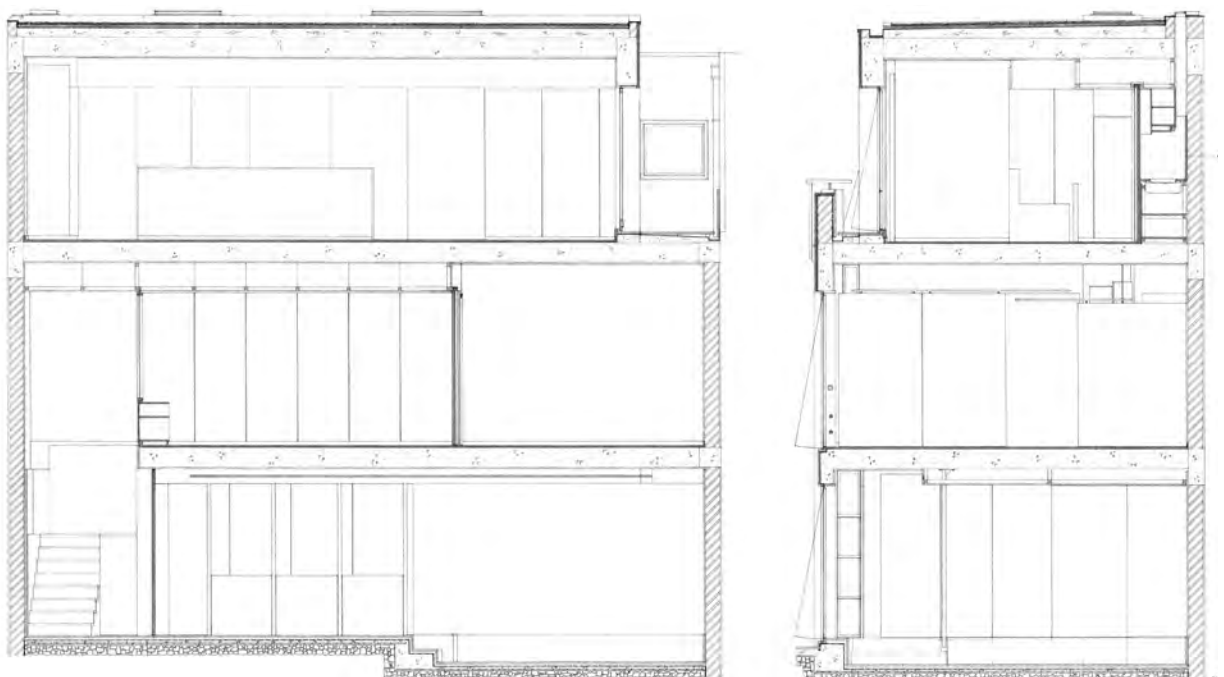


ALÇADO PRINCIPAL SUL | EXECUÇÃO





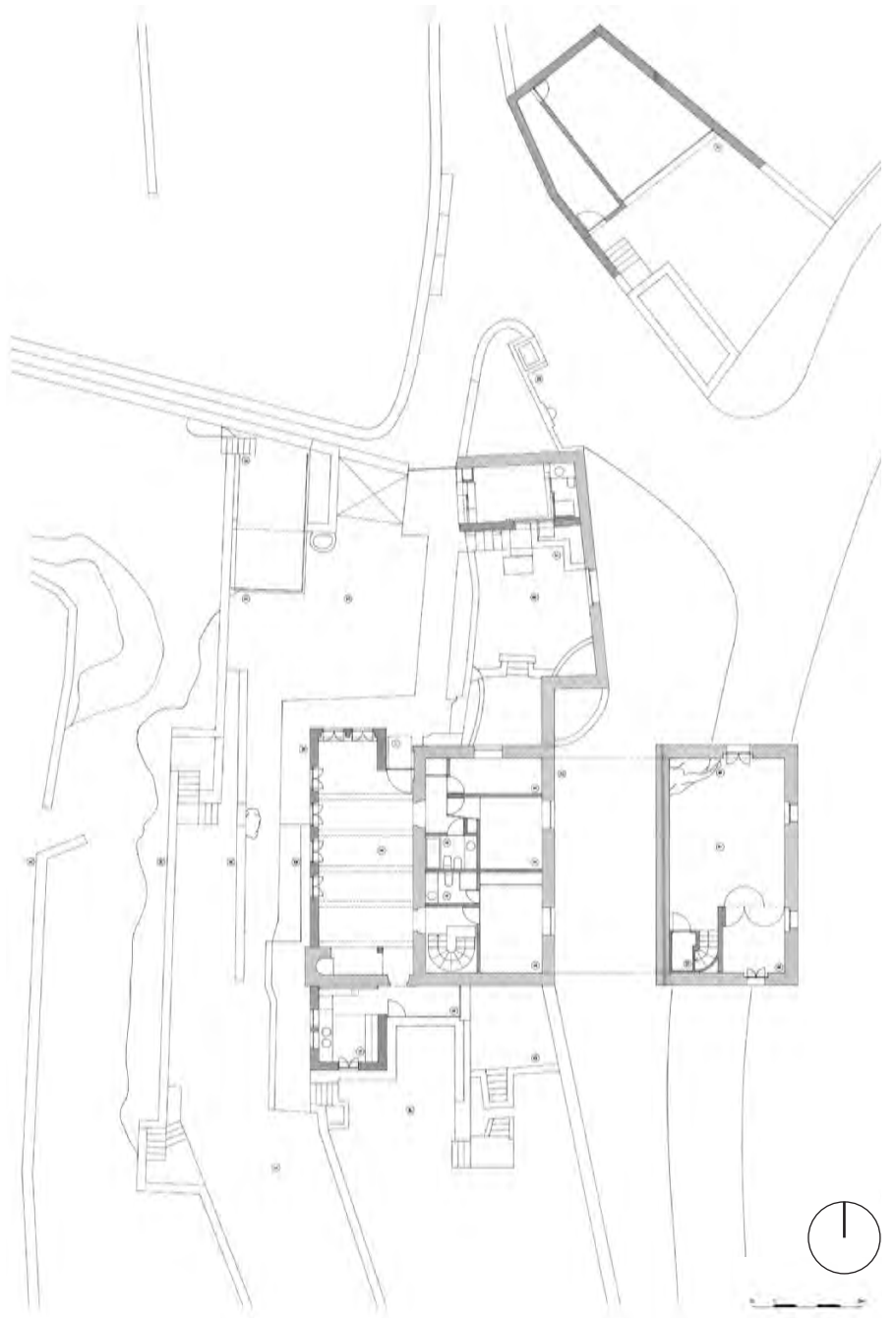
CORTES 1,2: LONGITUDINAL E TRANSVERSAL



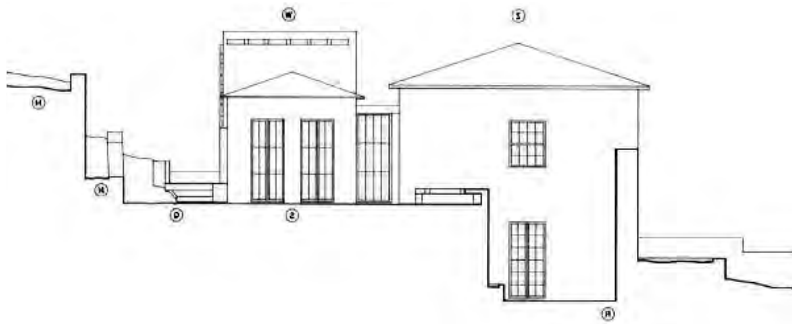
CORTES 3,4: LONGITUDINAL E TRANSVERSAL

4 | CASA ENG. ANTÓNIO CAMPOS E MATOS
FREIXEIRO DE SOUTELO . VIANA DO CASTELO
PROJETO 1986-1997 . OBRA 1986-2005

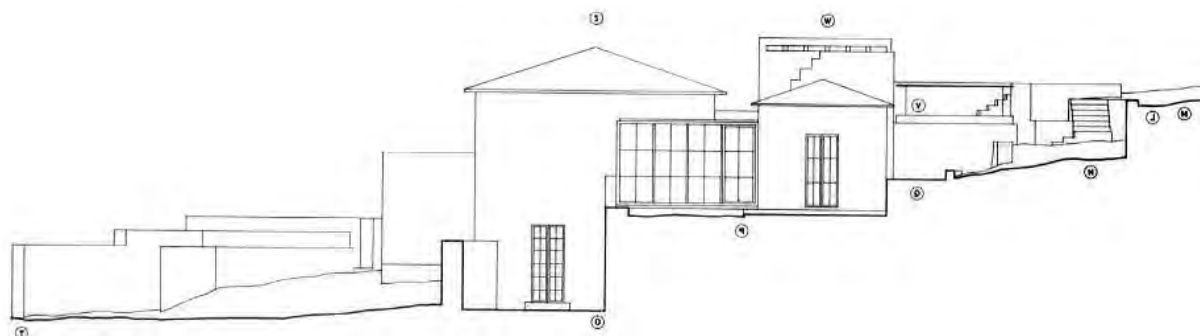




PLANTA DE IMPLANTAÇÃO



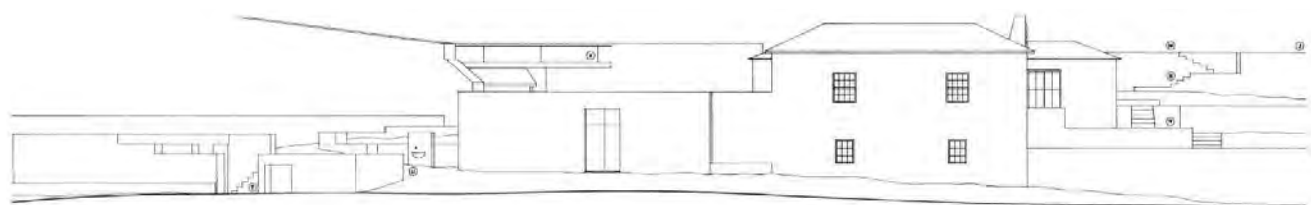
ALÇADO NORTE



ALÇADO SUL



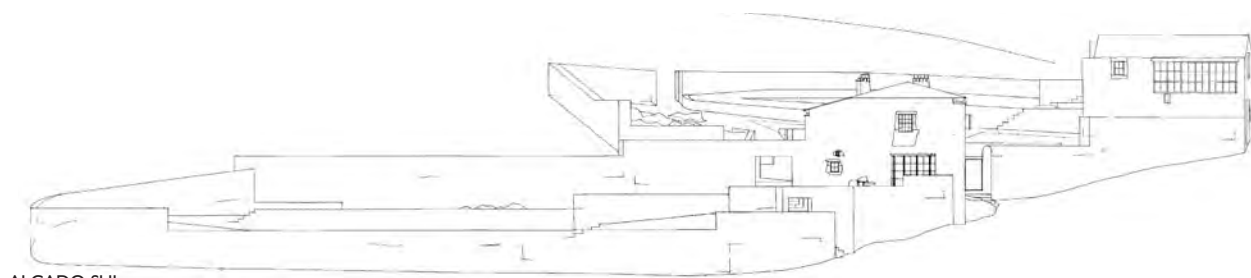
ALÇADO OESTE



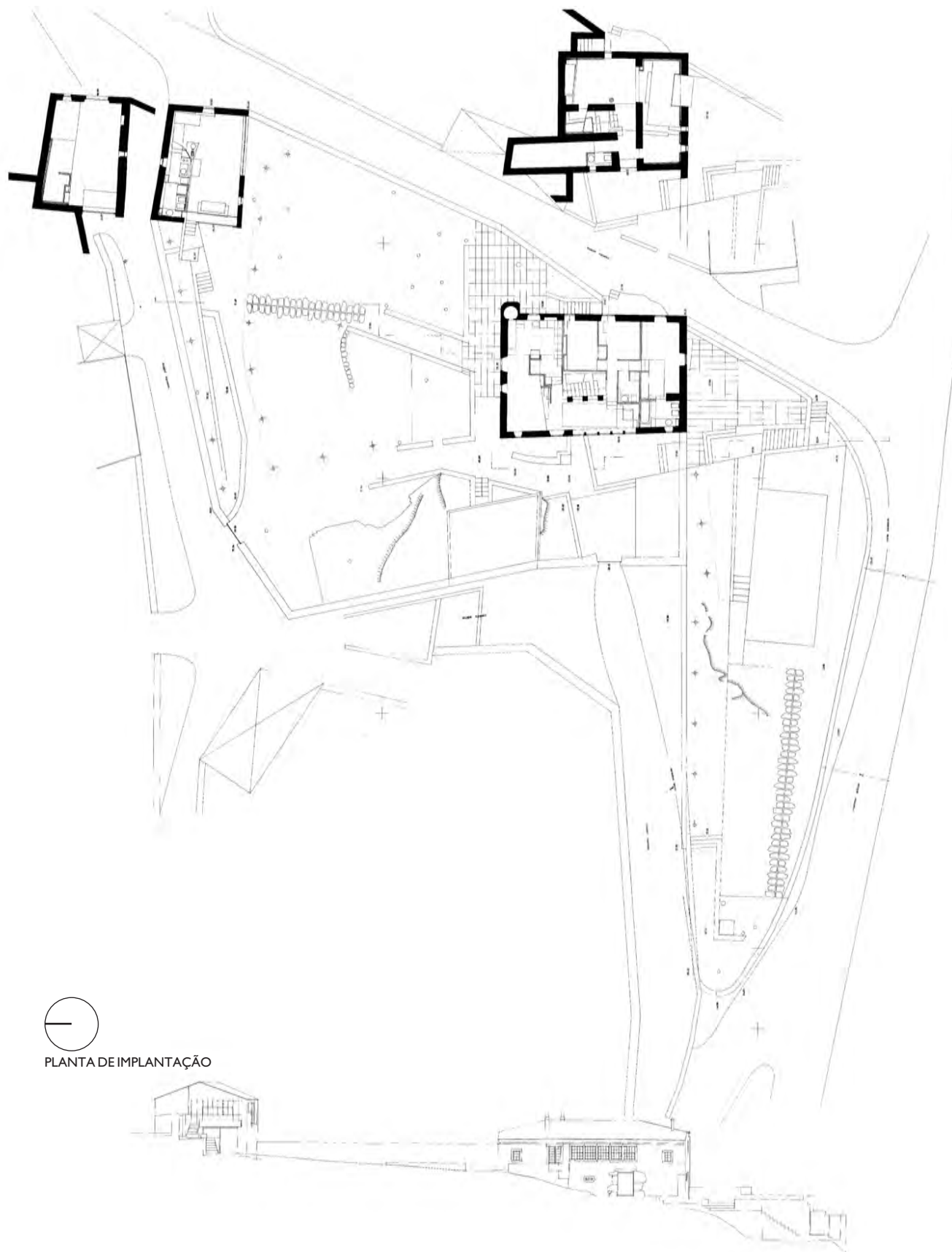
ALÇADO ESTE







ALÇADO SUL

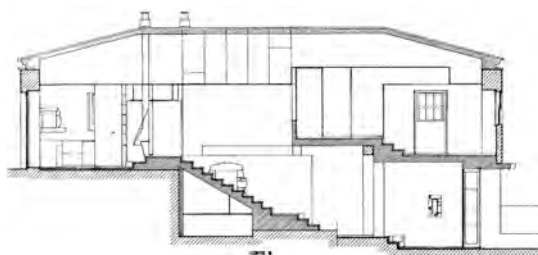


PLANTA DE IMPLANTAÇÃO

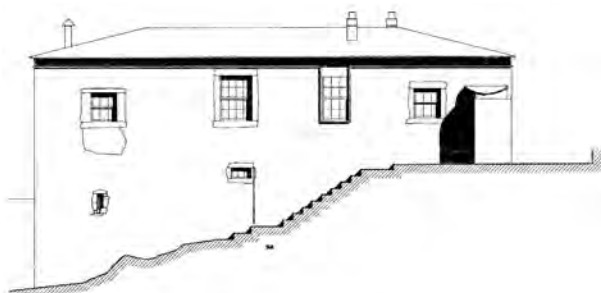
ALÇADO OESTE



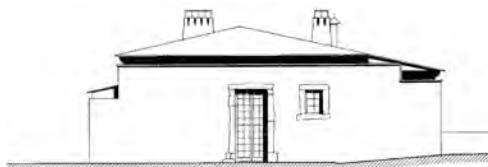
CORTE TRANSVERSAL CASA



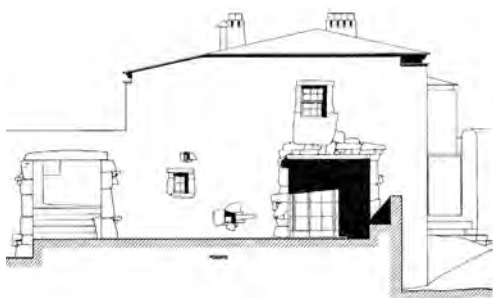
CORTE LONGITUDINAL CASA



ALÇADO DA CASA ESTE



ALÇADO DA CASA NORTE



ALÇADO DA CASA SUL



ALÇADO DA CASA OESTE



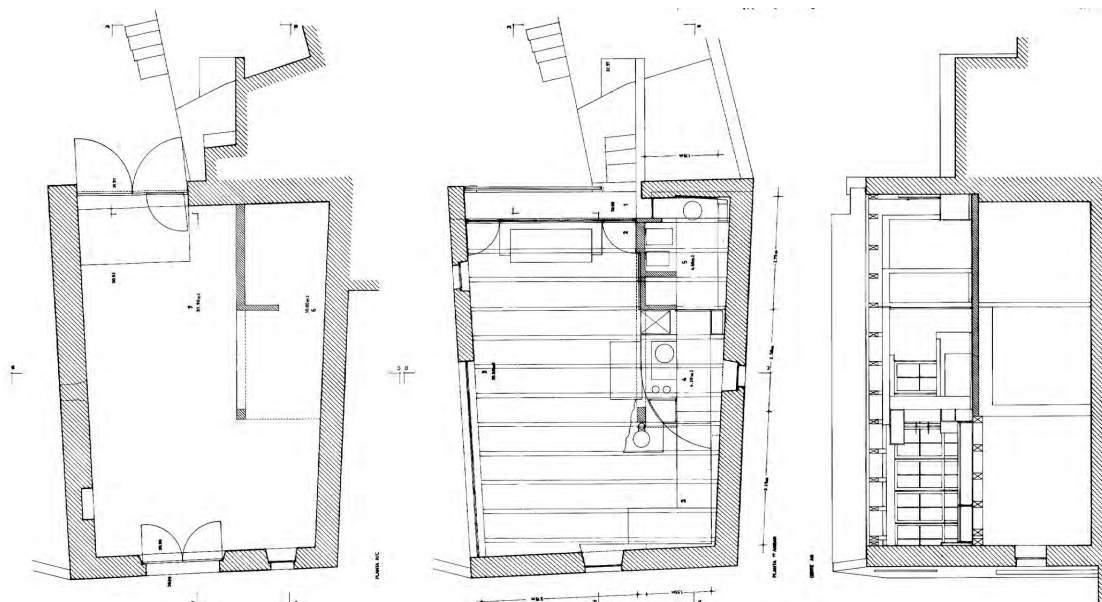


FOTOS EXTERIOR . EXISTENTE

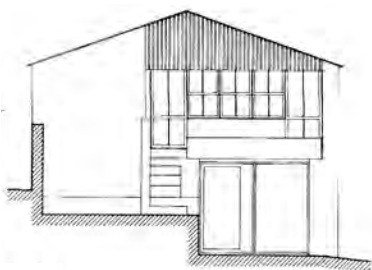


FOTO INTERIOR . EXISTENTE

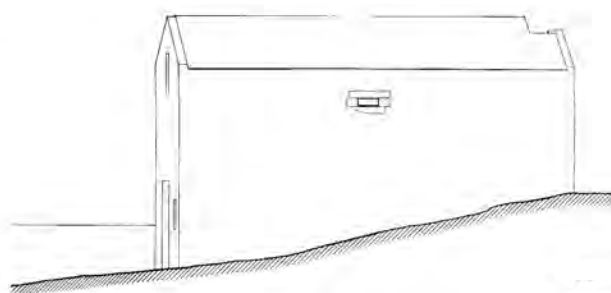




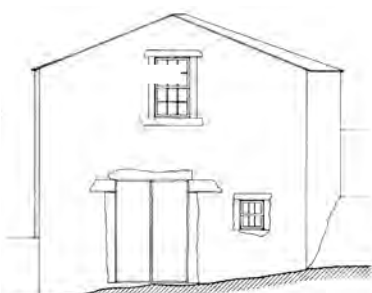
PLANTAS ANEXO



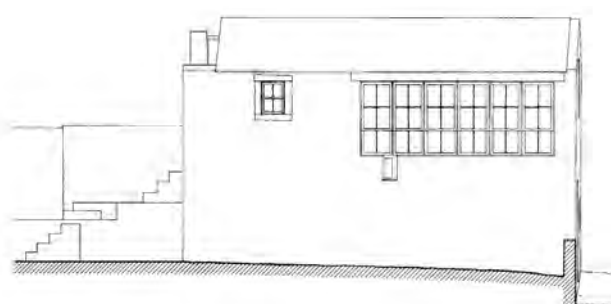
ALÇADO NORTE



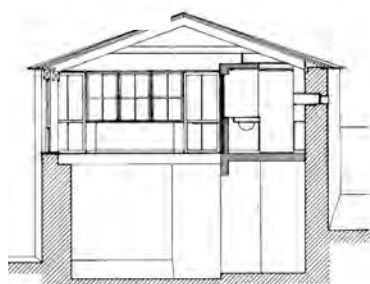
ALÇADO ESTE



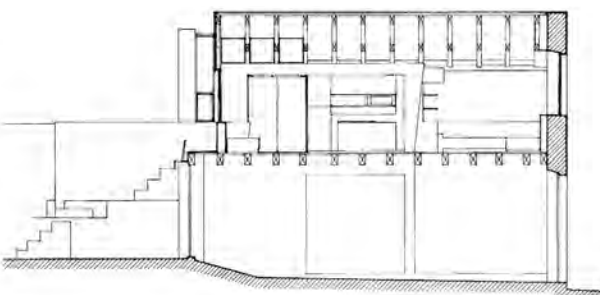
ALÇADO SUL



ALÇADO OESTE



CORTE TRANSVERSAL



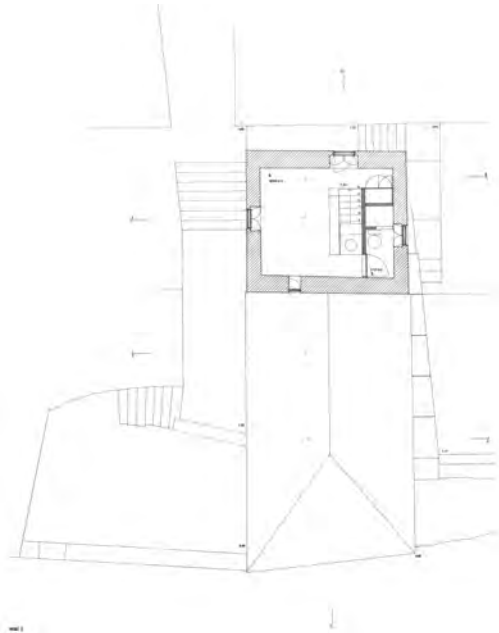
CORTE LONGITUDINAL



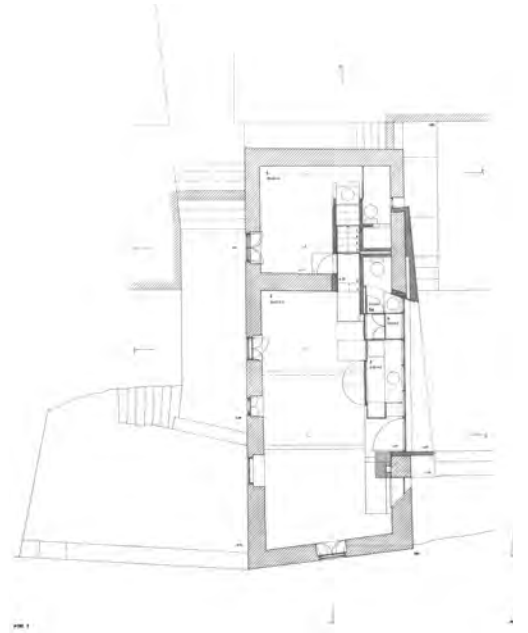
FOTO EXTERIOR . EXISTENTE



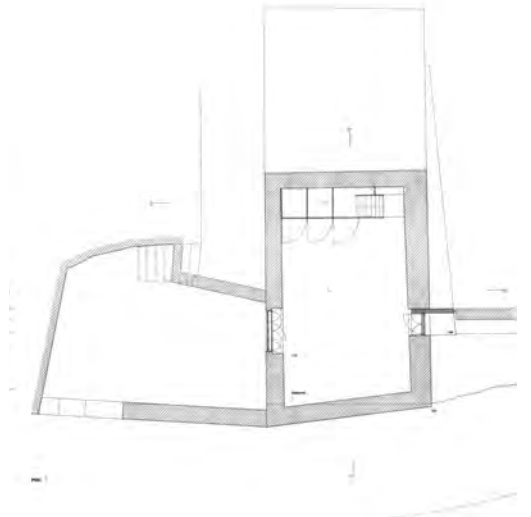




PLANTA PISO 3



PLANTA PISO 2

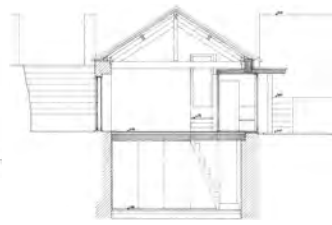


PLANTA PISO I

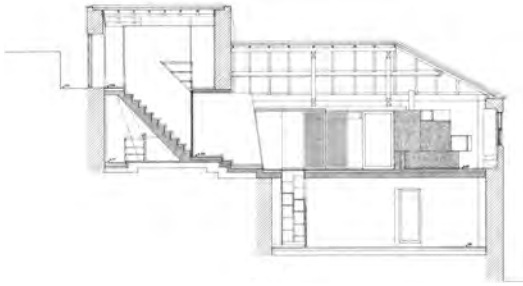




CORTE TRANSVERSAIS



ALÇADO SUL



CORTE LONGITUDINAL



ALÇADO NORTE



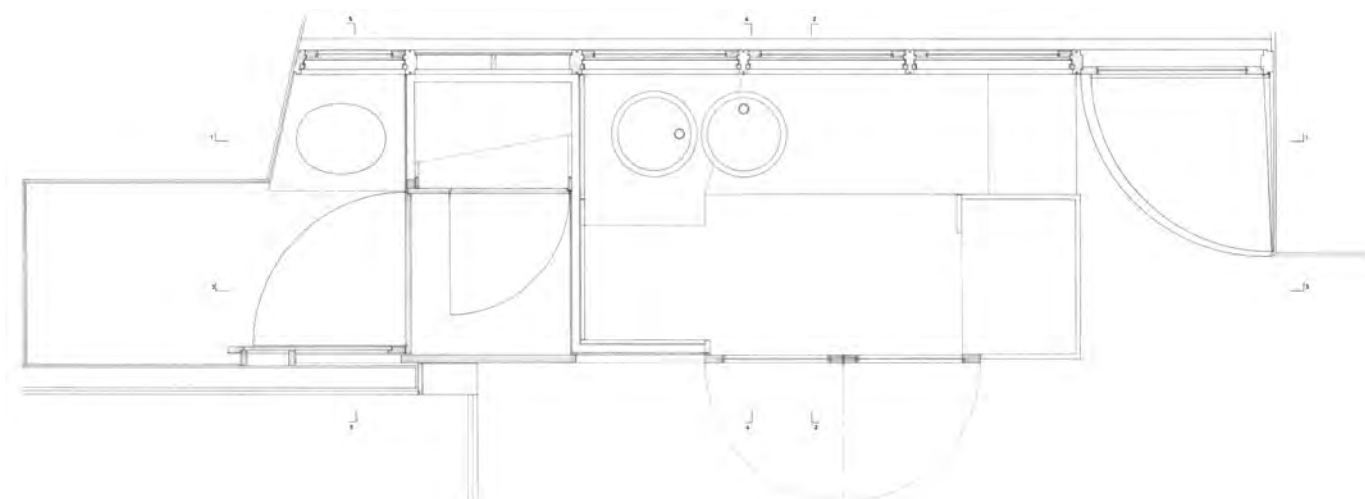
ALÇADO ESTE



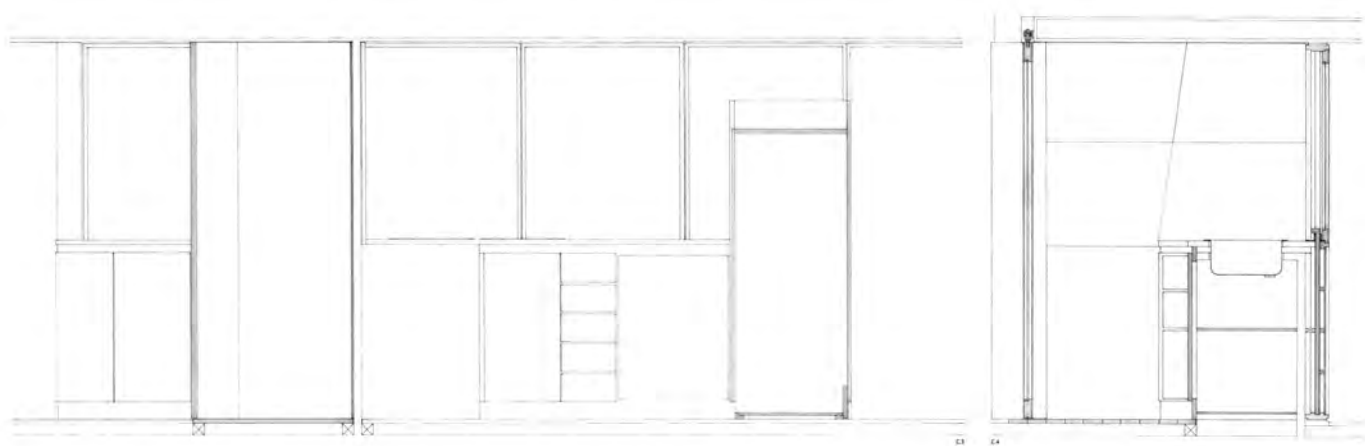
ALÇADO POENTE



FOTO EXTERIOR. EXISTENTE



PLANTA COZINHA



CORTES COZINHA





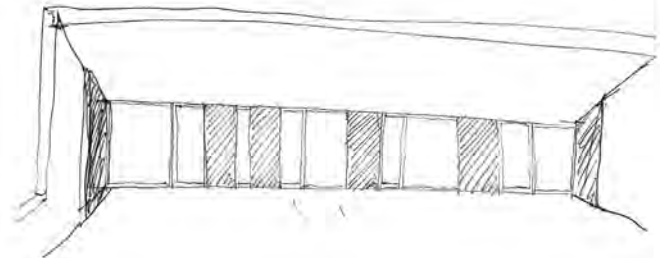
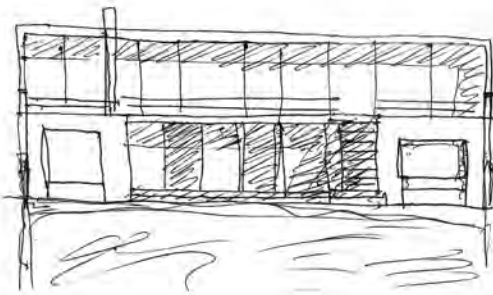
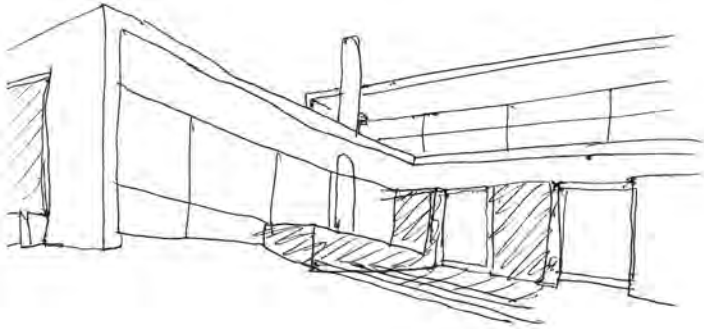
FOTO INTERIOR . EM CONSTRUÇÃO

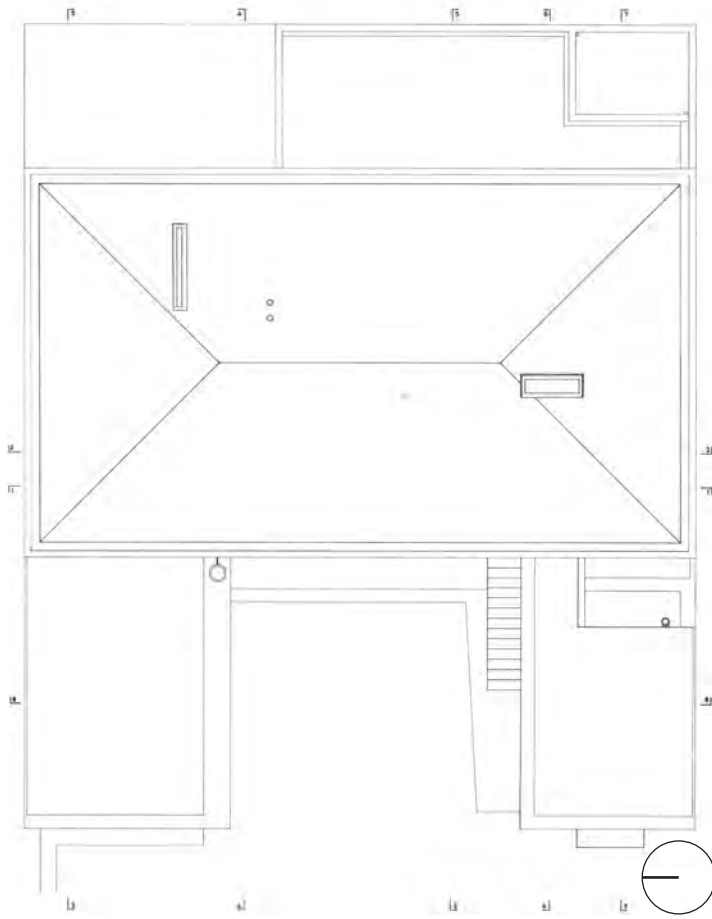




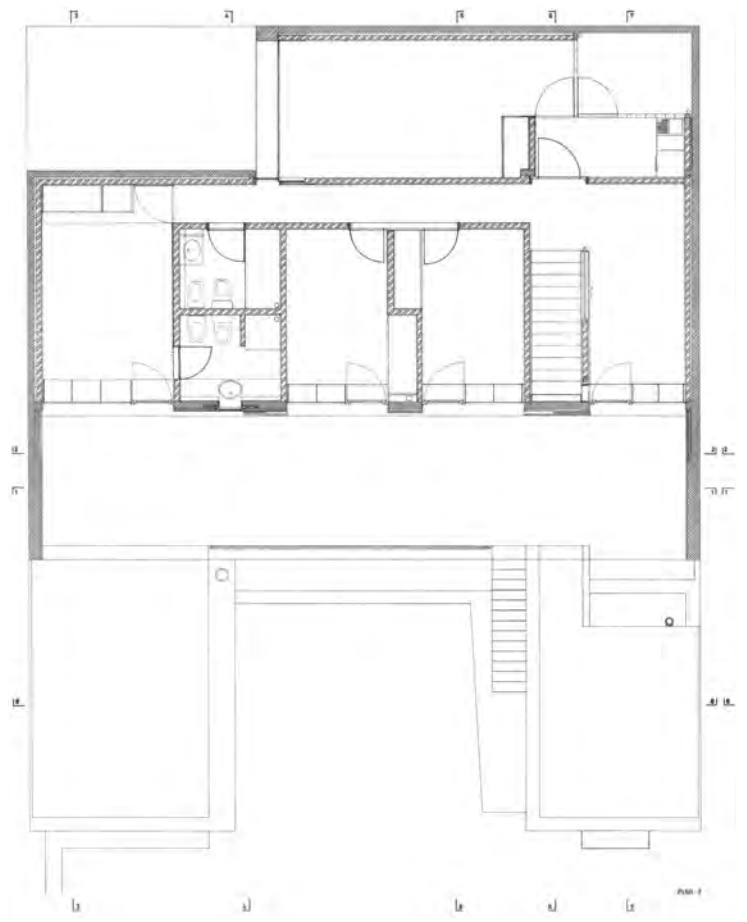
7 | CASA ENG. RAIMUNDO DELGADO
MONTEDOR . CARREÇO . VIANA DO CASTELO
PROJETO 1989-1991 . OBRA 1992-1994



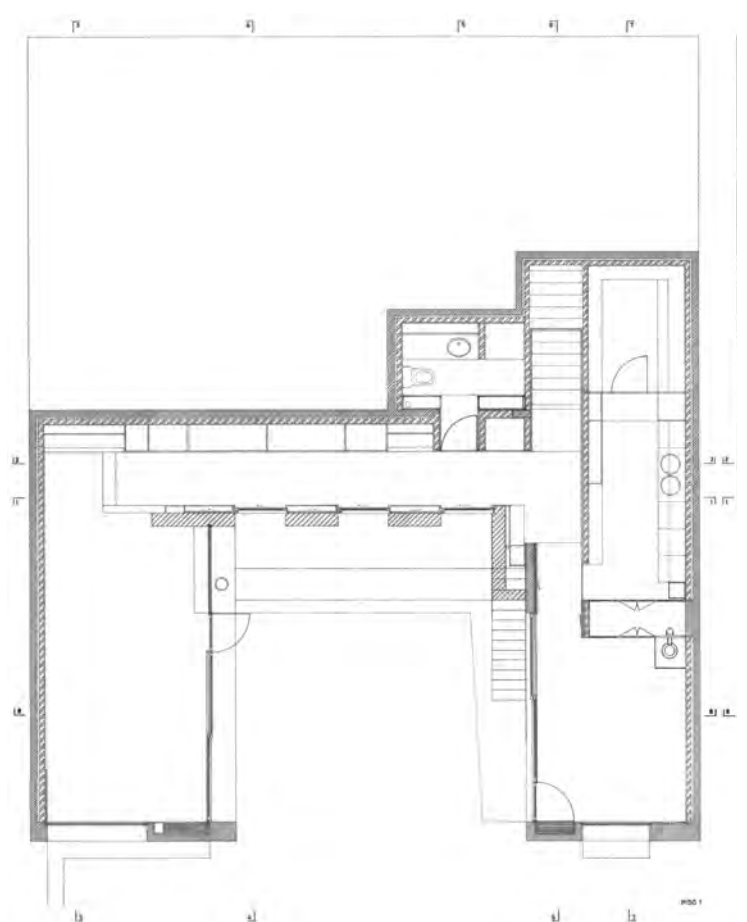




PLANTA COBERTURA



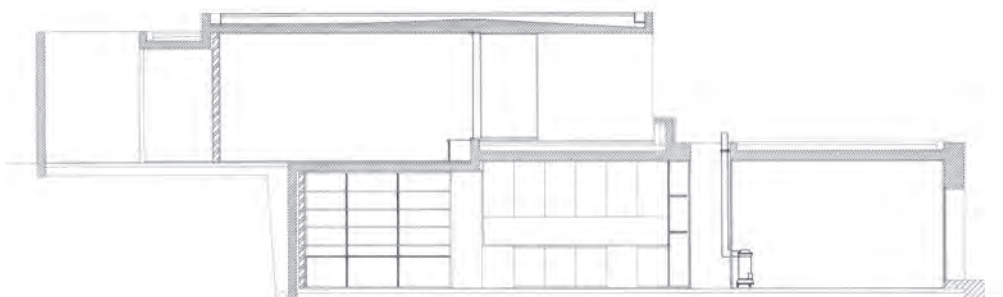
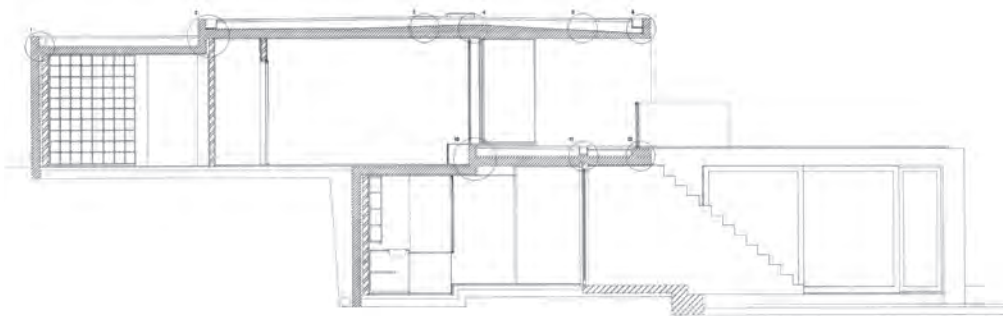
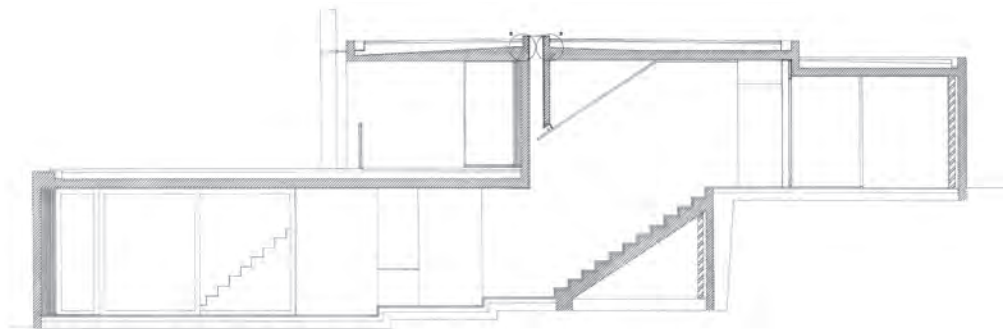
PLANTA R/C



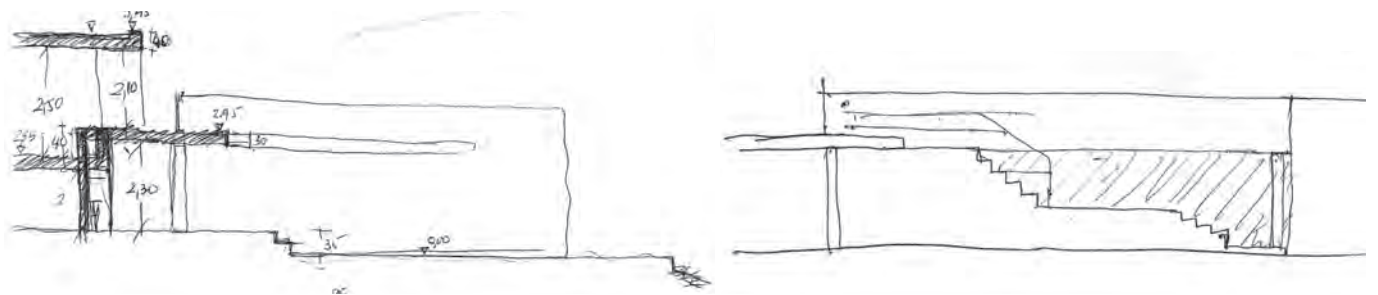
PLANTA -I

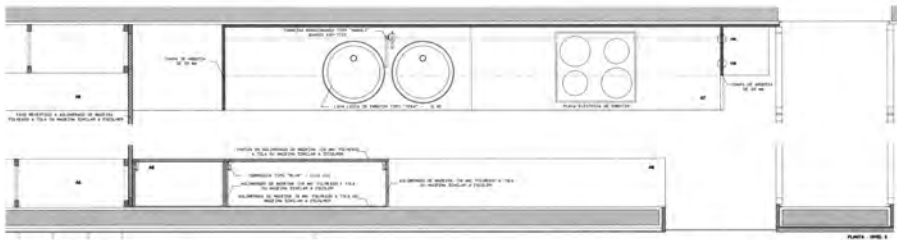
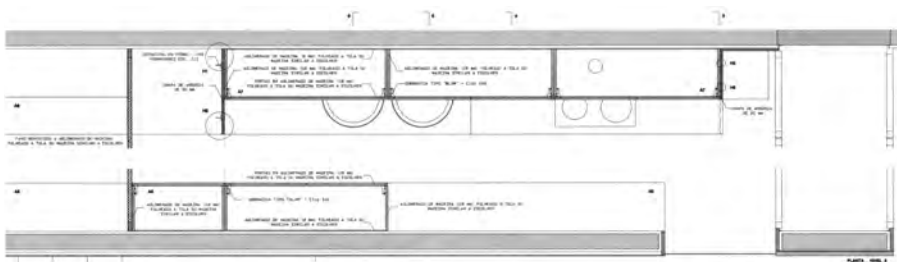
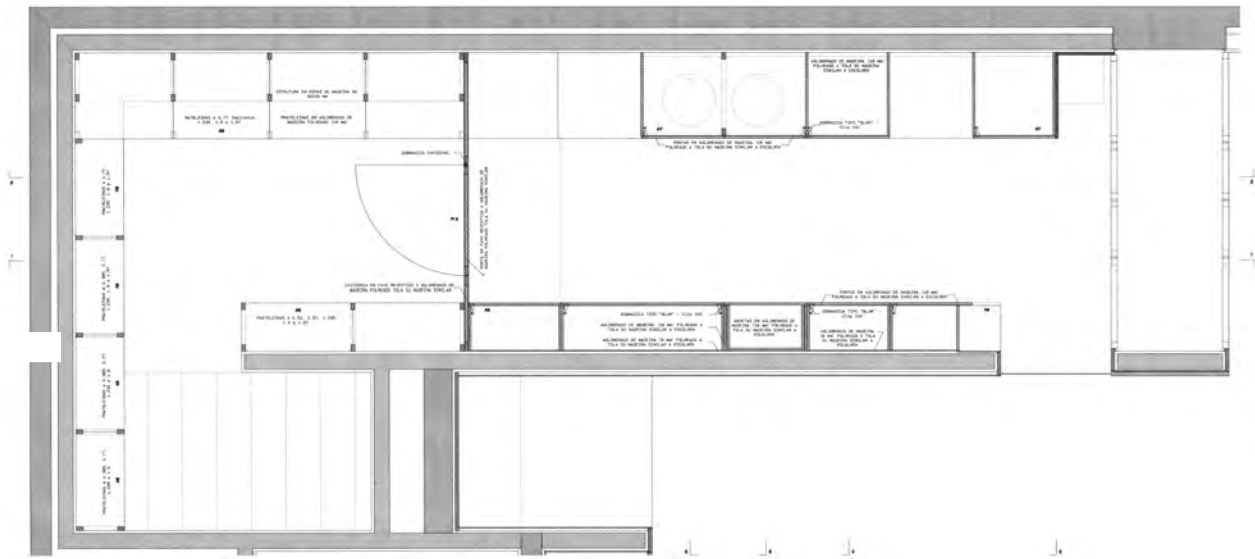


CORTETRANSVERSAL

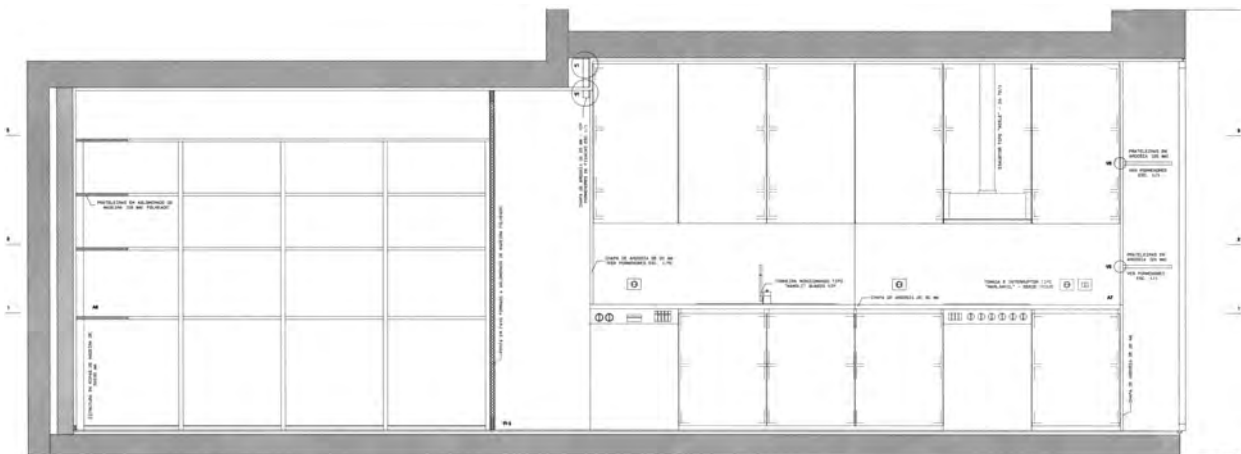


CORTES LONGITUDINAIS

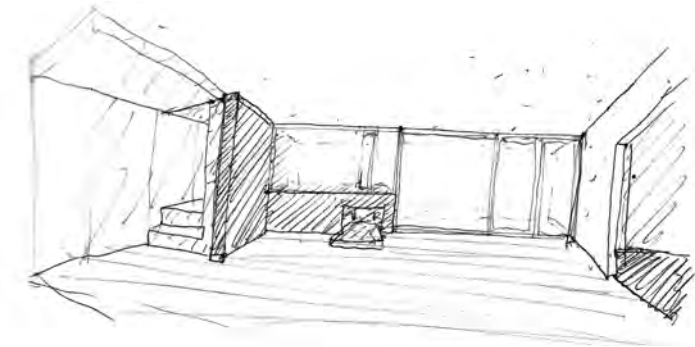


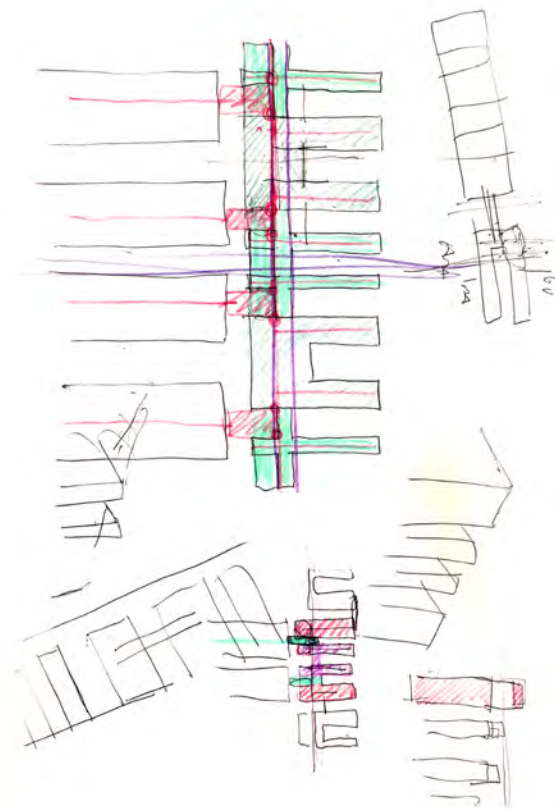
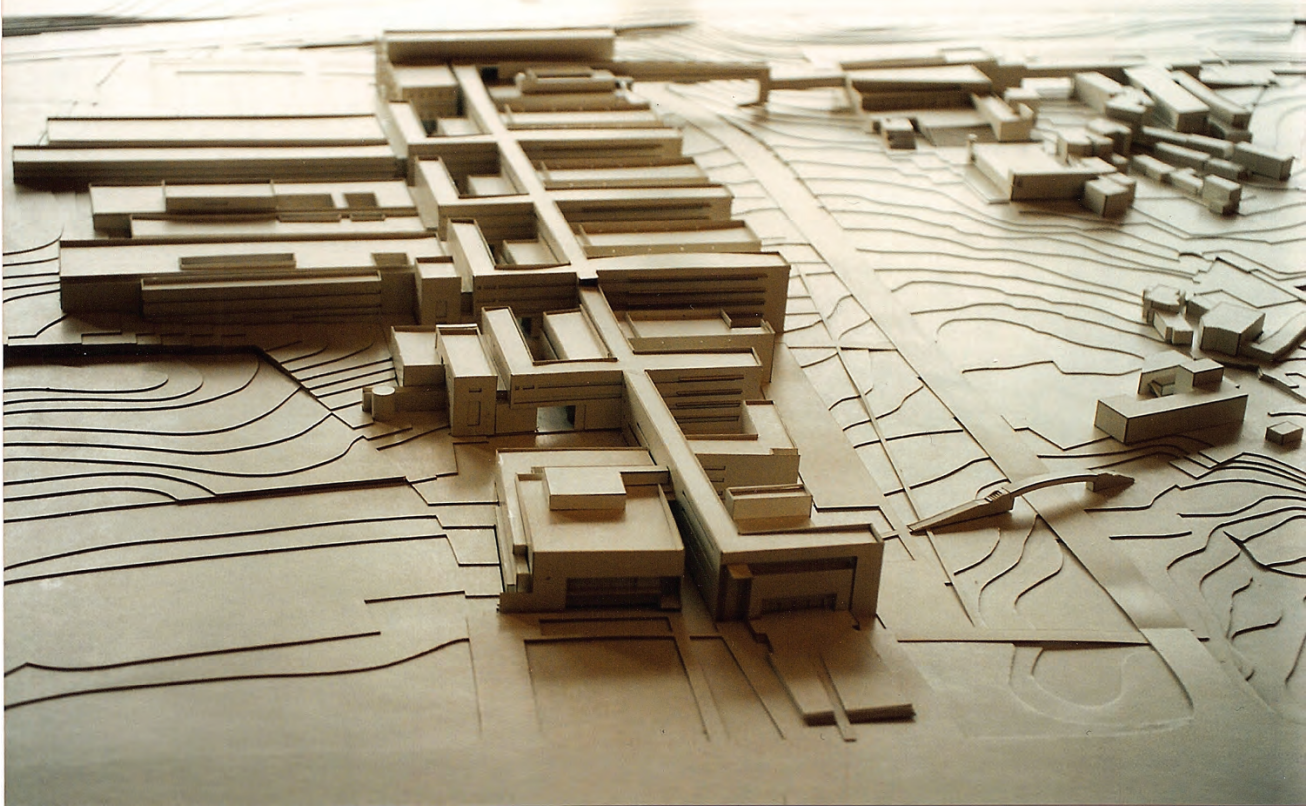


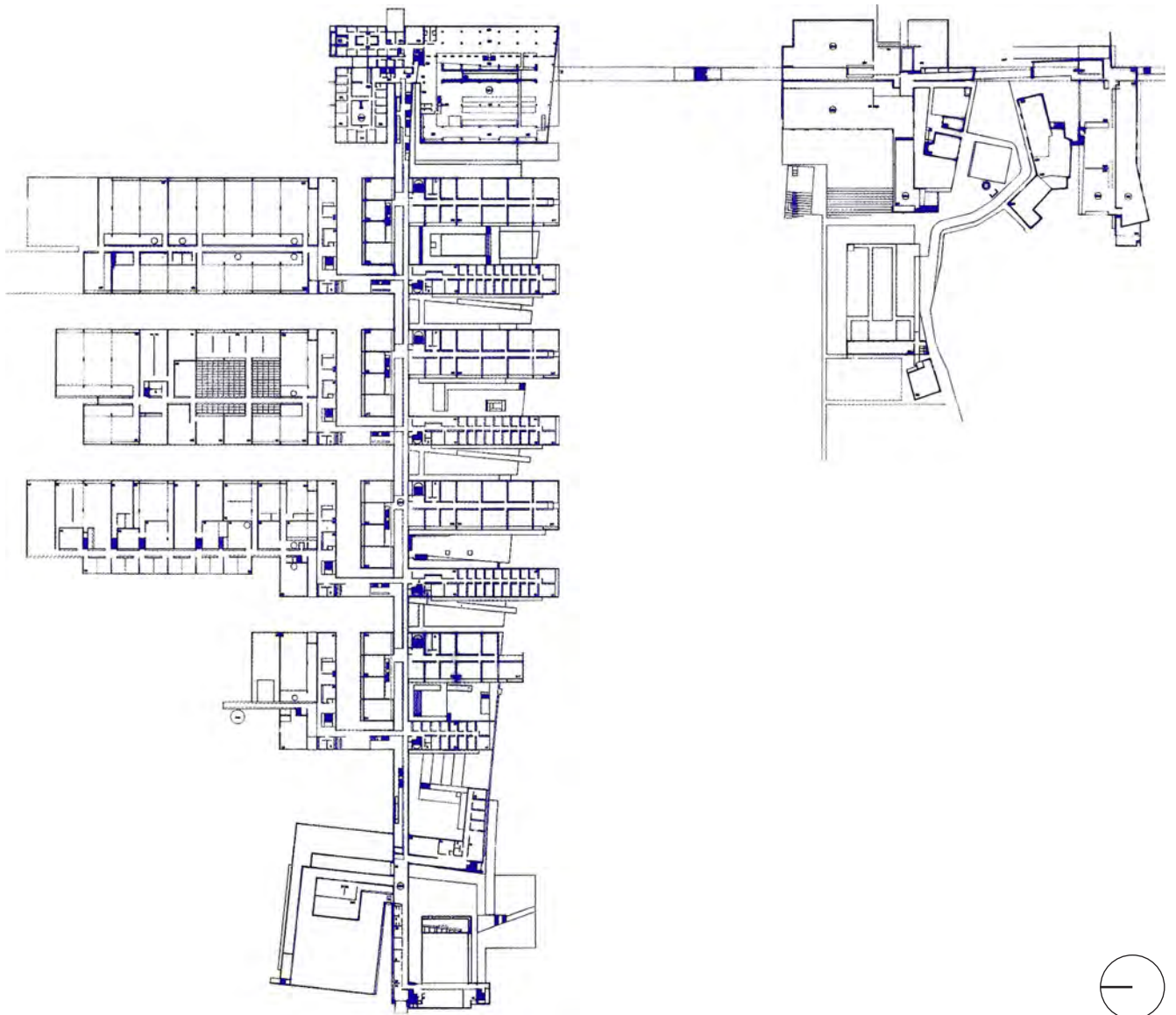
PLANTAS COZINHA



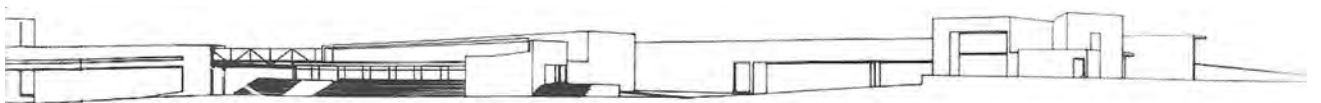
CORTE COZINHA



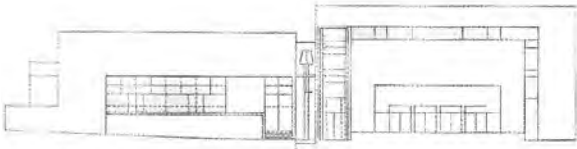




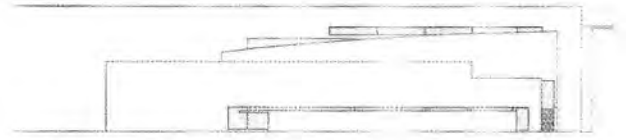
PLANTAR/C



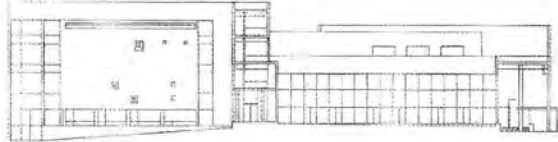
PERSPECTIVAS GERAIS



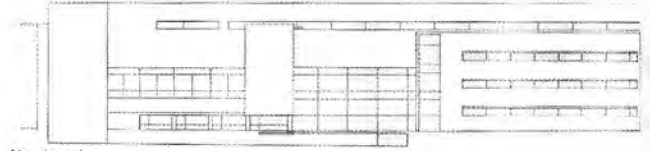
Alçado poente



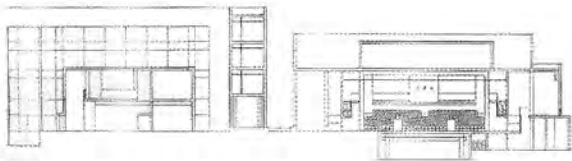
Alçado norte



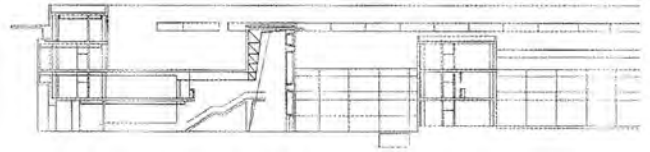
Corte



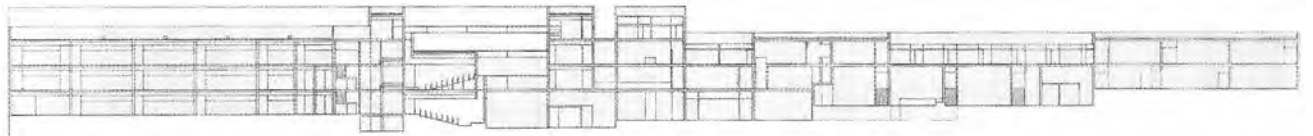
Alçado sul



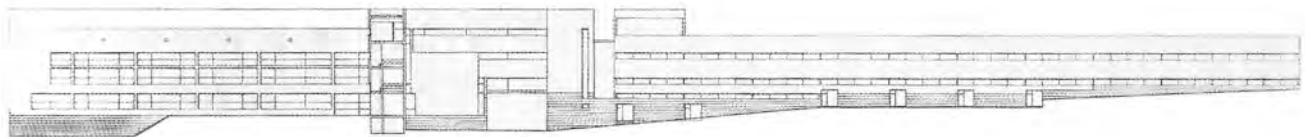
Corte



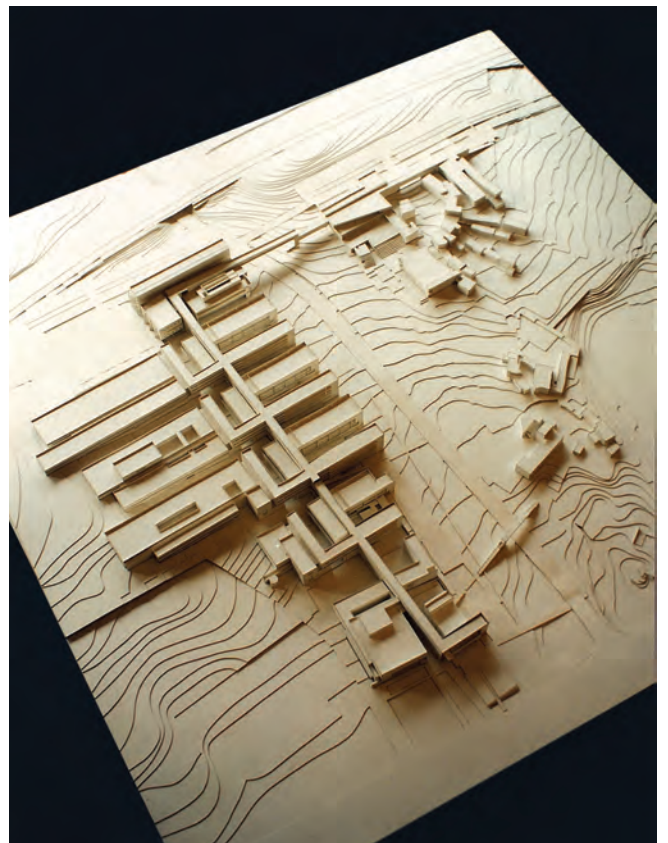
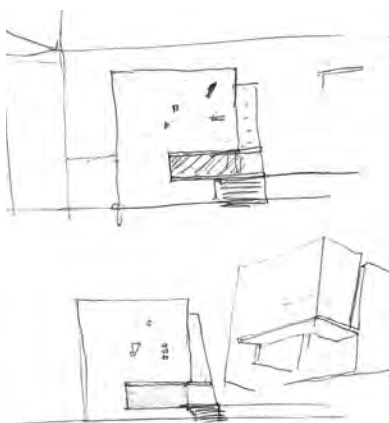
Corte



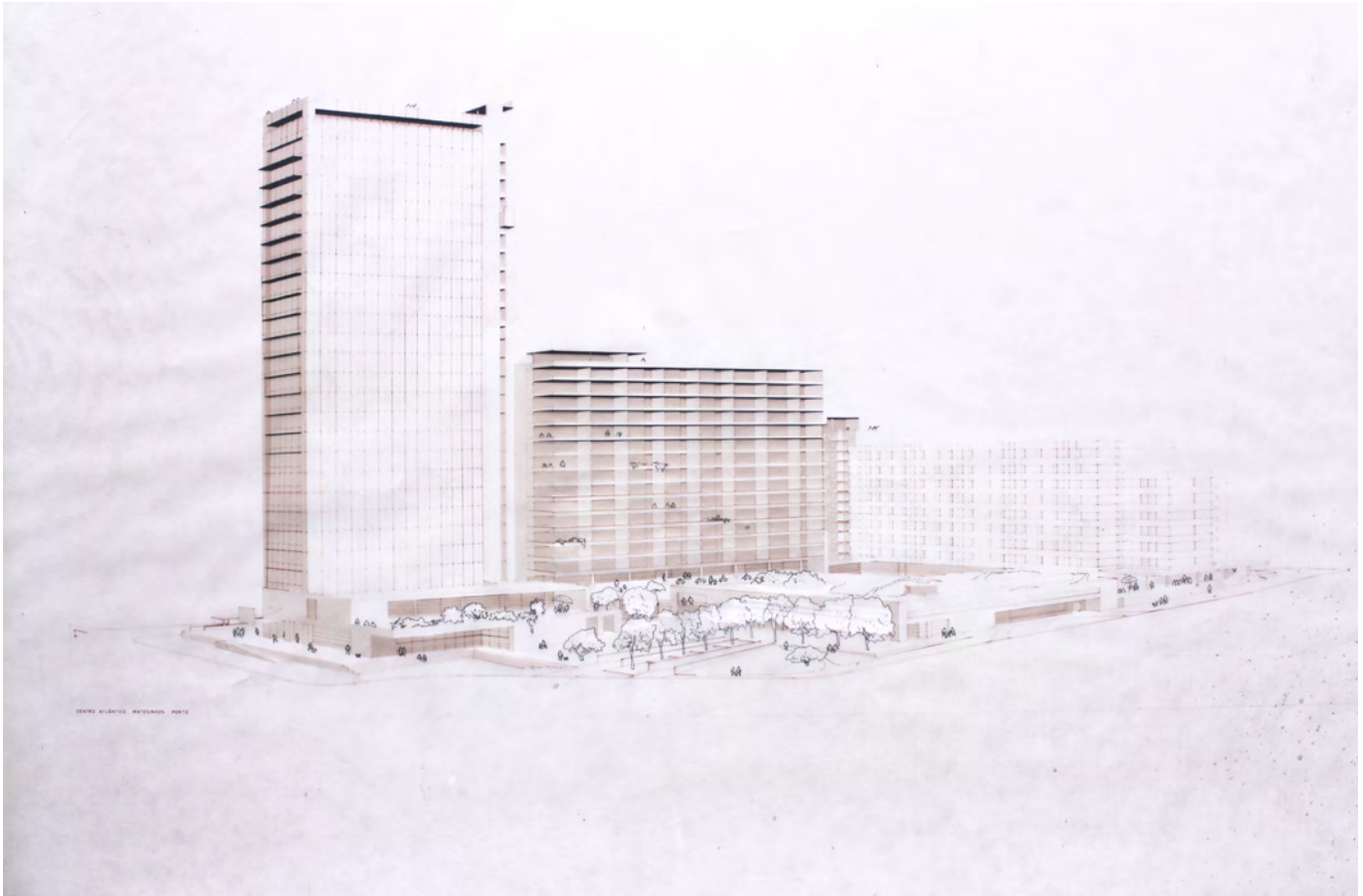
Alçado nascente

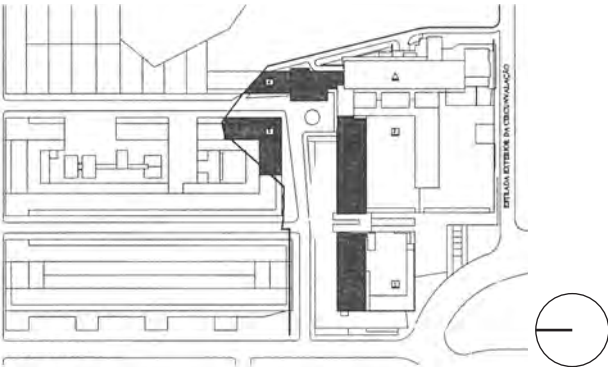


Corte

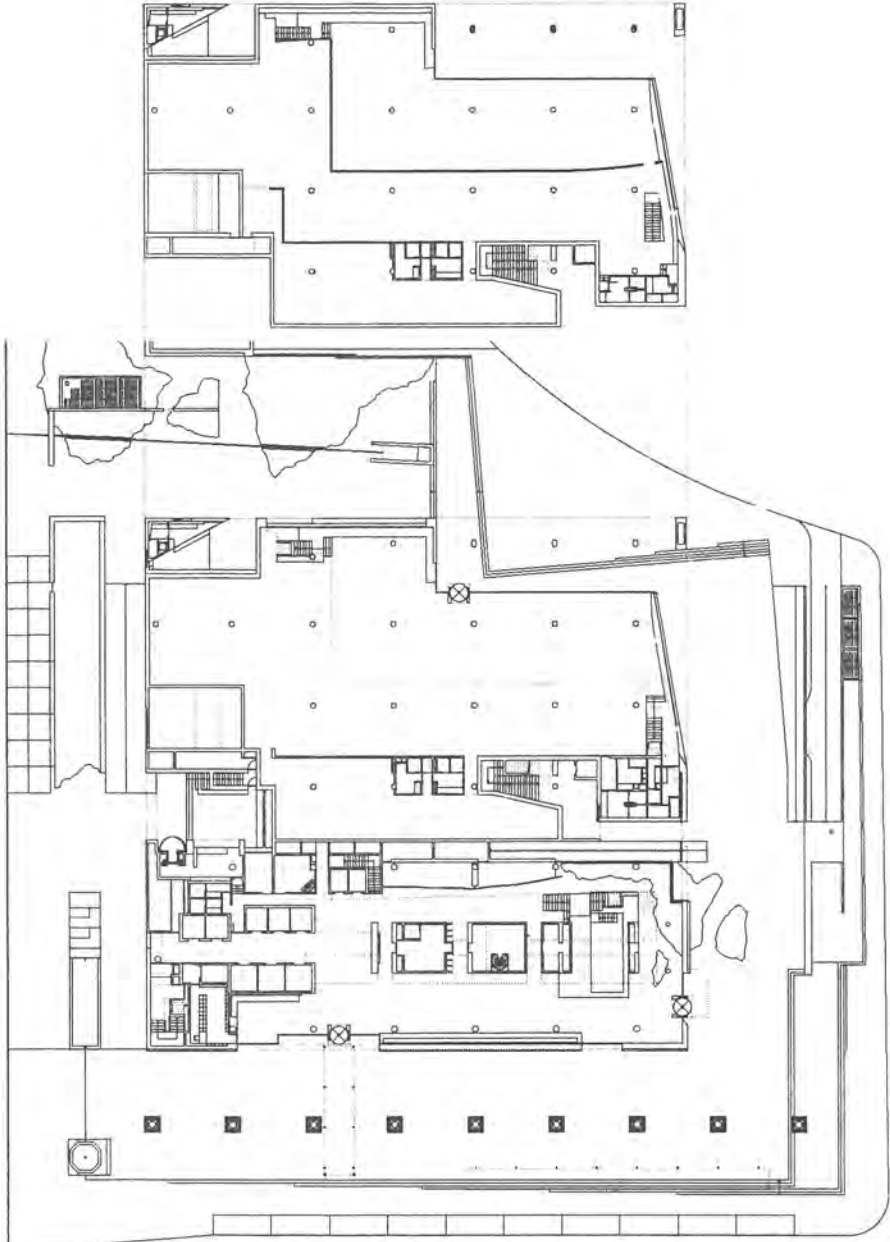


9 | CENTRO ATLÂNTICO
GAVETO DA CIRCULAÇÃO . MATOSINHOS
PROJETO 1989

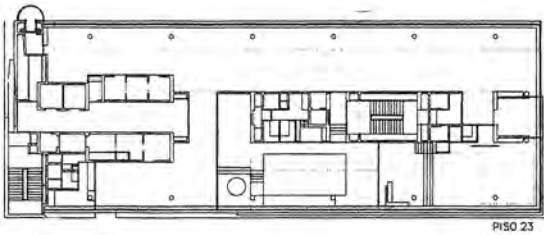




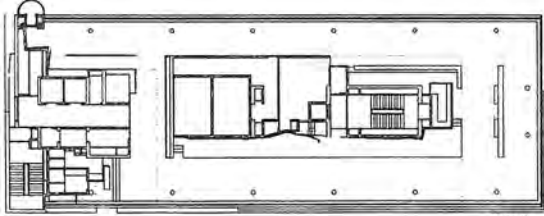
PLANTA DE IMPLANTAÇÃO



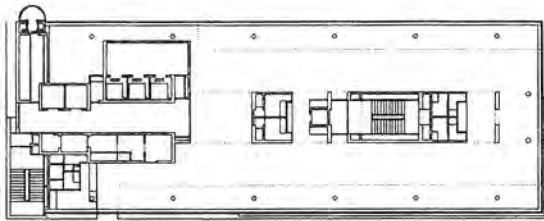
PLANTA R/C



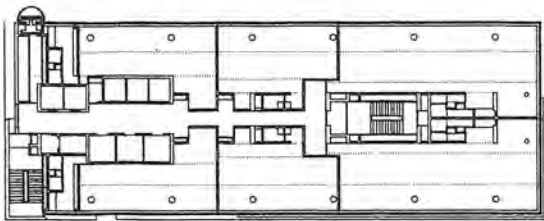
PISO 23



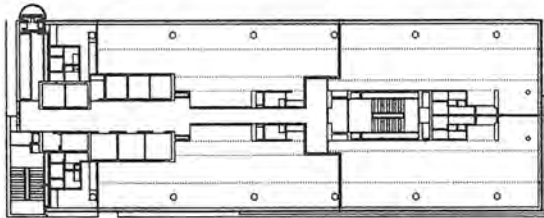
PISO 22



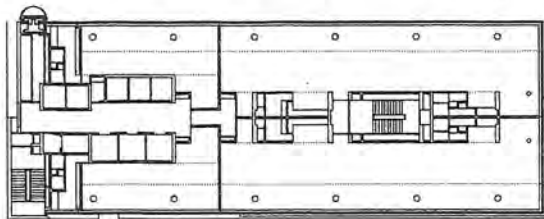
PISO 21



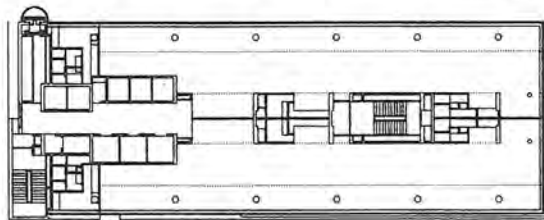
DIVISÃO E1 6



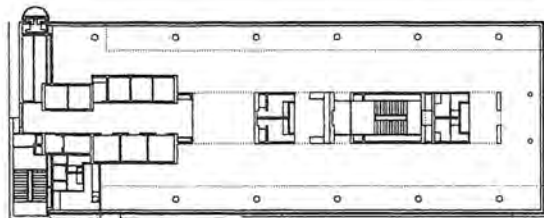
DIVISÃO E1 4/B



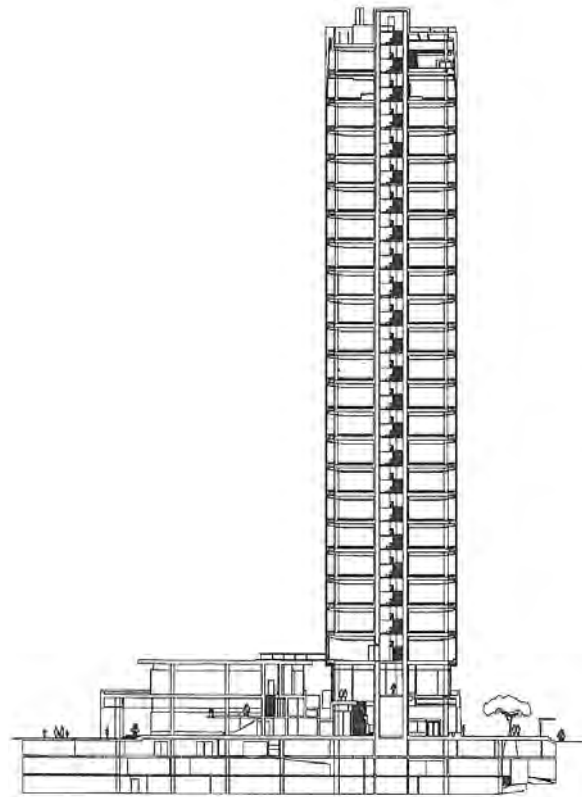
DIVISÃO E1 4/A



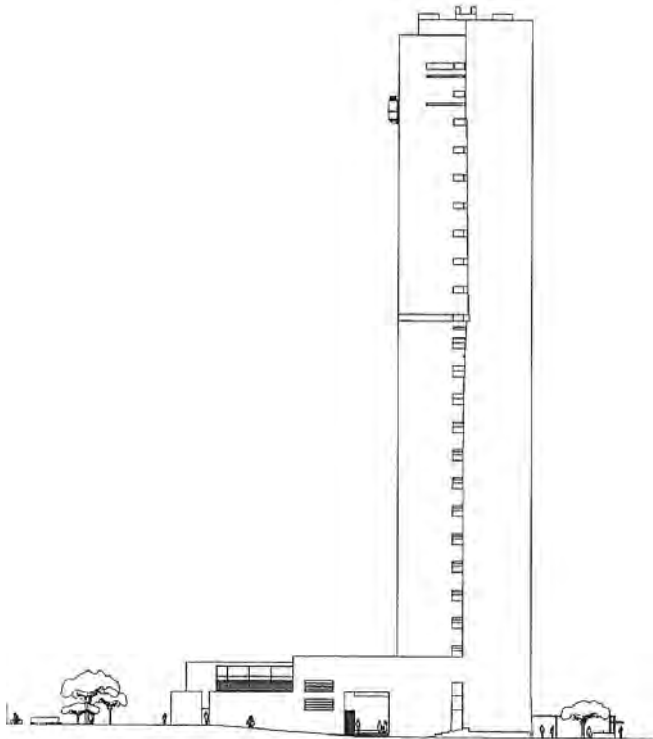
DIVISÃO E1 2



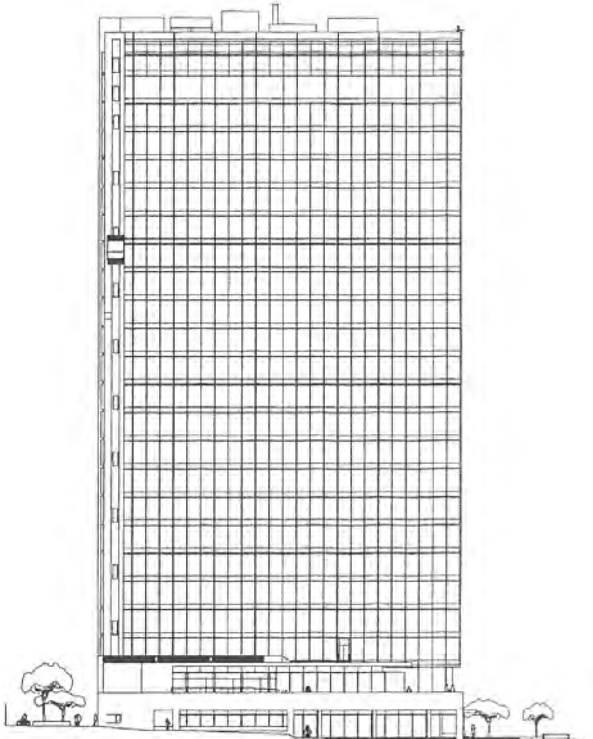
PISO TIPO



CORTETRANSVERSAL

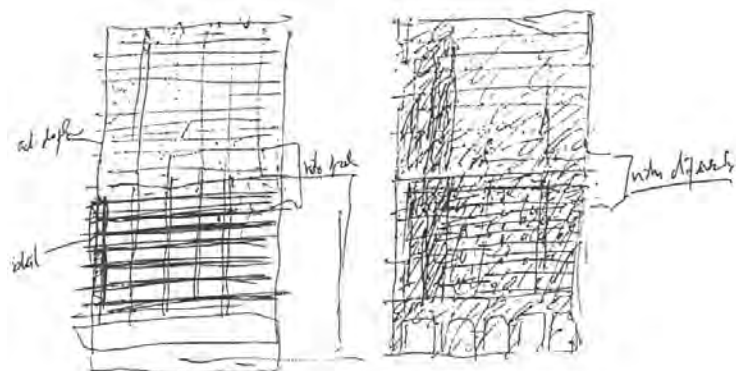
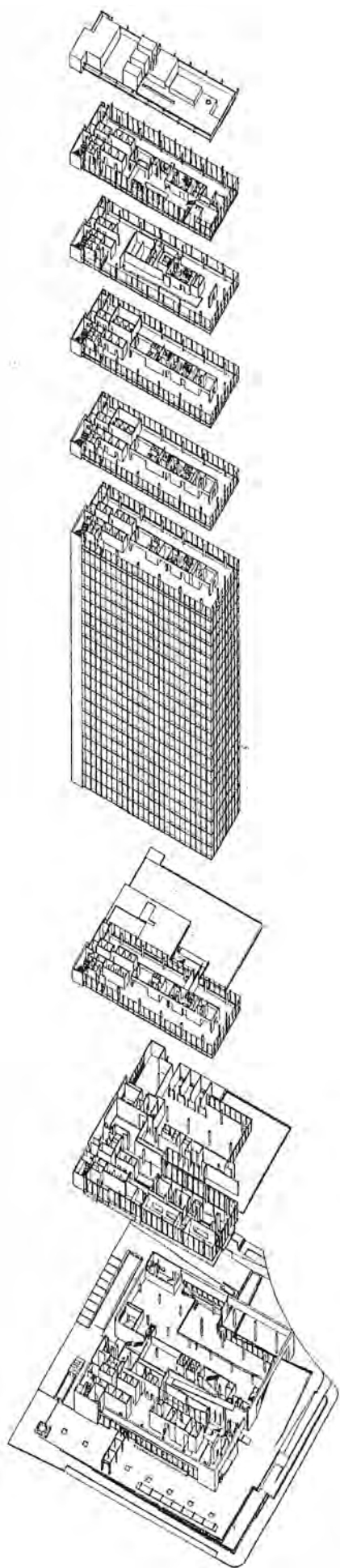


ALÇADO ESTE

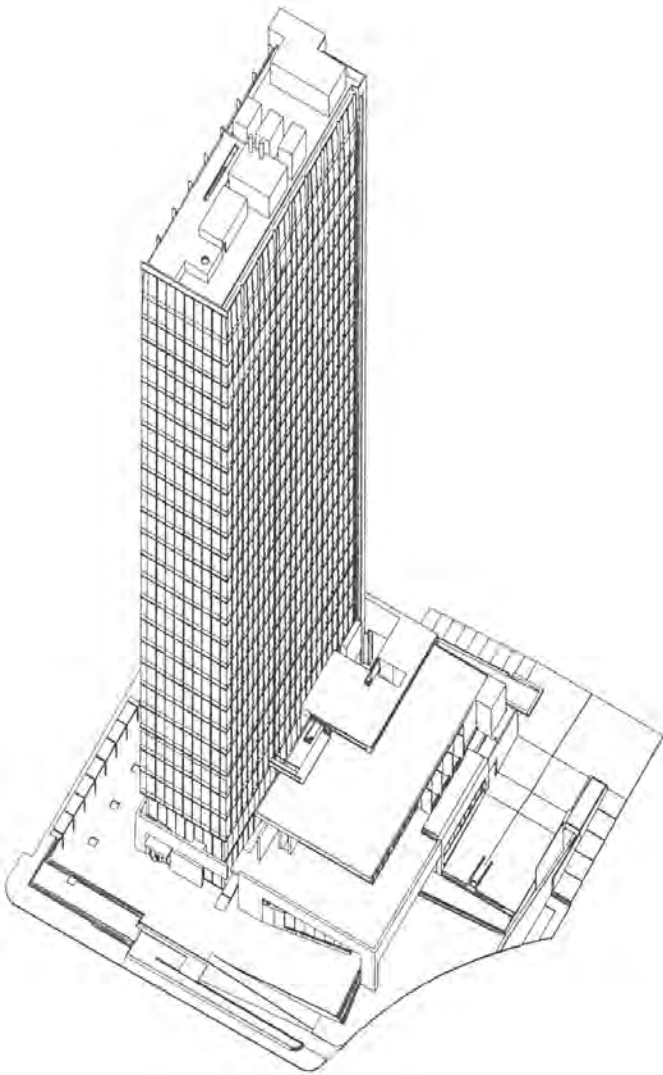


ALÇADO NORTE





AXONOMETRIA EXPLODIDA DE NOROESTE

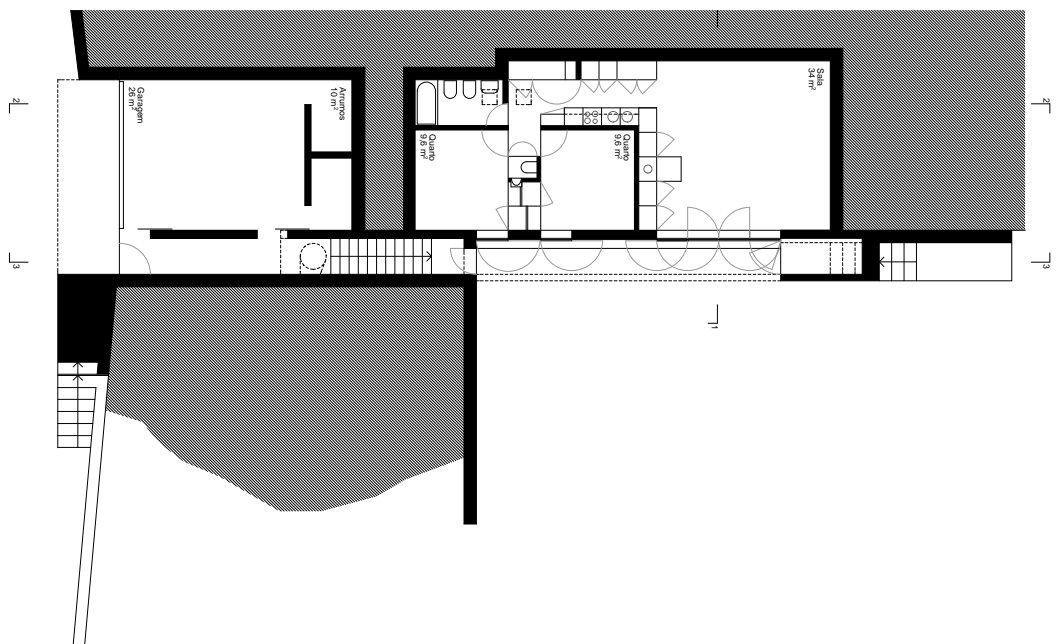


10 | CASA FRANCISCO MOURÃO
SAMPAIO . LABRUGE . VILA DO CONDE
PROJETO 1990 . OBRA 1991-1992

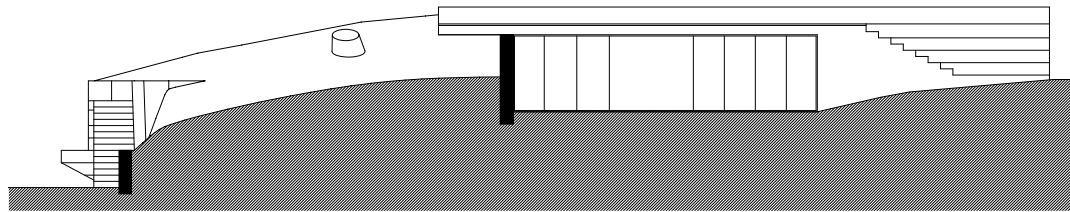
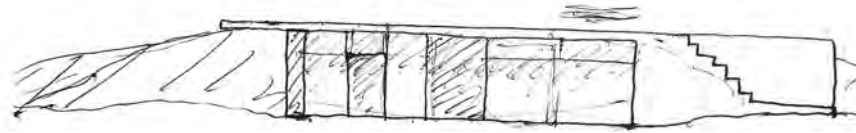




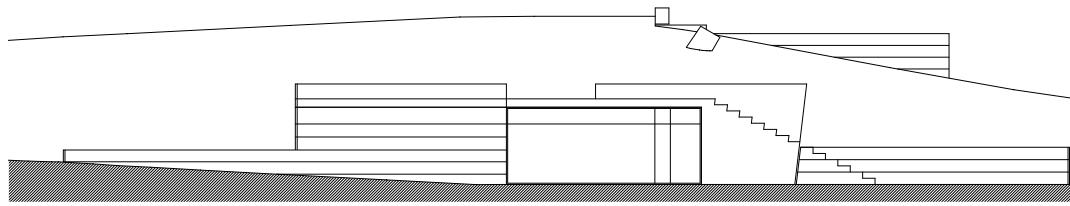
PLANTA DE IMPLANTAÇÃO



PLANTA PISO

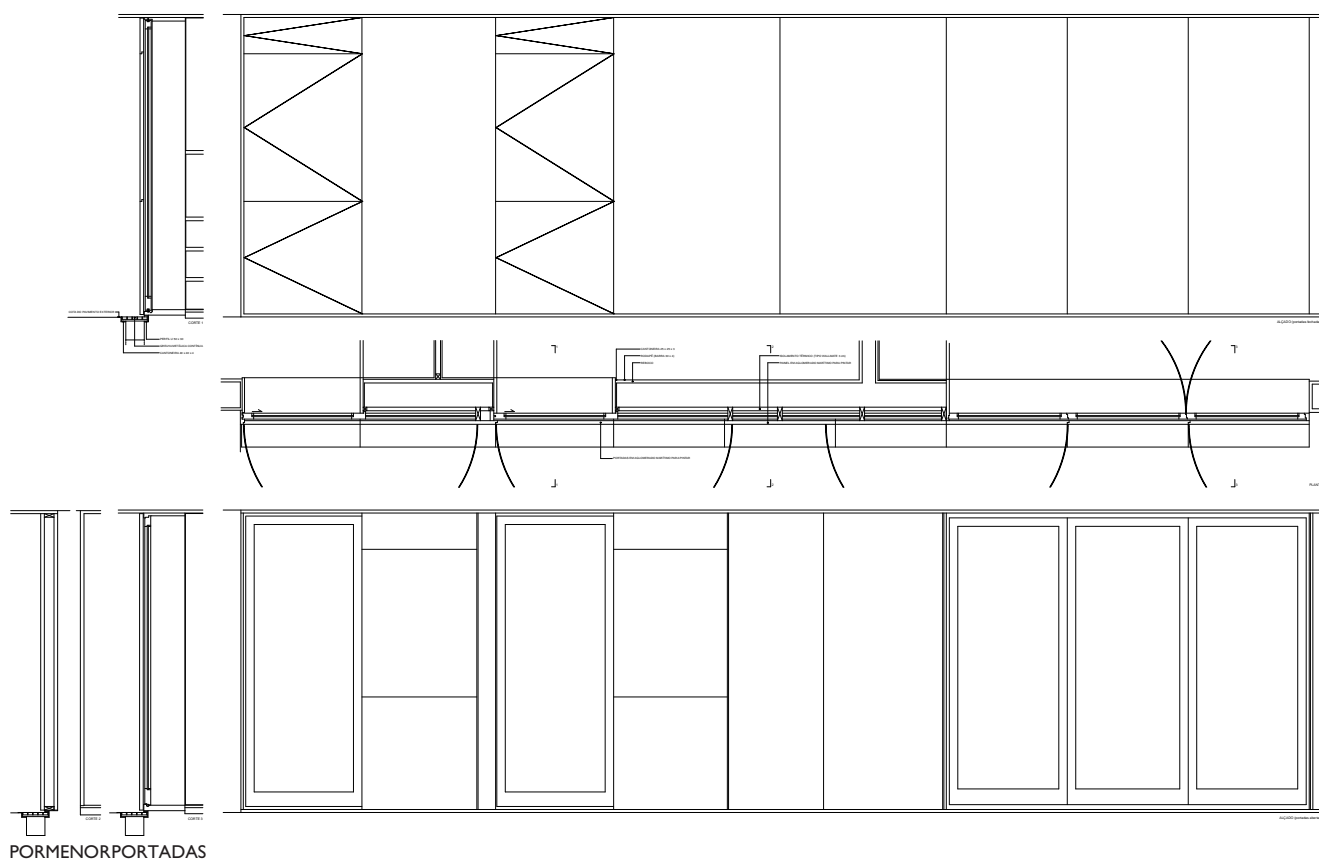


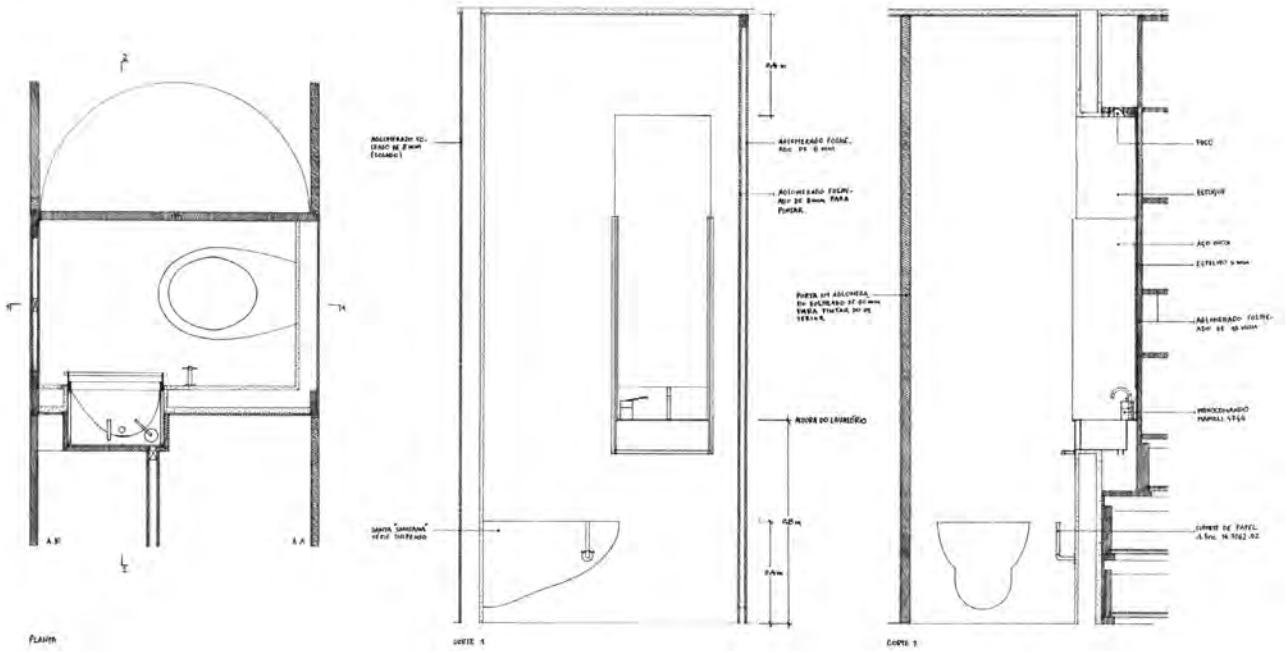
ALÇADO OESTE



ALÇADO NORTE







FLAVIN
PORMENOR CASA DE BANHO



11 | PARQUE DO CHANTRE
CONDOMÍNIO FECHADO
MAIA
PROJETO 1990

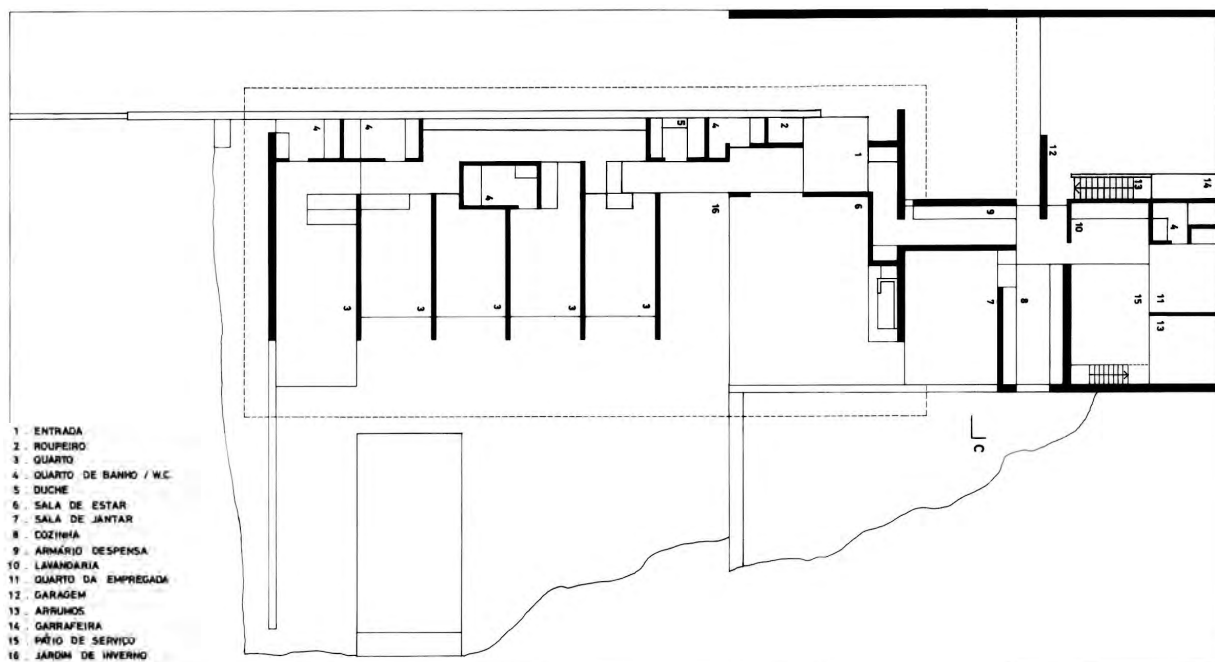


PLANTA DE IMPLANTAÇÃO

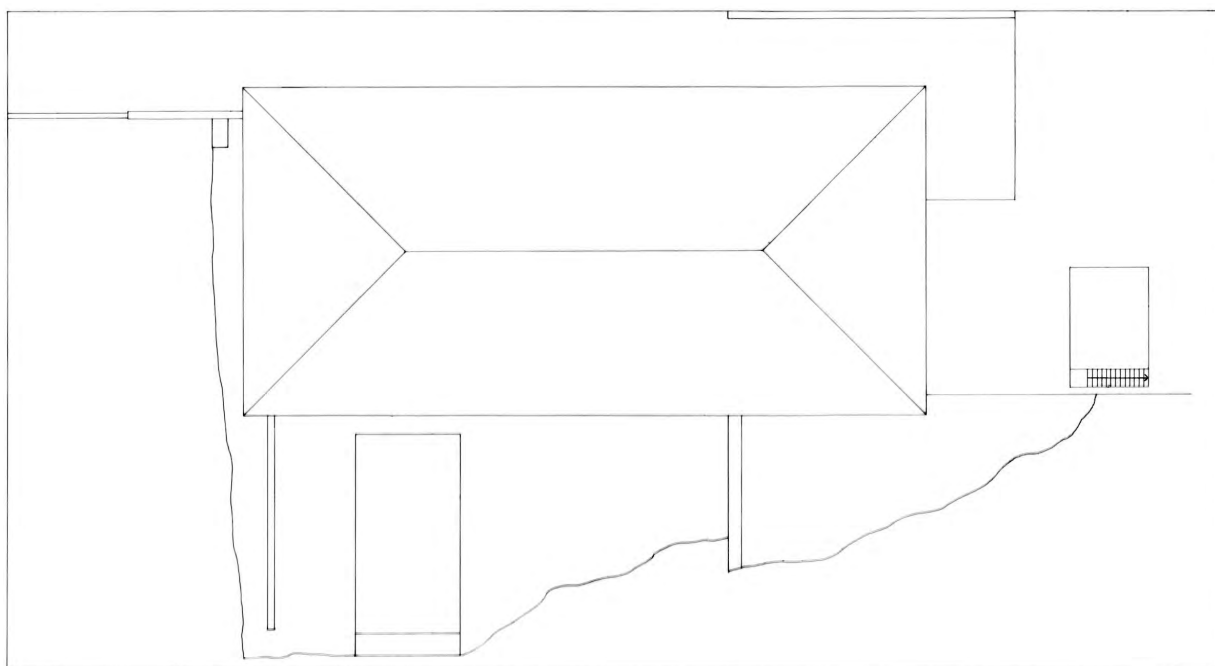


ALÇADO GERAL

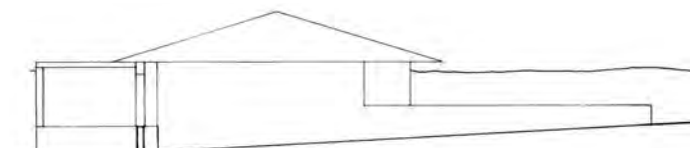




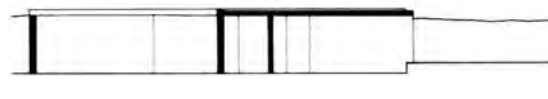
PLANTA PISO



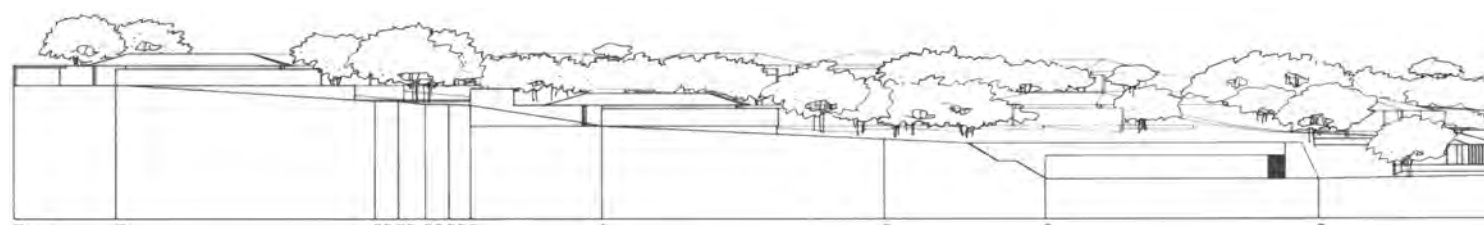
PLANTA COBERTURA



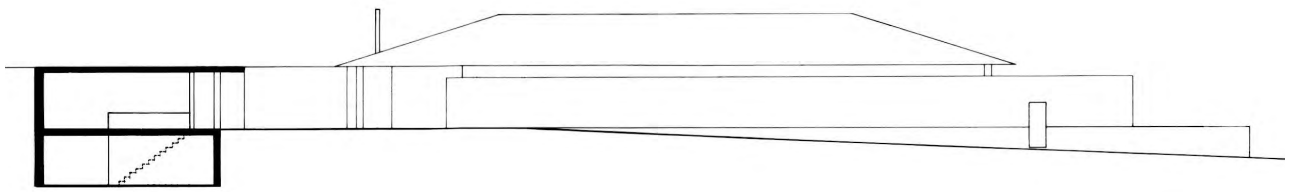
ALÇADO LATERAL



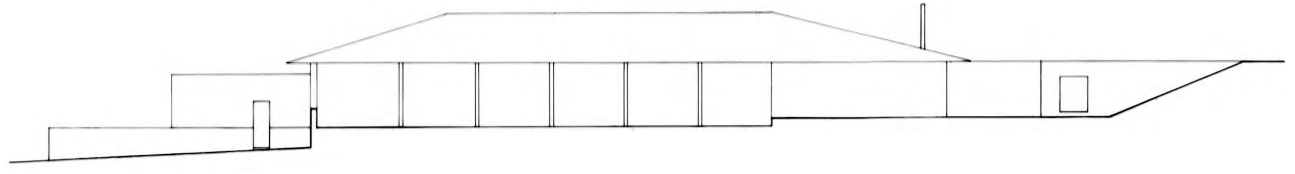
CORTE TRANSVERSAL



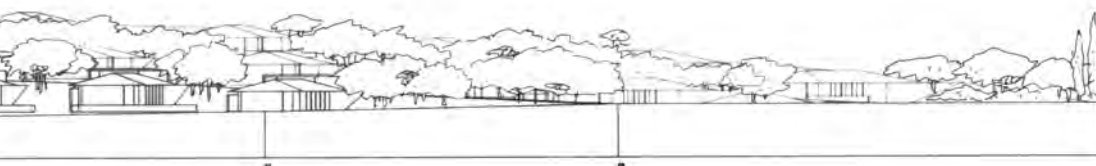
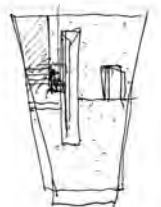
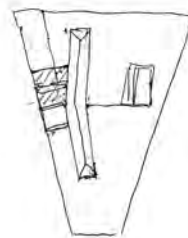
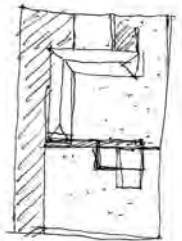
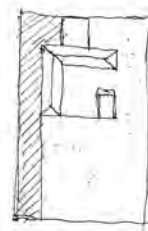
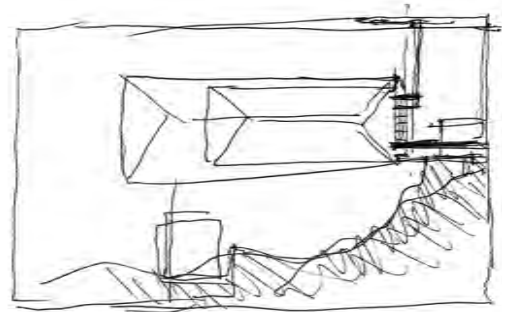
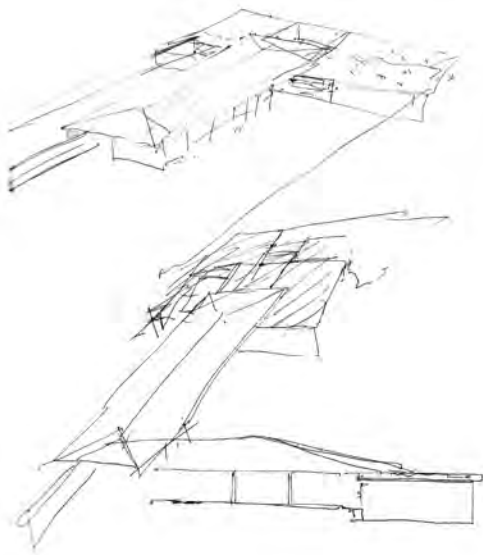
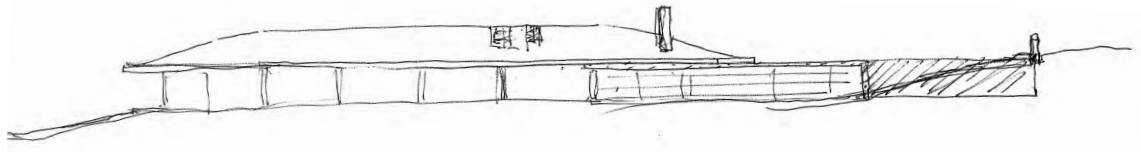
ALÇADO GERAL 2



ALÇADO 2

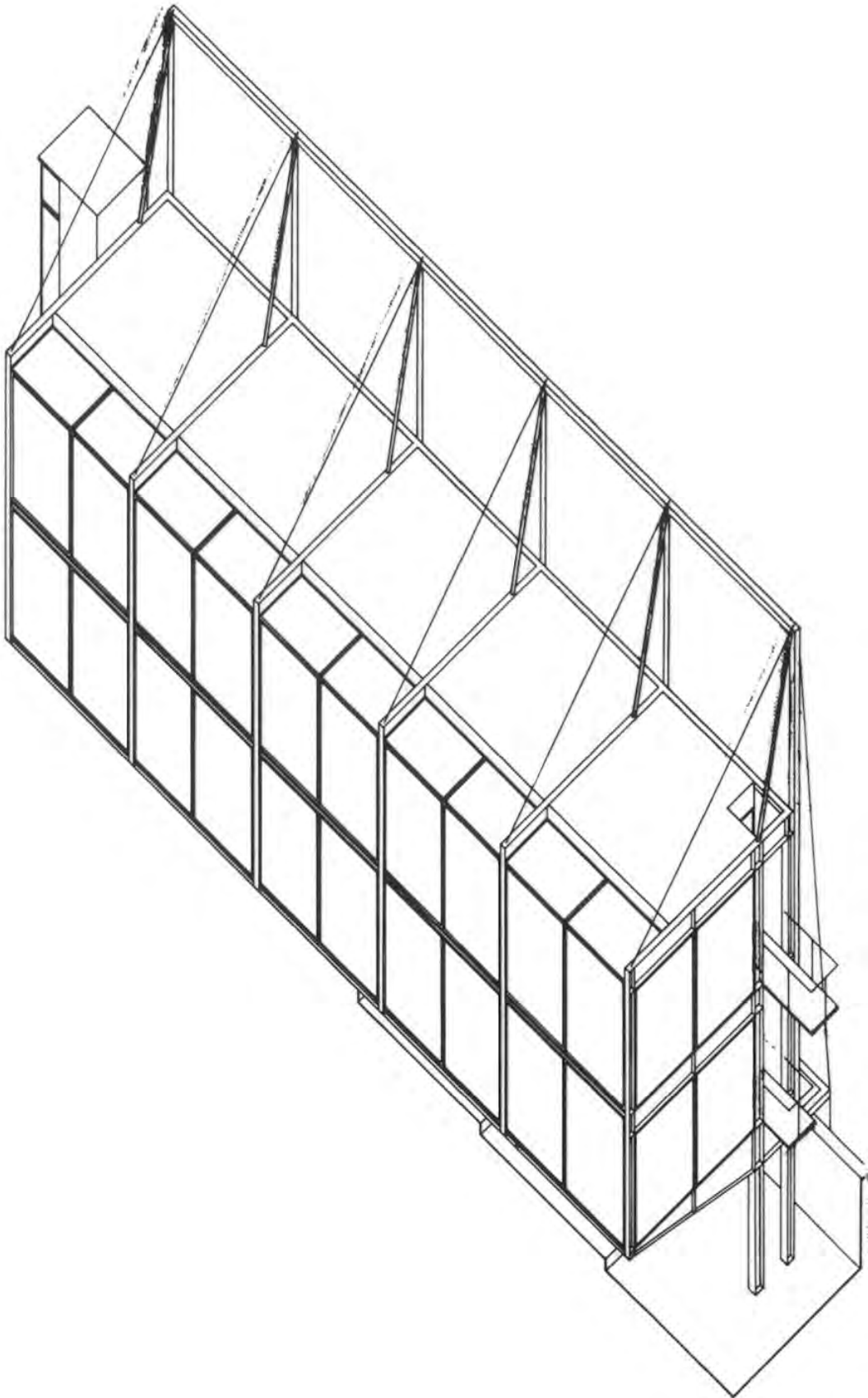


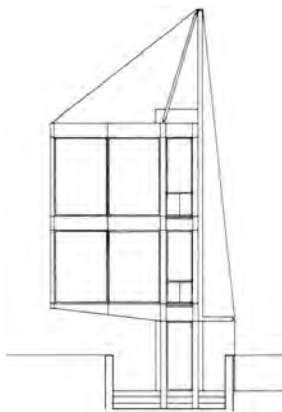
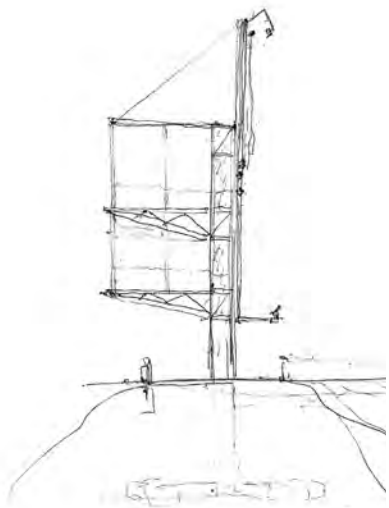
ALÇADO 3



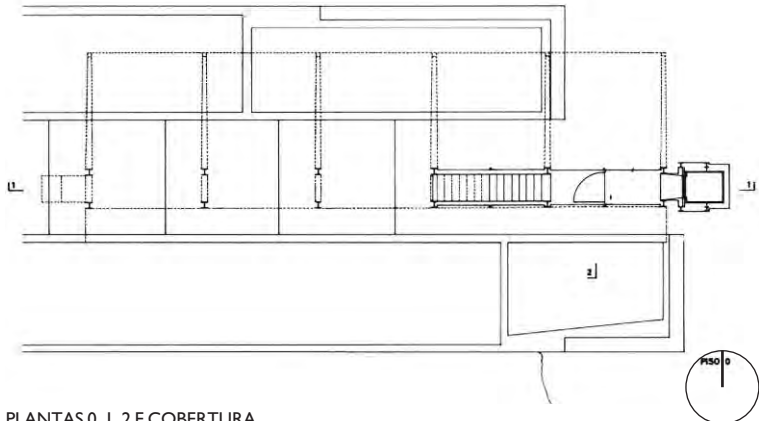
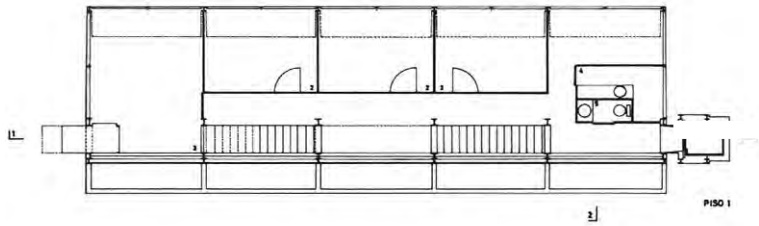
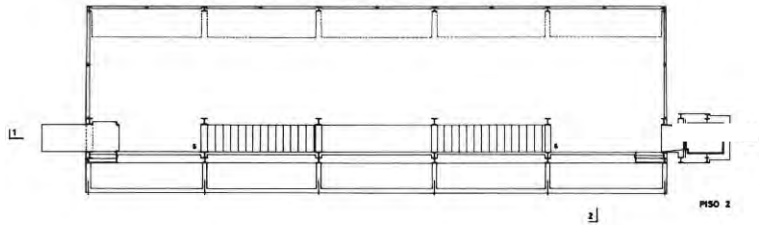
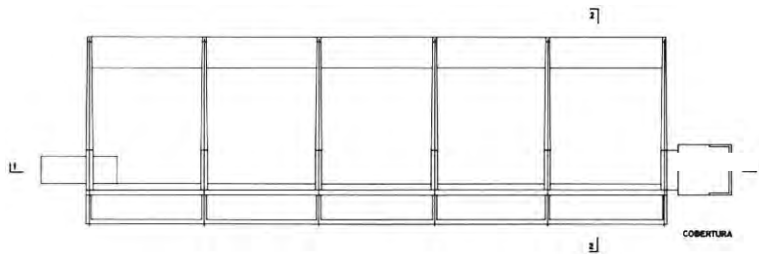
12 | PROCAPITAL – STAND DE VENDAS

GAVETO DA ROTUNDA DE ANÉMONA . MATOSINHOS
PROJETO 1991
PRÉMIO REVISTA ARCHITÉCTI 1993 . SECÇÃO ARQUITECTURA



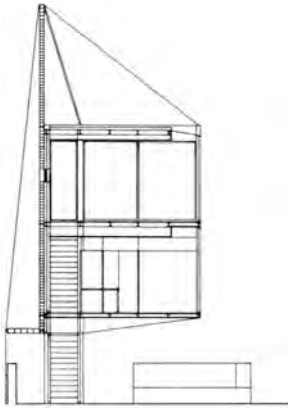


ALÇADO OESTE

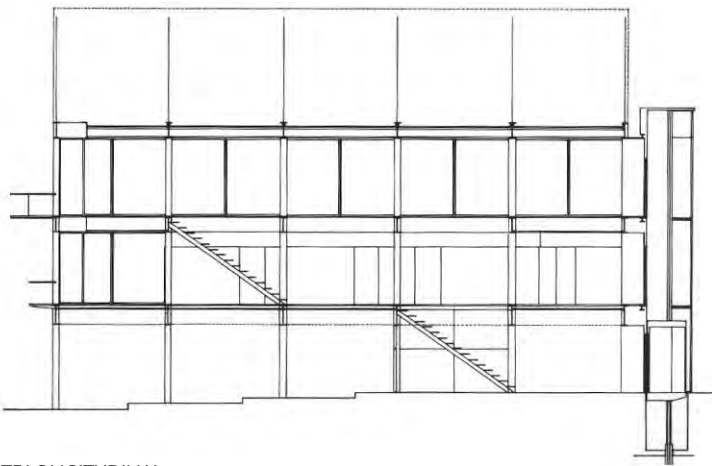


PLANTAS 0, 1, 2 E COBERTURA

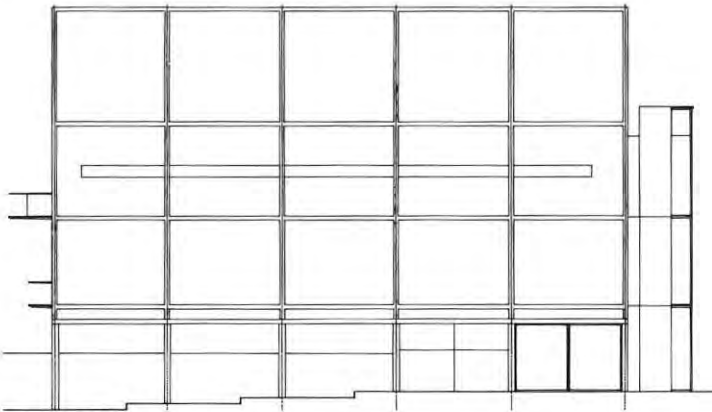




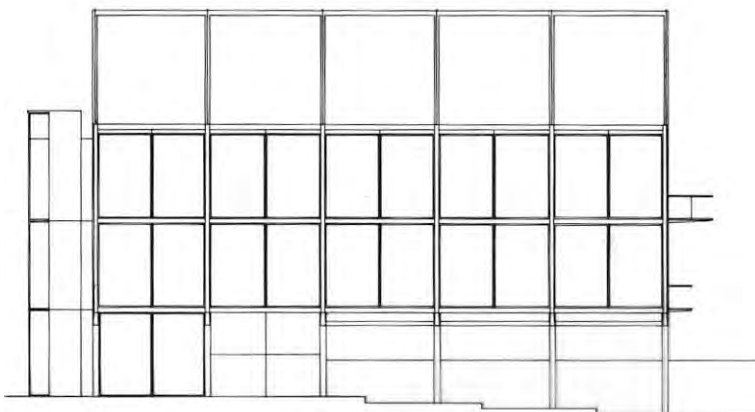
CORTE TRANSVERSAL 2



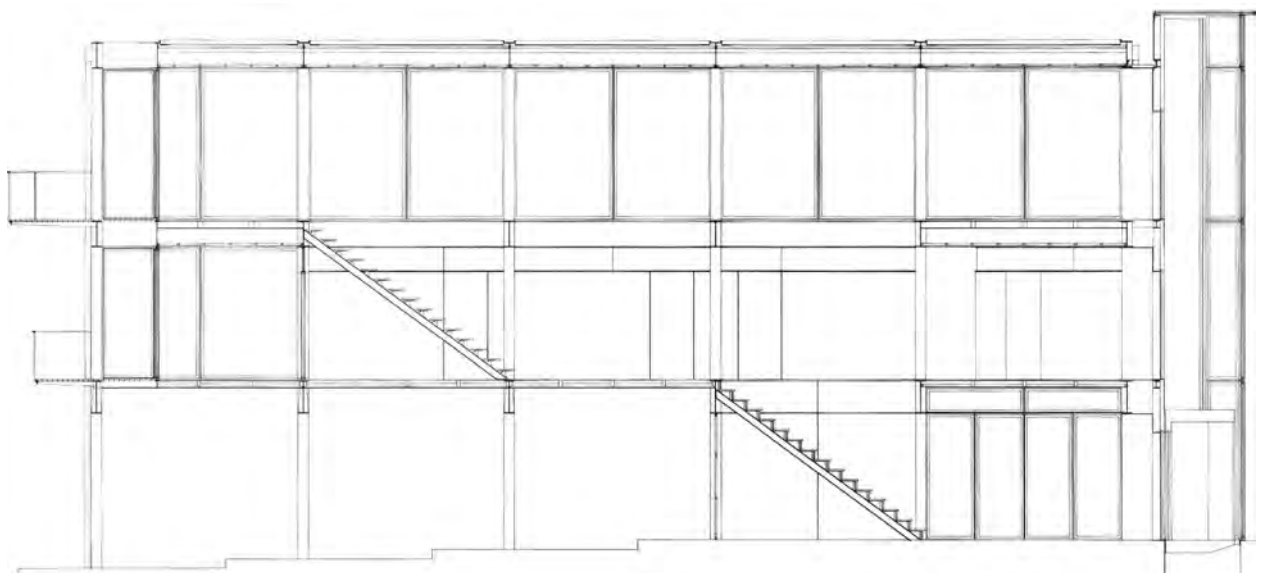
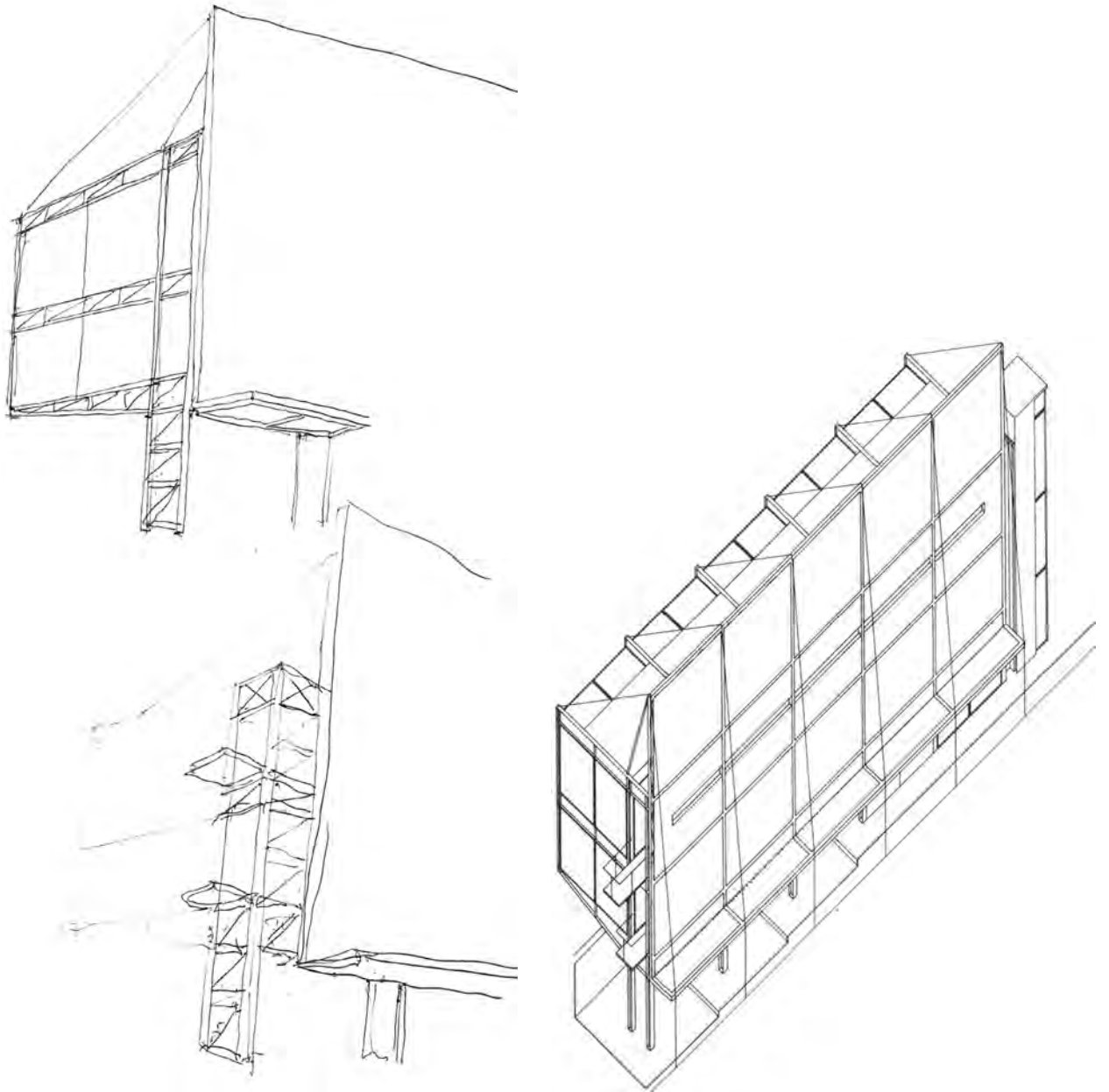
CORTE LONGITUDINAL



ALÇADO SUL



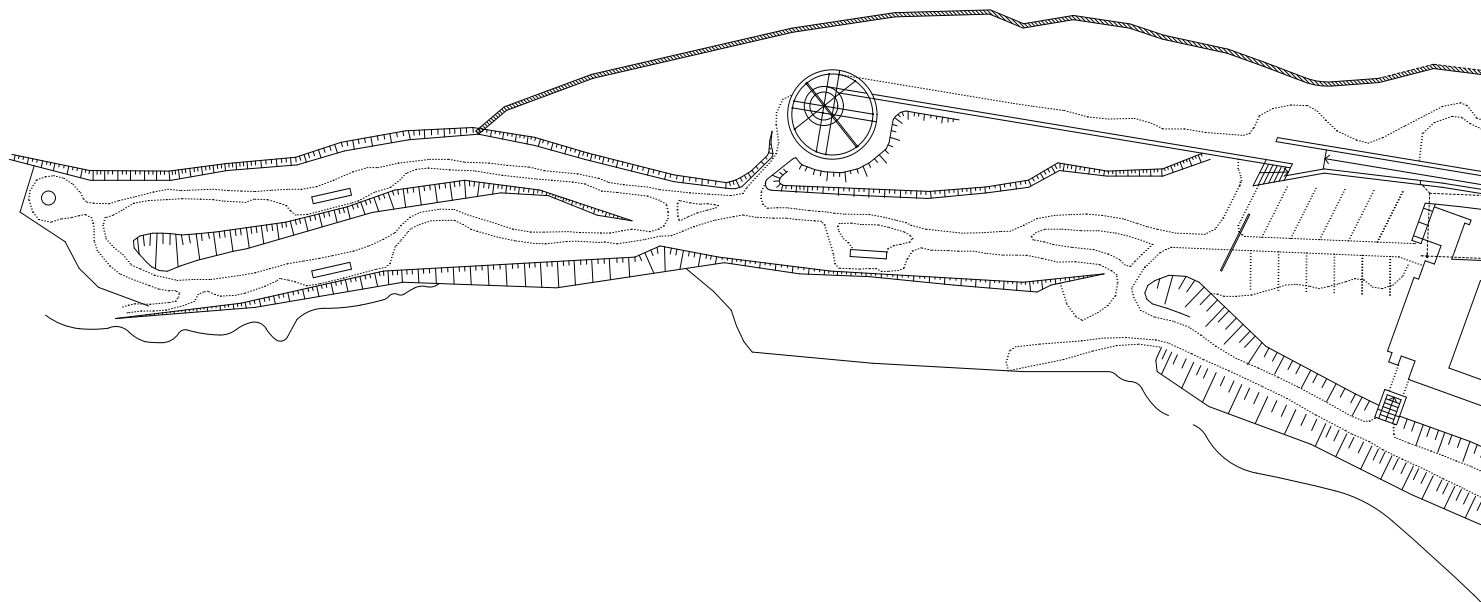
ALÇADO NORTE

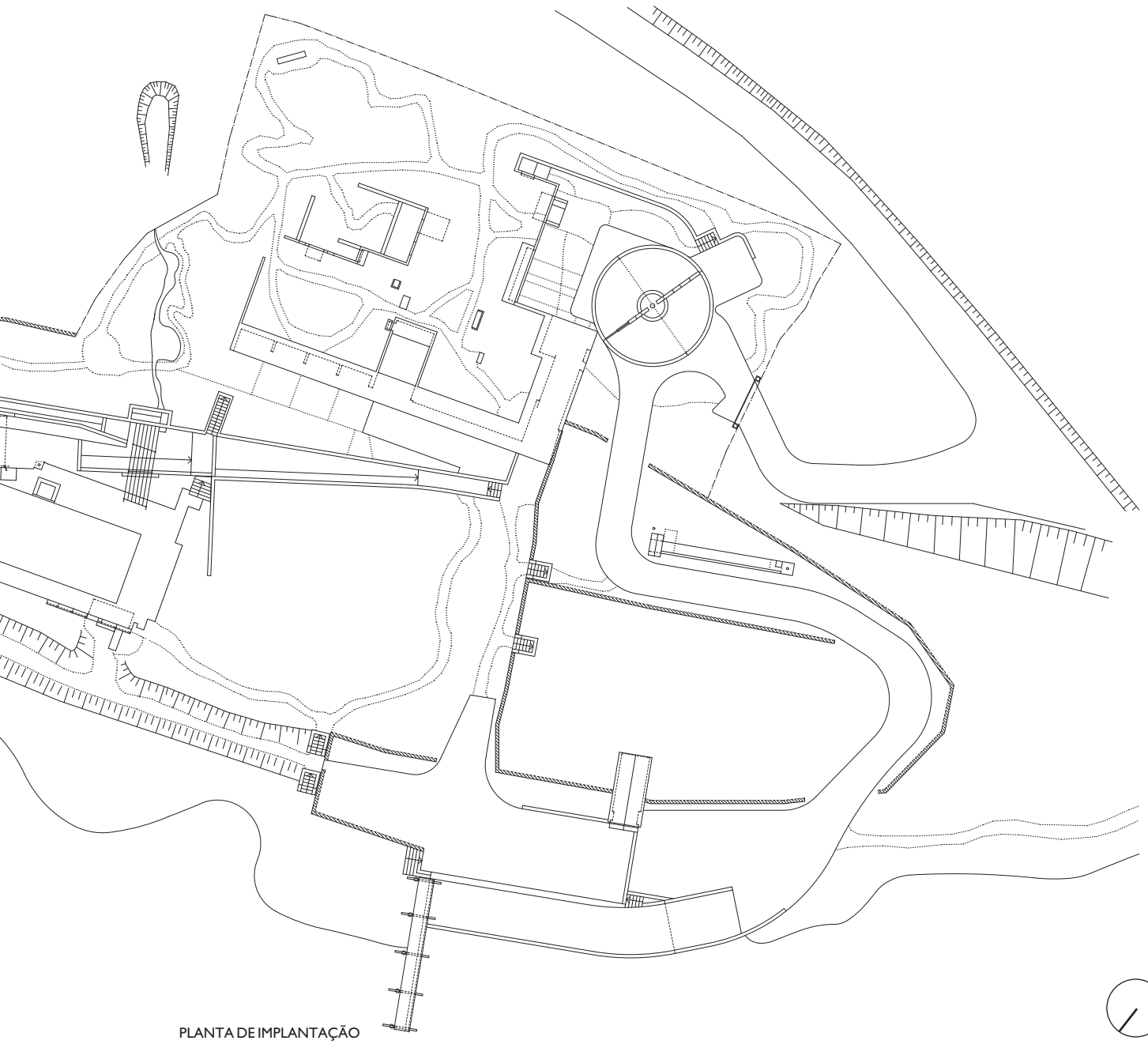


CORTE LONGITUDINAL

13 | CASA DR. CASTRO ROCHA

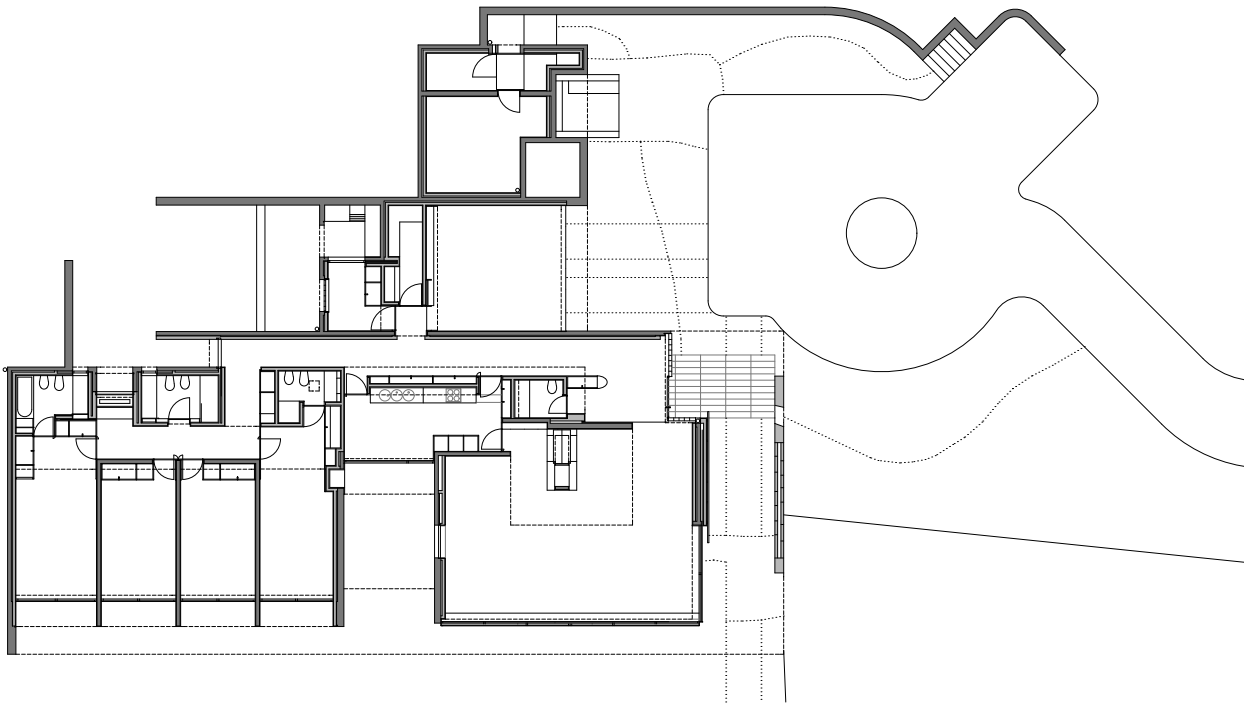
BARRAGEM DE TOUVEDO . LINDOSO . PONTE DA BARCA
PROJETO 1991-1995 . OBRA 1996-1998



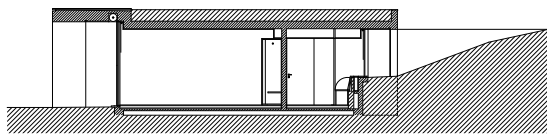
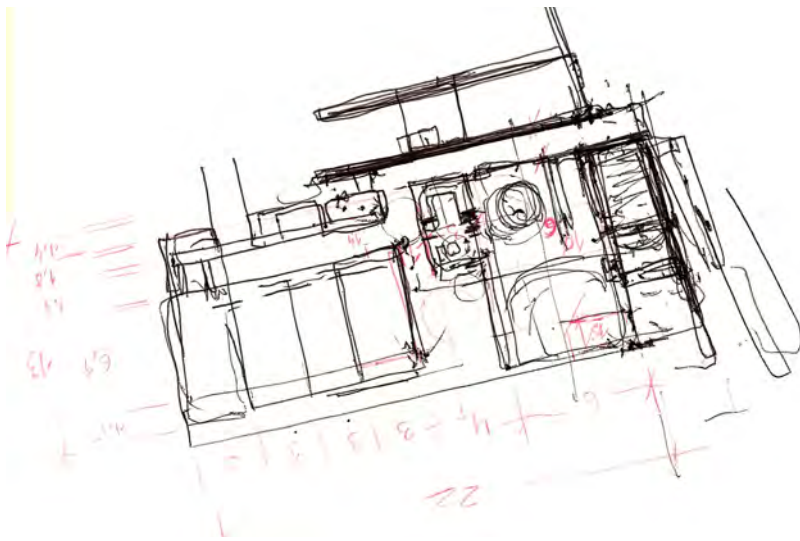


PLANTA DE IMPLANTAÇÃO

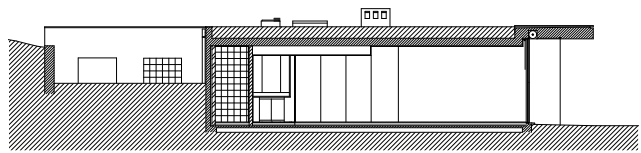




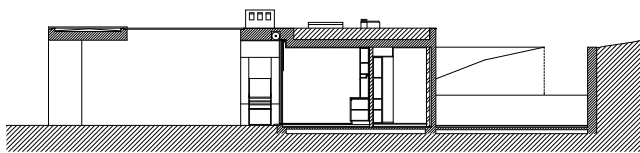
PLANTA PISO



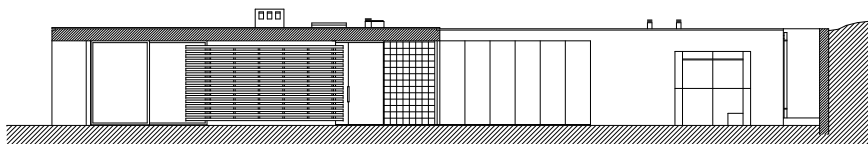
CORTE I



CORTE 2

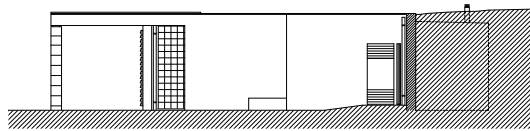


CORTE 3

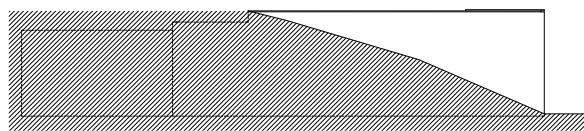


CORTE 4

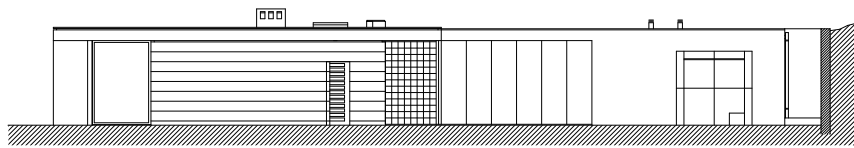




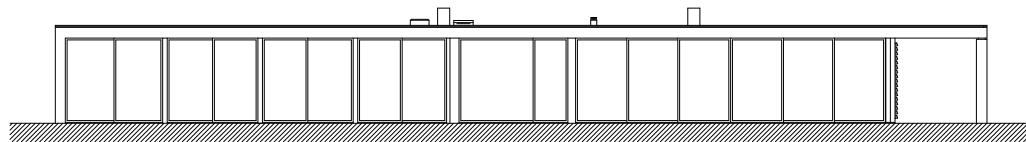
ALÇADO OESTE



ALÇADO ESTE

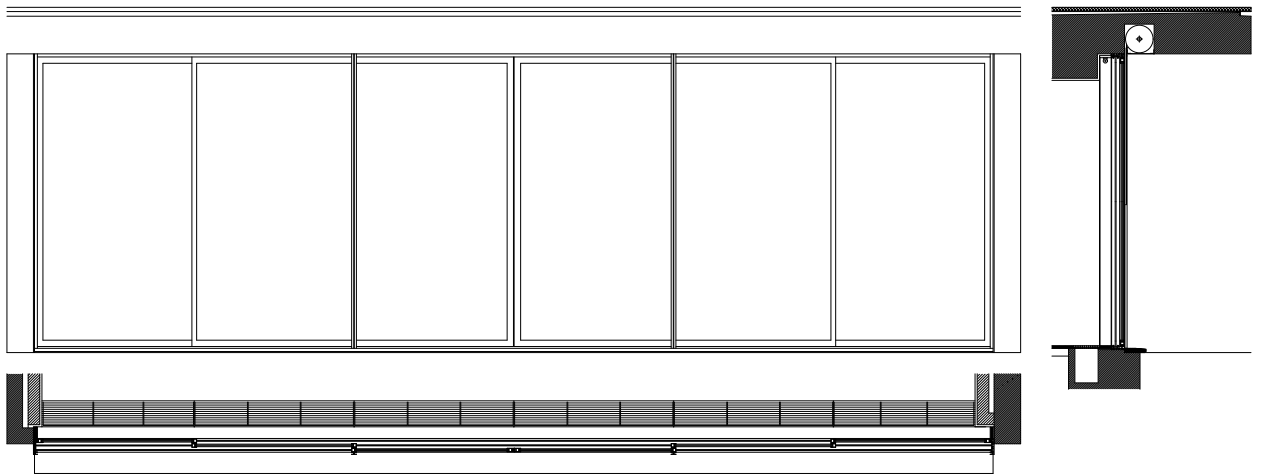


ALÇADO SUL

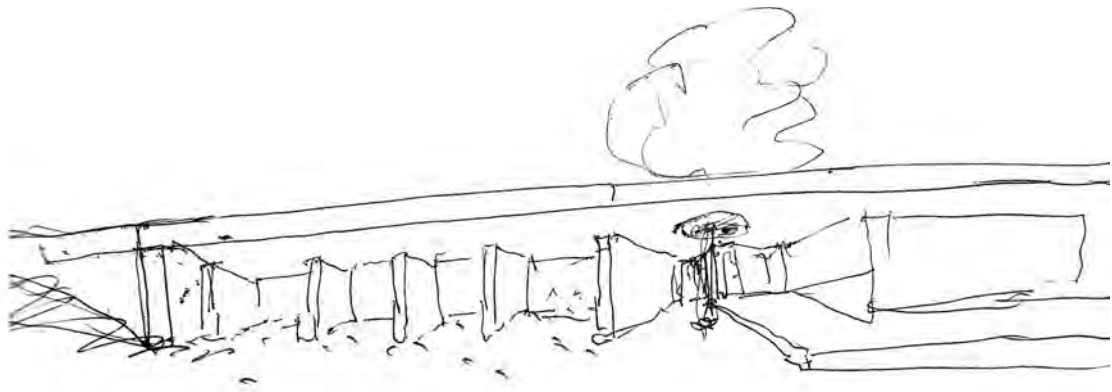


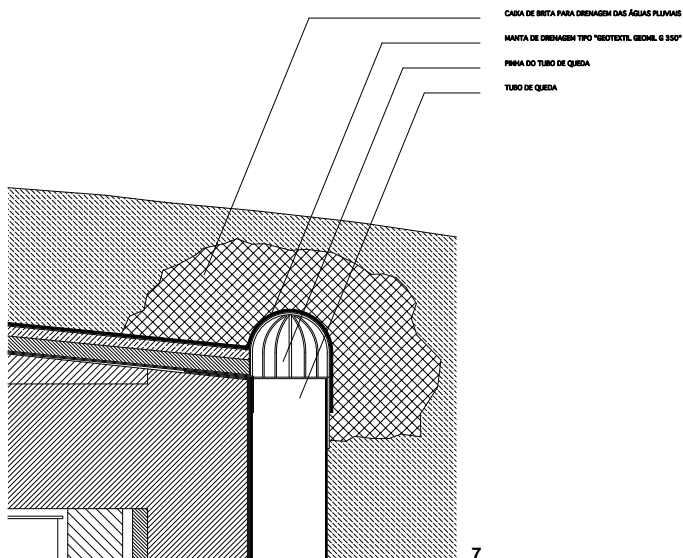
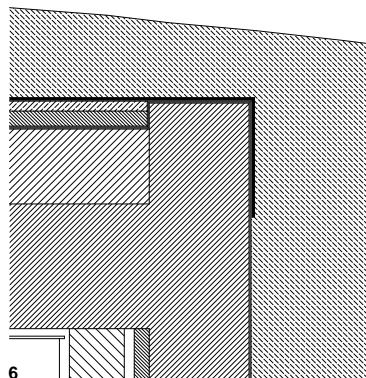
ALÇADO NORTE



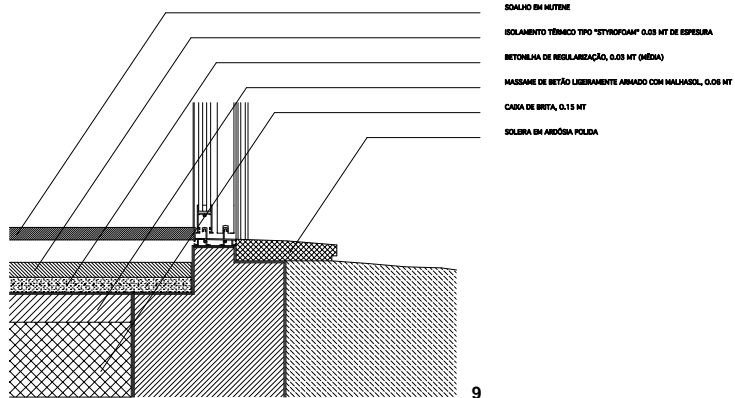
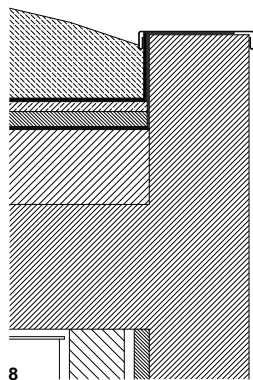


PORMENORPORTADAS

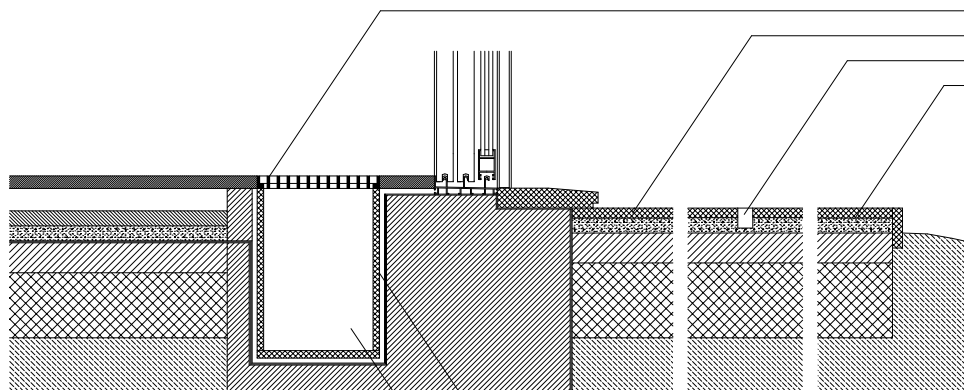




- CADA DE BRITA PARA DRENAGEM DAS ÁGUAS PLUVIAIS
- MANTELA DE DRENAGEM TIPO "GEOTÊXTEL, GEOTEXIL, E 350"
- FERRA DO TUBO DE QUESDA
- TUBO DE QUESDA



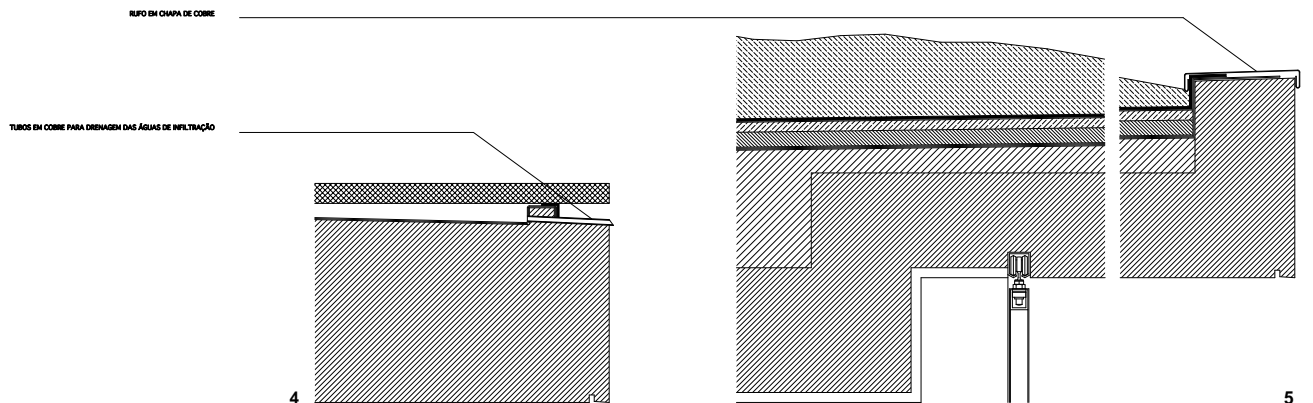
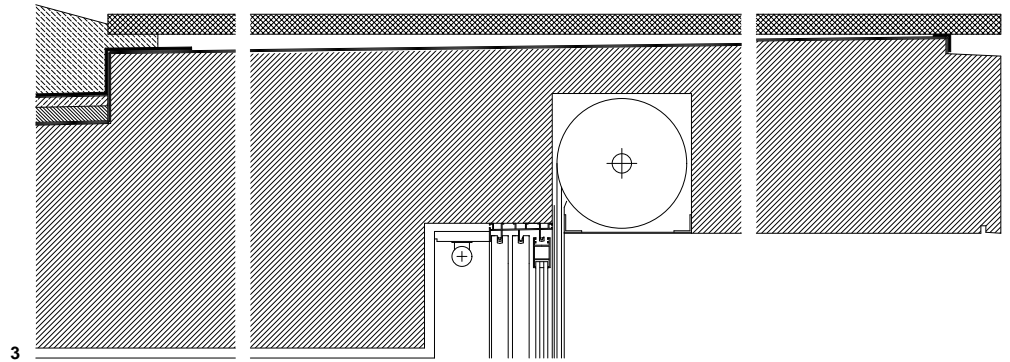
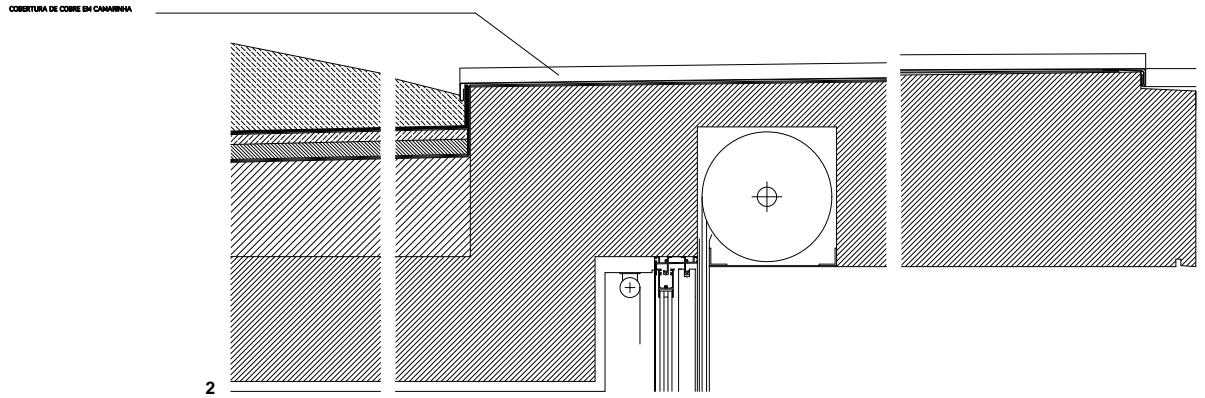
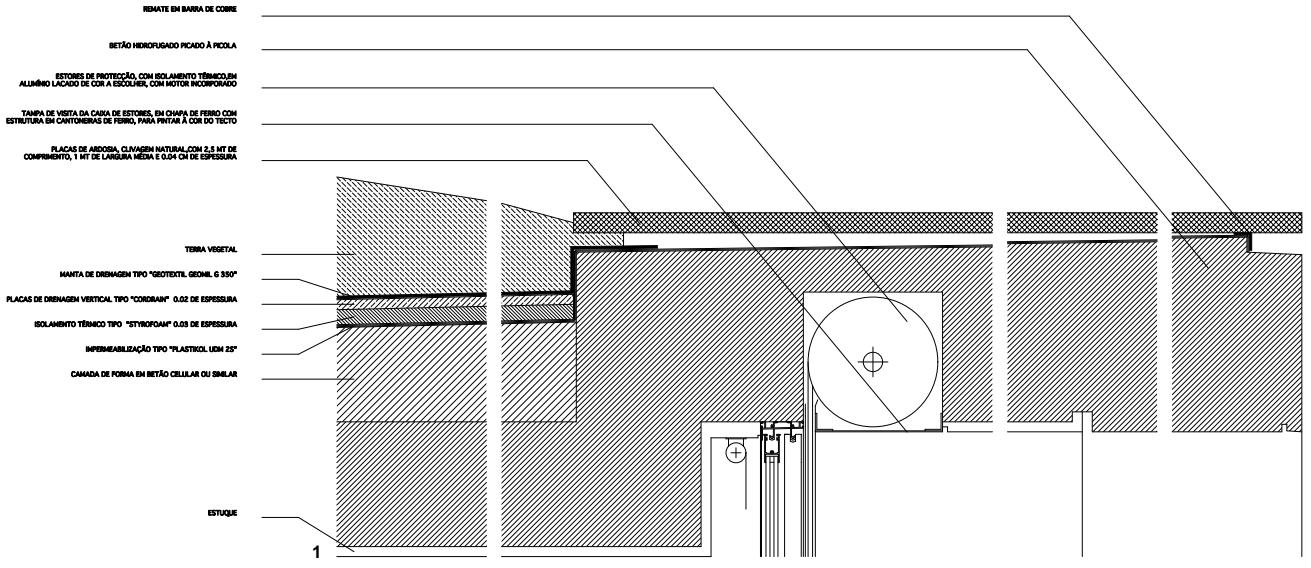
- SOLADO EM MATEM
- ISOLAMENTO TÉRMICO TIPO "STYROFOAM" 0,05 MT DE ESPESURA
- BETONELHA DE REGULABRZAÇÃO, 0,05 MT (MÉDIA)
- MASSAME DE BETÃO LIBERAMENTE ARMADO COM MALHASOL, 0,05 MT
- CADA DE BRITA, 0,15 MT
- SOLERA EM ARDÓZIA POLIDA



- GRILHAS MODULADAS EM BARRA DE COBRE (VER DESENHO DO VÃO 3)
- PLACAS DE ARDÓZIA, CLIVAGEM NATURAL, COM DIMENSÕES A DEFINIR
- GLA DE GRANITO SERRADO DE TIPO A DEFINIR
- PLACAS DE ARDÓZIA, COM ACABAMENTO POLIDO E DIMENSÕES A DEFINIR

- CHAPA DE ARDÓZIA, COM ACABAMENTO POLIDO E DIMENSÕES A DEFINIR
- VALA PARA INSTALAÇÃO DE CONVECTORES

PORMENORIZAÇÃO

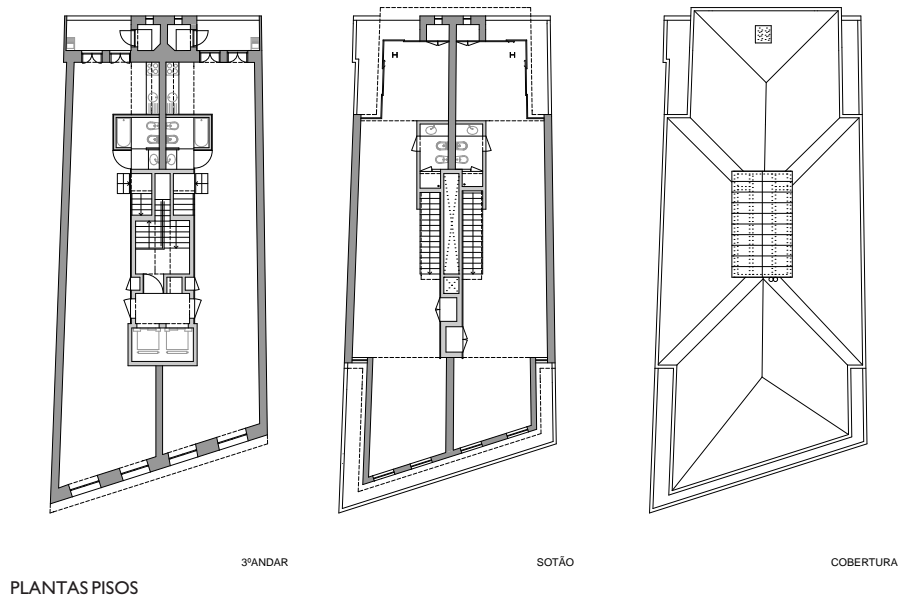
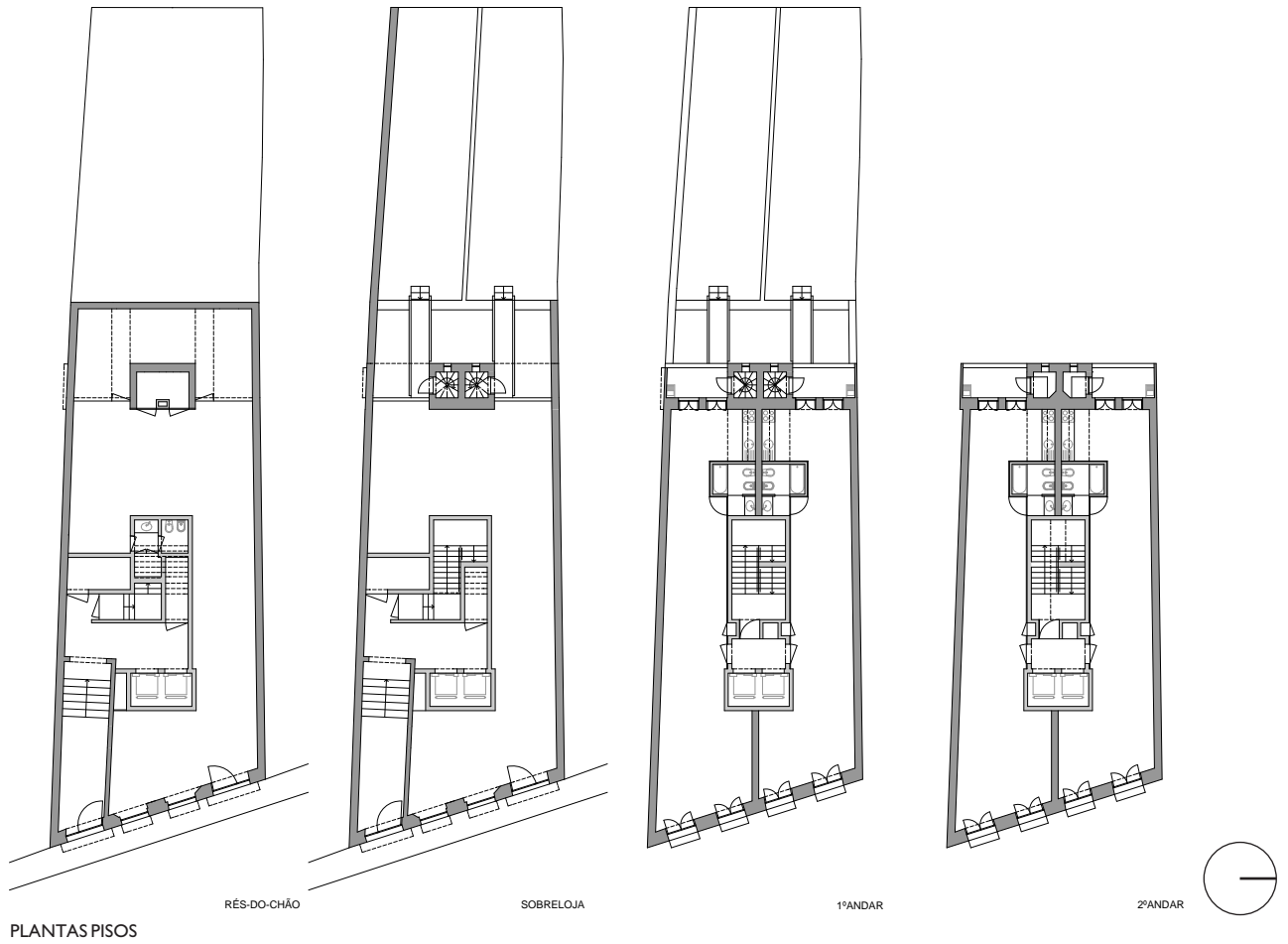


14 | EDÍFICIO DA RUA DO ALMADA, 251\261

PORTO

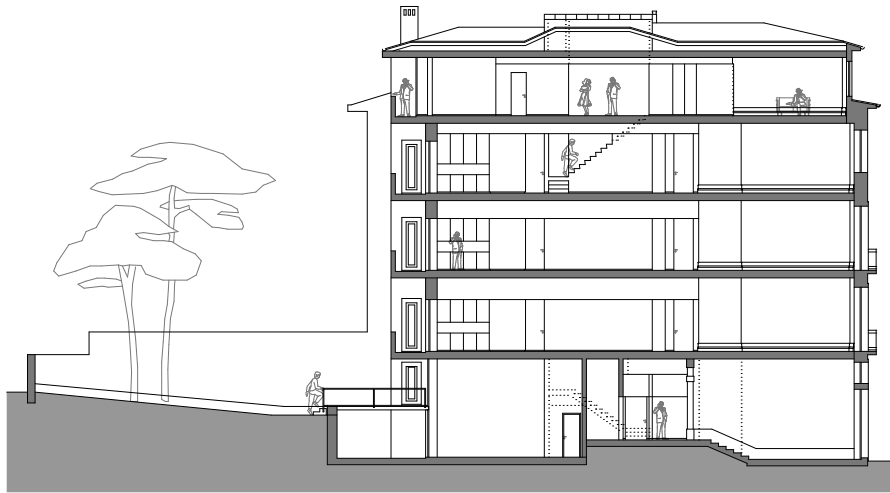
PROJETO 1995



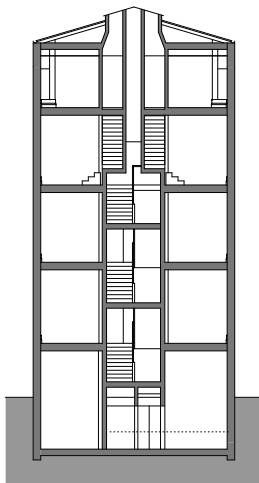




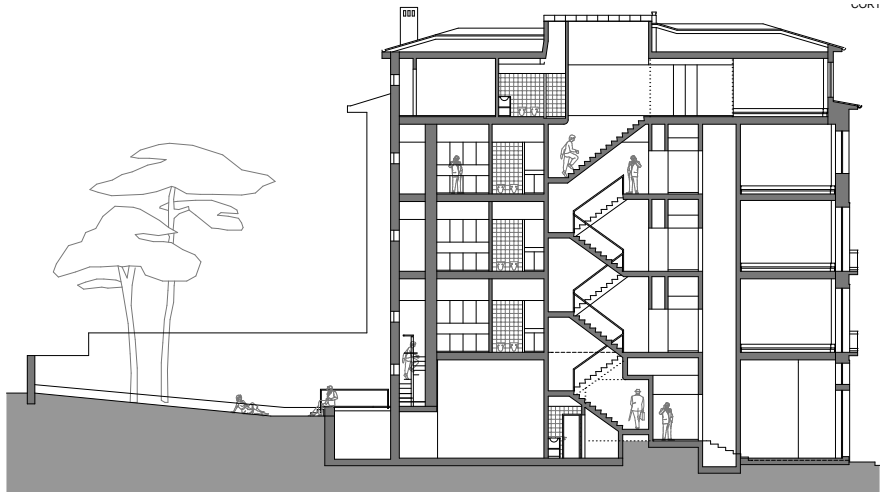
FOTOS INTERIOR . EXISTENTE



CORTE I



CORTE 2



CORTE 3

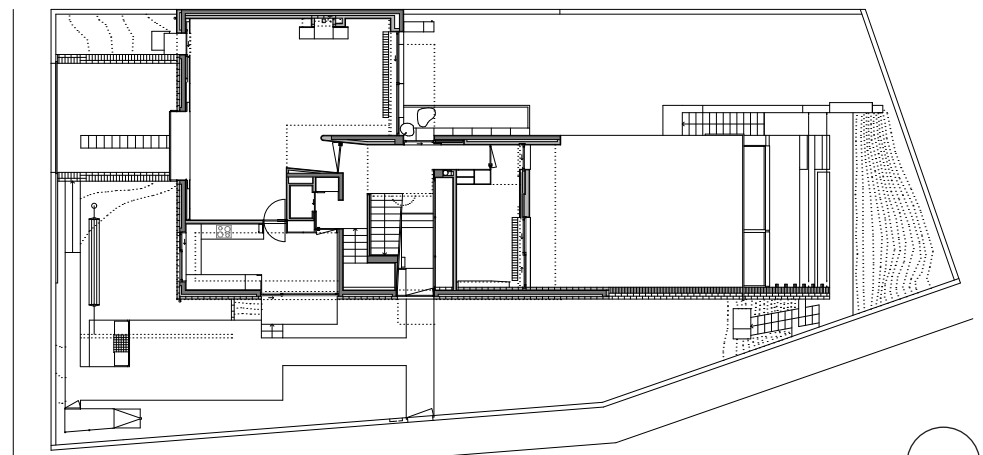
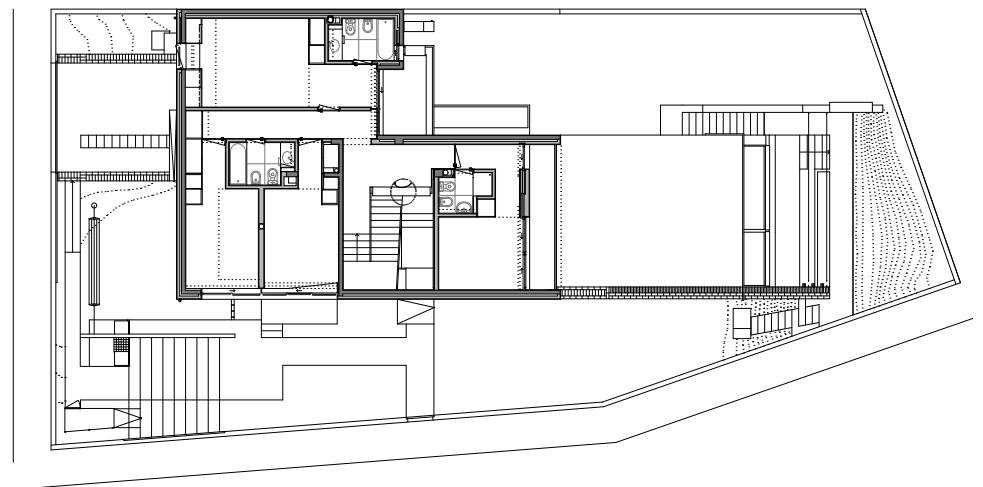
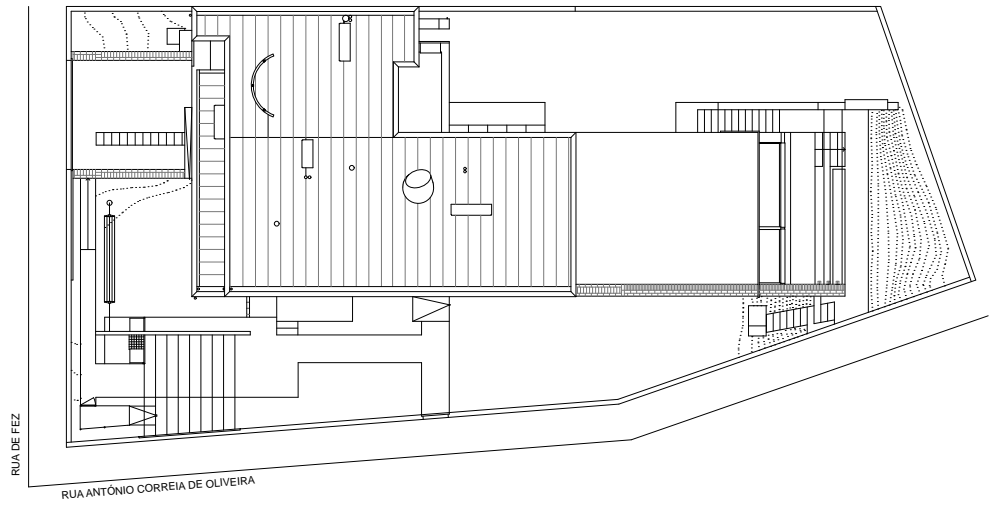


ALÇADOS

15 | CASA DR. PINHEIRO PINTO

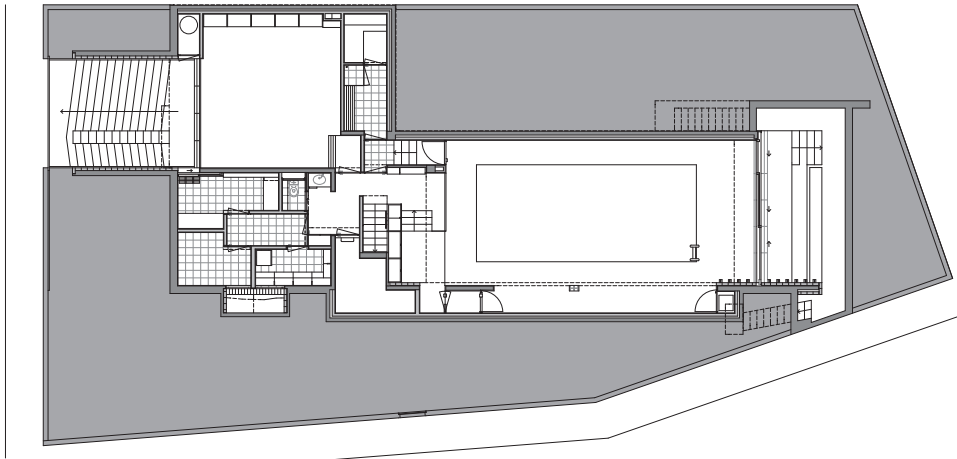
GAVETO DAS RUAS DE FEZ E ADRIANO CORREIA DE OLIVEIRA . PORTO
PROJETO 1995-1996 . OBRA 1996-1998



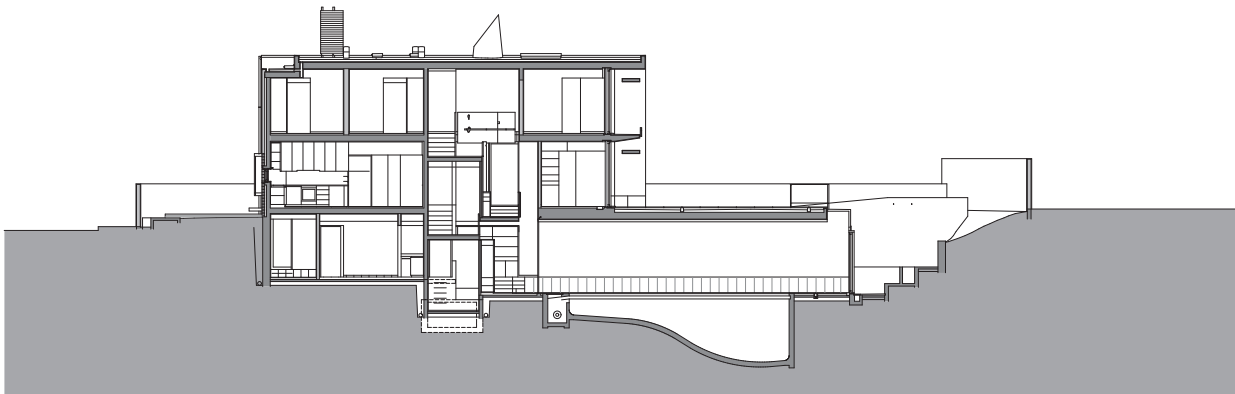


PLANTAS COBERTURA, 1,0





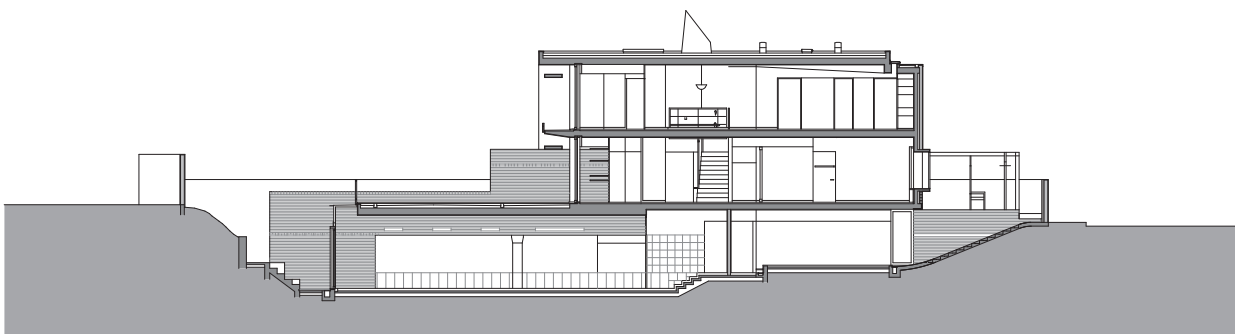
PLANTA CAVE



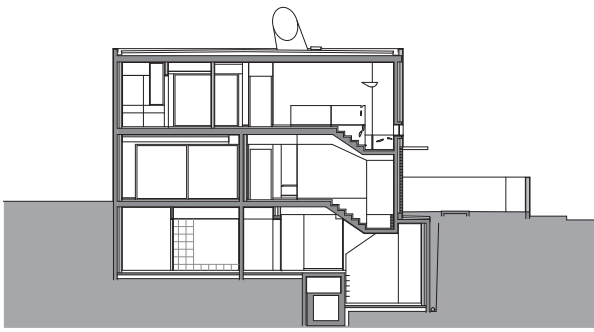
CORTE I



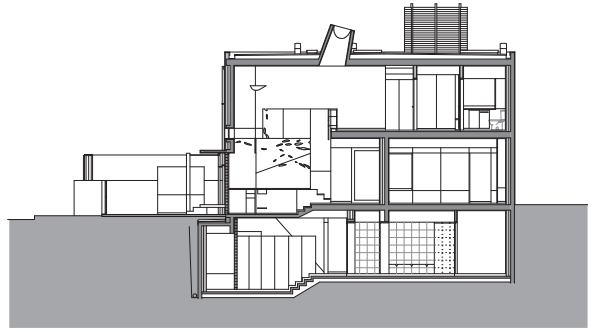
CORTE 2



CORTE 3



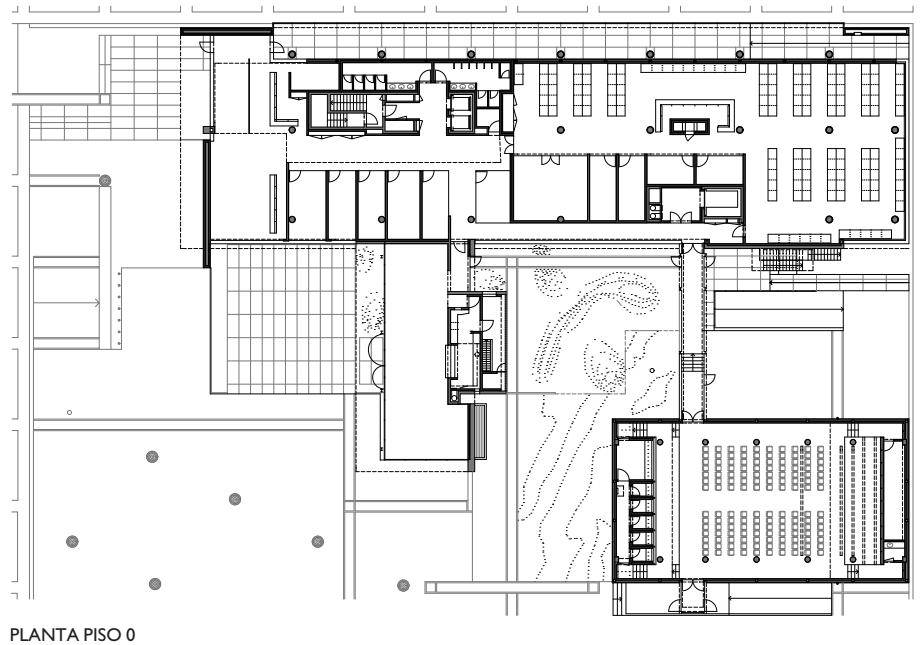
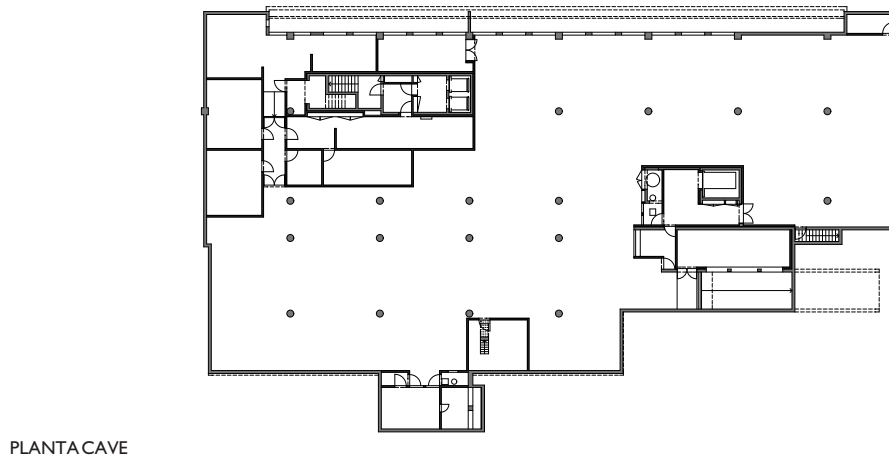
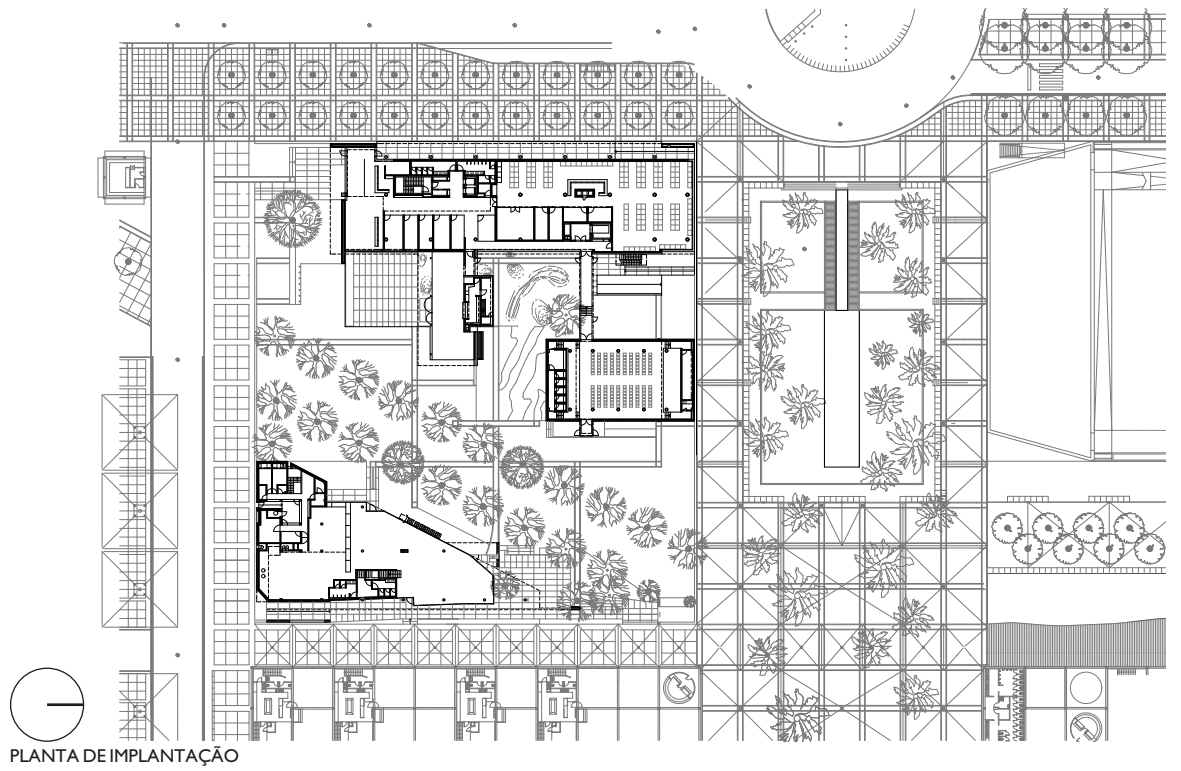
CORTE 4

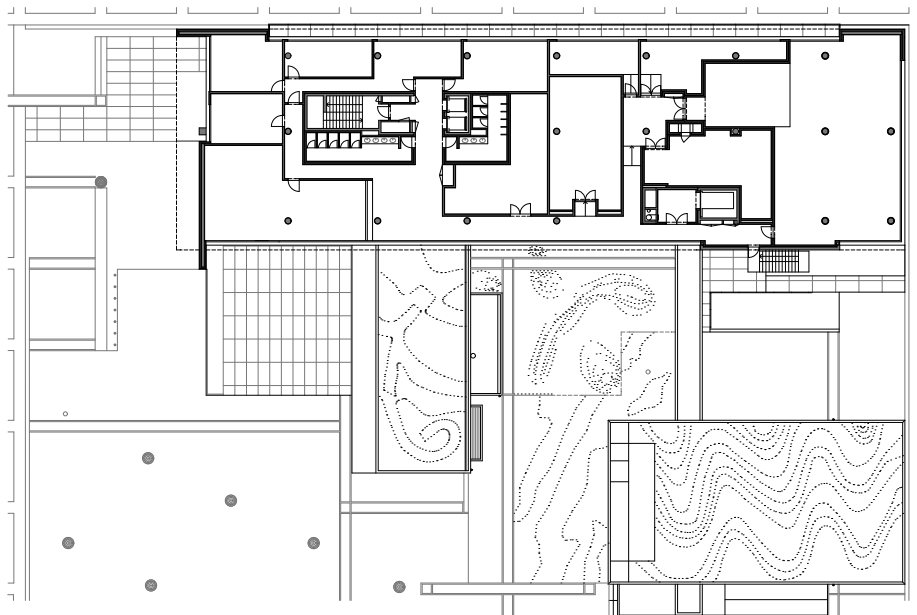


CORTE 5

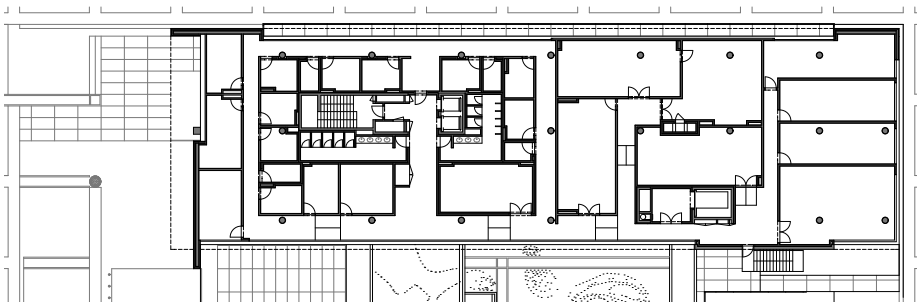




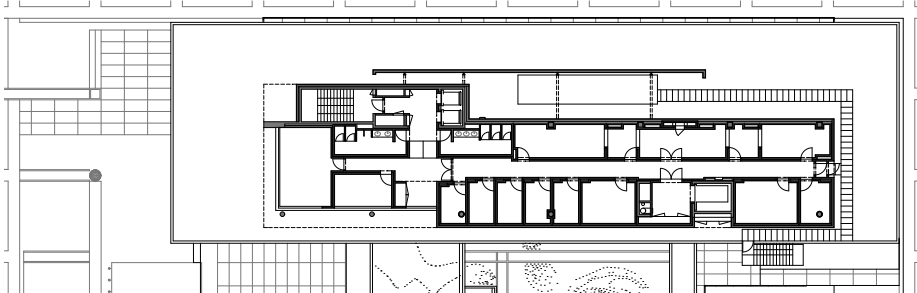




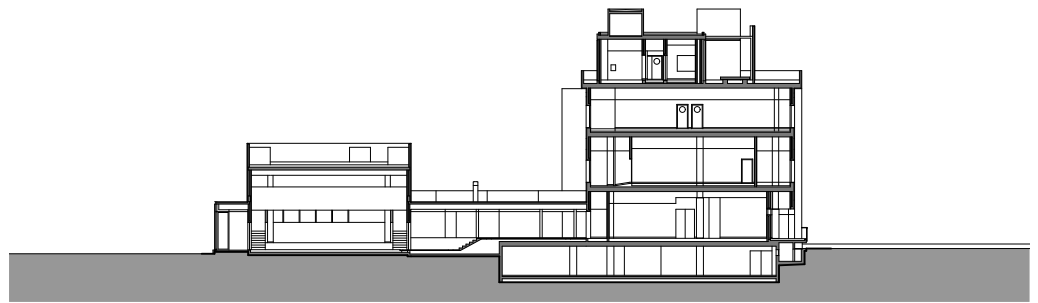
PLANTA PISO 1



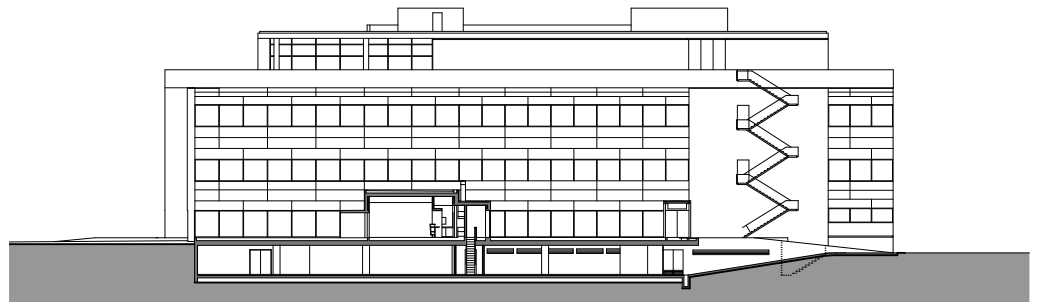
PLANTA PISO 2



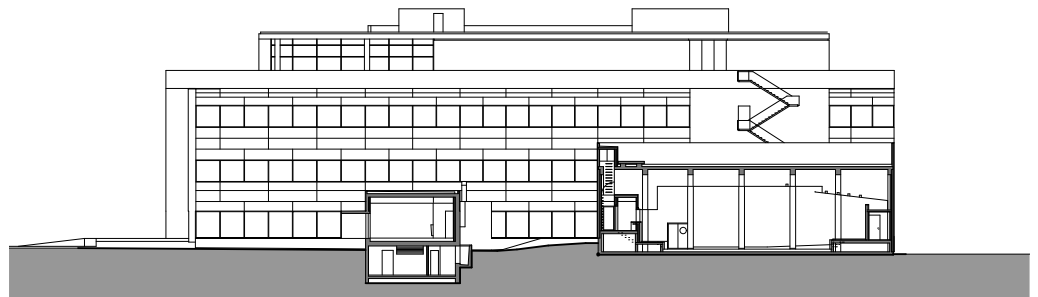
PLANTA RECUADO



CORTE 1

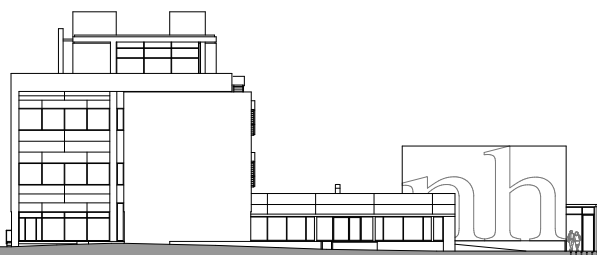


CORTE 2



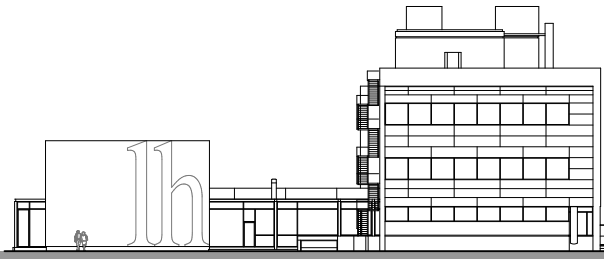
CORTE 3



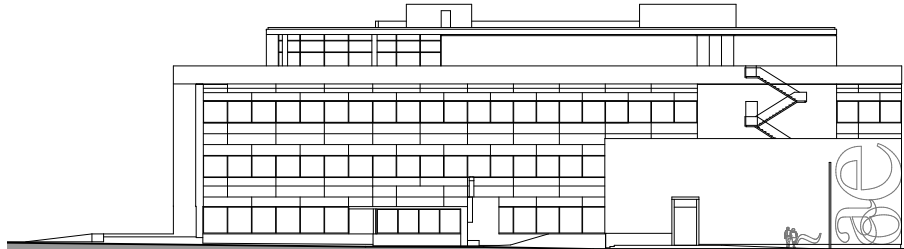


ALÇADO SUL

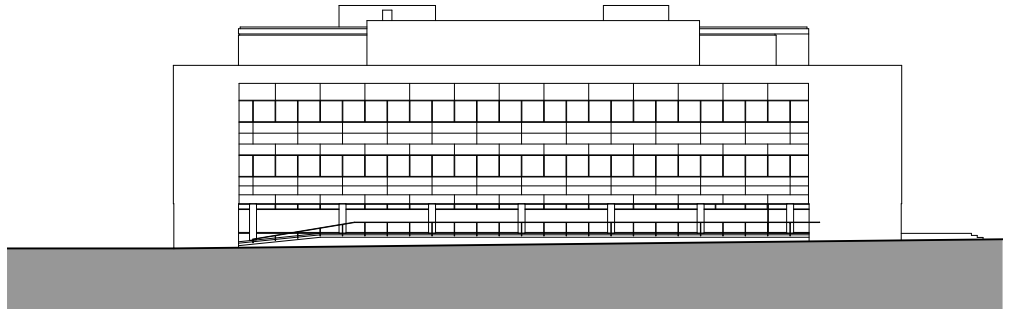




ALÇADO NORTE

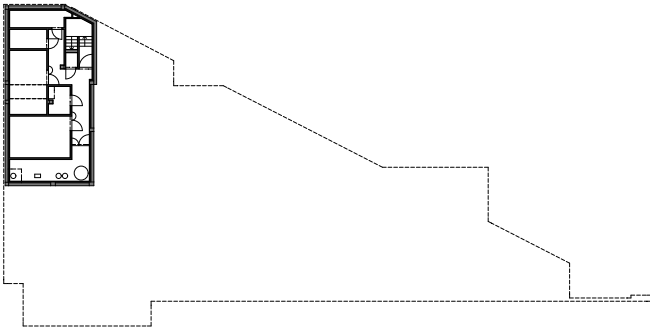


ALÇADO ESTE

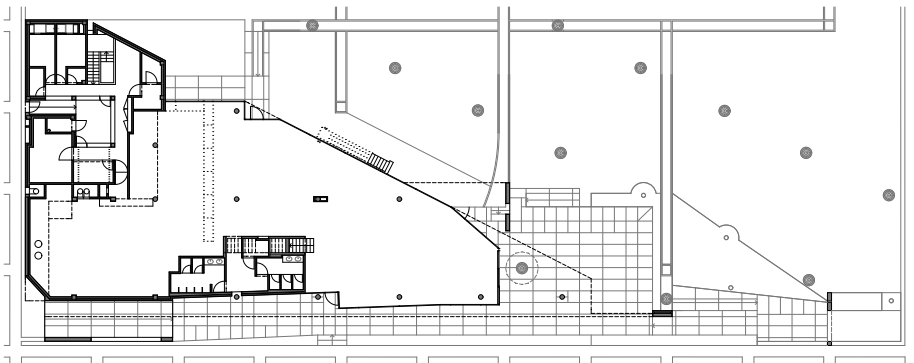


ALÇADO OESTE

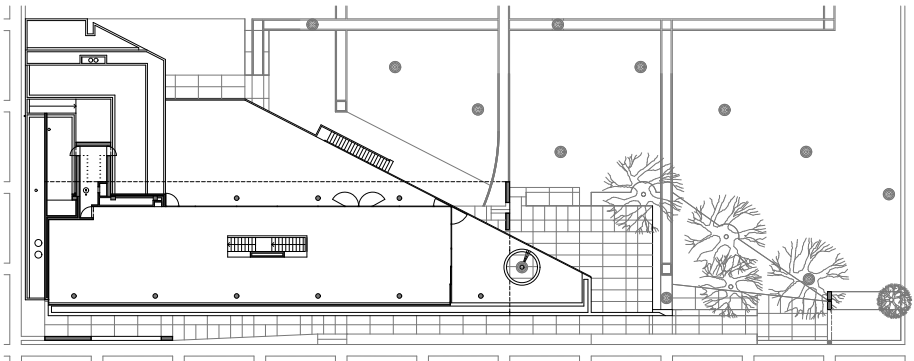




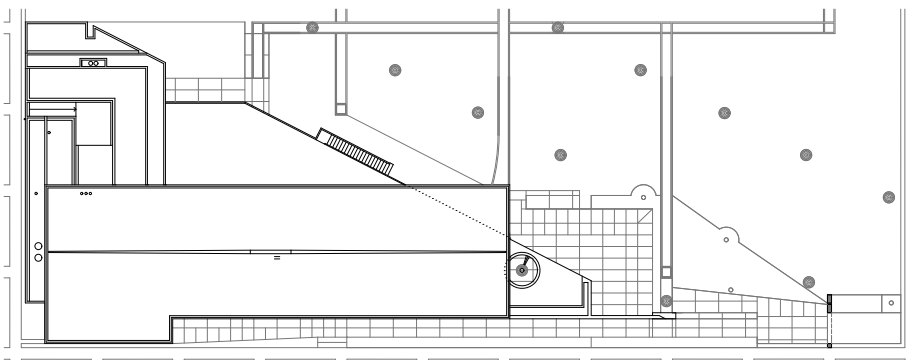
PLANTACAVE



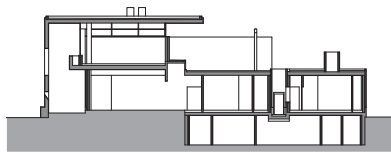
PLANTA PISO 0



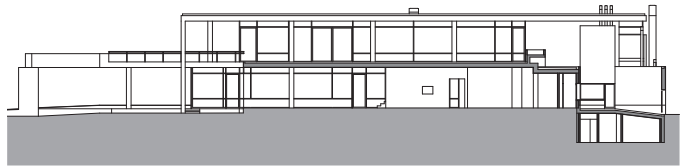
PLANTA PISO I



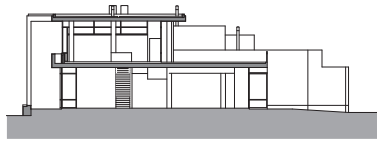
PLANTACOBERTURA



CORTE 1



CORTE 3



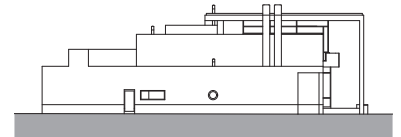
CORTE 2



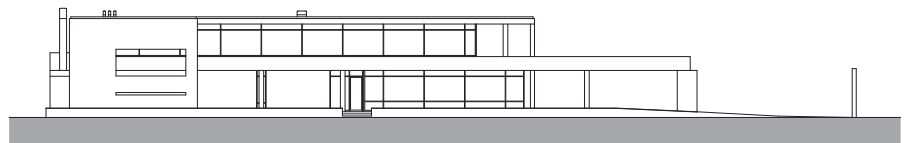
CORTE 4



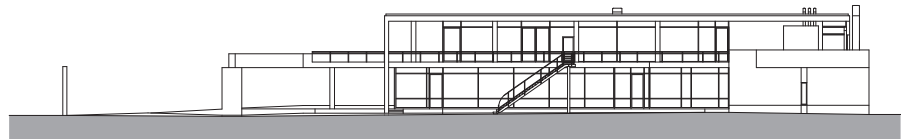
ALÇADO NORTE



ALÇADO SUL



ALÇADO ESTE

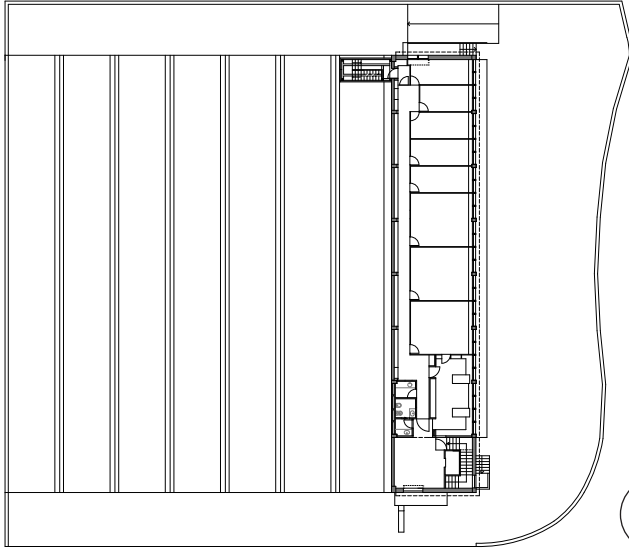
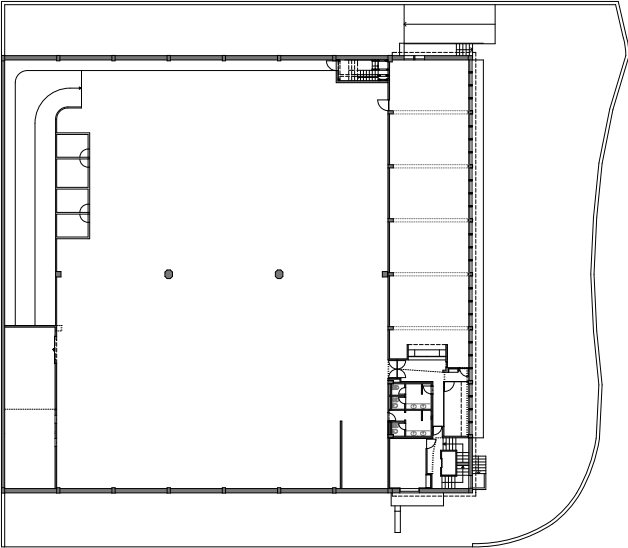
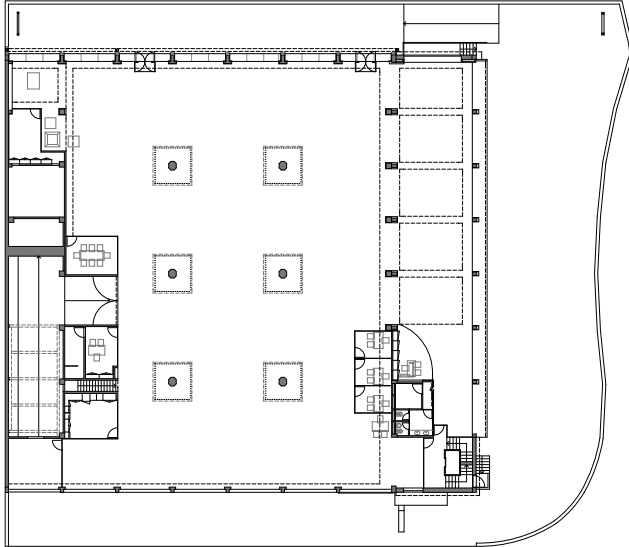
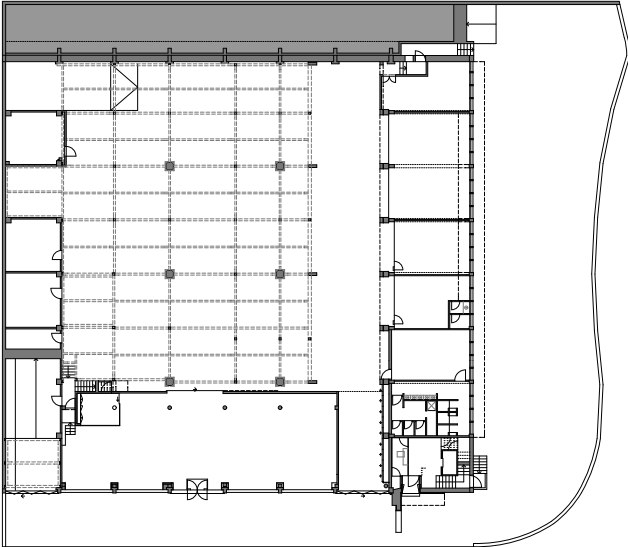


ALÇADO OESTE

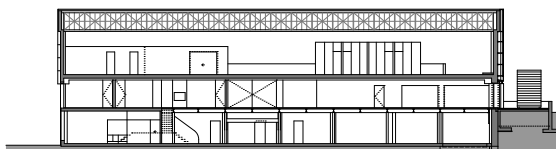


17 | STAND JOP. RUA DELFIM FERREIRA
GAVETO DA CIRCULAÇÃO . MATOSINHOS
PROJETO 1997-2003 . OBRA 1998-2004

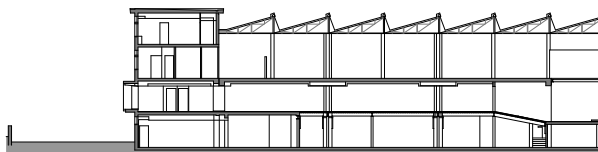




PLANTAS PISO R/C, 1, 2, 3



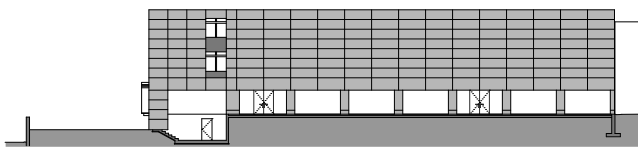
CORTE 1



CORTE 2



ALÇADO SUDOESTE

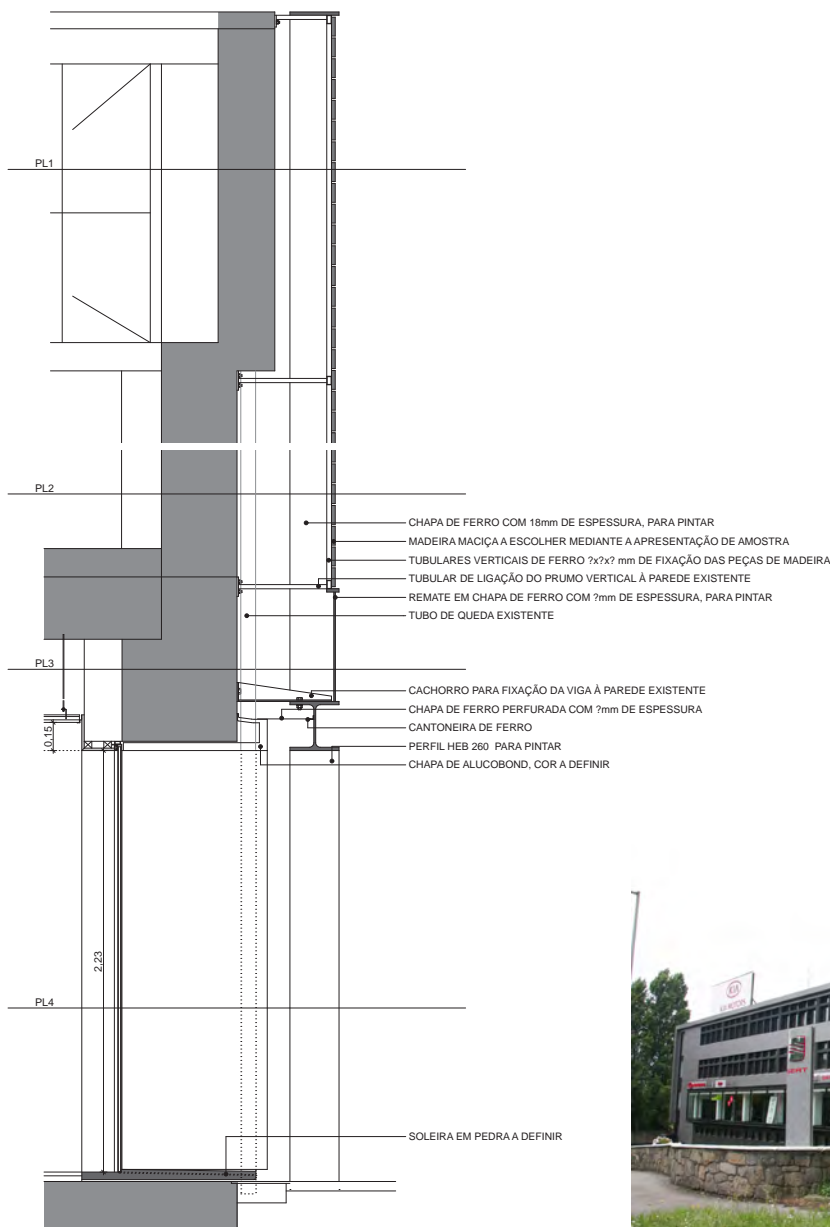
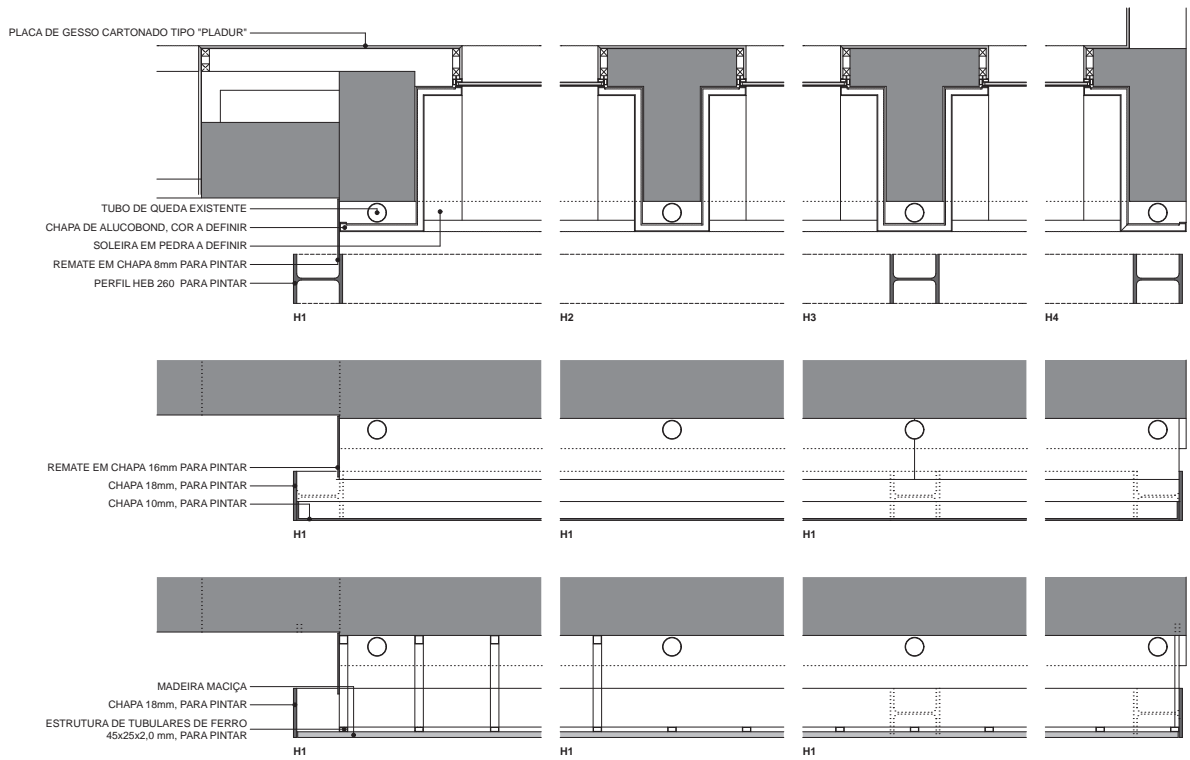


ALÇADO NOROESTE



ALÇADO SUDESTE



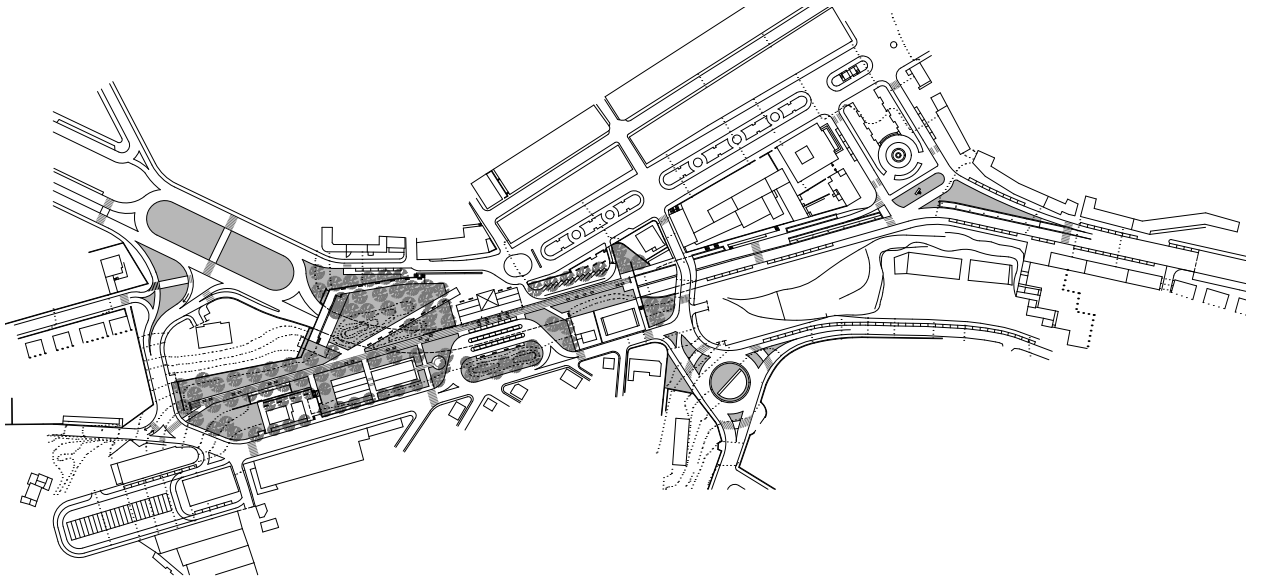


PORMENORIZAÇÃO

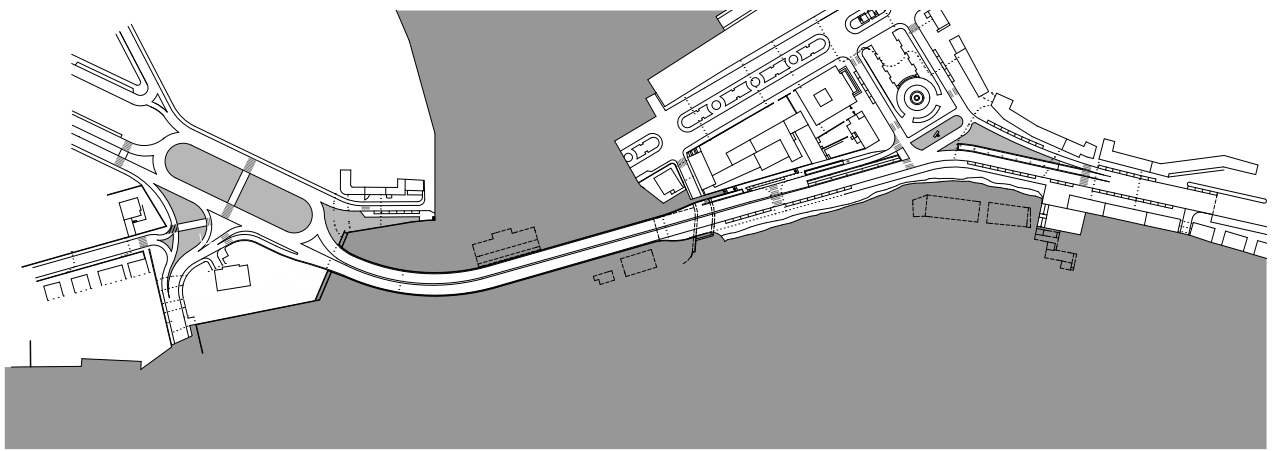


18 | PROLONGAMENTO DA AV. SÁ CARNEIRO, PARQUE URBANO E CENTRAL DE CAMIONAGEM
BRAGANÇA
PROJETO 1998-2002 . OBRA 2000-2003
1.º LUGAR EM CONCURSO PÚBLICO

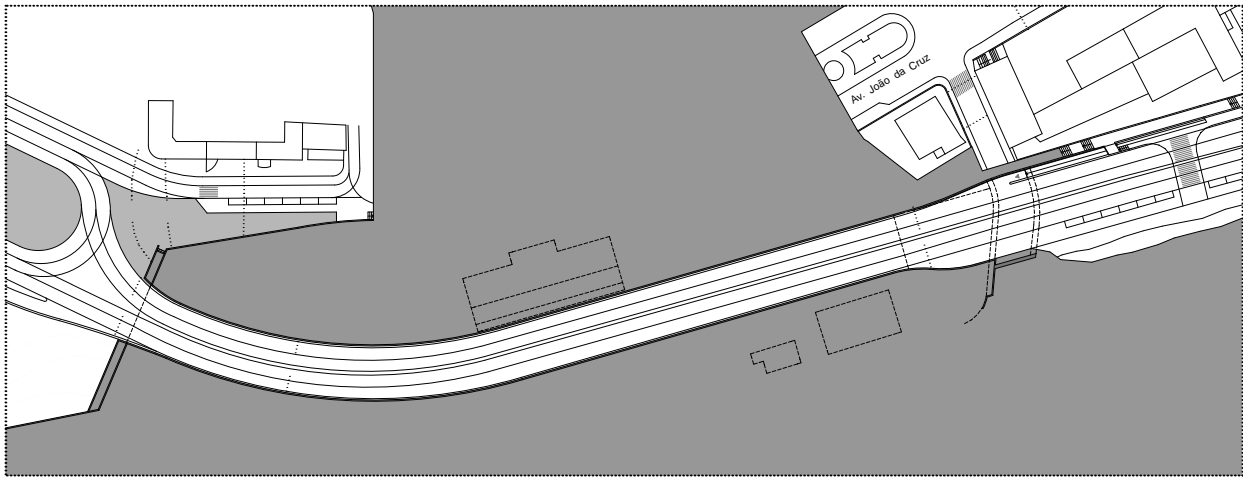




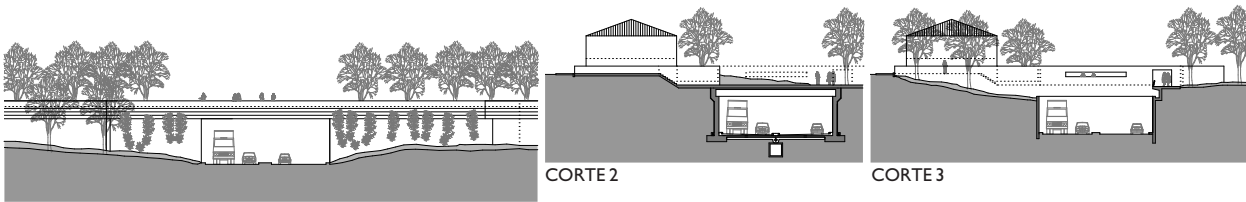
PLANTA PARQUE URBANO



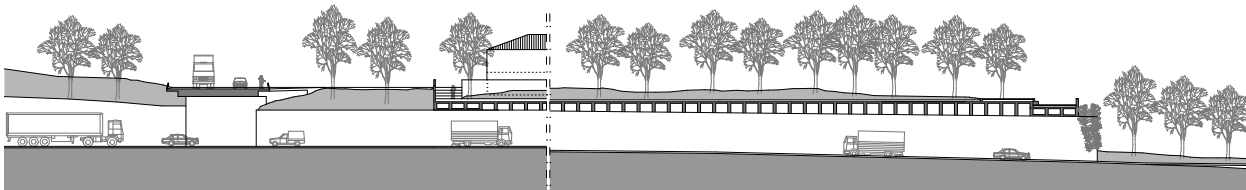
PLANTATÚNEL



PLANTATÚNEL

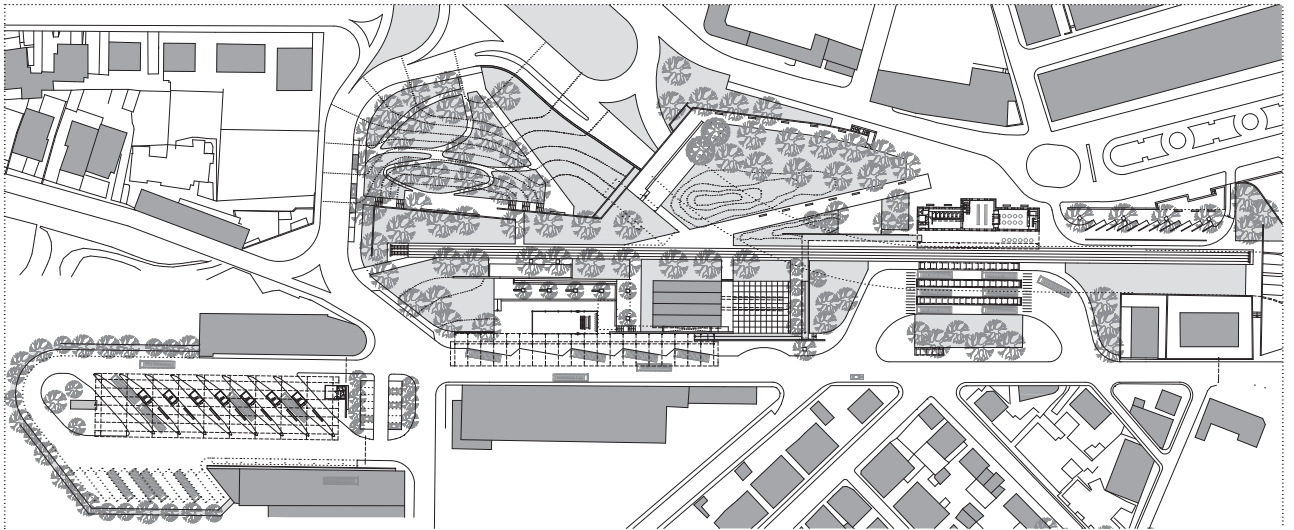


CORTE I



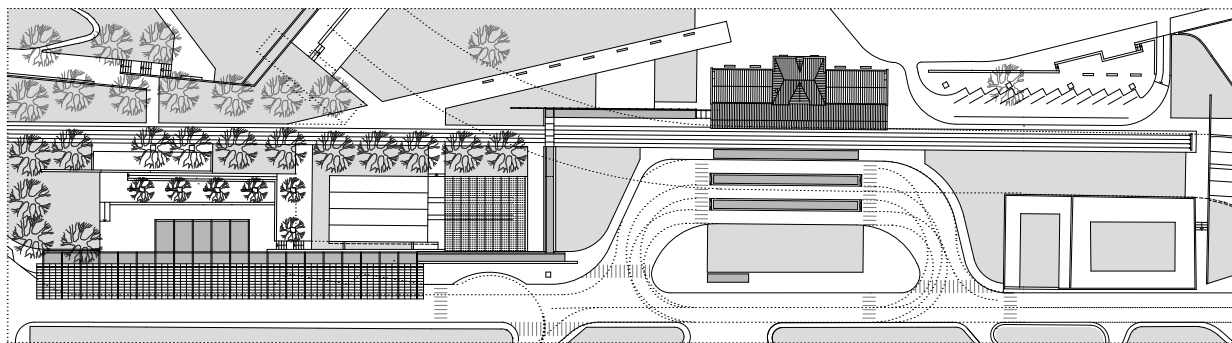
CORTE 4



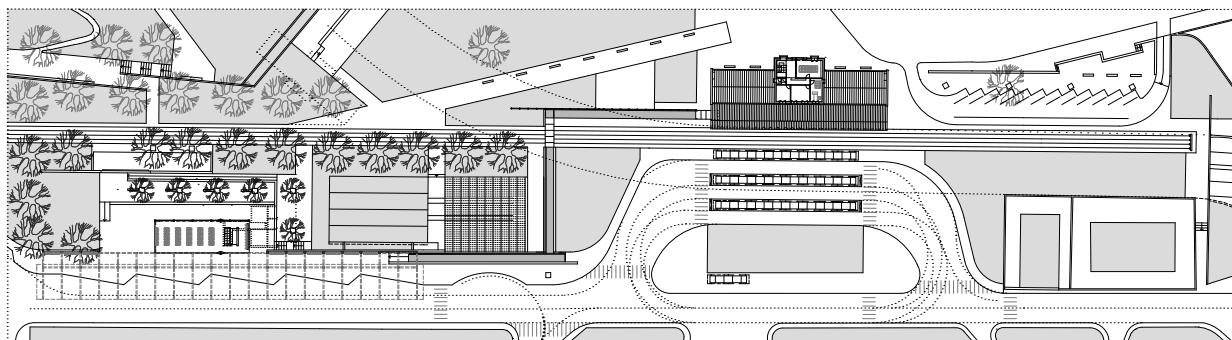


PLANTA DE IMPLANTAÇÃO

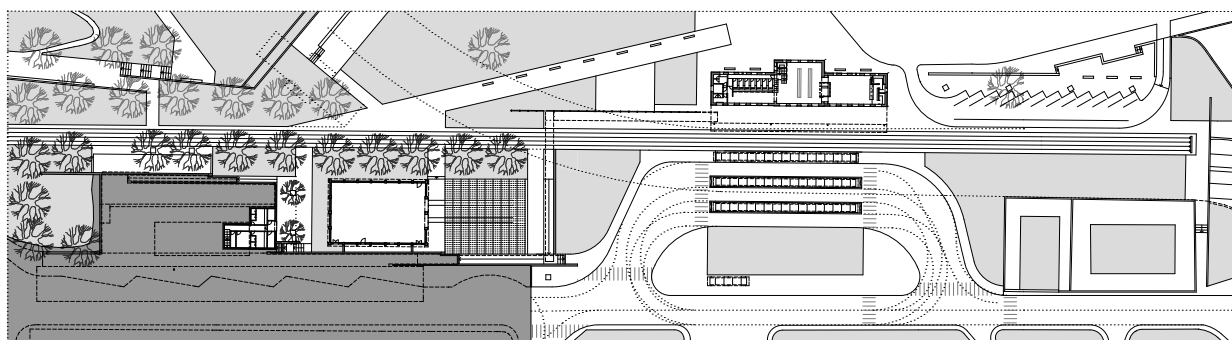




PLANTA DE COBERTURA

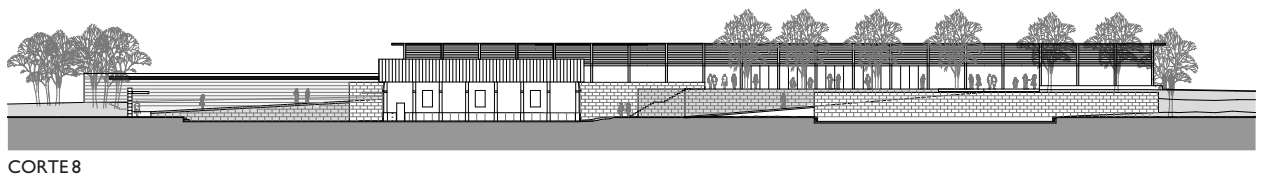
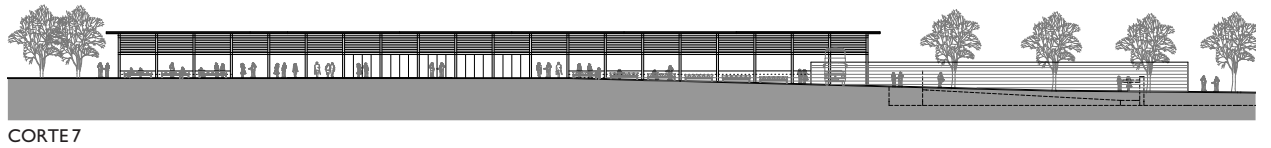
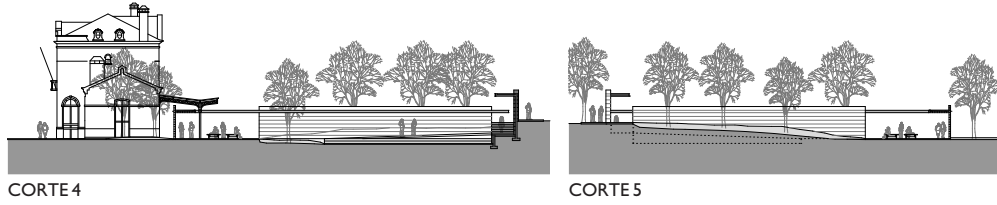
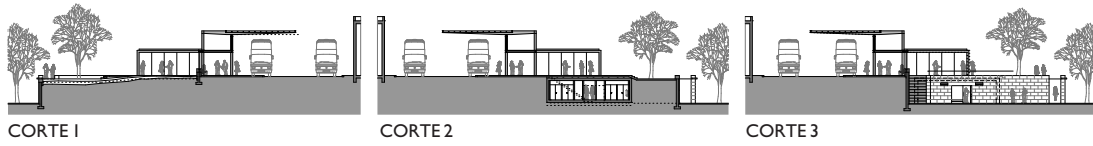


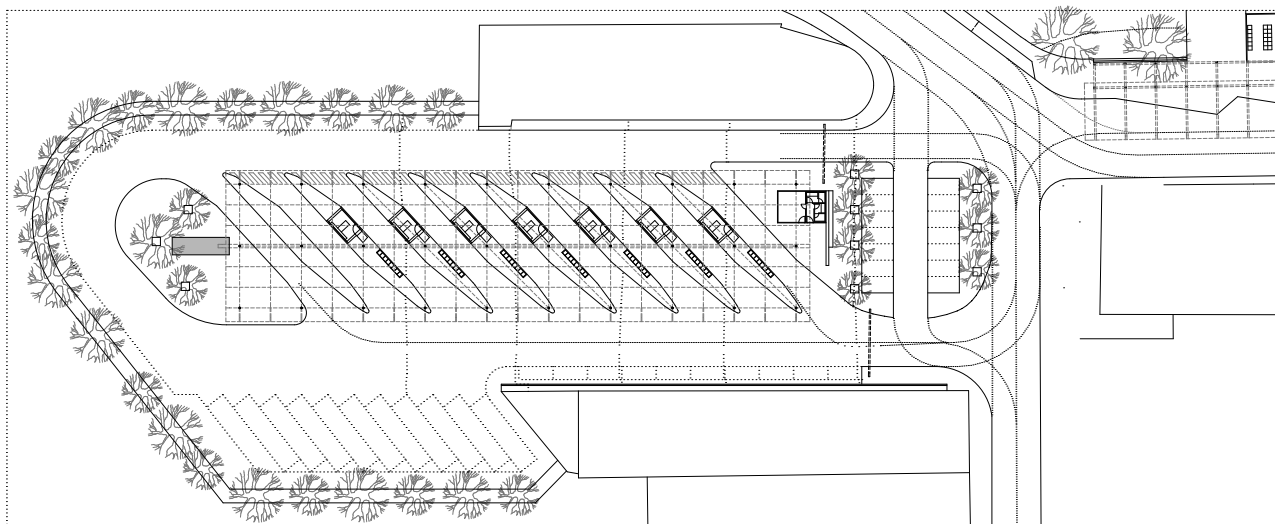
PLANTA À COTA 69,1



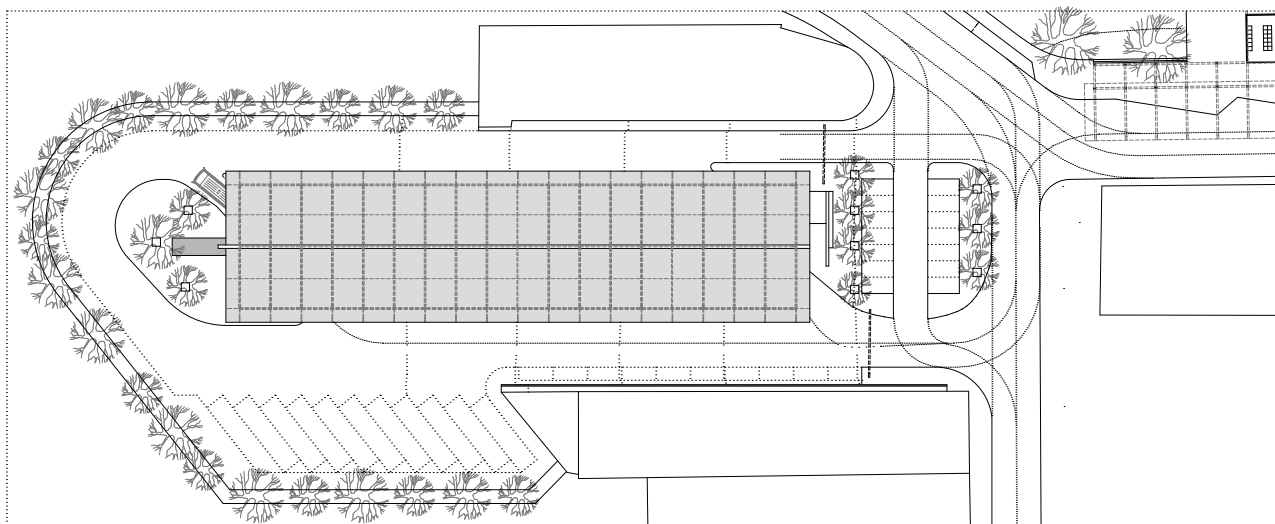
PLANTA À COTA 68,5



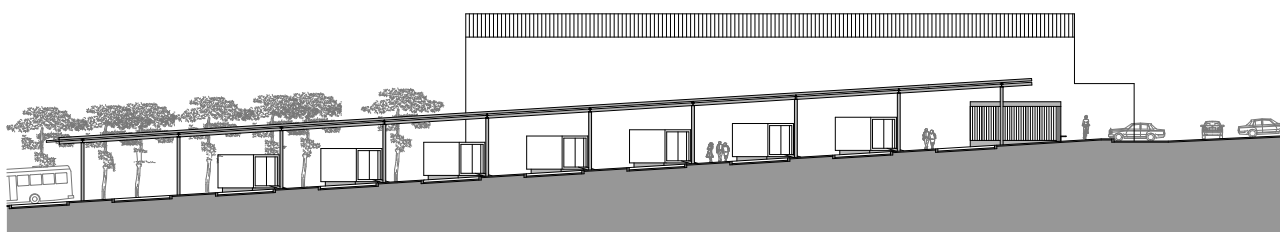




PLANTA CAIS DE MERCADORIAS

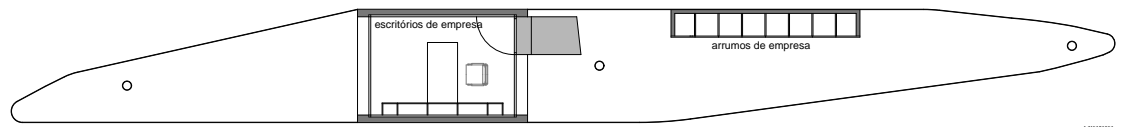


PLANTA DE COBERTURA

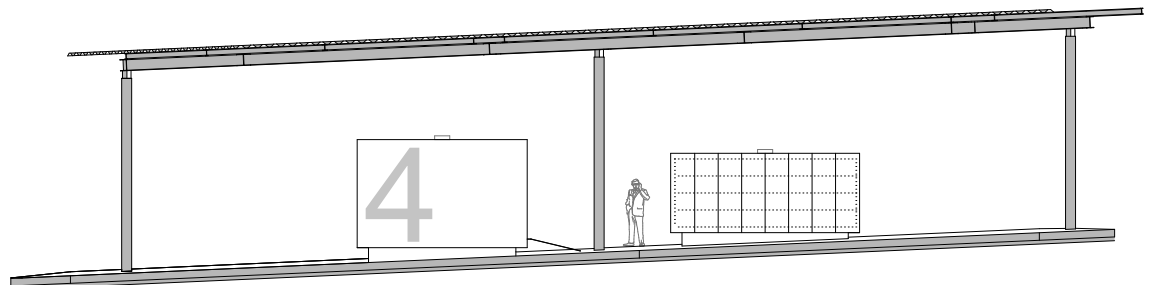
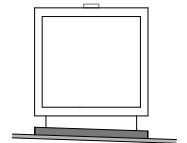
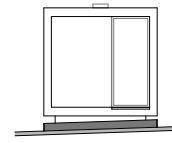
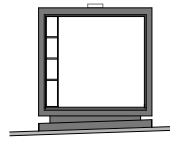
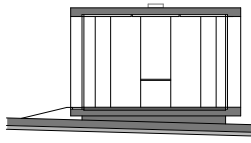


CORTE 3

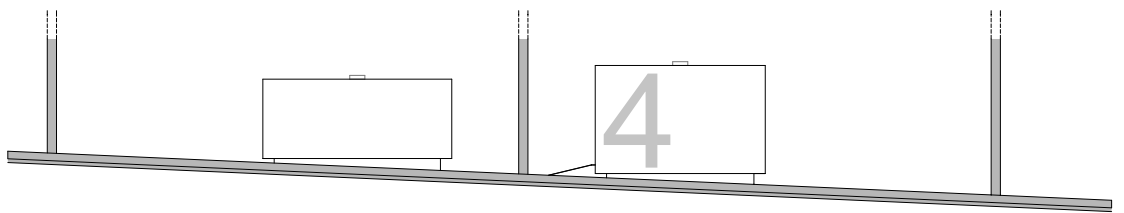




PLANTA

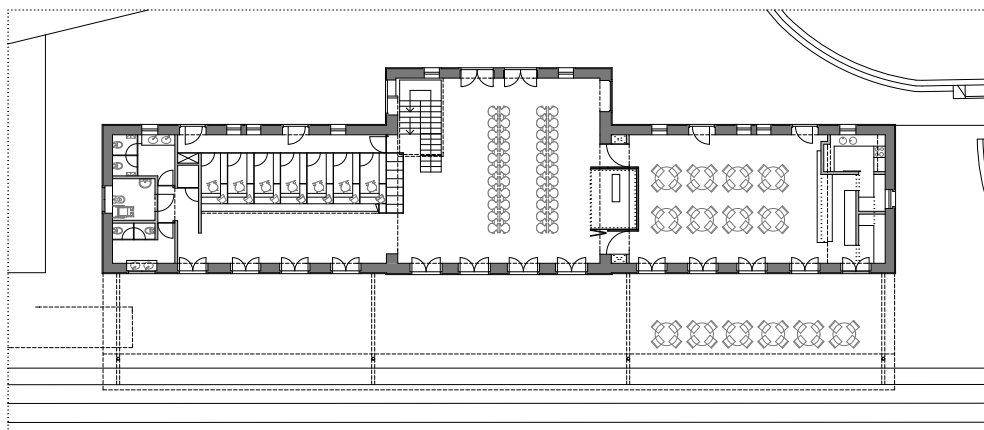


ALÇADO POENTE

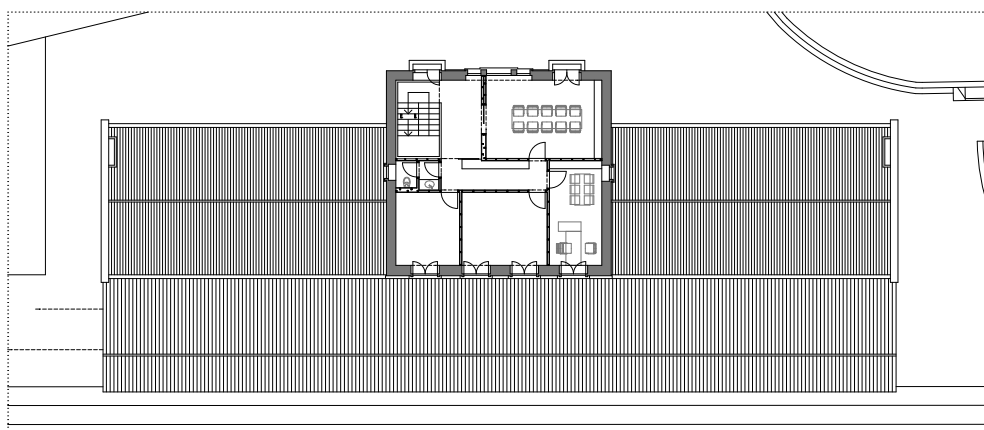


ALÇADO NASCENTE

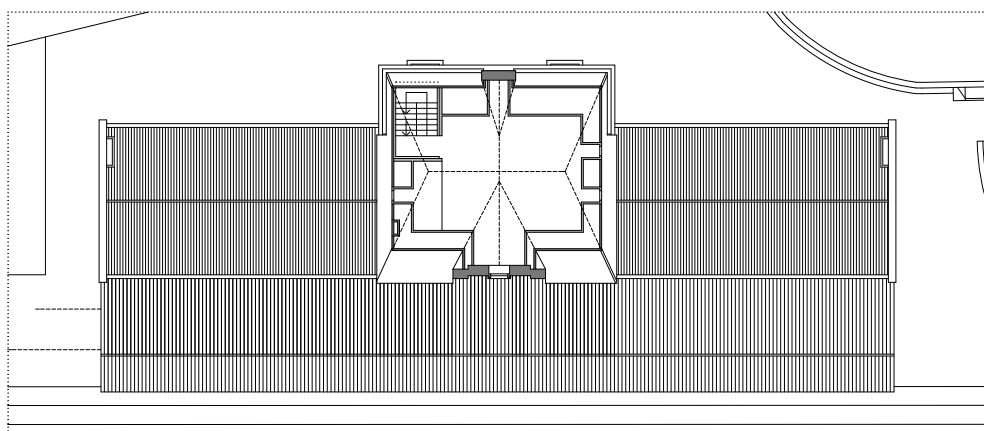




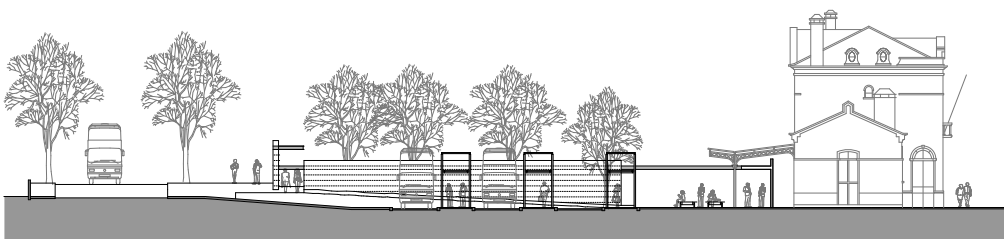
PLANTA PISO 0



PLANTA PISO 1



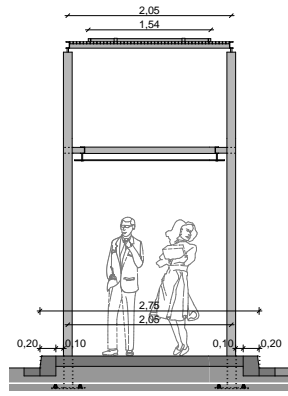
PLANTASOTÃO



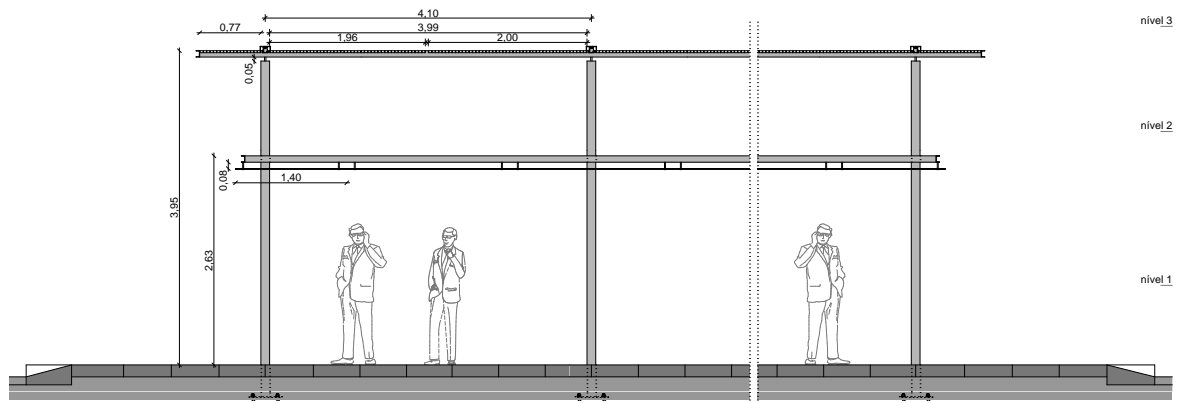
CORTE I



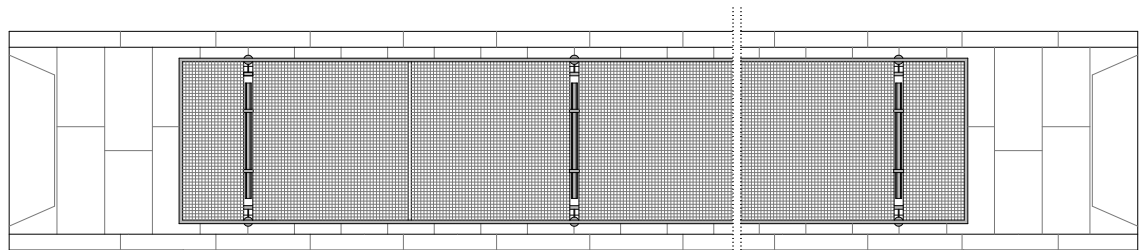
CORTE 2



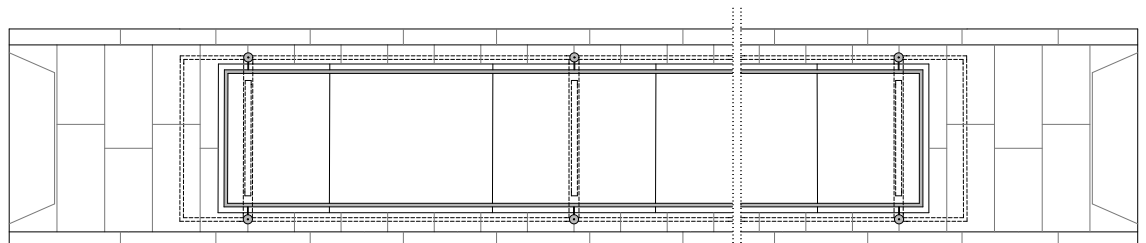
CORTE I



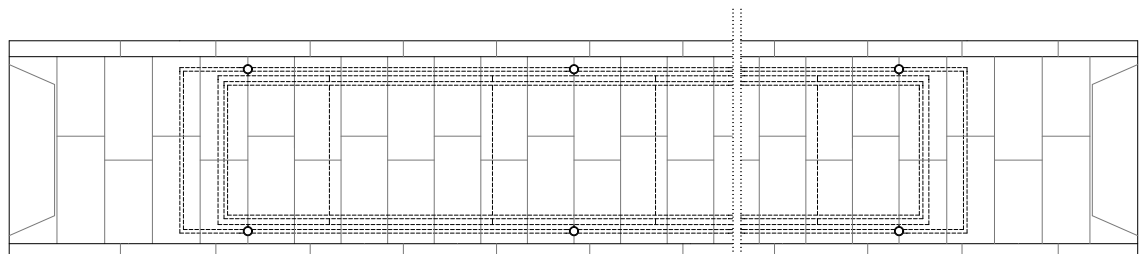
CORTE 2



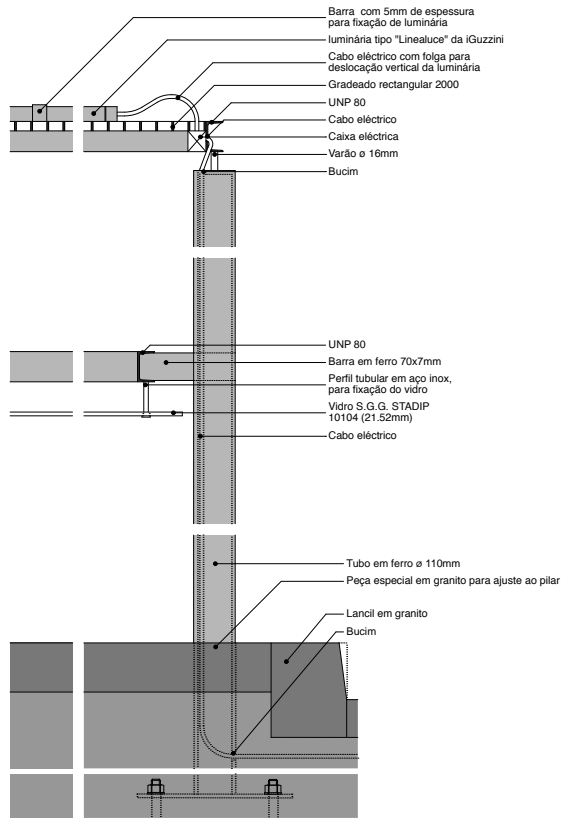
PLANTA NÍVEL 3



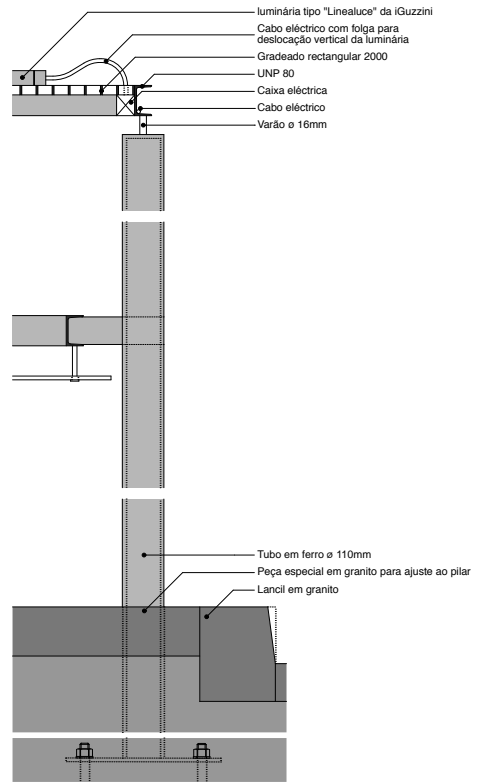
PLANTA NÍVEL 2



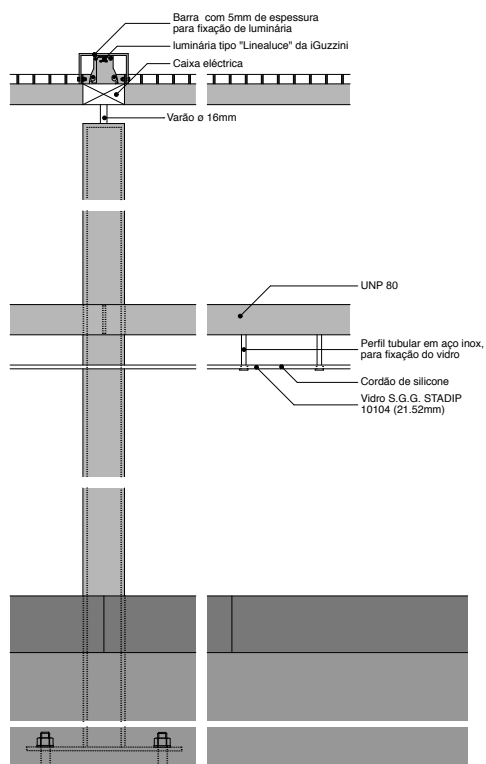
PLANTA NÍVEL 1



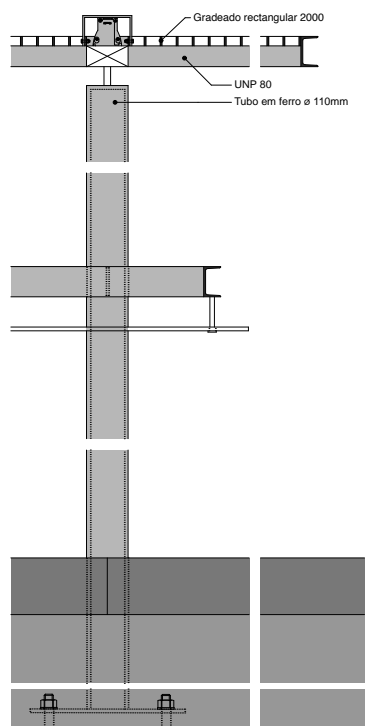
CORTE TRANSVERSAL (situação de primeiro apoio - comunicação vertical de rede eléctrica)



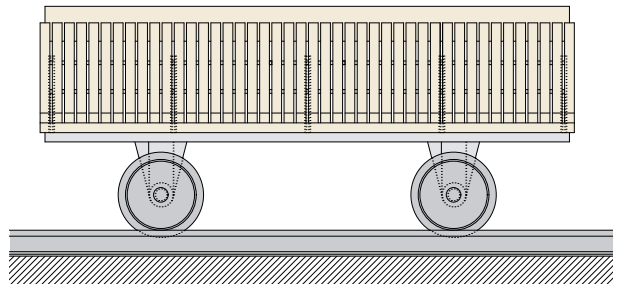
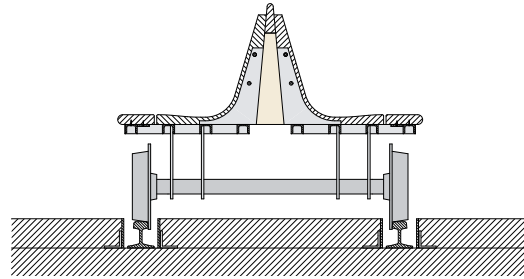
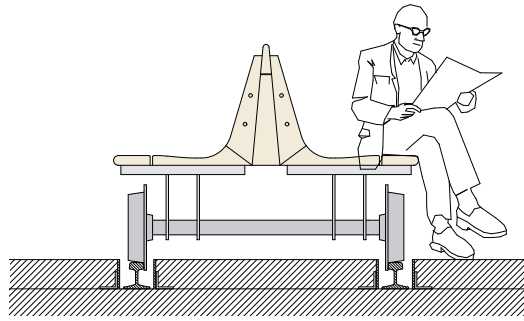
CORTE TRANSVERSAL



PORMENORIZAÇÃO



CORTE LONGITUDINAL



PORMENORIZAÇÃO BANCO



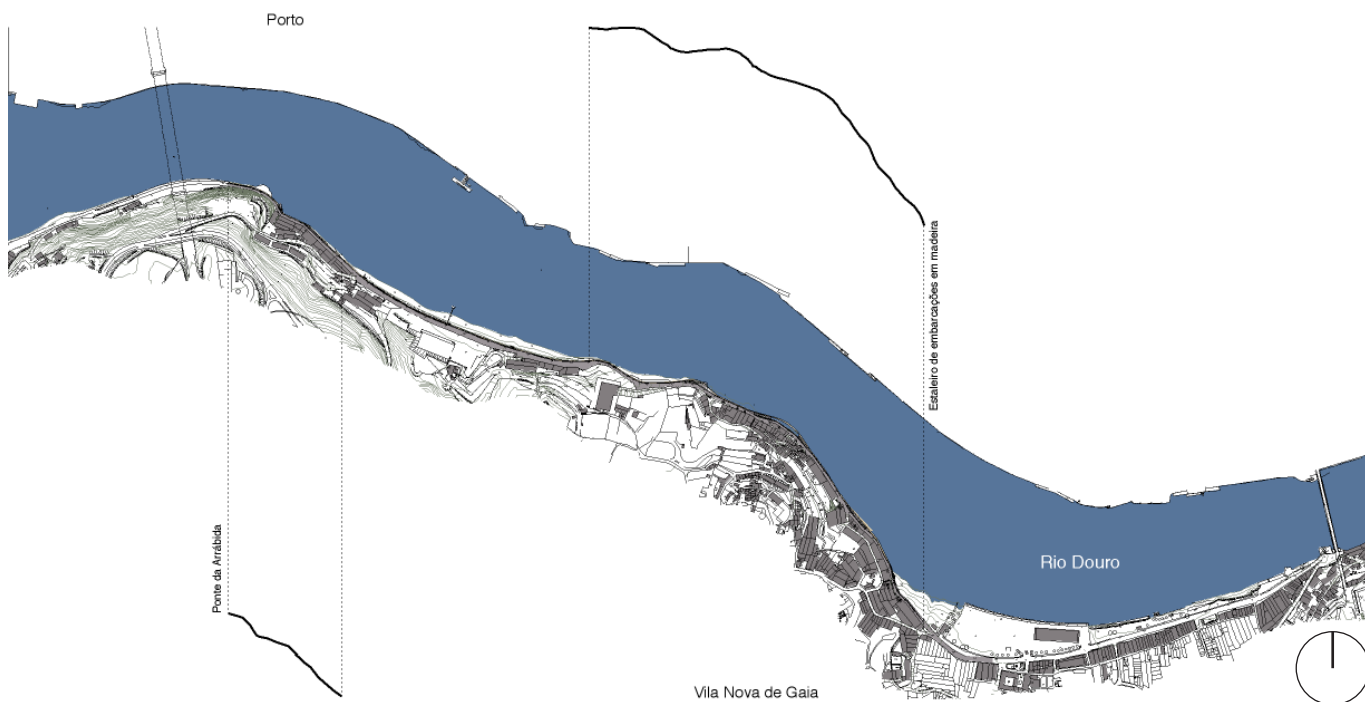
VILA NOVA DE GAIA

PROJETO 1999-2000 . OBRA 2000-2002

1.º LUGAR EM CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

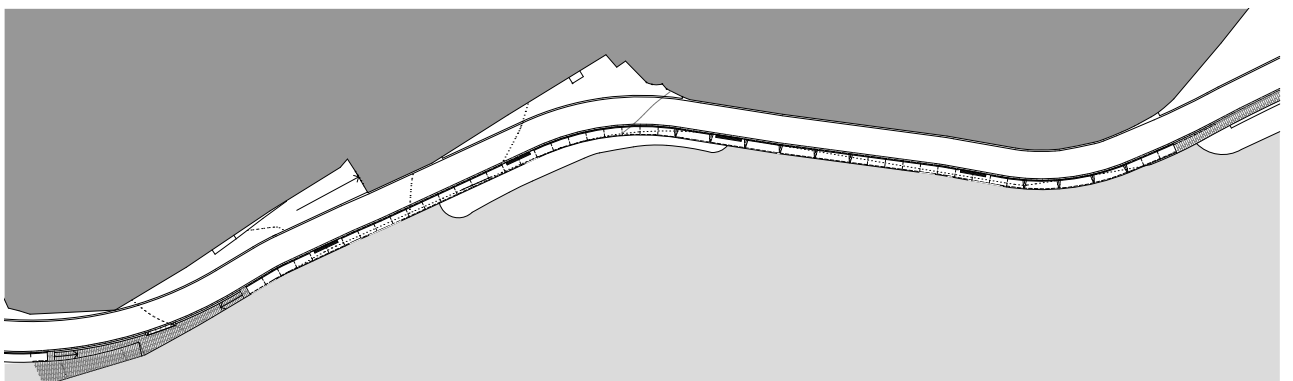
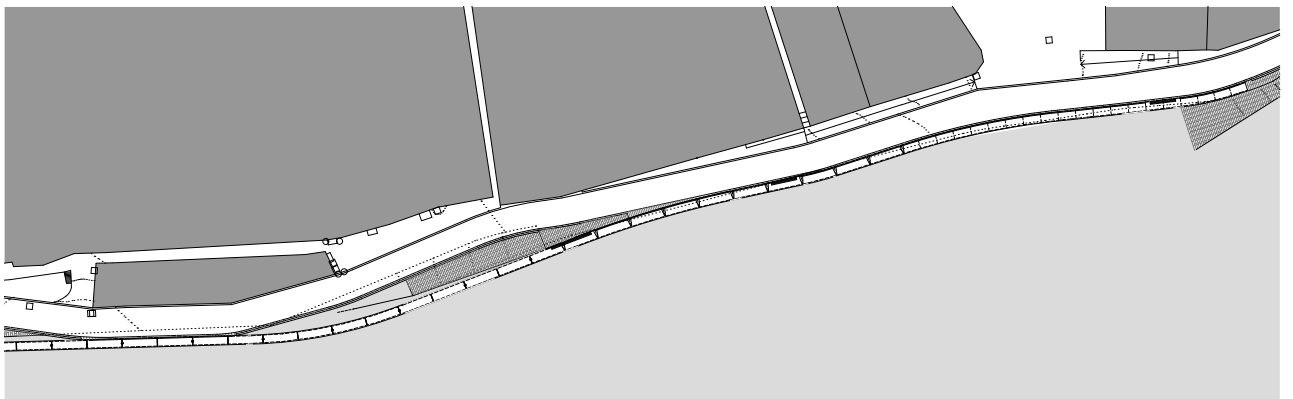
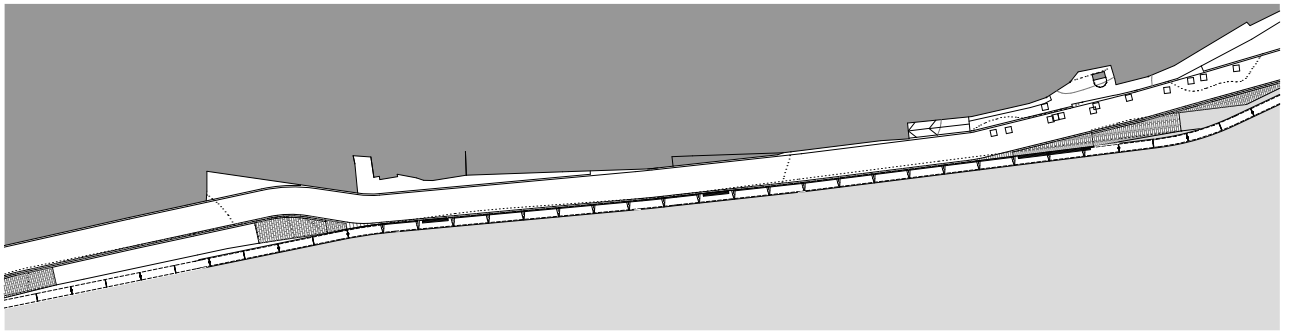
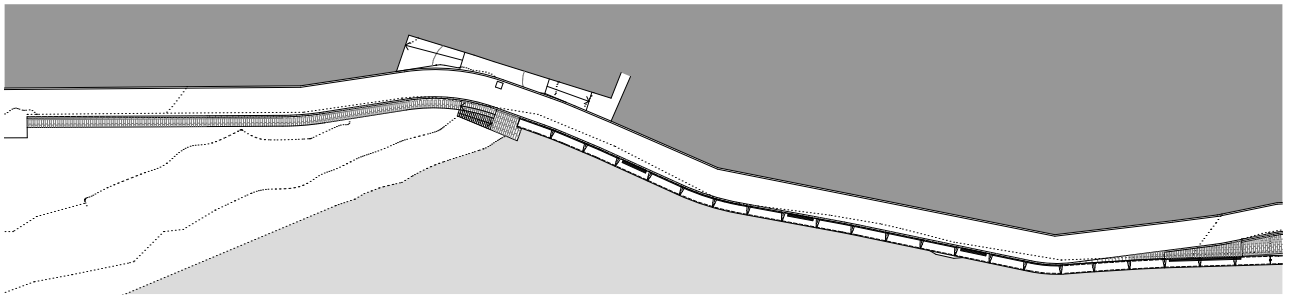




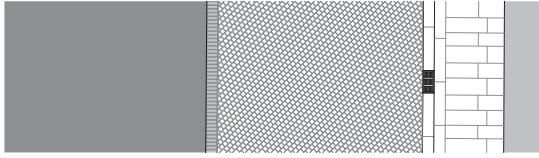
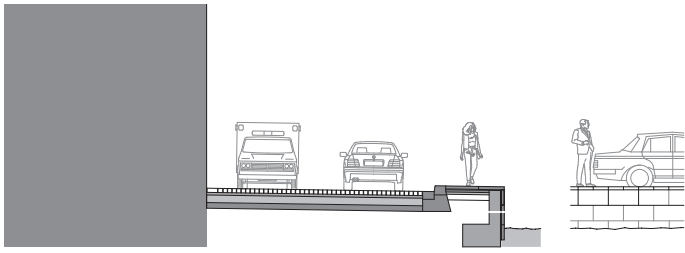


IMPLANTAÇÃO

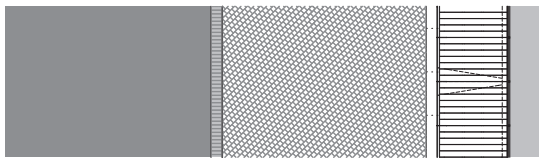
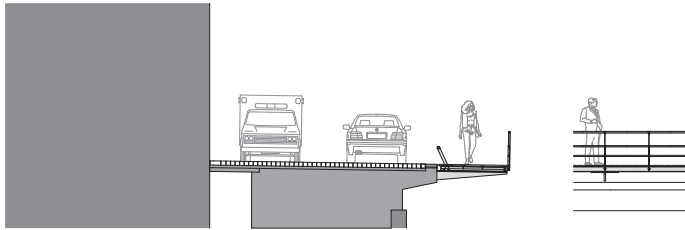




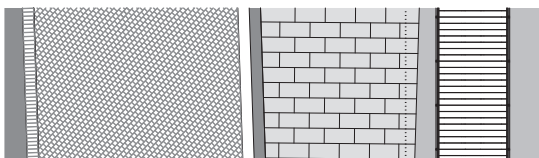
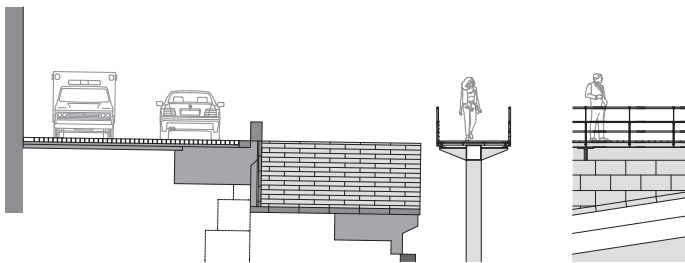
PLANTAS TRECHOS DA MARGINAL



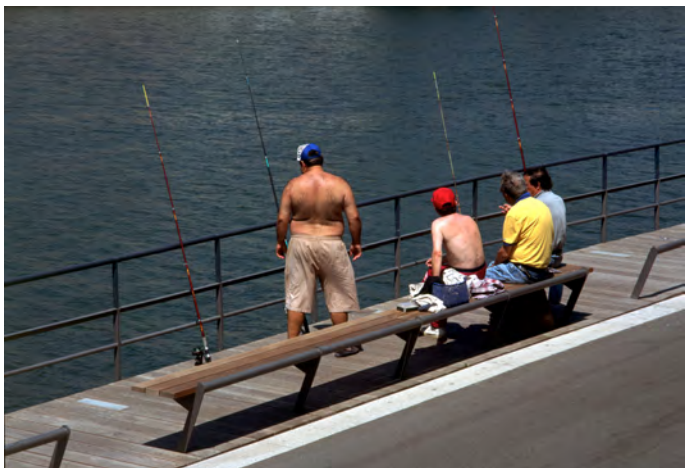
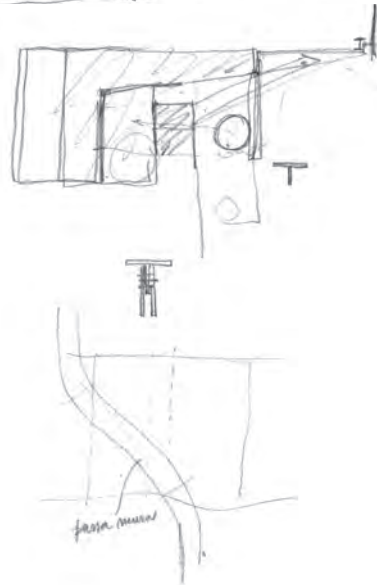
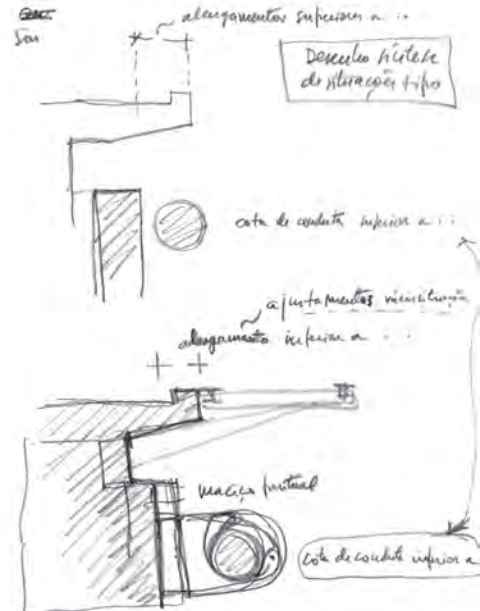
CORTE SITUAÇÃO TIPO 1



CORTE SITUAÇÃO TIPO 2

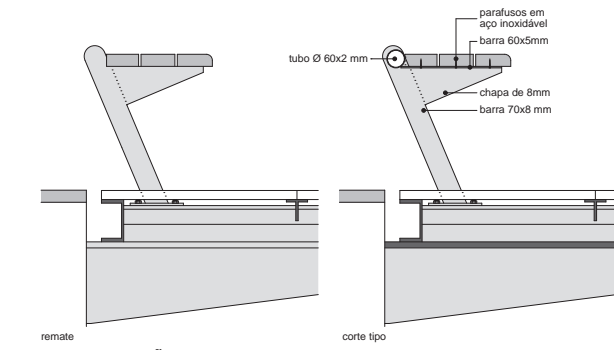
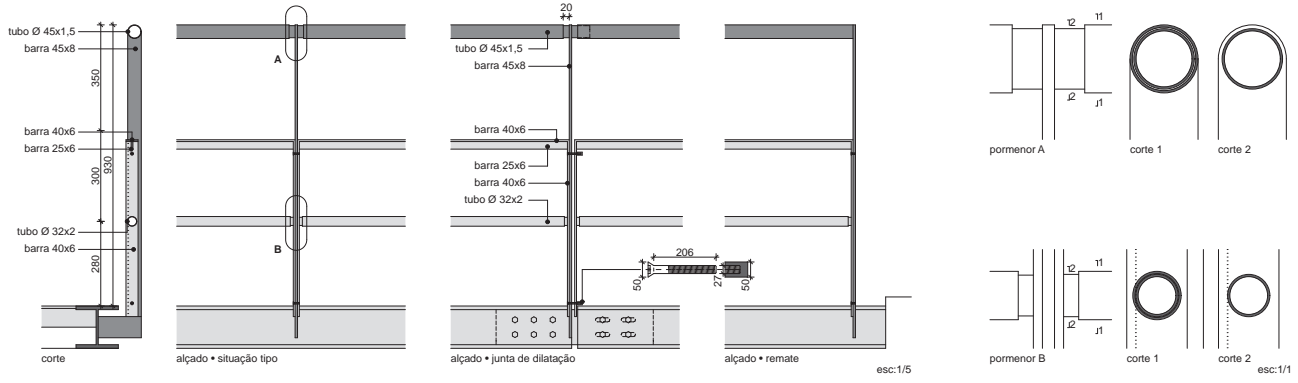


CORTE SITUAÇÃO TIPO 3

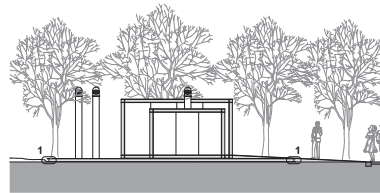
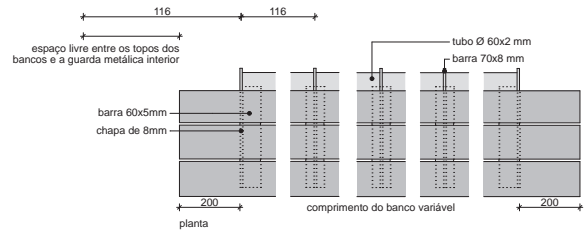




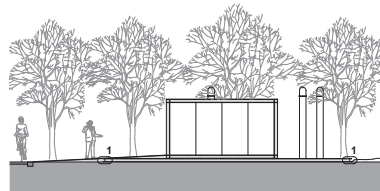
FOTOS. EXISTENTE



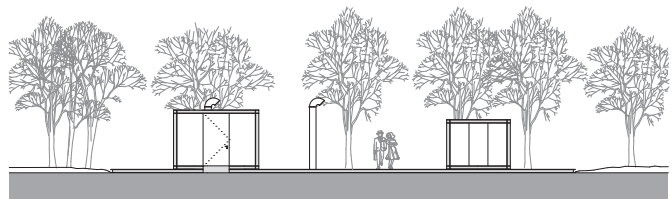
PORMENORIZAÇÃO



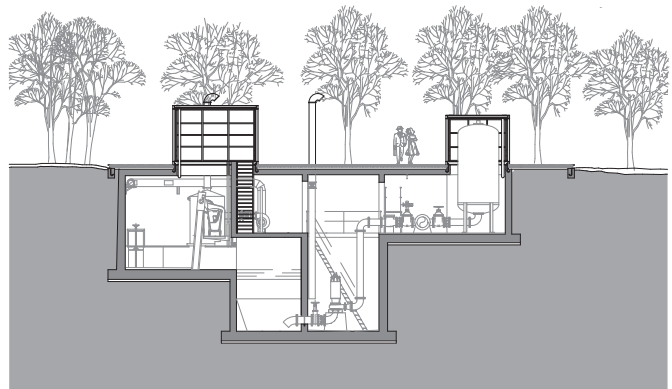
ALÇADO POENTE



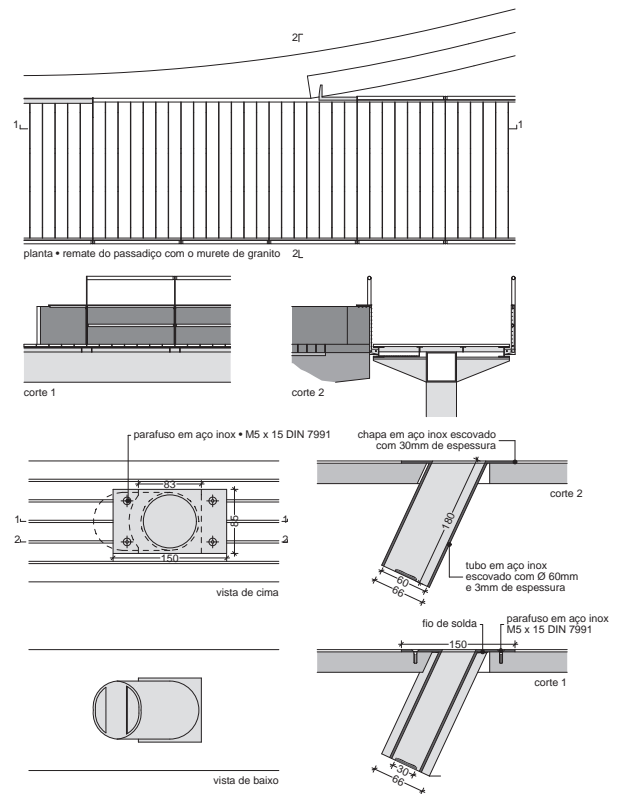
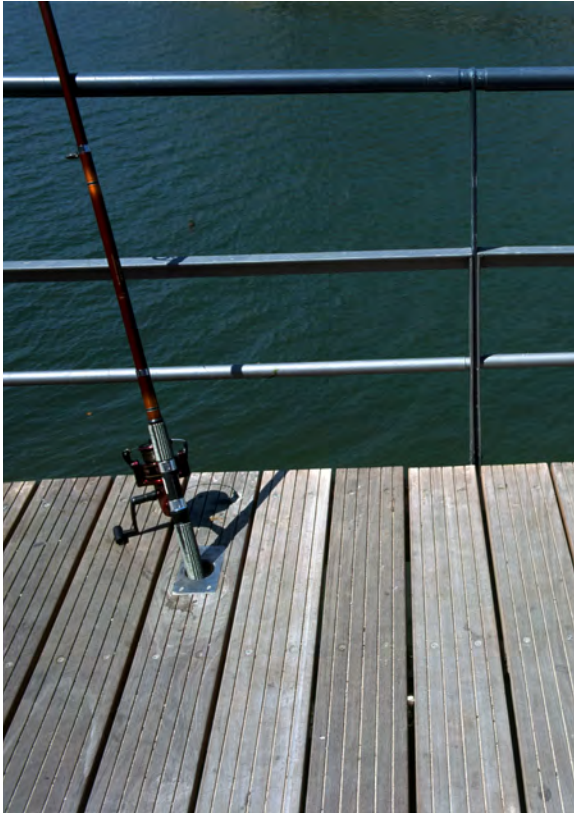
ALÇADO NASCENTE



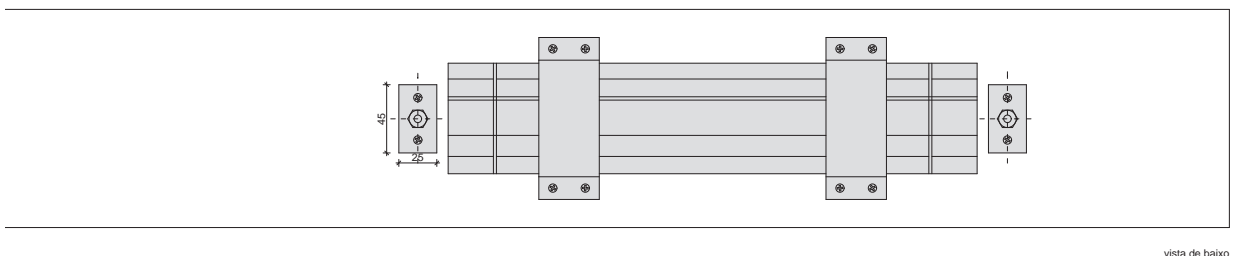
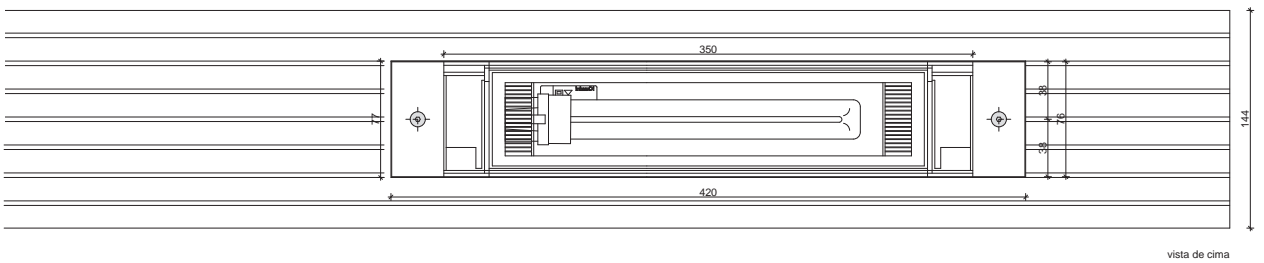
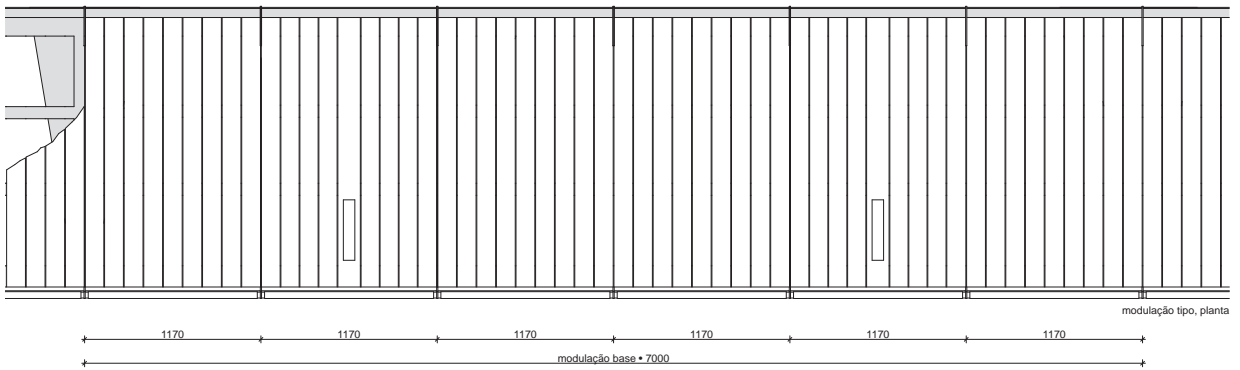
ALÇADO NORTE



CORTE I



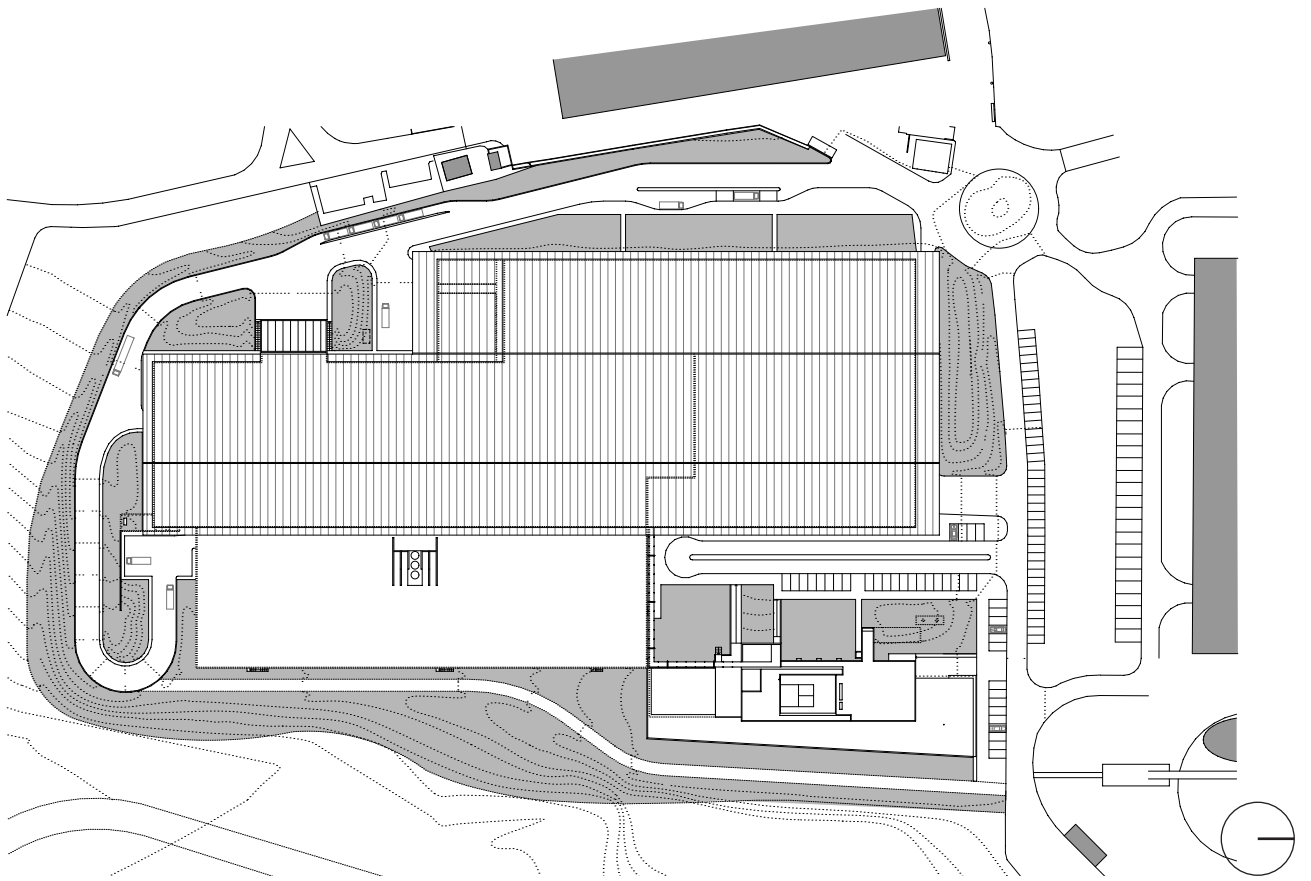
PORMENORIZAÇÃO



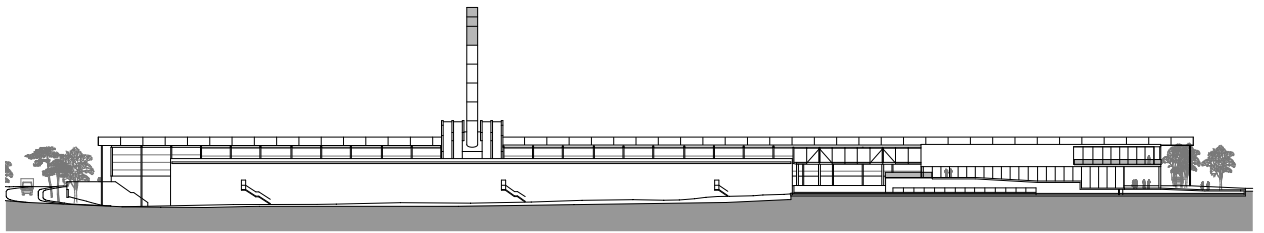
PORMENORIZAÇÃO

vista de baixo

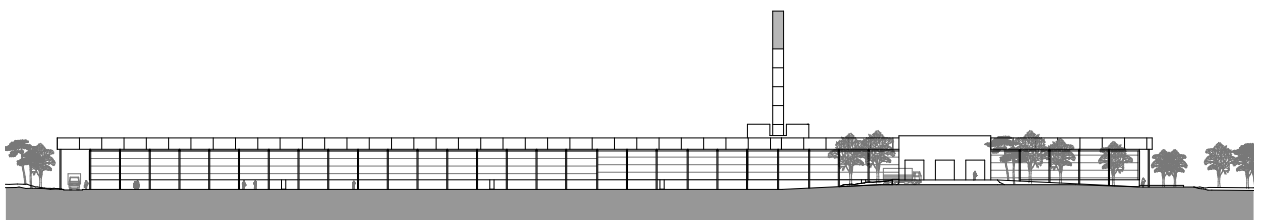




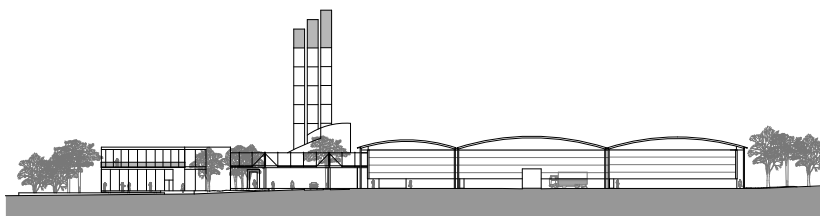
PLANTA DE IMPLANTAÇÃO



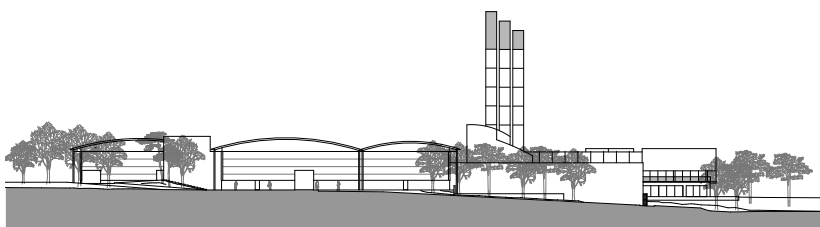
ALÇADO NASCENTE



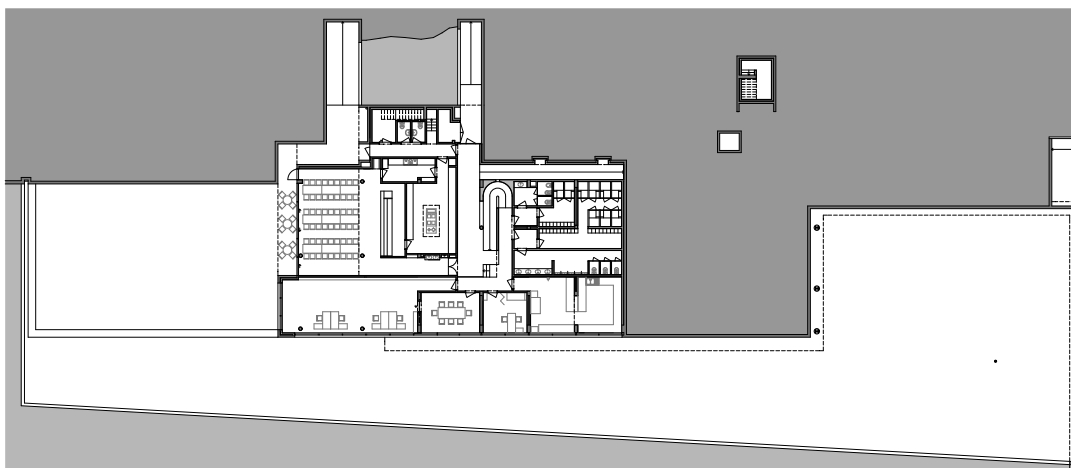
ALÇADO POENTE



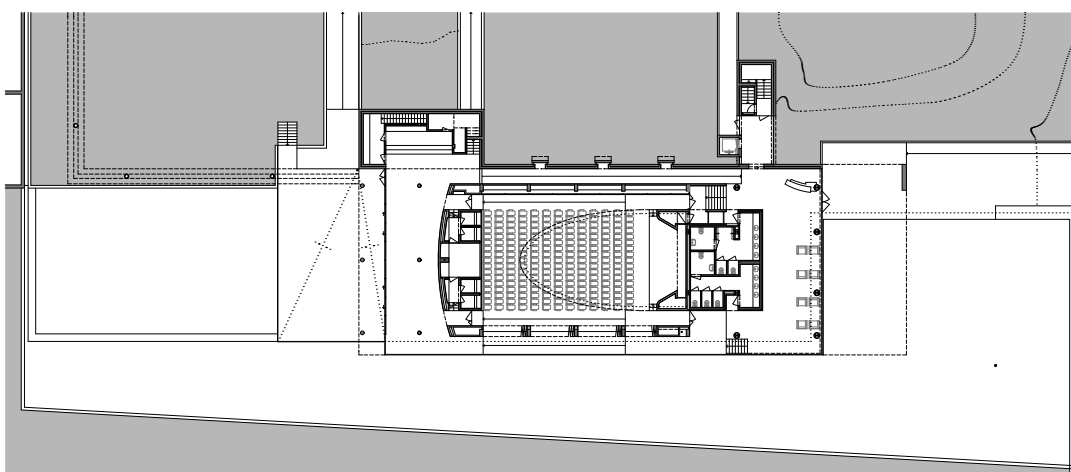
ALÇADO NORTE



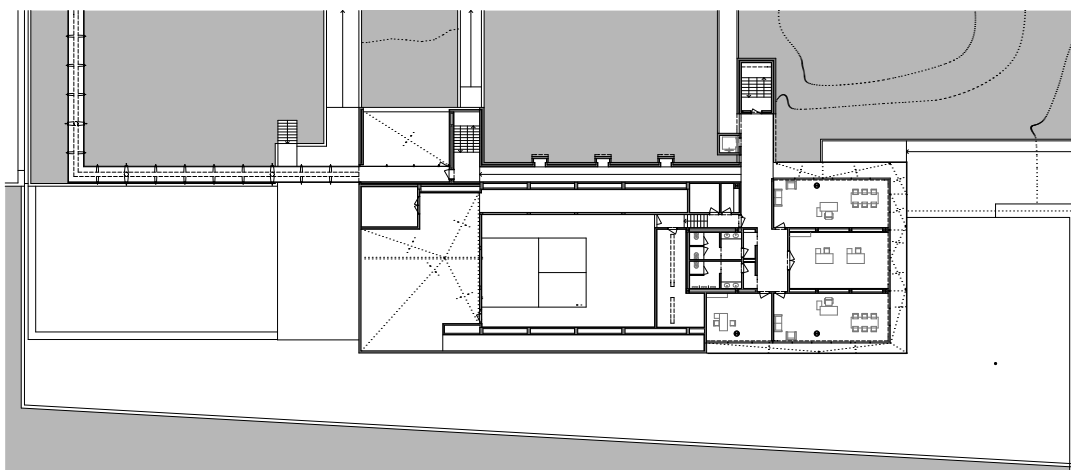
ALÇADO SUL



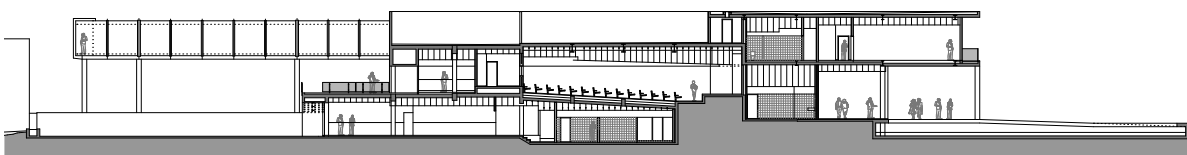
PLANTA - I



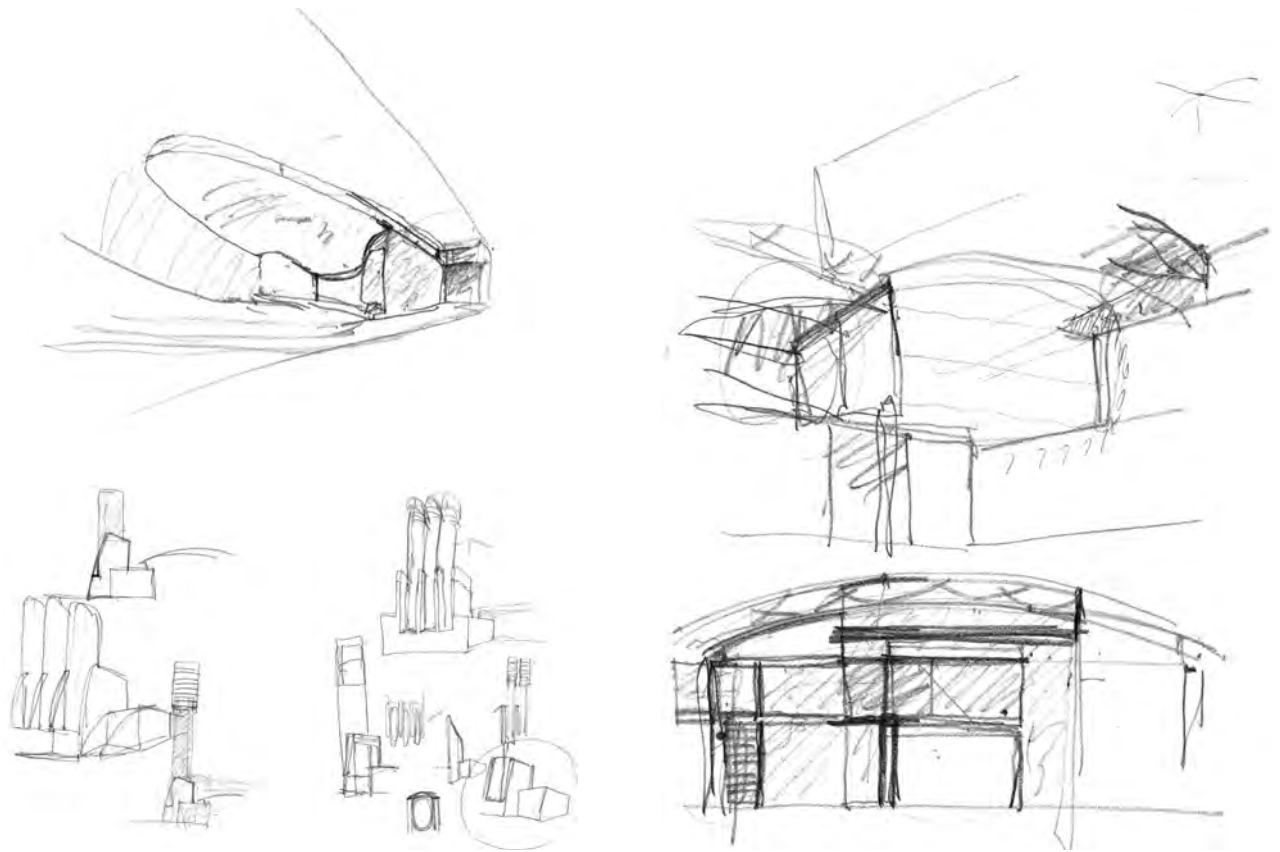
PLANTA 0



PLANTA I

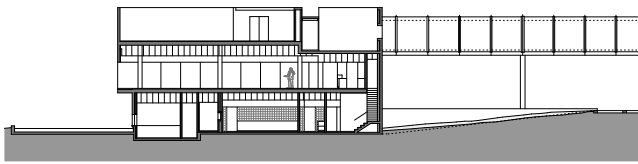


CORTE I

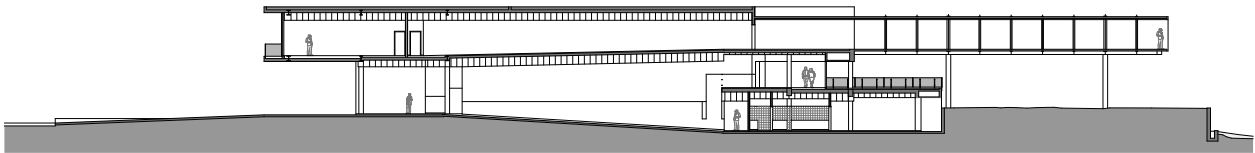
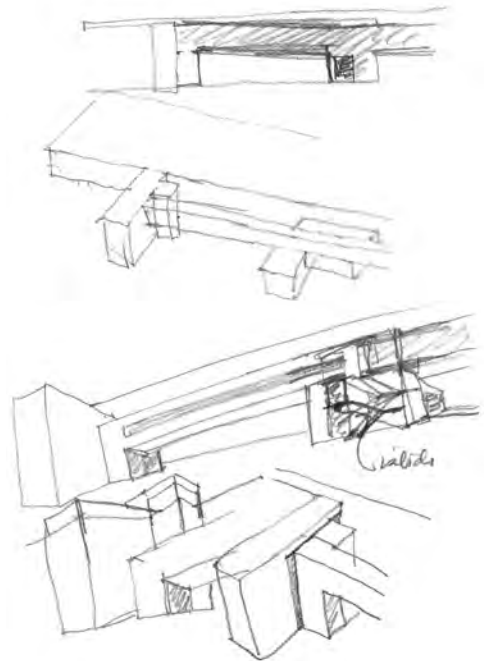




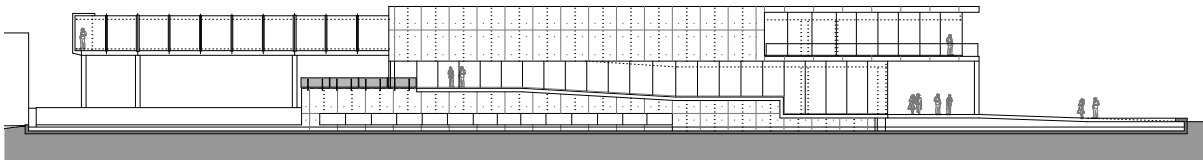
CORTE 2



CORTE 3

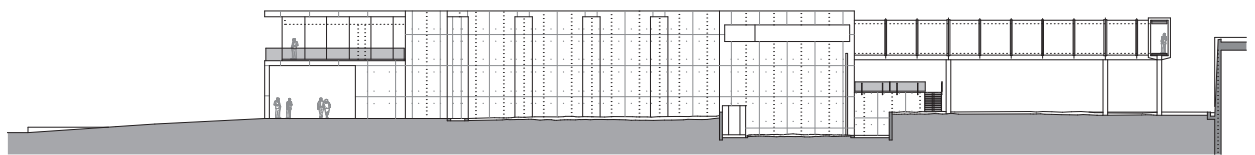
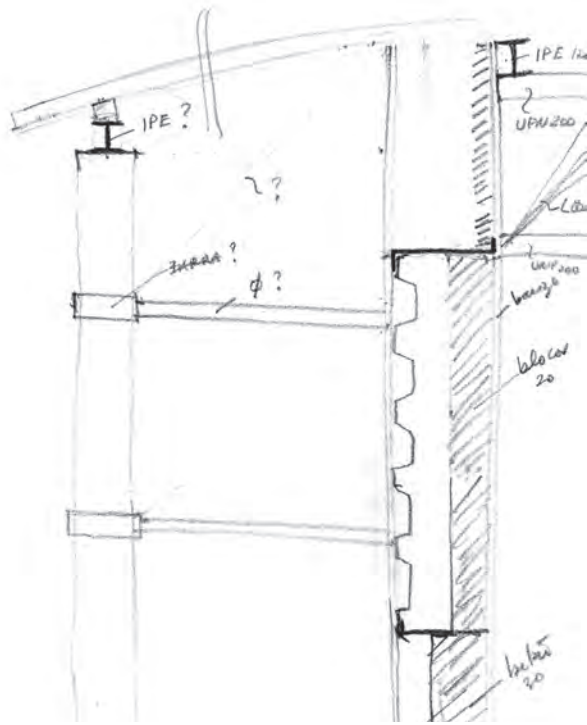


CORTE 4

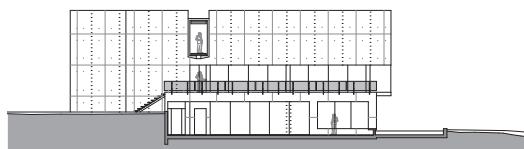


ALÇADO NASCENTE

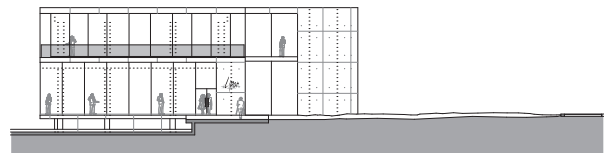




ALÇADO NASCENTE

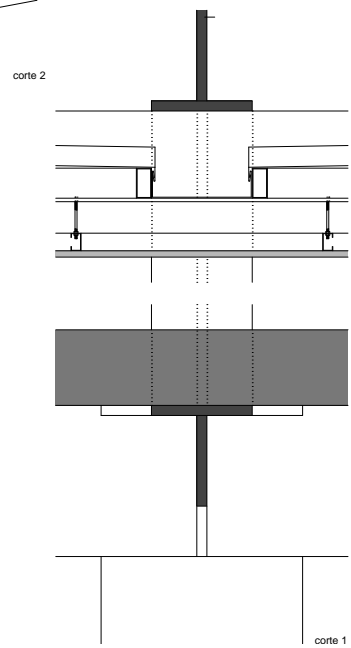
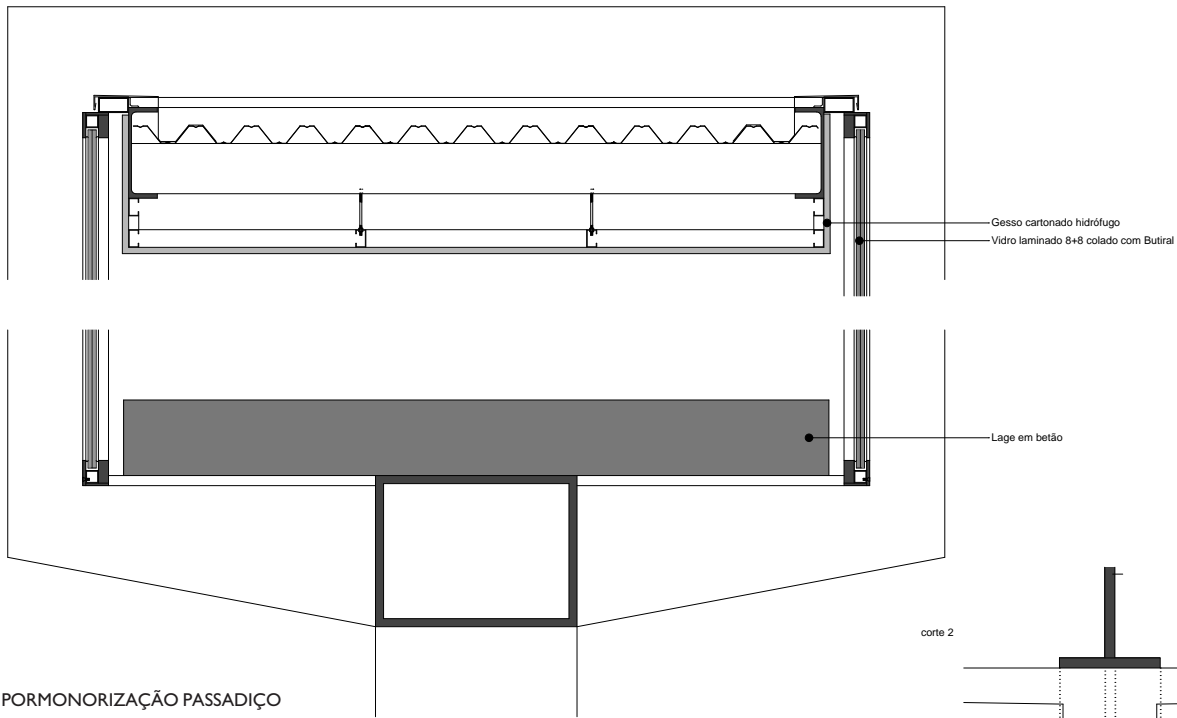
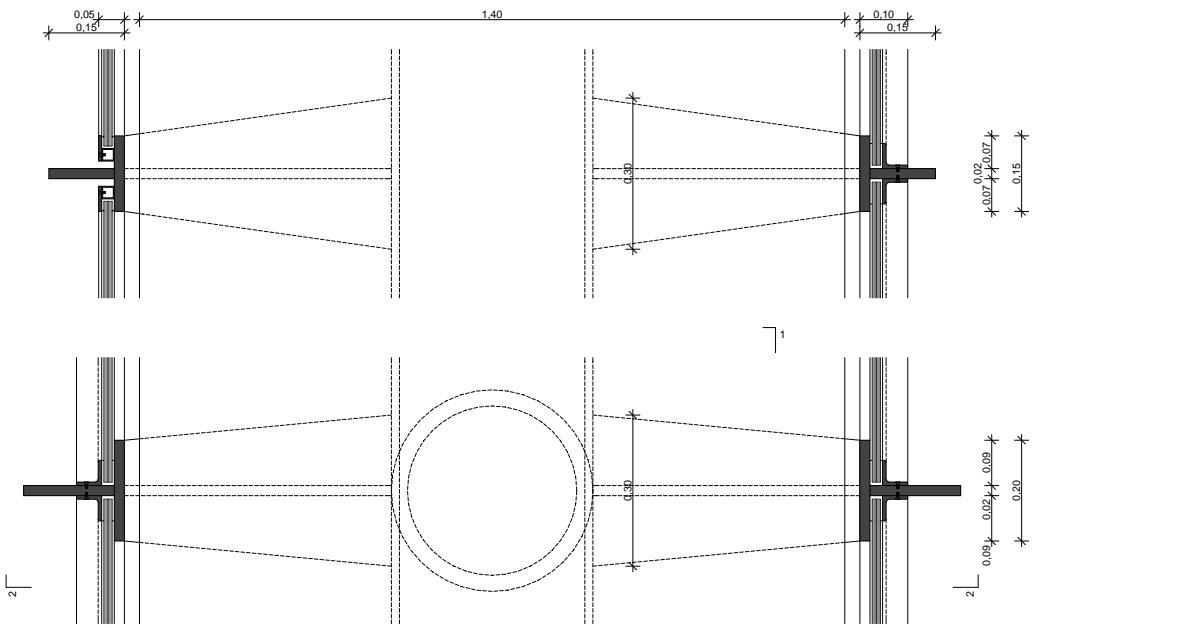


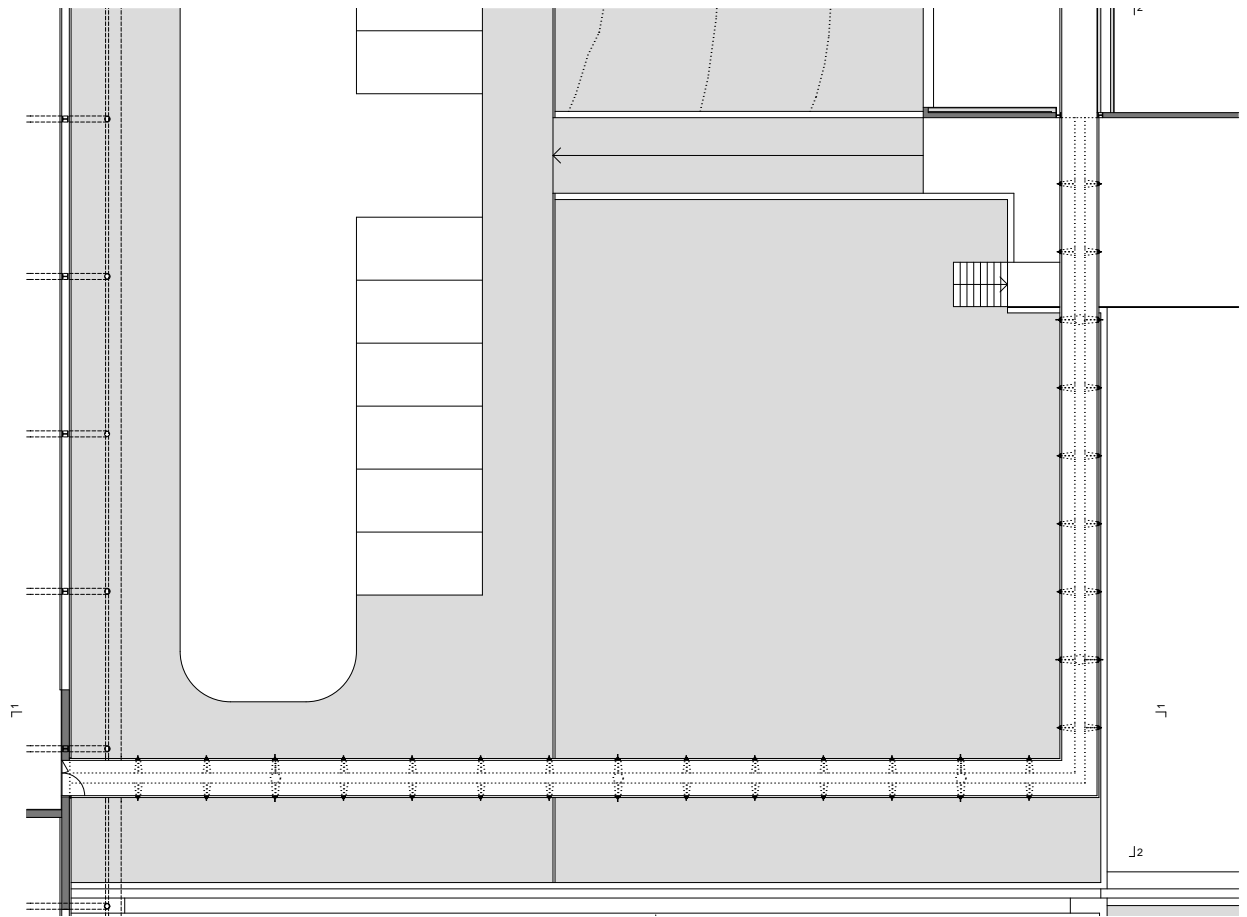
ALÇADO SUL



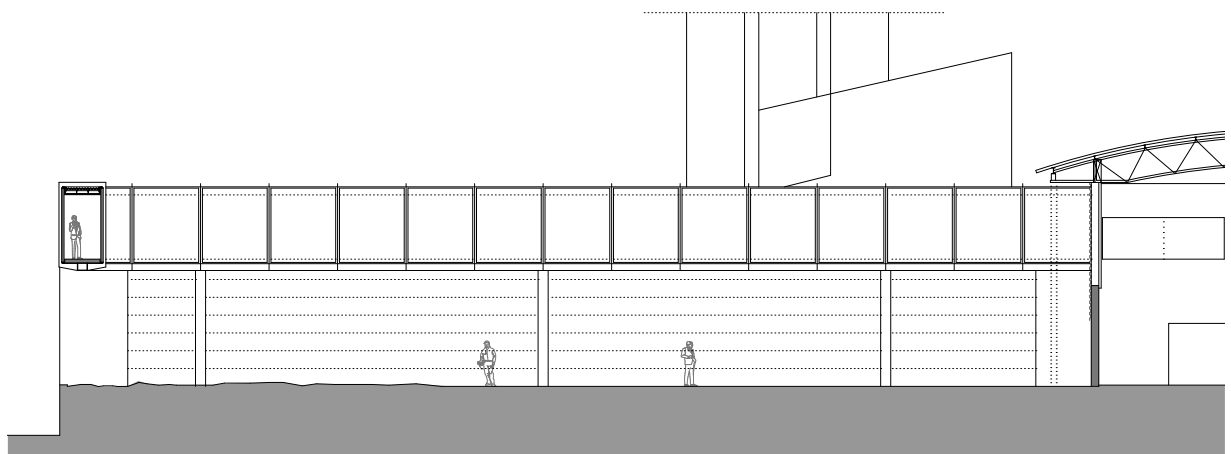
ALÇADO NORTE



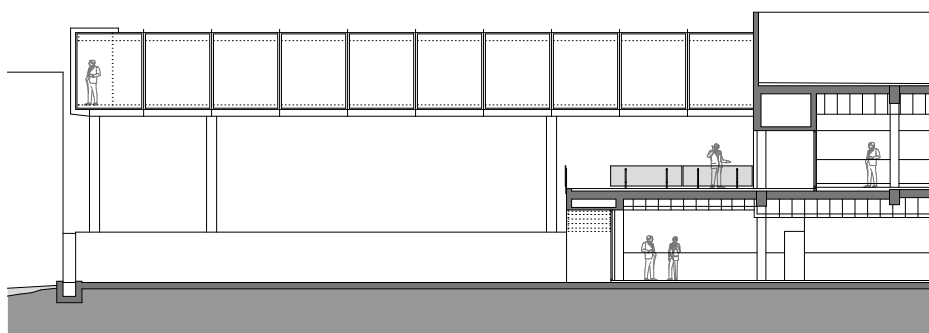




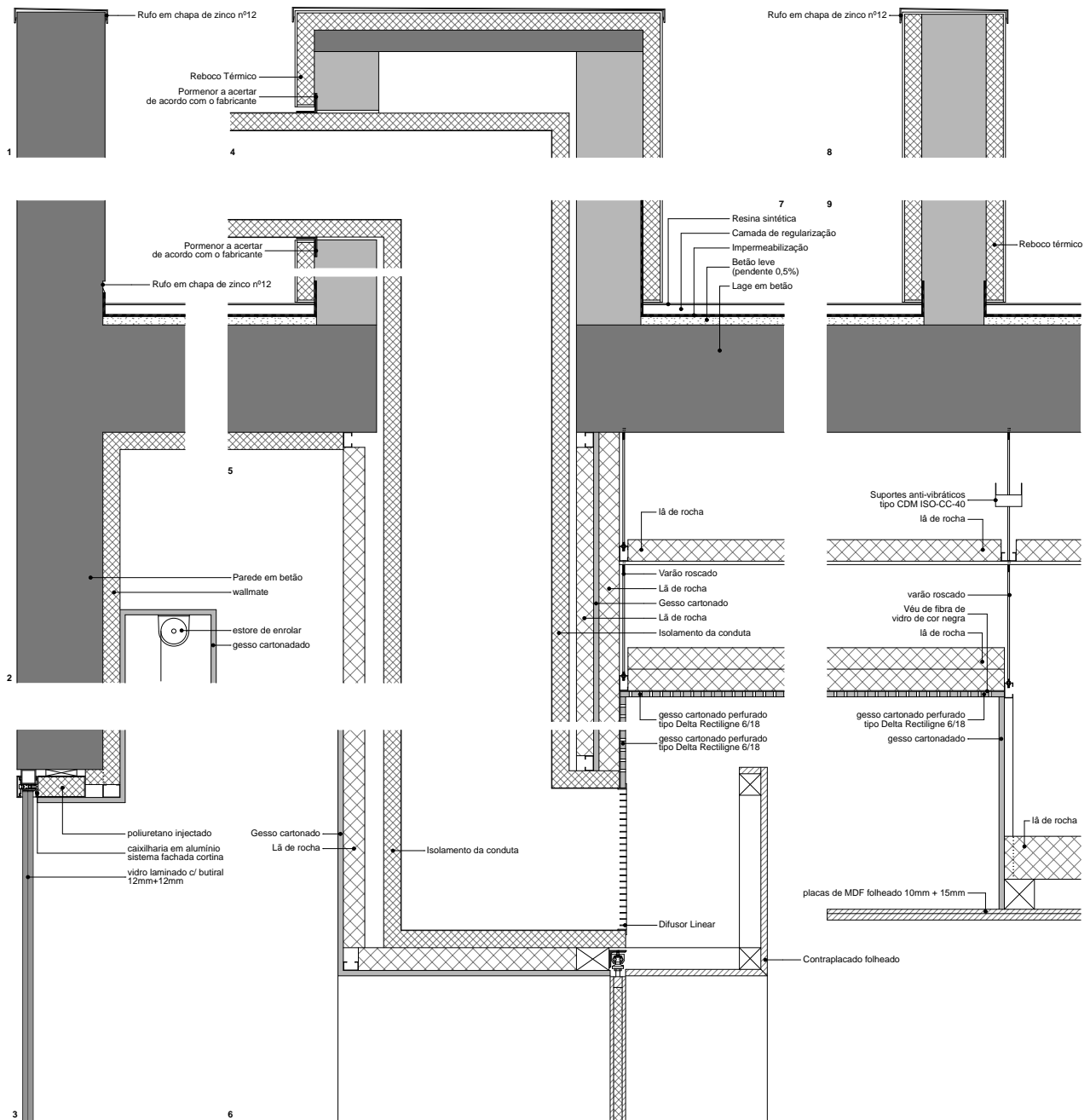
PLANTA PASSADIÇO

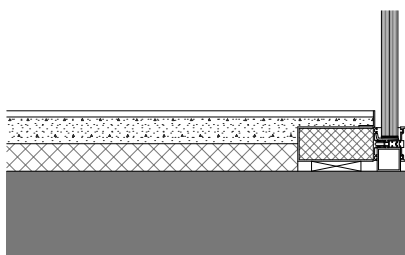
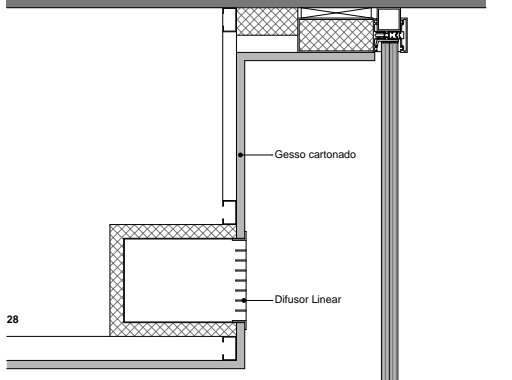
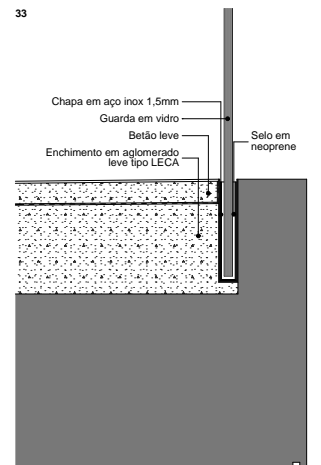
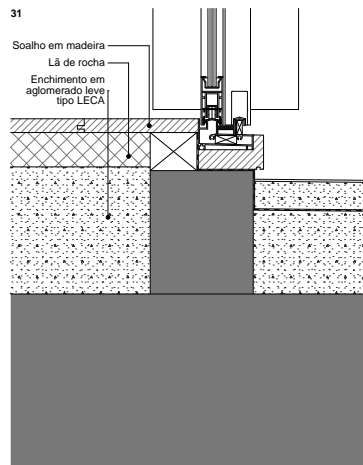
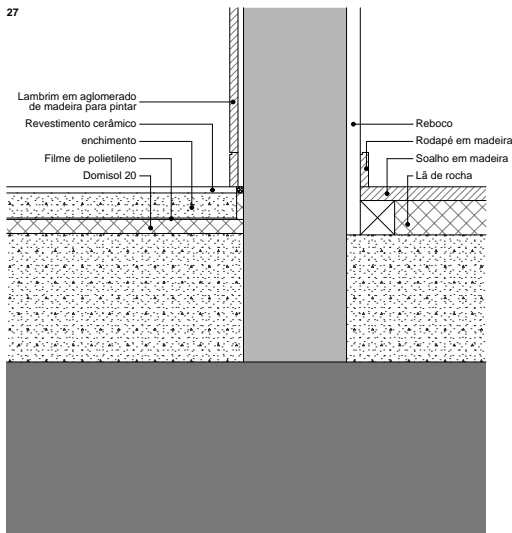
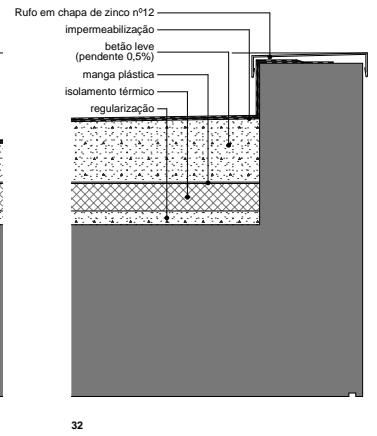
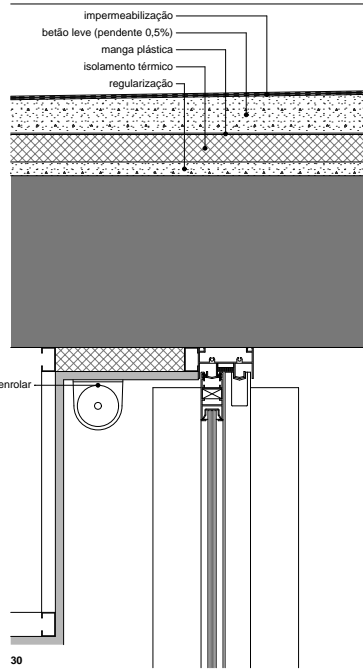
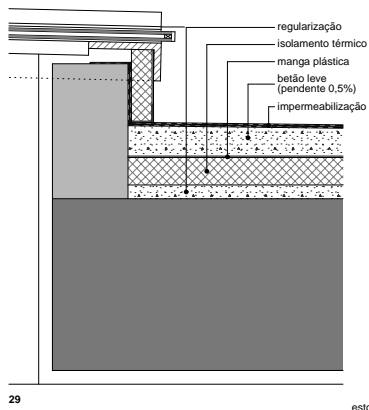


CORTE PASSADIÇO I



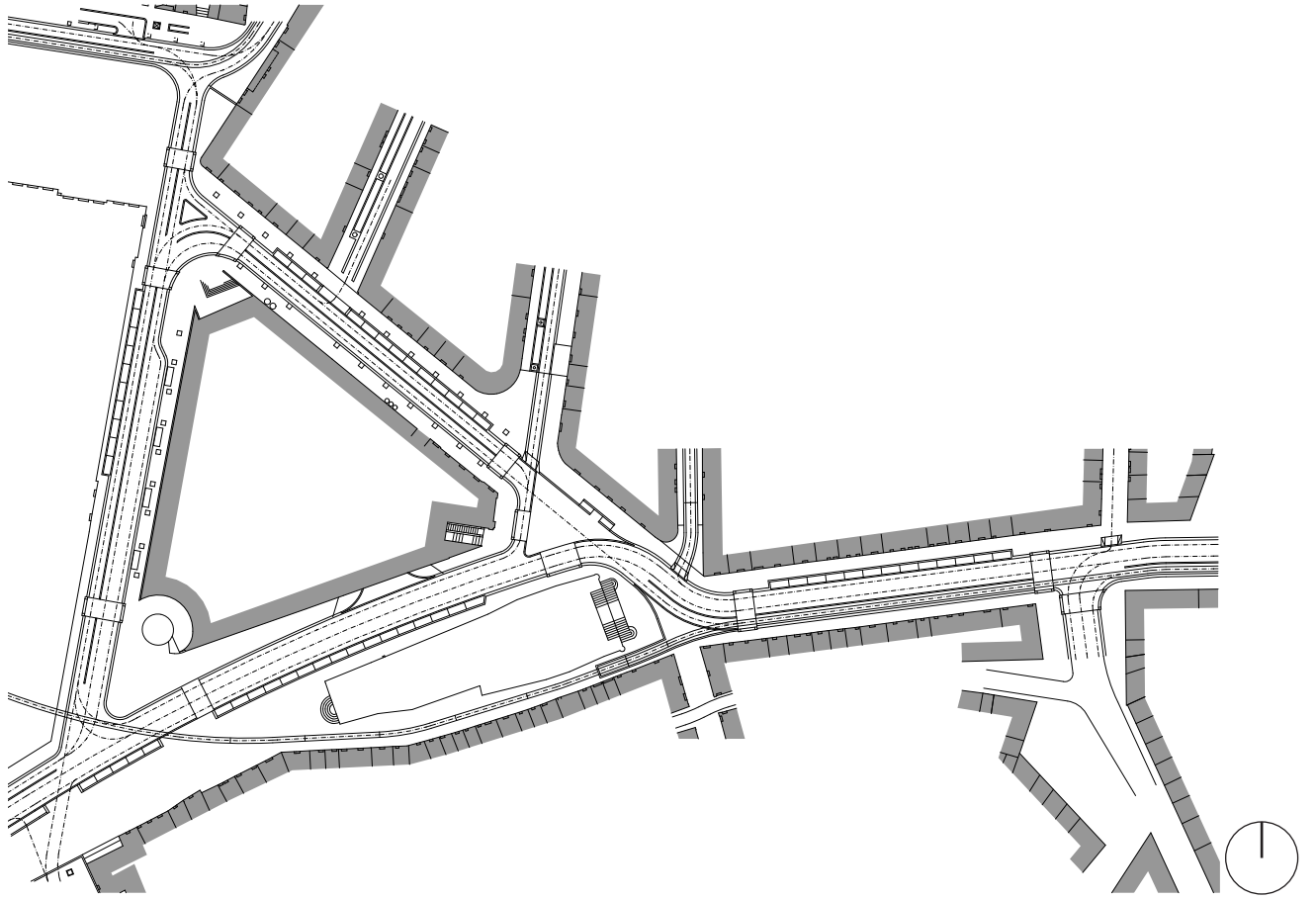
CORTE PASSADIÇO 2



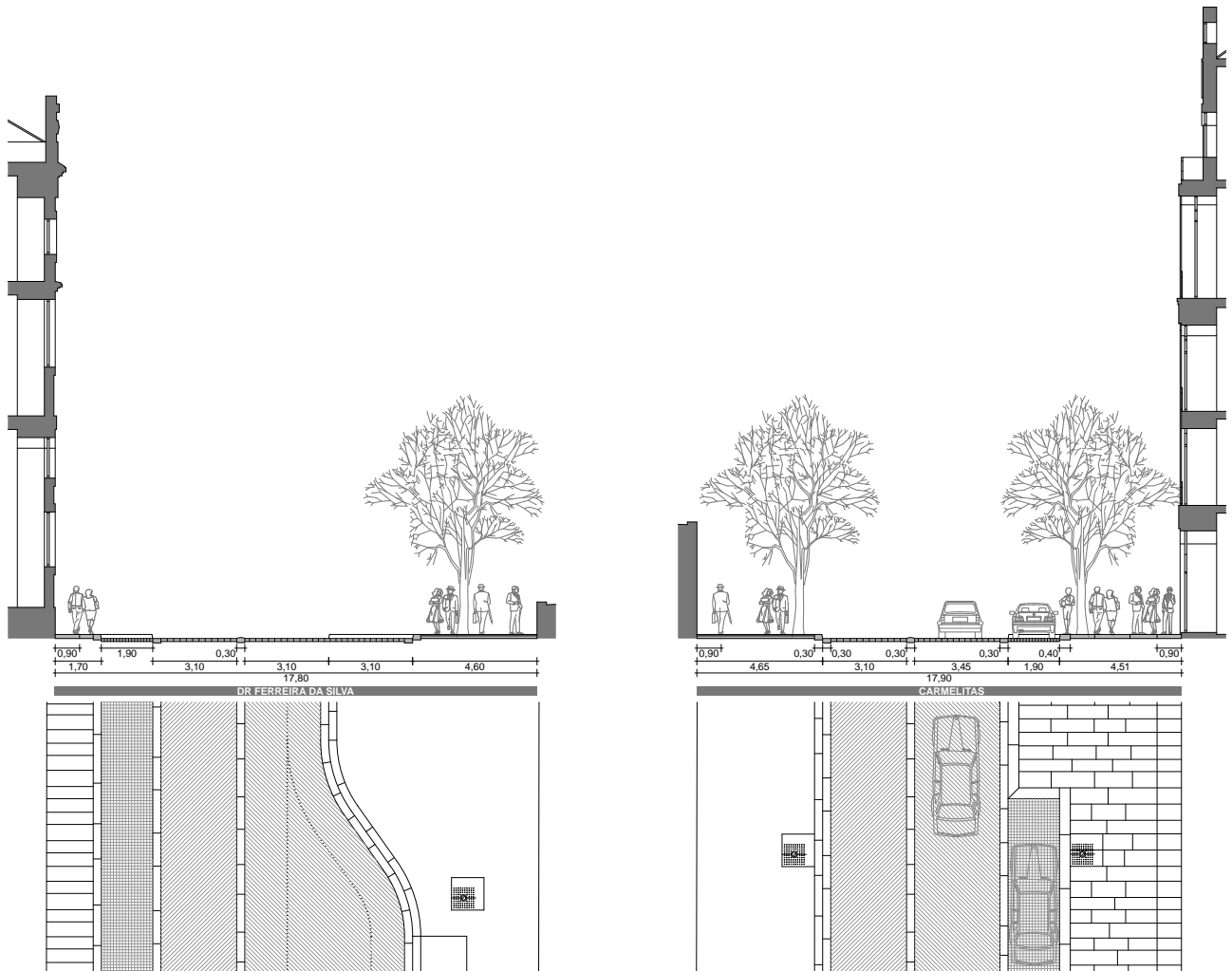
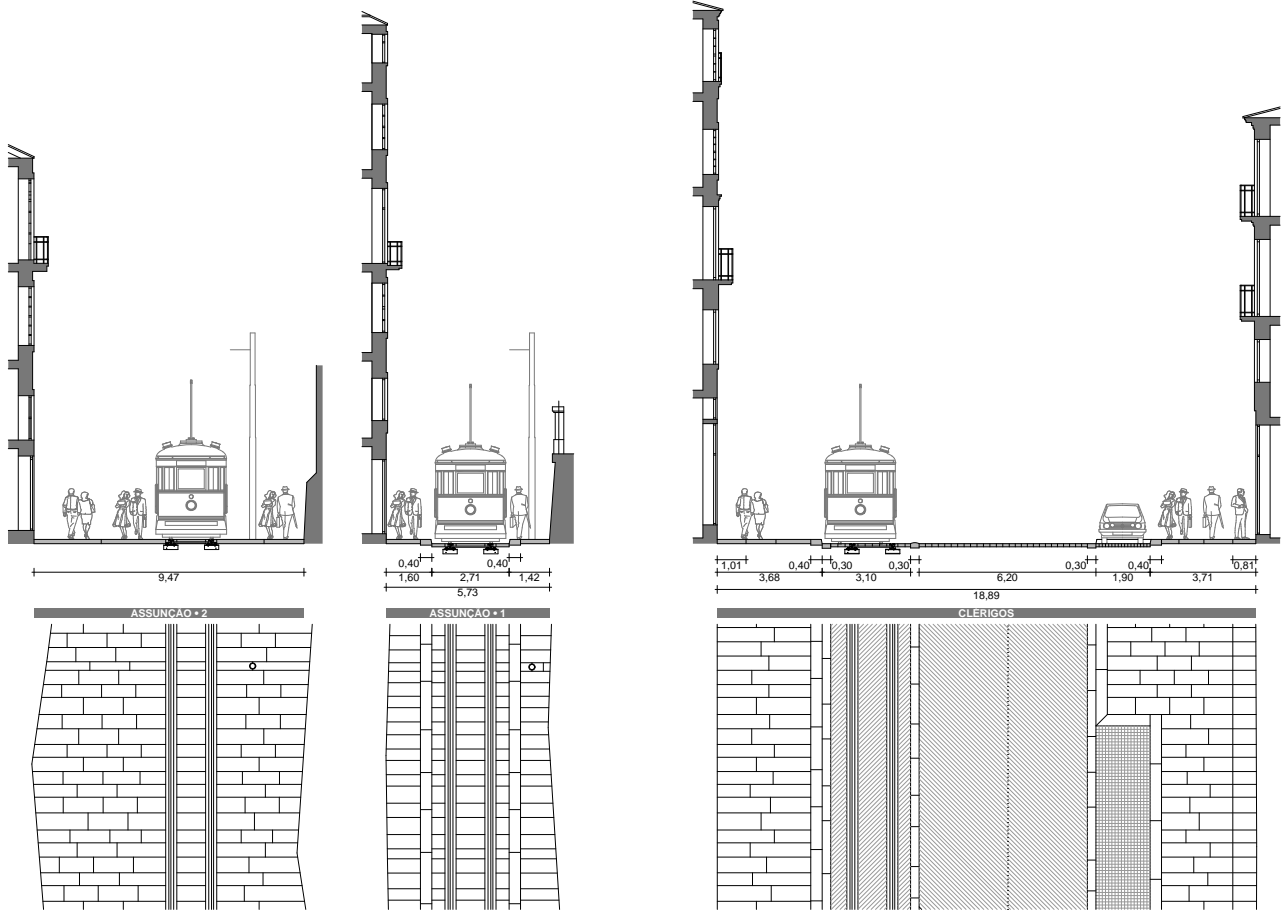


PORMONORIZAÇÃO





PLANTA GERAL



CORTES SITUAÇÕES TIPO



22 | MOLHES DO DOURO

FOZ DO RIO DOURO . PORTO

PROJETO 1999-2005 . OBRA 2005-2009

1.º LUGAR EM CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL



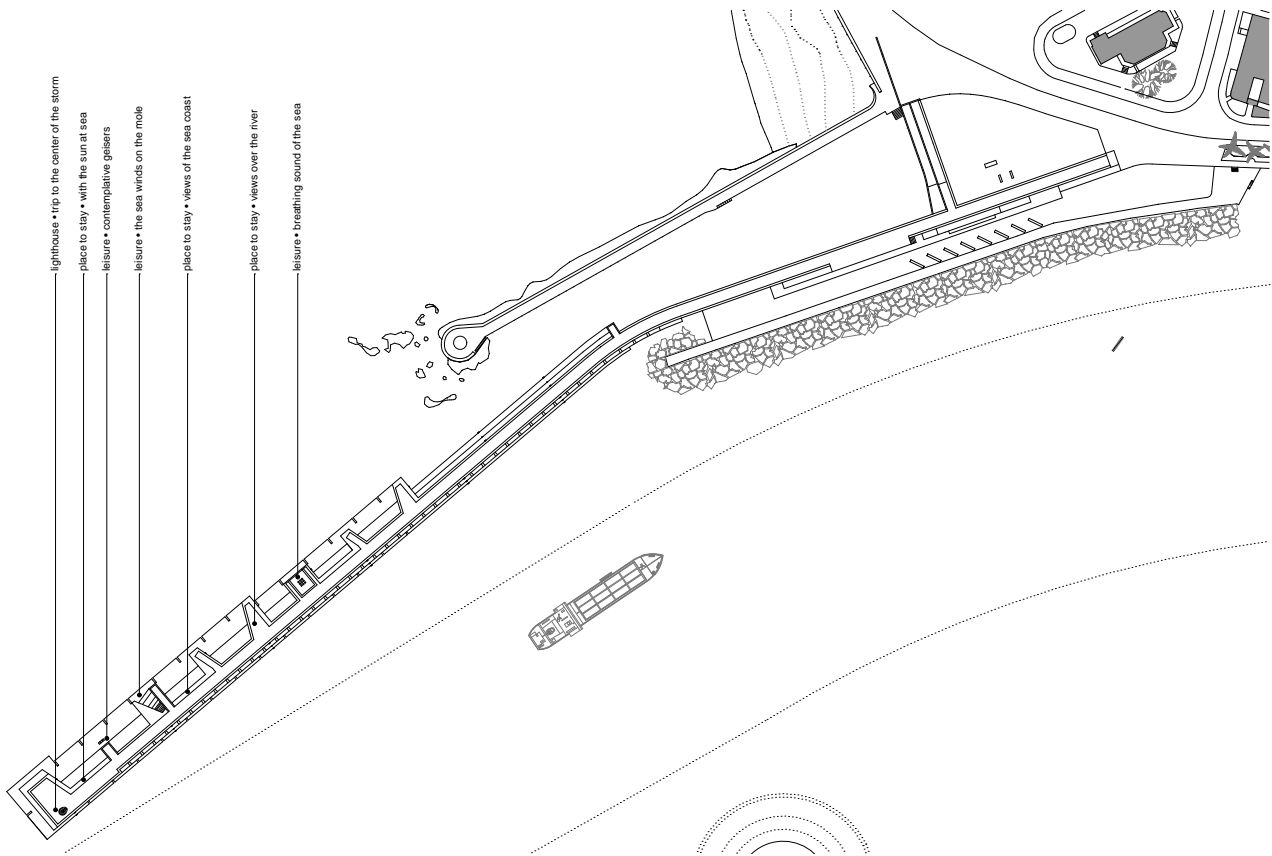




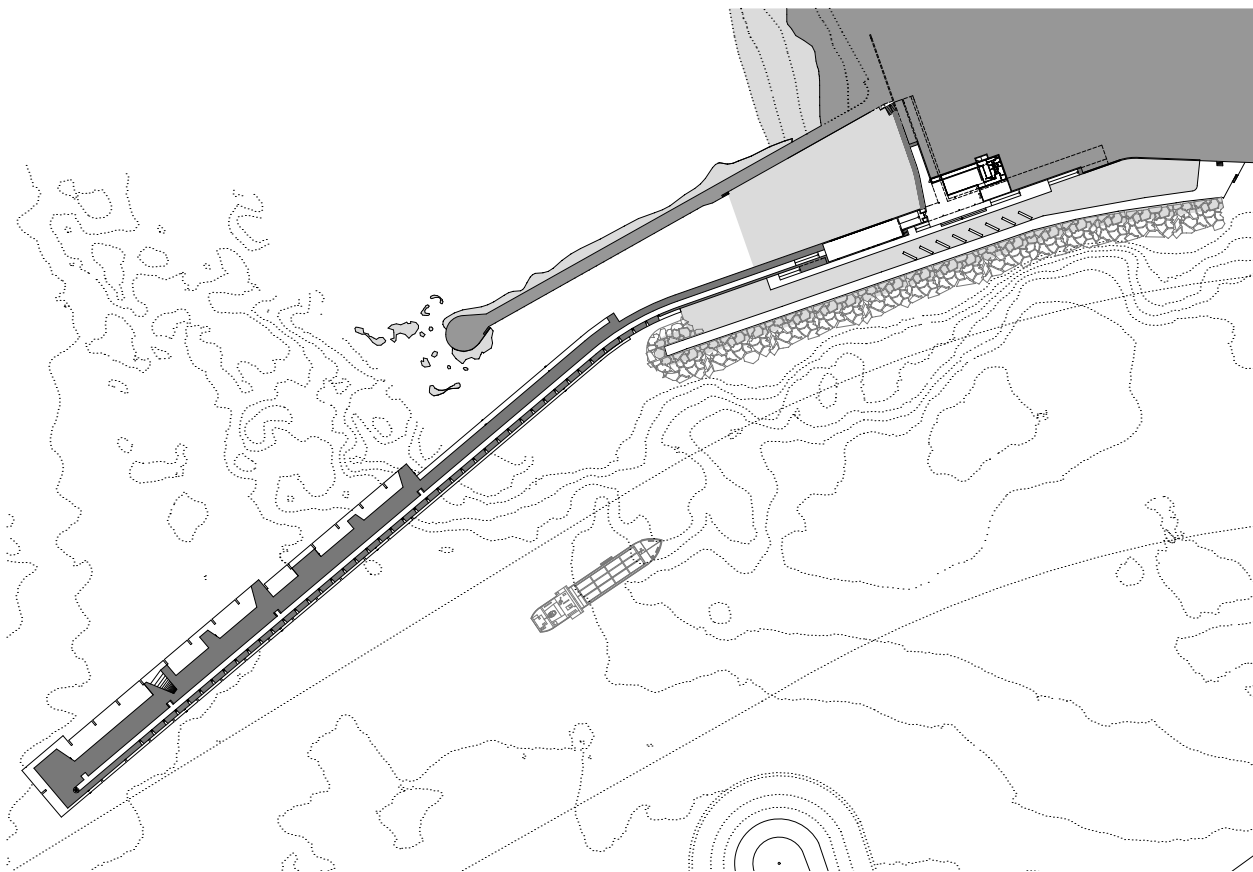
PLANTA GERAL



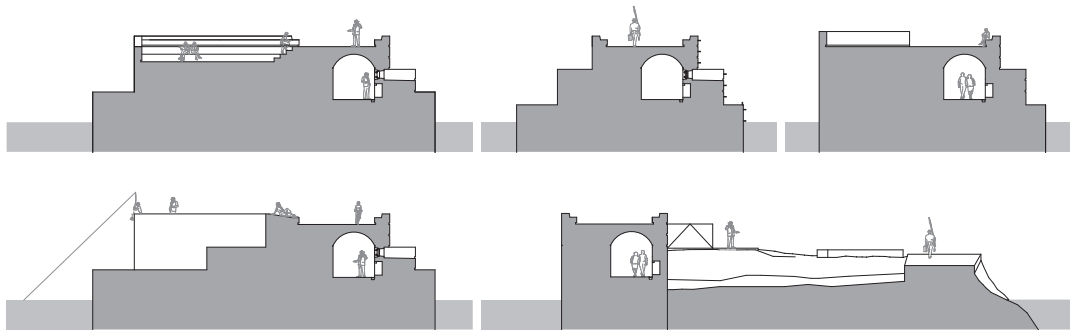




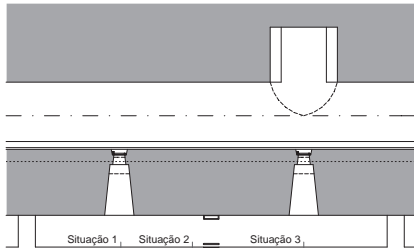
PLANTA PASSEIO PÚBLICO



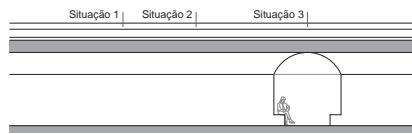
PLANTAGALERIA-EQUIPAMENTO



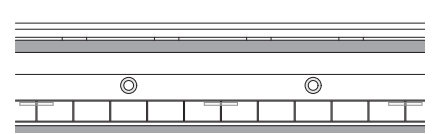
CORTE TRANSVERSAIS



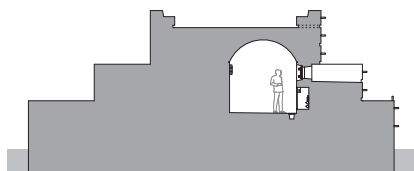
EXTRACTO PLANTA TIPO . GALERIA



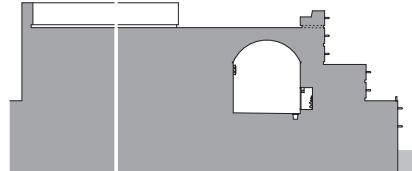
EXTRACTO ALÇADO TIPO . GALERIA



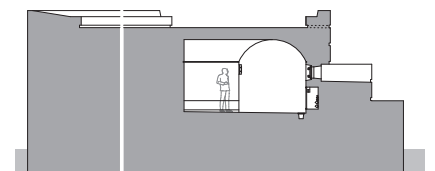
EXTRACTO ALÇADO TIPO . GALERIA



CORTE TIPO PELA GALERIA . SITUAÇÃO 1



CORTE TIPO PELA GALERIA . SITUAÇÃO 2

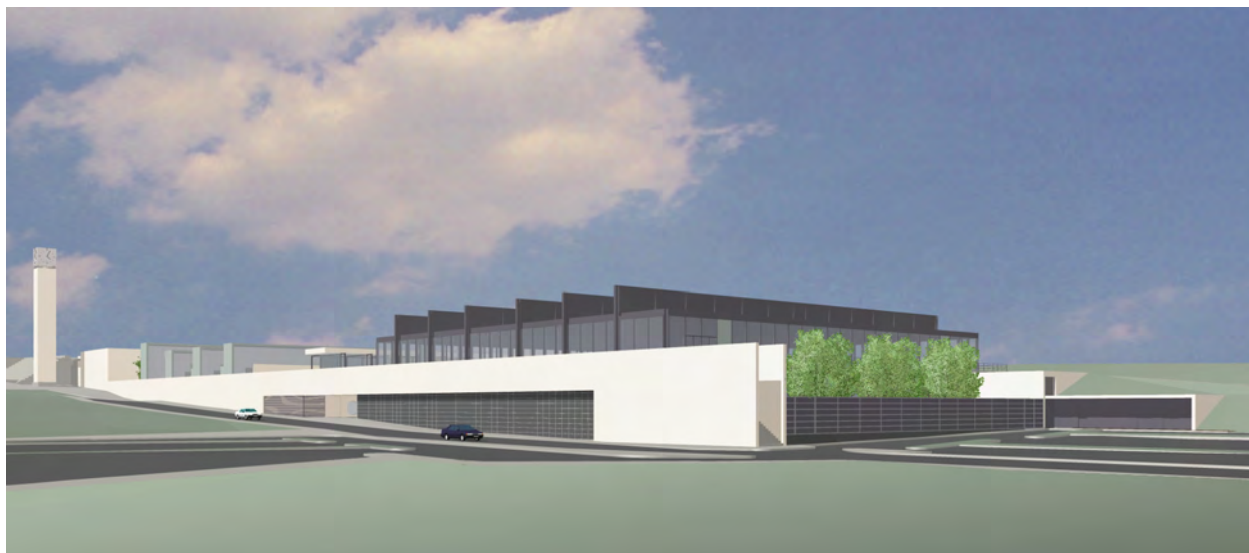


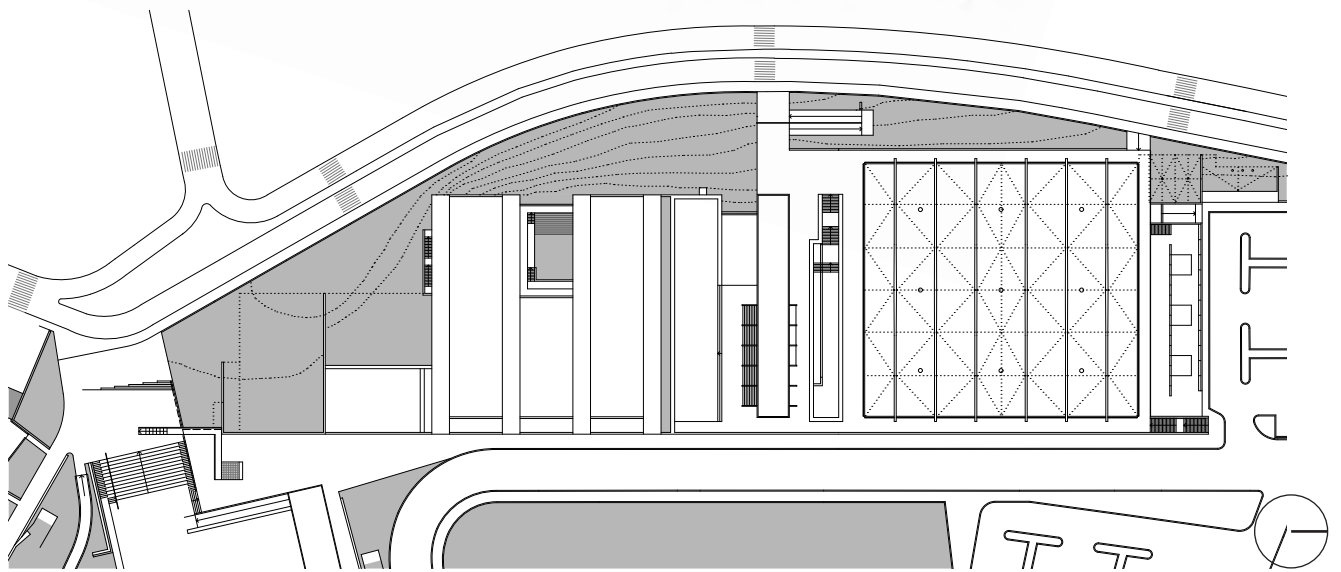
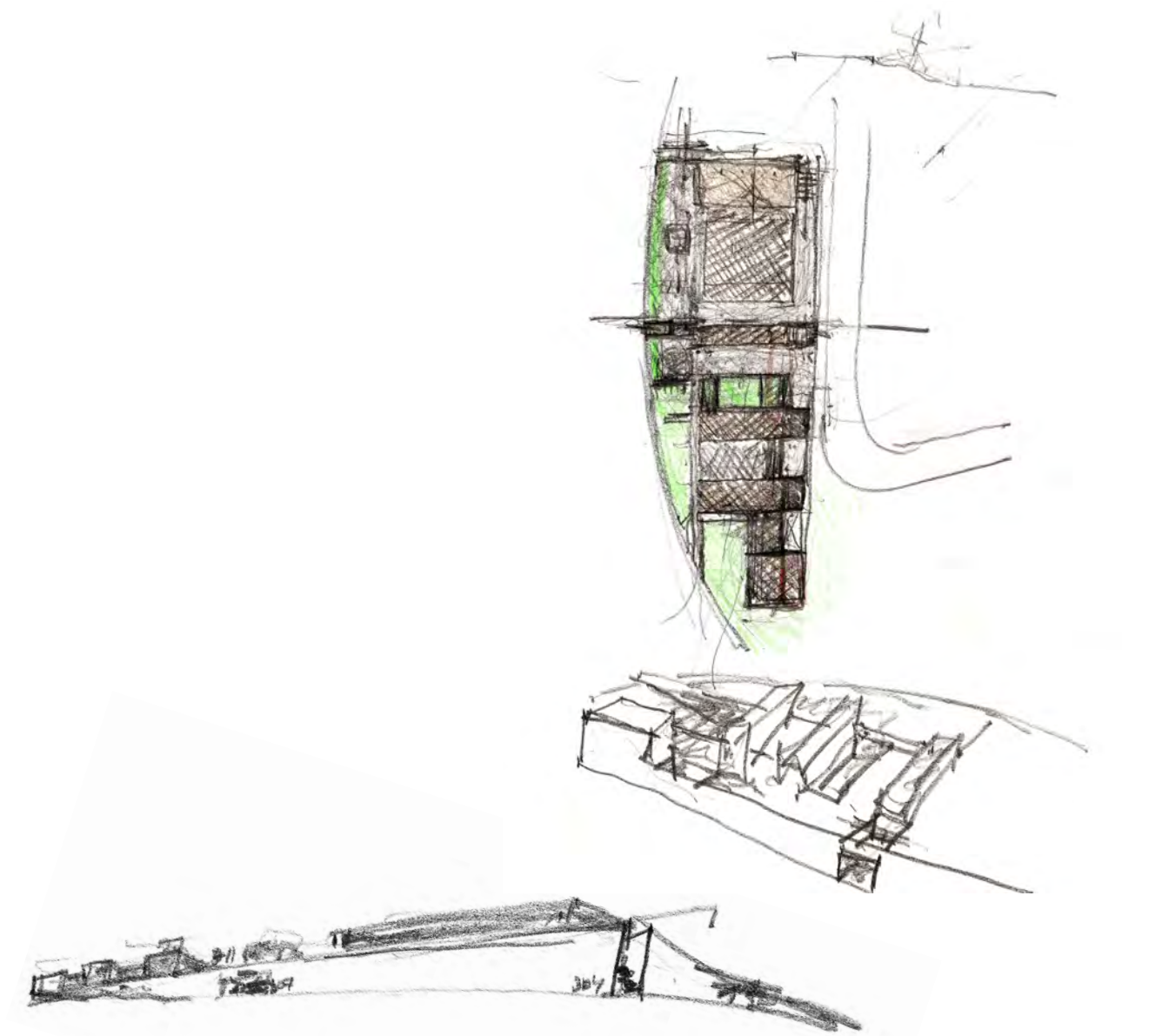
CORTE TIPO PELA GALERIA . SITUAÇÃO 3



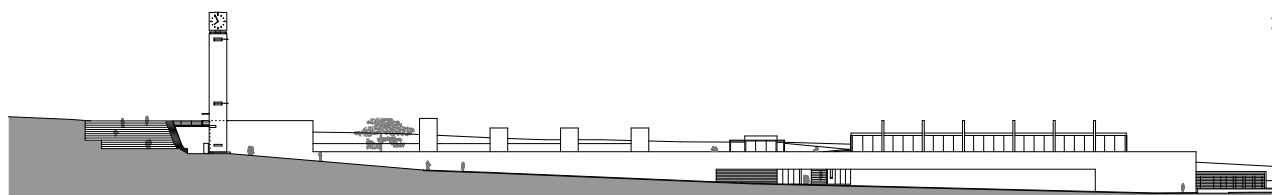




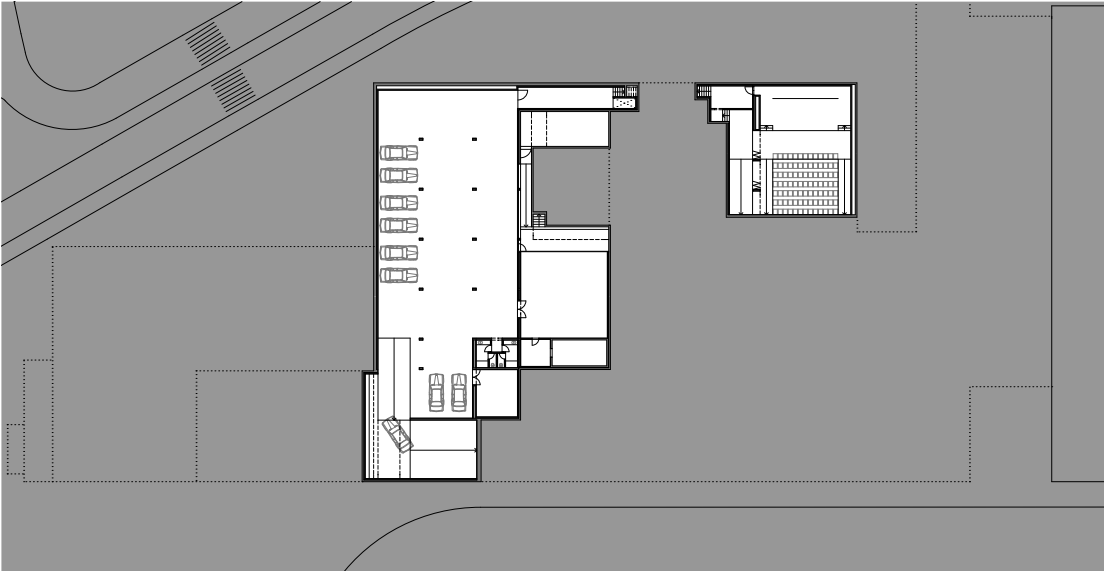




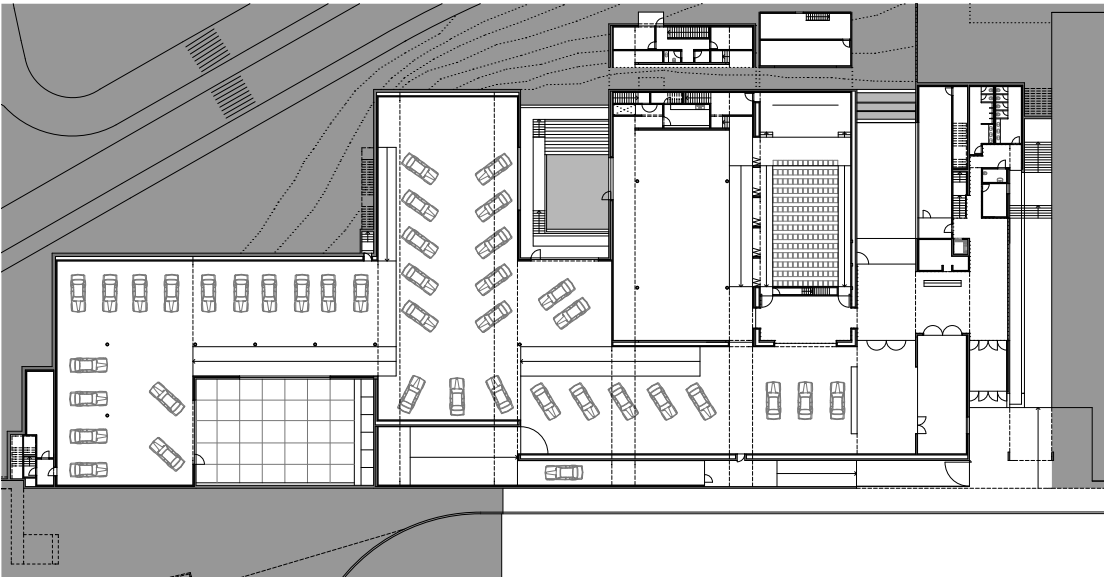
PLANTA DE IMPLANTAÇÃO



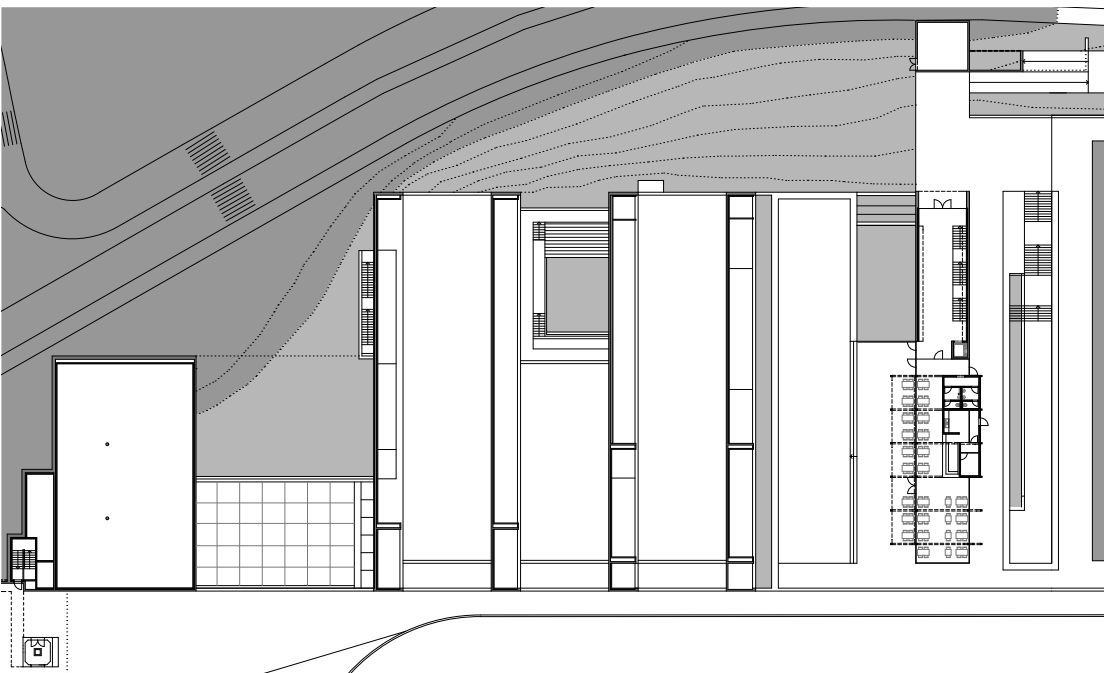
ALÇADO PRINCIPAL



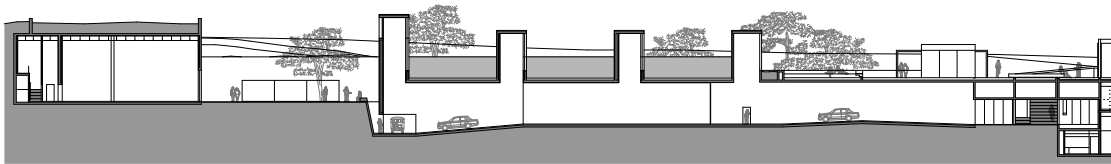
PLANTA PISO 0



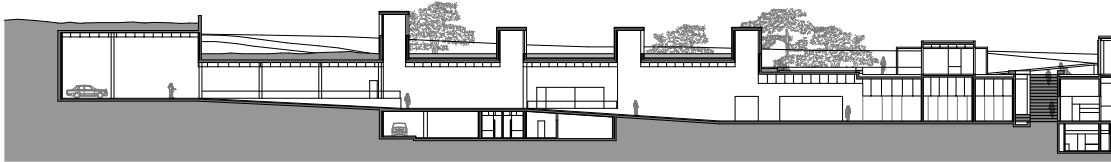
PLANTA PISO I



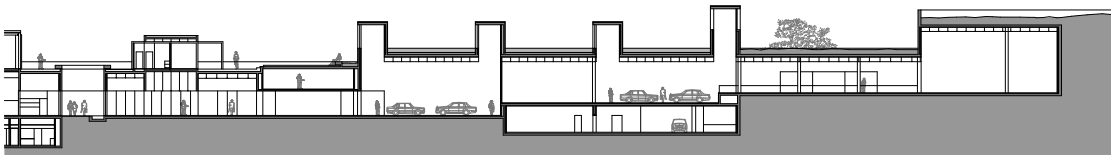
PLANTA PISO 2



CORTE I



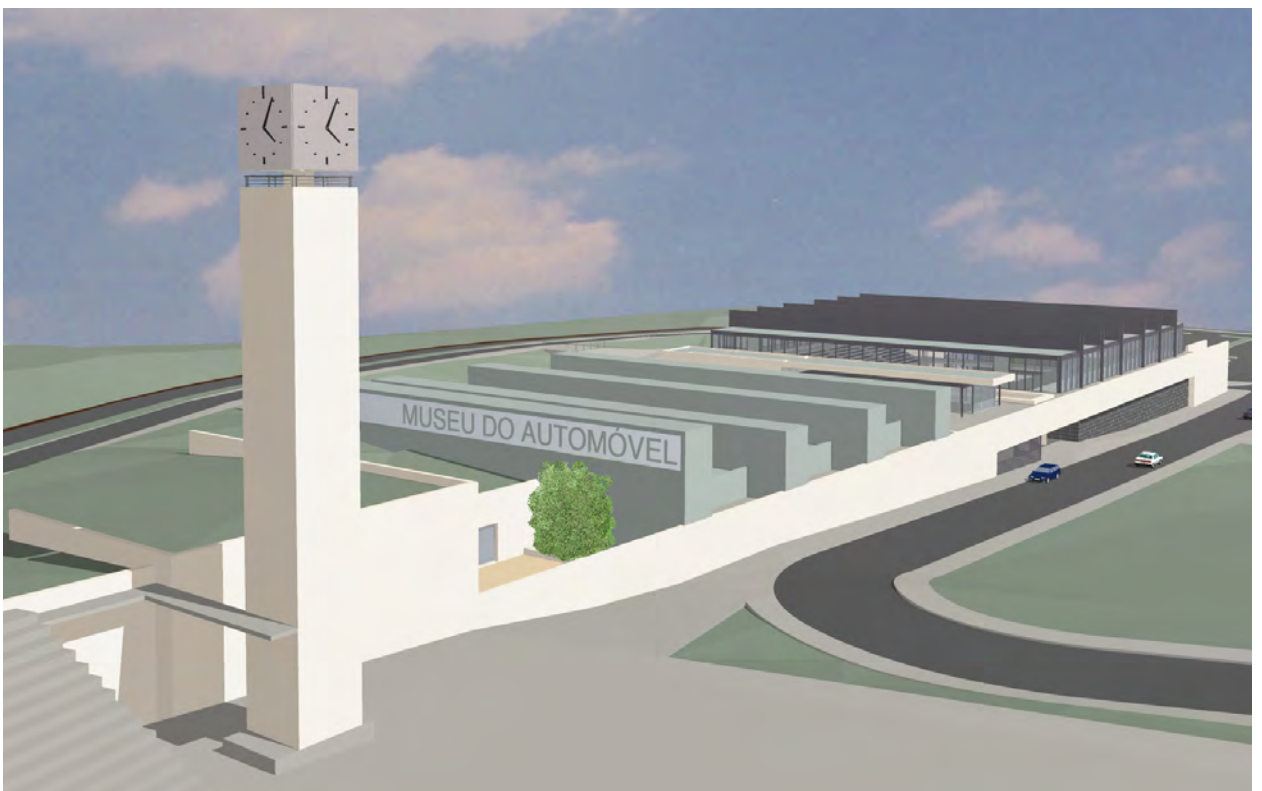
CORTE 2

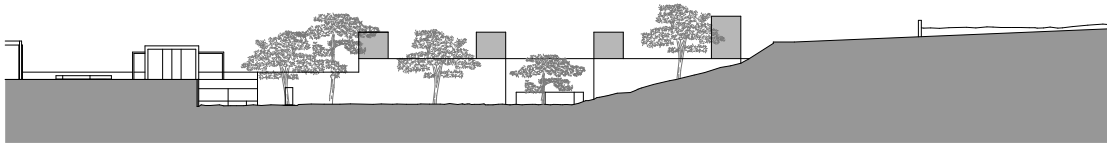


CORTE 3

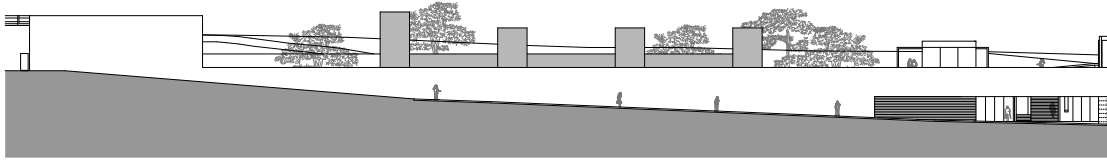


CORTE 4

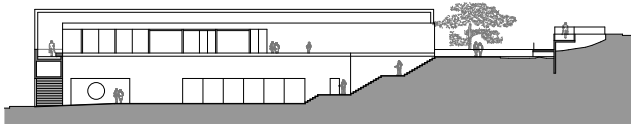




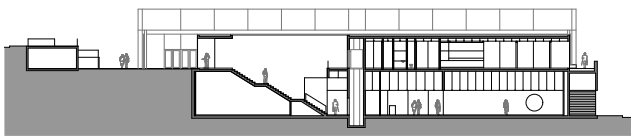
ALÇADO POENTE



ALÇADO NASCENTE



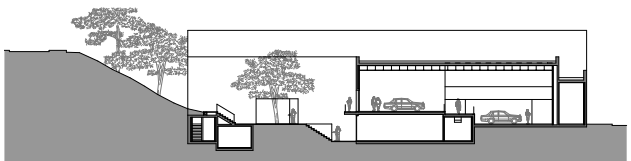
CORTE 6



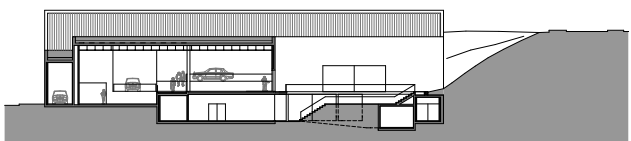
CORTE 7



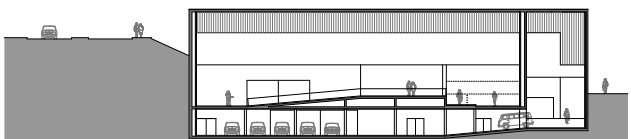
CORTE 8



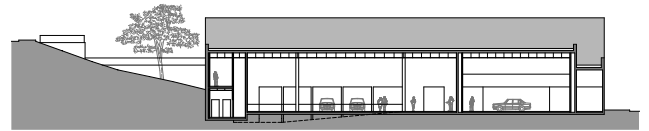
CORTE 9



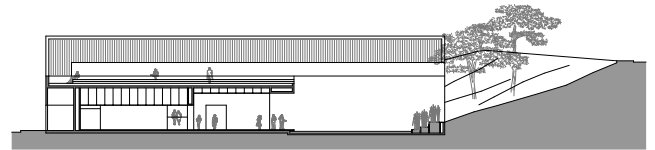
CORTE 10



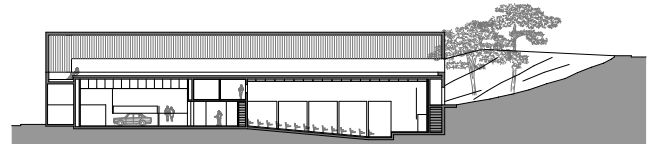
CORTE 11



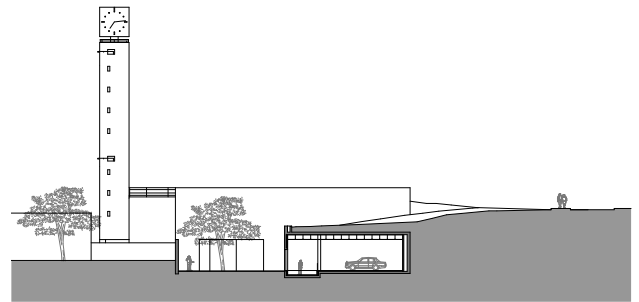
CORTE 12



CORTE 13



CORTE 14



CORTE 15



CORTE 16

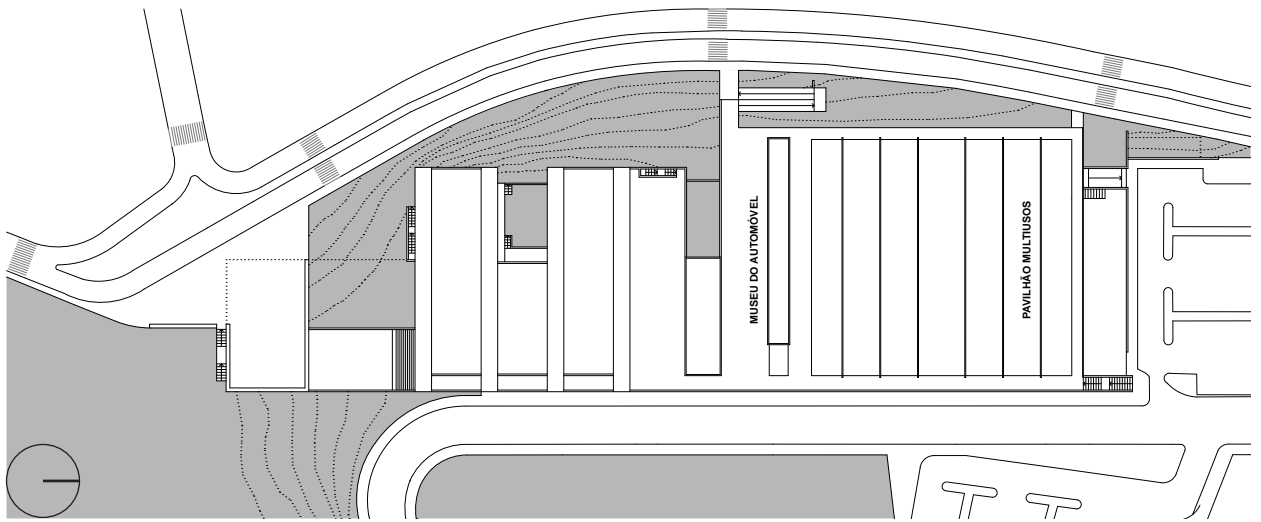


24 | PAVILHÃO MULTIUSOS

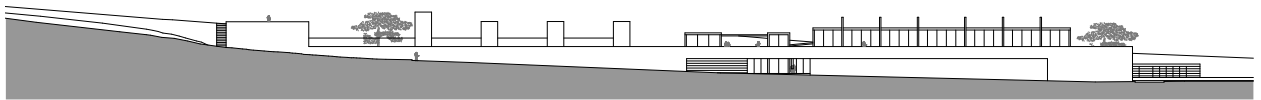
CÂMARA DE FAFE . FAFE

PROJETO 2000-2001 . OBRA 2002-2003

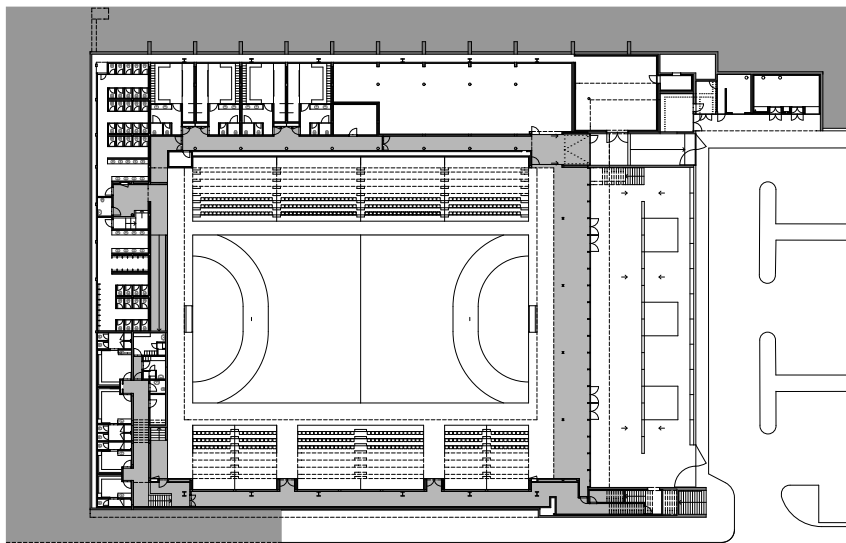




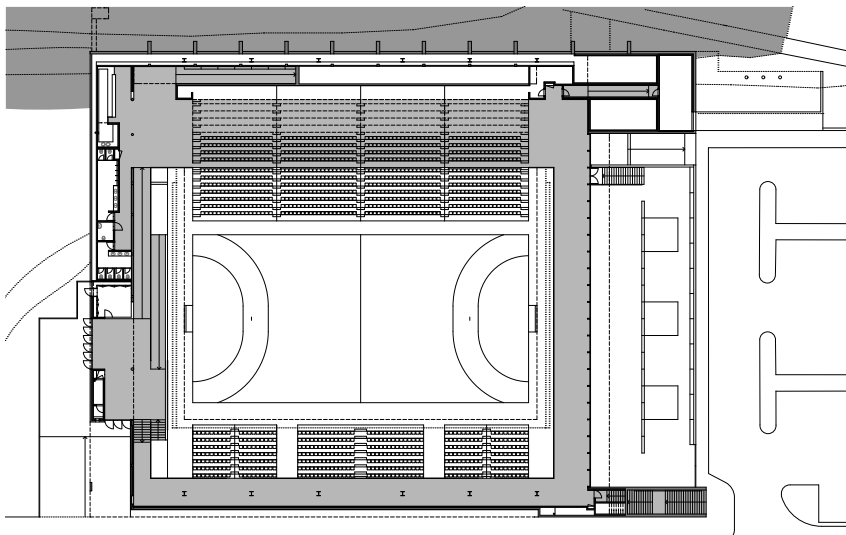
PLANTA DE IMPLANTAÇÃO



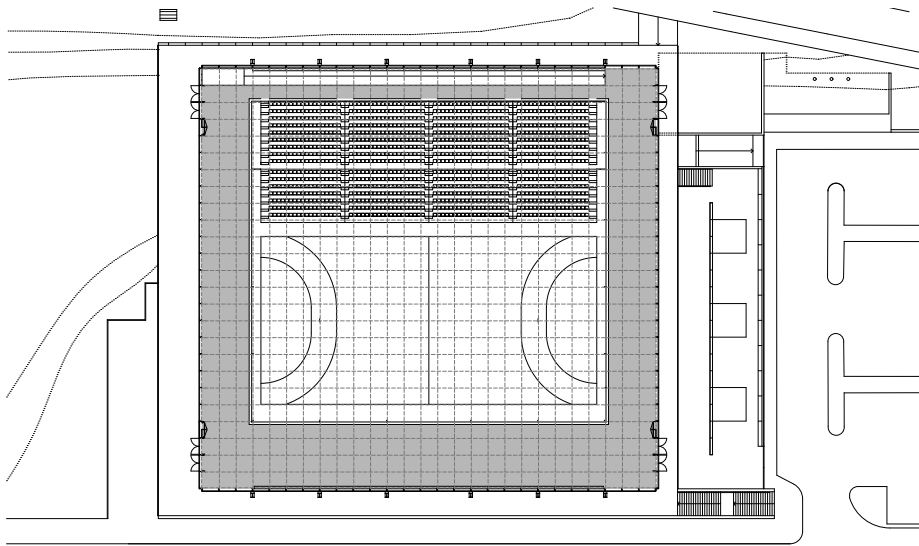
ALÇADO PRINCIPAL



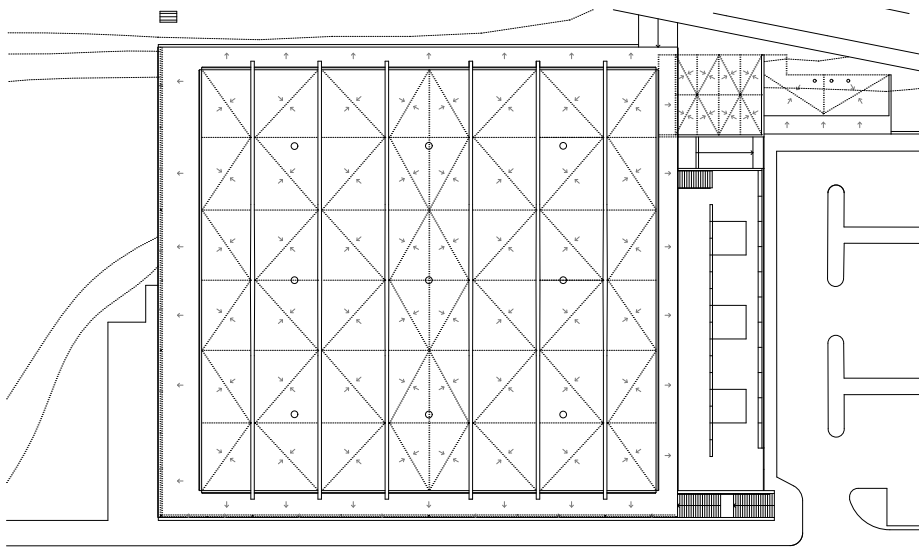
PLANTA PISO 0



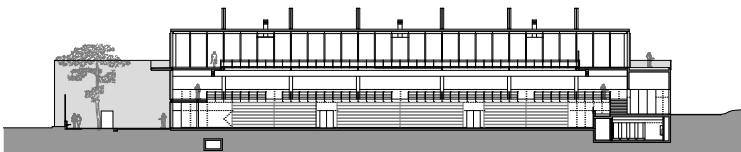
PLANTA PISO I



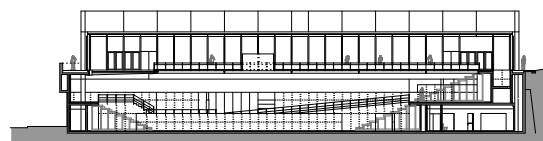
PLANTA PISO 2



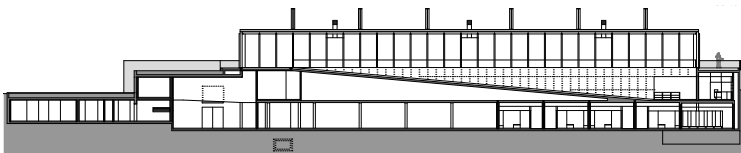
PLANTA COBERTURA



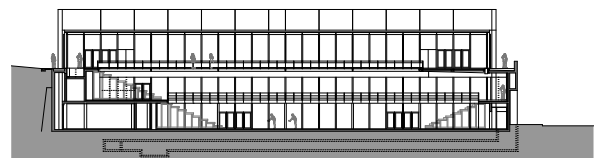
CORTE 1



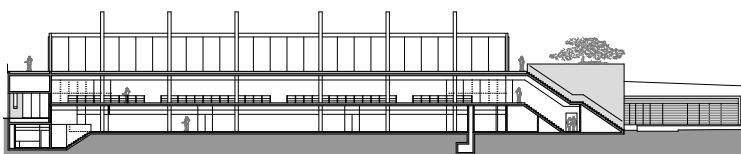
CORTE 5



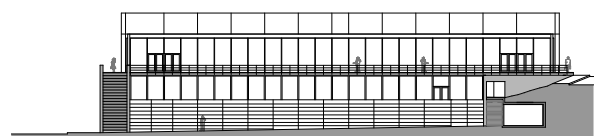
CORTE 2



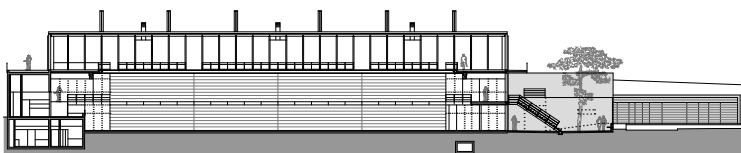
CORTE 6



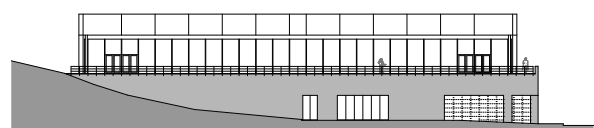
CORTE 3



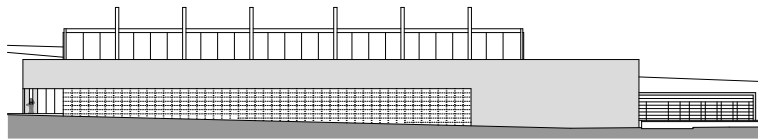
CORTE 7



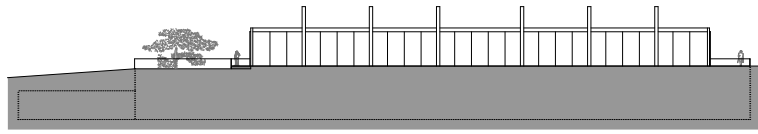
CORTE 4



ALÇADO NORTE



ALÇADO NASCENTE



ALÇADO POENTE

